

## PARTE I – POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

### I.1. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2015

Ao final do terceiro trimestre de 2015, a economia brasileira apresentou queda (-2,5%) na comparação de quatro trimestres acumulados. Do ponto de vista da oferta agregada, e na mesma base de comparação, o setor de Serviços, que possui o maior peso na composição do Produto Interno Bruto (PIB) pela ótica da produção, apresentou queda (-1,6%), acompanhada pelo setor de Indústria (-4,7%). A exceção foi o setor de Agropecuária, que exibiu taxa positiva de crescimento (2,1%).

No mesmo período, pela ótica da demanda agregada, o consumo das famílias, componente de maior participação percentual na composição do PIB por essa ótica, apresentou queda de 1,8% nessa base de comparação.

O consumo da administração pública recuou 0,4%, enquanto a Formação Bruta de Capital Fixo registrou queda de 11,2%, ainda na mesma base de comparação. A desvalorização cambial e as pressões recessivas produziram uma queda de 10,4% nas importações, enquanto incentivaram as exportações, que apresentou variação positiva de 0,1%.

Esse menor dinamismo da economia brasileira em 2015 frente ao ano anterior reflete razões externas e internas. Pelo lado externo, a queda nos preços das commodities afetou o crescimento da economia, que, combinada ao baixo crescimento da economia mundial, reduziu o dinamismo do comércio internacional e criou empecilhos ao desenvolvimento do setor externo brasileiro.

Do lado doméstico, uma forte crise hídrica criou um quadro de seca em regiões específicas do País, acarretando pressão sobre os preços de energia. Apesar disso, o conjunto de ações de políticas econômicas adotadas permitiu manter a taxa de desemprego baixa e a de investimento entre os patamares mais elevados da série histórica.

A desaceleração da economia, por sua vez, imprimiu redução da arrecadação tributária, comprometendo o resultado fiscal. Assim, o ano de 2015 foi marcado por uma série de ajustes da política macroeconômica, em função da queda do resultado fiscal, da perspectiva de elevação da dívida pública e da piora dos indicadores externos.

No âmbito da política fiscal, foram revisadas várias desonerações e subsídios, bem como vários programas, cujo objetivo era manter sua sustentabilidade frente ao cenário econômico adverso.

Do ponto de vista da economia internacional, o crescimento da economia mundial ao longo de 2015 frustrou as expectativas iniciais. Ao longo de 2015, as expectativas de crescimento para o ano foram reduzidas de 3,5% para 3,1% e, para 2016, de 3,8% para 3,6%, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em janeiro de 2016, a projeção para o ano foi novamente revista para baixo, atingindo 3,4%.

#### I.1.1. Política Monetária, Creditícia e Cambial

Em 2015 o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi fortemente influenciado pelos preços administrados. No acumulado em 12 meses, este conjunto de preços passou de 5,31%, em dezembro de 2014, para 18,07%, ao final de 2015.

O movimento decorre da continuidade da política de realinhamento para os preços administrados, em linha com os esforços do ajuste fiscal, redirecionando custos de serviços públicos para o usuário final. Em particular, cabe destacar:

- elevação das tarifas de água e esgoto em algumas regiões, em decorrência da atípica falta de chuvas;
- o aumento autorizado para gás de botijão, o primeiro desde 2002;
- reajustes autorizados em gasolina e óleo diesel, além da recuperação de tributos específicos;
- realinhamento de preços em transportes públicos; e, por fim,
- a energia elétrica.

Uma forte crise hídrica criou um quadro de seca em regiões específicas do País, fato que acarretou pressão sobre os preços de energia.

Os efeitos da seca, que se iniciou em 2014, se somaram aos efeitos do realinhamento cambial. Assim, o grupo “Alimentação e Bebidas” acelerou de 8,03%, em 2014, para 12,01%, em 2015.

Não obstante as diversas pressões sobre os preços em 2015, a inflação de serviços continuou sua tendência de suave decréscimo iniciada após 2011 (quando registrou 9,01%) encerrando 2015 em 8,12%. Nesse contexto, o IPCA encerrou 2015 em 10,67%, tendo fechado 2014 em 6,41%. Para 2016, todavia, a tendência é de queda.

Mesmo considerando eventuais pressões decorrentes do realinhamento cambial, os preços monitorados já se encontram, em grande medida, realinhados e as condições climáticas deverão ser menos severas. Ademais, o Banco Central do Brasil (BCB), com o propósito de conter maiores pressões inflacionárias, empreendeu ao longo de 2015 a elevação da taxa de juros Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), de 12,25% para 14,25%.

As concessões de crédito apresentaram queda de 2,4% no acumulado em 12 meses até novembro de 2015. As concessões com recursos livres ficaram praticamente estáveis sob a mesma base de comparação. Já o crédito direcionado caiu 16,5%.

As concessões para pessoa física e jurídica apresentaram queda de 0,1% e 4,9%, respectivamente. As taxas de juros médias alcançaram 30,4% a.a. em novembro de 2015, sendo 48,1% a.a. para livres e 10,3% a.a. em operações de crédito direcionado. O spread, por sua vez, alcançou 19,4% a.a., composto por 3,5% a.a. em direcionados e 33,3% a.a. em livres.

O prazo médio chegou a 112,7 meses. Já o prazo médio para crédito direcionado alcançou 175 meses e o prazo para crédito livre chegou a 39 meses, também em novembro de 2015. Finalmente, a inadimplência também subiu, chegando a 3,3% do total de crédito concedido, sendo 5,2% para livres e 1,5% para direcionado.

Os bancos públicos atingiram a marca de 54,9% do crédito total do Sistema Financeiro Nacional, ante 52,6% em dezembro de 2014. Destaca-se ainda, nesse período, a continuidade do crescimento anual no saldo de financiamento habitacional, atingindo 16,3% em novembro de 2015. Vale salientar ainda que, em 2015, foram emitidos R\$ 6,0 bilhões em debêntures incentivadas, o que ajuda a promover o financiamento privado de mais longo prazo em diversos setores da economia.

A fim de mitigar os efeitos das incertezas no mercado de crédito, foi editada a Medida Provisória nº 681, de 10 de julho de 2015, convertida na Lei nº 13.172, de 21 de outubro de 2015, que ampliou, de 30% para 35%, o limite de desconto em folha para pagamentos de empréstimos, financiamentos, cartão de crédito e operações de arrendamento mercantil, em favor dos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e dos servidores públicos.

A medida determina que 5% desse limite será destinado exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito. Permite, ainda, que o referido desconto incida sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador.

O crédito consignado apresenta algumas das menores taxas de juros, tendo em vista a sua baixa probabilidade de inadimplência. Assim, um aumento moderado do limite do crédito consignado representa opção pertinente para lidar com a contração do mercado de crédito sem trazer maiores riscos para as instituições financeiras e nem onerar demasiadamente os tomadores. Espera-se, com a adoção da medida, que seja amenizada a contração do mercado de crédito e que ocorra a substituição de dívidas de custo mais elevado, tais como as de cartão de crédito comuns.

Da mesma forma que os demais preços da economia, o câmbio vem passando por um importante processo de realinhamento. Desde agosto de 2014, quando teve cotação média de R\$ 2,24 por dólar americano, a moeda brasileira apresentou trajetória de depreciação.

Encerrou 2014 com a cotação de R\$ 2,66 e 2015 em R\$ 3,91, uma depreciação de 47,0%. Esse realinhamento tem sido importante para trazer o equilíbrio nas contas externas, diminuindo o déficit em transações correntes.

Adicionalmente, torna as exportações brasileiras mais competitivas no mercado internacional, visto que ajuda na recuperação econômica e mitiga os efeitos de um cenário externo mais adverso para o País.

Em função da trajetória do câmbio, o saldo comercial passou de um déficit de US\$ 4,0 bilhões, ao final de 2014, para um superávit de US\$ 19,7 bilhões, no saldo acumulado de 2015.

Apesar do cenário externo adverso, com o fim do ciclo das *commodities*, e o fraco crescimento do comércio mundial e a desaceleração da economia chinesa, o volume exportado pelo Brasil cresceu 8,3% em 2015.

O déficit em transações correntes foi reduzido em US\$ 45,3 bilhões, atingindo US\$ 58,9 bilhões em 2015, uma correção muito expressiva.

Convém ainda destacar que o déficit em transações correntes voltou a ser financiado por investimentos diretos no País, e que as reservas internacionais continuaram elevadas, encerrando o ano em US\$ 368,7 bilhões, sendo um dos pilares da capacidade da economia brasileira para enfrentar choques externos.

### 1.1.2. Políticas de Investimento e Infraestrutura

Um dos aspectos essenciais para a retomada do crescimento são os planos de investimento do Governo. O Programa de Aceleração do Crescimento, na sua segunda etapa (PAC2), se destacou como um programa consolidado, com uma carteira de mais de 40 mil empreendimentos, que incentiva o crescimento da economia, direta e indiretamente, em diversos setores e promove a retomada do planejamento em infraestrutura. Mesmo com o Orçamento Geral da União adequado às condições adversas, o volume de recursos destinados a esses investimentos continuou expressivo, priorizando a execução de obras que já estavam em andamento.

O programa estima investimentos de R\$ 1,05 trilhão entre 2015 e 2018. Nesse período, o valor estimado para conclusão de obras totaliza R\$ 672 bilhões (64% do total previsto para execução). Os investimentos executados do PAC2 até junho de 2015 totalizaram R\$ 76 bilhões.

Em reforço às ações do PAC2, o Governo lançou a segunda fase do Programa de Investimento em Logística (PIL), promovendo investimentos em quatro modais: rodovias, aeroportos, portos e ferrovias.

São R\$ 198 bilhões ao longo de todo o PIL, dos quais R\$ 69 bilhões estão previstos para o período entre 2015 e 2018. Dentre as ações realizadas em 2015, destacam-se a concessão da ponte Rio-Niterói, os estudos para a concessão de quatro aeroportos, o leilão de três terminais portuários em Santos (SP) e a autorização de oito terminais portuários de uso privado.

Outra prioridade do Governo foi o desenvolvimento das fontes energéticas alternativas, com o objetivo de manter a matriz brasileira como uma das mais limpas e renováveis do mundo, além de promover sua diversificação, o que permite atravessar períodos historicamente muito secos com menor risco de racionamento de energia elétrica. Exemplo disso é o Parque Eólico de Verace, que compõe o maior complexo eólico da América Latina, inaugurado em fevereiro de 2015. Entraram em operação as usinas hidrelétricas de Teles Pires (MT), Santo Antônio (RO) e Jirau (RO).

Ainda em 2015, foram arrematadas todas as 29 usinas hidrelétricas cuja concessão foi ofertada no leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), cujo bônus de outorga ultrapassou R\$ 17 bilhões.

### 1.1.3. Políticas Fiscal e Tributária

O ano de 2015 foi de ajuste na política fiscal, com sua adequação ao novo contexto econômico mundial, tendo em vista o fim do superciclo das *commodities* e a redução gradual da liquidez internacional. As políticas anticíclicas, que mantiveram o dinamismo da economia brasileira mesmo em um contexto de desaceleração global, começaram a ser revertidas a fim de garantir o reequilíbrio fiscal, fator indispensável para um novo ciclo de crescimento sustentável com a manutenção das conquistas sociais dos últimos anos. Diante disso, realizou-se um esforço fiscal de R\$ 134,1 bilhões, aproximadamente 2,3% do PIB.

Foi posto em prática o maior contingenciamento da história, que reduziu as despesas discricionárias em R\$ 82,7 bilhões, o que as trouxe para níveis próximos aos de 2012. Houve iniciativas no intuito de revisar programas públicos tais como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Ciência sem Fronteiras.

Houve também uma redução das despesas obrigatórias da ordem de R\$ 25,7 bilhões, equivalente a 0,4% do PIB. O alinhamento das regras de programas previdenciários e trabalhistas às melhores práticas internacionais (tais como seguro desemprego, abono salarial, pensões por morte) permitiu que os programas continuassem em bases mais sustentáveis.

Vários subsídios foram revisados com o aumento das taxas de juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e, posteriormente, com o aumento da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), das taxas de juros dos Fundos Constitucionais e do Fies. Ademais, diversas desonerações foram revisadas, como a tributação sobre a folha, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre automóveis e móveis, dentre outras, um esforço fiscal de R\$ 21,2 bilhões. Vale notar a execução de um esforço de R\$ 1,3 bilhão em atualização monetária de taxas e tarifas e de R\$ 3,1 bilhões em elevação de receitas.

Apesar de todo esforço fiscal realizado, o saldo da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) se elevou, atingindo 66,2% do PIB em dezembro de 2015, em comparação com 57,2% do PIB ao final do ano anterior. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), por sua vez, atingiu 36% do PIB, em dezembro de 2015.

Ainda, no final do ano, foi alterada a meta de resultado primário para um déficit de R\$ 119,9 bilhões, permitindo o pagamento de R\$ 55,8 bilhões relativo aos passivos junto aos bancos públicos e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Apesar de todas as incertezas e dificuldades do ano de 2015, houve relativa manutenção no perfil da Dívida Pública Federal (DPF) alcançada nos últimos anos, tanto em termos de composição quanto de maturidade. A parcela prefixada da DPF manteve-se próxima de 40,0%, passando de 41,6% em dezembro de 2014 para 39,2% em 2015. No mesmo período, a parcela indexada a índices de preços recuou de 34,9% para 32,8%. Já a parcela de títulos indexada à taxa flutuante subiu de 18,7% para 22,7%.

O prazo médio da DPF manteve sua trajetória de alongamento, passando de 4,4 anos, em dezembro de 2014, para 4,7 anos em 2015. Além disso, a atratividade dos títulos brasileiros continuou expressiva, como mostra a relativa estabilidade da parcela de estrangeiros entre os detentores de dívida doméstica, que passou de 18,6% da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), em dezembro de 2014, para 19,4% da DPMFi em novembro de 2015.

Cabe destacar a criação do Prisma Fiscal, um sistema de coleta de expectativas de mercado para acompanhar a evolução das principais variáveis fiscais brasileiras, num esforço em ampliar o diálogo com os agentes econômicos. Finalmente, houve reestruturação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), com o intuito de destravar a cobrança da dívida ativa e aumentar a transparência e eficiência do órgão. Apresentou-se, pois, um conjunto de ações para obtenção de superávits estruturais, sem a necessidade de receitas extraordinárias. Com a finalização do ajuste, o País poderá usufruir de um relaxamento monetário que, junto a reformas estruturais, sustentará um novo ciclo de crescimento e inclusão.

### 1.1.4. Políticas Sociais

É um dos deveres do Estado prover as condições necessárias para a inclusão produtiva e social de todos os brasileiros, além de promover ações para garantir o acesso equânime aos serviços públicos. Nesse contexto, o desenvolvimento econômico brasileiro apoia-se em ações ligadas à redução da pobreza e da desigualdade social, e à robustez do mercado de trabalho.

No que se refere à redução da pobreza, o Brasil realizou uma revolução silenciosa, em pouco mais de uma década, ao sair da condição de País conhecido mundialmente pelo alto índice de pobreza para, após uma larga transição social, reduzir radicalmente a miséria.

O Brasil é reconhecido internacionalmente como um dos países que mais contribuíram para o alcance da meta proposta pelo primeiro dos oito objetivos da ONU até 2015: “acabar com a pobreza extrema e com a fome”.

O Brasil foi retirado do Mapa da Fome das Nações Unidas, ao reduzir a fome e seus efeitos perversos em 82,0% entre 2002 e 2014, muito acima da média mundial de 14%. Isso foi possível com o desenvolvimento de um plano de ações integradas que resultaram em um aumento da renda dos mais pobres, crescimento real de 76,1% do salário mínimo e geração de 22,4 milhões de empregos nesse período, e no aumento da oferta de alimentos, crescendo

a disponibilidade de calorias para a população em 10,0%. Hoje, 98,3% da população brasileira tem acesso a alimentos e possui segurança alimentar.

Por meio do maior acesso à educação e da melhoria das condições de vida das famílias mais pobres, o Governo tem tomado ações que dão sustentabilidade ao processo de mobilidade social ascendente em curso no País. Nessa linha, o Programa Minha Casa, Minha Vida subsidia a compra de moradias para os grupos sociais mais carentes, o que também contribui para reduzir o déficit habitacional do País. Desde 2011, foram contratadas mais de 4,0 milhões de unidades habitacionais.

Quanto à oferta de educação profissional, o Pronatec alcançou a meta global de matricular oito milhões de alunos até o final de 2015. Ainda sobre educação, o Programa Universidade para Todos (Prouni) concedeu 1,1 milhão de bolsas entre 2011 e 2015. Nesse mesmo período, foram firmados 2,1 milhões de contratos de financiamento educacional por meio do Fies.

A elevação da escolaridade dos mais jovens tem propiciado a sua inserção em postos de trabalho com maiores possibilidades de progresso profissional. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego, em 1996, 17,2% dos admitidos com carteira assinada tinham pelo menos nível médio completo, enquanto em 2015, no acumulado em 12 meses até novembro, essa proporção alcançou 64,5%.

O fortalecimento da rede de proteção social também possibilita a elevação da produtividade do trabalho no longo prazo, haja vista o aumento do nível de escolaridade da população nos últimos anos.

A proporção da população ocupada com pelo menos 11 anos de estudo saltou de 23,4% para 53,4% entre 2001 e 2015, o que significa maior disponibilidade de mão de obra qualificada no mercado de trabalho.

### 1.1.5. Políticas de Emprego e Renda

A robustez do mercado de trabalho teve papel chave como pilar para o crescimento inclusivo e sustentável nos últimos anos. Nesse quadro, a taxa de desemprego brasileira chegou a atingir 4,3% em dezembro de 2014, menor patamar da série histórica. Houve também forte crescimento da formalização: foram gerados 2,4 milhões de empregos formais, entre 2011 e 2014, segundo dados do Caged.

É bem verdade que passamos por ajustes na economia e que o desemprego voltou a aumentar, mas é importante ressaltar que o poder de compra dos trabalhadores continua estável em relação a 2014.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad), o rendimento médio dos trabalhadores teve pequeno crescimento de 0,36% no acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2015. Isto, graças à política de valorização do salário mínimo, que concedeu reajuste de 8,8% em 2015 e 11,7% em 2016.

No mesmo sentido, torna-se digno de nota a ampliação da cobertura previdenciária dos trabalhadores, que atingiu 76,4% da população ocupada em 2015, com crescimento em relação ao ano de 2014.

Além de ajudar na formalização e promover a valorização de milhões de trabalhadores, concedendo reajuste no salário mínimo da ordem de 54,5% entre 2010 e 2015, período em que a inflação foi de 40,6%, a evolução do mercado de trabalho tem sido marcada pela inclusão.

Em 2009, a proporção de trabalhadores negros e pardos no universo de empregados com carteira assinada era de 44,6%. Já em 2014, houve um salto para 49,4%, de acordo com a Pnad. O mesmo caminho de inclusão é seguido entre os funcionários públicos estatutários, que viram aumentar em dois pontos percentuais a proporção de trabalhadores negros e pardos nesse mesmo período.

Como medida para conter o aumento do desemprego, o Governo criou o Programa de Proteção de Emprego (PPE) com o objetivo de proteger os empregos em momentos de redução temporária da atividade econômica e manter os vínculos empregatícios de longo prazo, garantindo os direitos dos trabalhadores e preservando a produtividade.

Desde o início do Programa, foram preservados mais de 41 mil empregos por meio de negociações coletivas que levaram à adesão ao Programa.

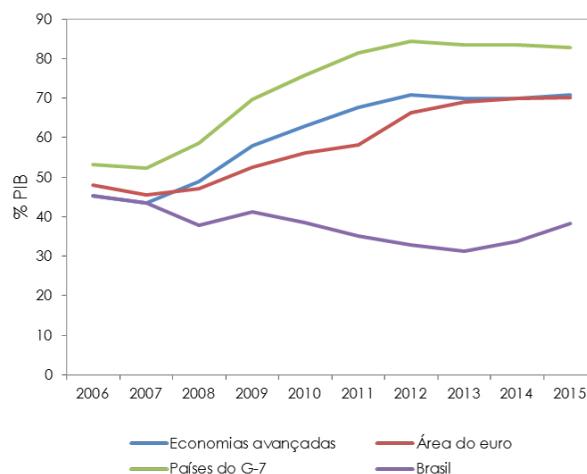
### 1.1.6. Dívida Pública Consolidada e Resultado Nominal

A dívida pública registrou elevação em 2015, refletindo, em especial, o impacto desfavorável da retração da atividade econômica sobre a arrecadação de impostos e contribuições e o aumento das despesas com juros, ao longo do período.

A dívida líquida do Governo Geral (Governo Federal, governos estaduais, Distrito Federal e governos municipais) alcançou R\$2.272,2 bilhões, 38,3% do PIB em 2015, elevando-se 4,6 p.p. em relação ao ano anterior. Não obstante essa elevação, o nível de endividamento do Governo Geral no Brasil segue abaixo daquele registrado, por exemplo, em países de economia avançada e da Área do Euro.

Enquanto naqueles países observou-se tendência de elevação do endividamento líquido do Governo Geral desde meados da década passada, o endividamento brasileiro apresentou tendência de redução no período, em que pese o aumento observado nos últimos dois anos.

#### DÍVIDA LÍQUIDA DO GOVERNO GERAL EM % DO PIB

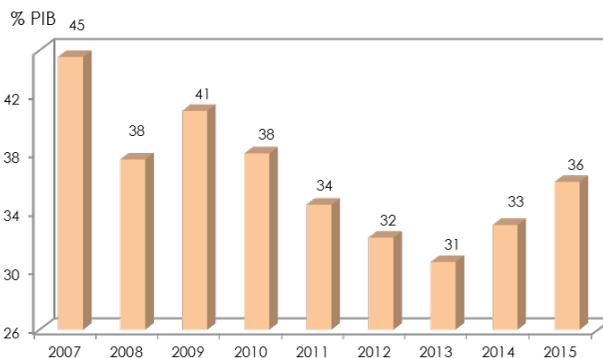


Fonte: Fundo Monetário Internacional e Banco Central do Brasil

Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) alcançou R\$2.136,9 bilhões, 36% do PIB, com elevação de 2,9 p.p. em relação ao ano anterior. Os juros nominais apropriados sobre o estoque da DLSP e o déficit primário observado no ano contribuíram, conjuntamente, para elevação de 10,3 p.p. na relação DLSP/PIB; enquanto os efeitos favoráveis associados ao impacto da depreciação cambial de 47% sobre o estoque credor líquido em moeda estrangeira, ao reconhecimento líquido de ativos e ao efeito do crescimento do PIB corrente concorreram para reduzir aquela relação em 7,4 p.p. do PIB.

Ressalte-se que, apesar da elevação da relação DLSP/PIB nos últimos dois anos, o nível ainda segue abaixo daquele observado antes da crise financeira internacional de 2008.

#### DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO



Fonte: Banco Central do Brasil

Analisando-se a composição da DLSP por indexador em 2015, destacam-se as reduções na parcela vinculada à TJLP (3,2 p.p.) e sem remuneração (2,1 p.p.); e as elevações das parcelas vinculadas ao câmbio (11,9 p.p.) e à taxa Selic (9,7 p.p.).

A posição credora líquida em moeda estrangeira elevou-se 11,9 p.p., para 55,7% do total da DLSP, evolução influenciada pelo efeito da desvalorização cambial de 47% registrada no período. A desvalorização cambial respondeu ainda por redução de R\$385,7 bilhões no estoque da DLSP em 2015.

#### EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA – FATORES CONDICIONANTES

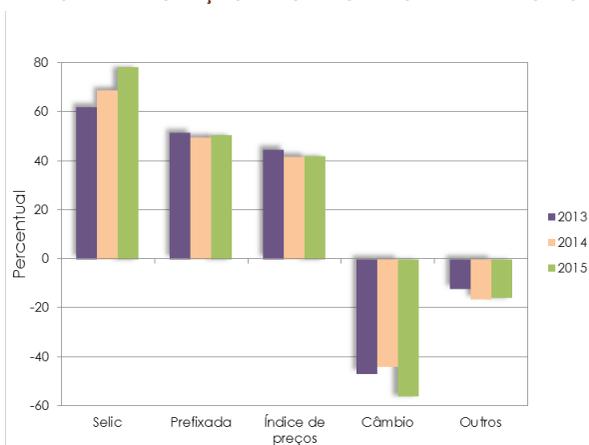
DISCRIMINAÇÃO	2013	% PIB	2014	% PIB	2015	% PIB
	R\$ MILHÕES		R\$ MILHÕES		R\$ MILHÕES	
Dívida líquida total – saldo	1.626.335	30,6	1.883.147	33,1	2.136.888	36,0
Fluxos	Acumulados no ano					
Var. DLSP	76.252	-1,7	256.812	2,5	253.741	2,9
Fatores	76.252	1,4	256.812	4,5	253.741	4,3
NFSP	157.550	3,0	343.916	6,0	613.035	10,3
Primário	-91.306	-1,7	32.536	0,6	111.249	1,9
Juros nominais	248.856	4,7	311.380	5,5	501.786	8,5
Ajuste cambial	-95.923	-1,8	-96.075	-1,7	-385.743	-6,5
Dívida interna <sup>1/</sup>	-4.643	-0,1	-2.835	-0,0	-16.568	-0,3
Dívida externa	-91.280	-1,7	-93.239	-1,6	-369.175	-6,2
Outros <sup>2/</sup>	17.600	0,3	12.481	0,2	21.830	0,4
Reconhecimento de dívidas	-2.427	-0,0	-3.511	-0,1	4.619	0,1
Privatizações	-547	-0,0	0	0	0	0
Efeito crescimento PIB		-3,1		-2,0		-1,4

Fonte: Banco Central

1/ Dívida mobiliária interna indexada ao dólar

2/ Paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida

#### DLSP – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR INDEXADORES



Fonte: Banco Central do Brasil

O atual saldo credor líquido em moeda estrangeira da DLSP – consequência do crescimento das reservas internacionais ao longo da última década – acrescenta graus de liberdade à política econômica, fato que pode ser ilustrado comparando-se o impacto da variação cambial em 2002 e em 2015, períodos caracterizados por depreciações da moeda local em magnitudes semelhantes.

Na primeira data, quando ainda se registrava na DLSP posição devedora em moeda estrangeira, a desvalorização cambial de 52,3% contribuiu para elevação da relação DLSP/PIB em 11,6 p.p., dada a elasticidade média daquela relação à desvalorização cambial. Já em 2015, a desvalorização cambial de 47% contribuiu para a redução daquela relação com 8,2 p.p., novamente considerando a elasticidade média da relação DLSP/PIB ao câmbio.

Assim, embora o aumento das reservas internacionais tenha levado ao crescimento do volume de operações compromissadas realizadas pelo Banco Central, é imperioso considerar as melhorias observadas nas condições de enfrentamento de turbulências na economia.

#### IMPACTO DA TAXA DE CÂMBIO NA RELAÇÃO DLSP/PIB

		TX CÂMBIO R\$/US\$ (A)	ELASTICIDADE MÉDIA TX CÂMBIO1/ (B)	CUSTO CAMBIAL NA RELAÇÃO DLSP/ PIB2/ (A*B)
2001	Dez	2,32		
2002	Dez	3,53		
Variação em 2002 (%)		52,3	0,22	11,6
2014	Dez	2,66		
2015	Dez	3,90		
Variação em 2015 (%)		47,0	-0,17	-8,2
TOTAL				19,8

1/ Variação na relação DLSP/PIB decorrente do aumento de 1% na taxa de câmbio.

2/ Em pontos percentuais do PIB.

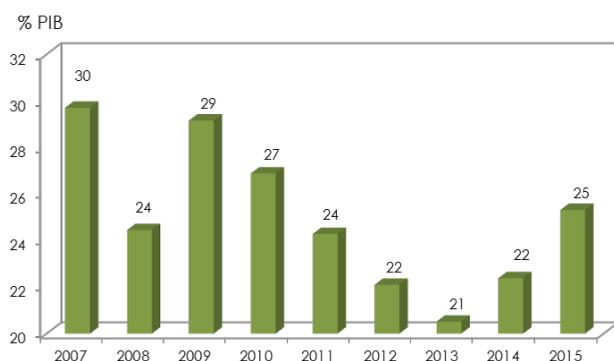
A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) alcançou R\$3.927,5 bilhões em 2015, 66,2% do PIB, elevando-se 9 p.p. do PIB no ano. Contribuíram para essa elevação o déficit primário - influenciado pela retração na atividade econômica -, o resultado desfavorável das operações de swap cambial, a elevação da taxa Selic e o efeito da desvalorização da taxa de câmbio sobre os passivos em moeda estrangeira.

O prazo médio dos títulos federais manteve a trajetória de elevação observada ao longo dos últimos anos, passando de 51,4 meses ao final de 2014, para 53,2 meses ao final de 2015.

A dívida líquida do Governo Federal alcançou R\$1.500,6 bilhões, 25,3% do PIB em 2015, ante R\$1.272,7 bilhões, 22,4% do PIB no ano anterior. A dívida mobiliária federal, principal componente do endividamento líquido, totalizou R\$2.650,2 bilhões, 44,7% do PIB, registrando elevação de 6,3 p.p. em relação ao período anterior.

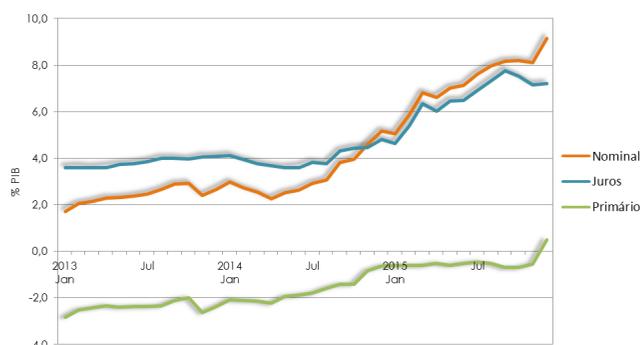
O déficit nominal do setor público elevou-se 4,3 p.p., alcançando 10,3% do PIB em 2015. Considerando especificamente o Governo Federal (incluindo a Previdência Social), o déficit nominal passou de R\$294,2 bilhões, 5,17% do PIB em 2014 para R\$544,2 bilhões, 9,18% do PIB em 2015.

#### DÍVIDA LÍQUIDA DO GOVERNO FEDERAL



Fonte: Banco Central do Brasil

#### NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL



Fonte: Banco Central do Brasil

(+) Déficit; (-) Superávit

Fluxos acumulados em 12 meses

#### 1.1.7. Metas Fiscais e Resultados Primários e Nominal Alcançados no Exercício

A meta de resultado fiscal para 2015 foi fixada na Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano - LDO 2015, conforme determina o art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Tal meta foi estabelecida para o setor público consolidado não financeiro como um resultado primário de R\$ 66,35 bilhões, já considerada a redução do montante de R\$ 28,67 bilhões relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A meta de superávit primário estava decomposta em R\$ R\$ 55,33 bilhões para o Governo Central, e R\$ 0,00 para as Estatais Federais, e um primário estimado de R\$ 11,05 bilhões para os Governos Estaduais e Municipais juntamente com suas estatais.

A Lei nº 13.199, de 03 de dezembro de 2015, alterou estes valores para uma meta de resultado primário deficitário de R\$ 48,91 bilhões, sendo para o Governo Federal um déficit primário de R\$ 51,82 bilhões e para os governos estaduais e municipais (e suas estatais) um superávit de R\$ 2,92 bilhões. A meta para as estatais federais não foi alterada.

Além desta, outras alterações foram promovidas por essa Lei na meta de resultado fiscal:

- i) possibilidade de compensação entre as metas do Governo Federal, estatais federais e Estados e Municípios; e
- ii) possibilidade de abatimento de até R\$ 11,05 bilhões a título de frustração de receitas de concessões de usinas hidroelétricas e R\$ 57,01 bilhões relativos ao pagamento de passivos e valores devidos.

A revisão da meta foi imposta por uma combinação de fatores que na sua essência estão fora do controle do Poder Executivo e que acabaram determinando um resultado primário negativo.

O resultado primário do setor público consolidado fechou 2015 com um déficit de R\$ 111,25 bilhões (equivalente a 1,88% do PIB), composto por um déficit de R\$ 116,66 bilhões do governo central (1,97% do PIB), um déficit de R\$ 1,73 bilhões das empresas estatais federais (0,03% do PIB) e um superávit de R\$ 7,14 bilhões (0,12% do PIB) dos governos regionais e suas estatais.

As expectativas de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) para 2015, que orientam as projeções fiscais do Governo Federal, sofreram repetidas reduções ao longo do ano. Em novembro de 2014, quando estava em tramitação a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, o Relatório Focus apresentava uma mediana das projeções de mercado para o crescimento do PIB em 2015 de 0,8%. Já no final do ano de 2015, o último Relatório Focus do ano mostrou a mediana de mercado para o crescimento do PIB em -3,71%.

Esta expressiva deterioração das expectativas de mercado refletiu o cenário de rápida queda da atividade econômica, que influenciou fortemente as principais bases de cálculo dos tributos que compõem a arrecadação de receitas. Em função disso, a estimativa de arrecadação se reduziu em mais de R\$ 100 bilhões desde a aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2015.

Esta perda de arrecadação teve forte impacto sobre o desempenho do resultado fiscal, e se caracteriza em um dos principais determinantes do déficit primário mencionado.

Para responder a esta perda de arrecadação, ao longo de 2015 foi necessário adequar a política fiscal ao novo contexto econômico. Para tanto, foi realizado um esforço fiscal de R\$ 134,1 bilhões, aproximadamente 2,3% do PIB.

Reduziram-se as despesas discricionárias em R\$ 82,7 bilhões, que em um esforço inédito as trouxe para níveis próximos ao de 2012.

Houve iniciativas no intuito de revisar programas públicos, e também uma redução das despesas obrigatórias da ordem de R\$ 25,7 bilhões, equivalente a 0,4% do PIB.

No entanto, em função da rigidez da despesa total, em grande medida decorrente da representatividade das despesas obrigatórias, e do pagamento de passivos em dezembro, o gasto primário total subiu 1,27 p.p. do PIB, passando de 18,13% para 19,4% do PIB entre 2014 e 2015. Esta rigidez do gasto se caracteriza em outro grande determinante do resultado fiscal no ano.

Vários subsídios e desonerações tributárias foram revisados, como Programa de Sustentação do Investimento (PSI) a tributação sobre a folha de pagamentos, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre automóveis e móveis, dentre outros.

Além disso, vale notar a execução de um esforço de R\$ 1,3 bilhão em atualização monetária de taxas e tarifas e de R\$ 3,1 bilhões em elevação de outras receitas.

O alinhamento das regras de programas previdenciários e trabalhistas às melhores práticas internacionais (tais como seguro desemprego, abono salarial, pensões por morte) permitiu que os programas continuassem em bases mais sustentáveis.

No entanto, algumas alterações sofridas pelas propostas enviadas ao Congresso Nacional no final de 2014 acabaram reduzindo a economia prevista pelas iniciativas do Poder Executivo, o que configura em mais um componente do desempenho fiscal de 2015.

Um último fator altamente determinante do resultado primário de 2015 foram os pagamentos da União no âmbito dos Acórdãos – TCU – Plenário nº 825/2015 e nº 3.297/2015, que totalizaram R\$ 72,4 bilhões, sendo R\$ 16,8 bilhões de obrigações de 2015 e R\$ 55,6 bilhões de passivos de anos anteriores.

Na ausência dos pagamentos de passivos, o resultado primário do Governo Central no acumulado do ano teria sido deficitário em R\$ 59,4 bilhões, cerca de 1% do PIB.

Por fim, o déficit nominal do setor público consolidado, que ficou em R\$ 613,04 bilhões de reais (10,34% do PIB), além do desempenho do resultado primário, refletiu o ciclo de aumento da meta Selic, que passou de 11,75% a.a. em dezembro de 2014 para 14,25% a.a. em dezembro de 2015. Contribuiu também para este resultado a elevação do custo médio da Dívida Pública Federal que em 12 meses saiu de 11,84% a.a. em dezembro de 2014 para 16,07% a.a. em dezembro de 2015.

Além disso, o custo dos swaps cambiais, cuja exposição total líquida alcançou R\$ 426,8 bilhões em 2015, também levou a uma elevação do déficit nominal, já que o resultado dessas operações no acumulado do ano foi desfavorável no montante de R\$ 89,7 bilhões, ou seja, cerca de 1,5% do PIB.

## 1.2. MOEDA E CRÉDITO

### 1.2.1. Aspectos Gerais

A evolução dos agregados monetários e do crédito refletiu os fatores preponderantes na atual conjuntura econômica interna, corroborando o processo de ajuste macroeconômico em curso no País.

Nesse contexto, na comparação com o ano anterior, houve redução nominal nos meios de pagamentos mais restritos (M1), refletindo a queda no consumo das famílias, e maior crescimento na evolução dos agregados mais amplos, em função principalmente do aumento na capitalização dos juros em seus componentes (M4).

As operações de crédito registraram menor ritmo de expansão em 2015, tendo em vista a retração acentuada da atividade econômica, que afetou, principalmente, a demanda por operações com recursos livres.

No crédito direcionado, observou-se a desaceleração nos financiamentos para investimentos do BNDES e no crédito imobiliário.

O comportamento das taxas ativas praticadas pelas instituições financeiras refletiu a política monetária contracionista em vigor, com processo de elevação da taxa básica de juros. Dessa forma, as taxas de juros ativas subiram, permanecendo estável o comportamento dos índices de inadimplência.

### 1.2.2. Agregados Monetários

A base monetária restrita alcançou saldo médio diário de R\$256,4 bilhões em dezembro, com declínio anual de 1%, resultante das variações de 2,8% no papel-moeda emitido e de -19,9% na posição de reservas bancárias.

Considerados saldos de final de período, a base monetária somou R\$255,3 bilhões no final de 2015, com redução anual de R\$8,2 bilhões.

Esse comportamento refletiu o impacto contracionista das operações com títulos públicos federais (R\$124 bilhões), dos depósitos compulsórios (R\$23,1 bilhões), e das operações com o setor externo (R\$15 bilhões).

Em contraposição, ocorreram movimentações expansionistas de R\$89,7 bilhões nos ajustes das operações com derivativos, bem como de R\$59,7

bilhões na conta única do Tesouro Nacional, excluídas as operações com títulos públicos.

A base monetária ampliada, que consiste em um indicador da dívida monetária e mobiliária federal de alta liquidez, agregando à base monetária restrita os depósitos compulsórios em espécie e os títulos públicos federais fora do Banco Central registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), alcançou R\$4,2 trilhões ao final de dezembro, registrando crescimento de 18,6% em 2015. Esse desempenho refletiu, em grande parte, a atualização da dívida mobiliária federal em poder do mercado.

Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada não apresentaram tendência pronunciada em qualquer direção ao longo do ano de 2015, registrando em ambos o índice de 1,3 ao final do período.

Em relação aos agregados monetários em poder do público não-financeiro, a média dos saldos diários no conceito restrito (M1) atingiu R\$332,3 bilhões ao final de dezembro, com recuo anual de 5,2%, traduzindo o acréscimo de 4% no papel-moeda em poder do público e a retração de 14,6% nos depósitos à vista. Utilizando dados dessazonalizados e deflacionados pelo IPCA, o M1 decresceu 6,3% em relação a dezembro de 2014.

O conceito M2 dos meios de pagamento ampliados assinalou aumento de 5,6% em 2015, ante 9,9% verificado no ano anterior, somando R\$2,3 trilhões.

O saldo de títulos privados expandiu-se 13% e 12%, nos mesmos períodos, refletindo resgates líquidos de R\$55,9 bilhões em depósitos a prazo, ante R\$97,3 bilhões em 2014. Por sua vez, os depósitos de poupança contraíram-se 1,2% em 2015, com resgates líquidos de R\$53,6 bilhões.

O agregado M3 elevou-se 9,9% no ano (13% em 2014), totalizando R\$4,7 trilhões em dezembro. Entre seus componentes, as quotas de fundos de investimento aumentaram 15,4% no período (13,8% em 2014), após captações líquidas de R\$23,5 bilhões no ano.

O M4, correspondendo ao M3 mais os títulos públicos de detentores não financeiros, registrou expansão de 11,3% no ano (13,4% em 2014), atingindo saldo de R\$5,6 trilhões no final de 2015.

Ressalte-se que as projeções estabelecidas pela programação monetária para os principais agregados monetários foram devidamente cumpridas

no ano de 2015. A seguir, apresenta-se quadro com resumo dos valores programados e ocorridos para ambos os conceitos de base monetária e de meios de pagamento:

**RESULTADOS PREVISTOS  
PELA PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA E OCORRIDOS EM 2015<sup>1/</sup>**

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTO R\$ BILHÕES	OCORRIDO		
		VARIAÇÃO %	R\$ BILHÕES	VARIAÇÃO %
		EM 12 MESES <sup>2/</sup>		EM 12 MESES
M13/	305,1 - 358,1	-5,4	332,3	-5,2
Base restrita <sup>3/</sup>	214,6 - 290,6	-2,5	256,4	-1,0
Base Ampliada <sup>4/</sup>	3575,9 - 4197,8	10,2	4180,5	18,6
M44/	4647,3 - 6287,6	9,5	5559,4	11,3

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais, considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

### 1.2.3. Títulos Públicos Federais

Em 2015, as operações primárias do Tesouro Nacional com títulos públicos federais registraram emissões líquidas de R\$123,5 bilhões, correspondentes a resgates de R\$705,6 bilhões e colocações de R\$829,1 bilhões.

As operações de troca realizadas no período totalizaram R\$13,4 bilhões, com resgates antecipados de R\$4,5 bilhões.

Com o objetivo de manter a taxa Selic próxima à meta determinada pelo Copom, o Banco Central realizou operações compromissadas com o saldo médio diário atingindo R\$920,9 bilhões ao longo do último mês de 2015, superando em 7,3% o montante verificado em dezembro de 2014.

As operações compromissadas tiveram seus prazos alterados ao longo do ano. As operações de duas semanas a três meses recuaram de 65% em 2014 para 50% em 2015, ao passo que aquelas com prazo de três a sete meses passaram de 20% para 22%. Já as operações de curtíssimo prazo encerraram o ano com participação de 28%, ante 15% em 2014.

### 1.2.4. Operações de crédito

O saldo total do crédito do sistema financeiro alcançou R\$3.217 bilhões em dezembro de 2015, aumentando 6,6% no ano (11,3% em 2014 e 14,5% em 2013).

A razão crédito/PIB atingiu 54,2%, expansão de 1,1 p.p. em 12 meses, o menor crescimento anual desde o início da série em março de 2007. As carteiras destinadas às pessoas jurídicas e físicas totalizaram, na ordem, R\$1.707 bilhões e R\$1.510 bilhões, elevações anuais de 6,3% e 6,9% (9,5% e 13,3% no ano anterior, respectivamente).

O crédito concedido pelos bancos públicos alcançou R\$1.800 bilhões em dezembro (+10,9% no ano), passando a representar 56% da carteira total do sistema financeiro (53,8% em 2014).

O saldo contratado com as instituições privadas nacionais totalizou R\$945 bilhões (-0,8% no ano), enquanto, nas instituições estrangeiras, somou R\$472 bilhões (+6,9% no ano), resultando em participações relativas de 29,4% e 14,6%, respectivamente, no total das operações de crédito do sistema financeiro (31,6% e 14,6%, no ano anterior).

As operações contratadas com recursos livres (50,8% da carteira total do sistema financeiro), atingiram R\$1.635 bilhões em dezembro, elevando-se 3,7% no ano (4,6% em 2014).

A carteira das pessoas físicas somou R\$803 bilhões (+2,5% no ano), indicando continuidade no arrefecimento do consumo das famílias. As modalidades com maior crescimento foram crédito consignado (+8,5%) e cartão de crédito (+7,6%), mais voltadas para as necessidades de curto prazo das famílias.

Por outro lado, as operações para aquisição de bens apresentaram retração no ano: veículos (-12,7%) e outros bens (-11,5%).

### EVOLUÇÃO DO CRÉDITO (R\$ BILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015	VARIAÇÃO %	
				2014	2015
Total	2711,4	3017,5	3216,9	11,3	6,6
Recursos livres	1506,8	1576,7	1635,1	4,6	3,7
Recursos direcionados	1204,6	1440,7	1581,8	19,6	9,8
Participação %:					
Total/PIB	51,0	53,1	54,2		
Recursos livres/PIB	28,3	27,7	27,6		
Recursos direcionados/PIB	22,7	25,3	26,7		

Fonte: Banco Central do Brasil

O crédito livre destinado a empresas alcançou R\$832 bilhões em dezembro, aumento de 4,8% no ano. Destacaram-se as operações vinculadas à administração do fluxo de caixa, como desconto de duplicatas (+18,2%) e outros créditos livres (+29,8%, com ênfase em aquisição de recebíveis). As modalidades vinculadas ao comércio exterior também apresentaram variação relevante, como adiantamentos sobre contratos de câmbio (+28%) e financiamentos a exportações (+19%). O saldo de repasses externos cresceu 51,3%, influenciado, em parte, pela significativa depreciação cambial registrada no ano. Em sentido inverso, as operações de capital de giro (45,5% da carteira livre de empresas) e conta garantida declinaram 3,5% e 12,4%, respectivamente, no ano.

**CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES  
(R\$ BILHÕES)**

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015	VARIÇÃO %	
				2014	2015
Total	1506,8	1576,7	1635,1	4,6	3,7
Pessoas Jurídicas	764,0	793,4	831,8	3,8	4,8
Capital de giro	385,2	392,4	378,7	1,9	-3,5
Conta garantida	44,0	45,5	39,9	3,4	-12,4
ACC	42,5	52,5	67,2	23,5	28,1
Financ. a exportações	50,3	57,5	68,4	14,3	19,0
Demais	242,0	245,5	277,7	1,4	13,1
Pessoas Físicas	742,8	783,3	803,3	5,5	2,6
Crédito pessoal	317,7	353,1	378,8	11,1	7,3
Do qual: consignado	221,9	252,2	273,7	13,7	8,5
Aquisição de veículos	192,8	184,1	160,8	-4,5	-12,7
Cartão de crédito	144,6	160,8	173,0	11,2	7,6
Cheque especial	23,3	24,5	24,6	5,2	0,6
Demais	64,4	60,8	66,1	-5,6	8,8

Fonte: Banco Central do Brasil

Os financiamentos com recursos direcionados totalizaram R\$1.582 bilhões no final do ano, com desaceleração significativa no crescimento anual, que passou de 19,6% em 2014 para 9,8% em 2015. As operações contratadas com as famílias apresentaram melhor desempenho: aumento de 12,3%, para R\$706 bilhões, destacando-se os financiamentos imobiliários (+15,7%), não obstante a expressiva retração no desempenho dessa carteira, que registrara crescimento de 28% no ano anterior. Os desembolsos acumulados dessa modalidade somaram R\$108,7 bilhões em 2015, com declínio de 19,4% na comparação anual, refletindo a redução dos limites de financiamento, elevação das taxas de juros, aumento do desemprego e queda na renda real.

**CRÉDITO COM RECURSOS DIRECIONADOS  
(R\$ BILHÕES)**

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015	VARIÇÃO %	
				2014	2015
Total	1204,6	1440,8	1581,8	19,6	9,8
Pessoas Jurídicas	701,5	812,0	875,4	15,8	7,8
BNDES	514,5	595,2	633,4	15,7	6,4
Imobiliário	53,8	66,2	72,8	23,0	9,9
Rural	69,6	74,3	77,3	6,8	4,0
Demais	63,6	76,3	91,9	20,0	20,5
Pessoas Físicas	503,1	628,8	706,4	25,0	12,3
BNDES	37,1	43,2	46,1	16,4	6,7
Imobiliário	337,2	431,6	499,6	28,0	15,7
Rural	119,1	145,6	153,3	22,3	5,3
Demais	9,7	8,4	7,5	-13,4	-10,7

Fonte: Banco Central do Brasil

O crédito direcionado contratado por empresas alcançou R\$875 bilhões, aumento anual de 7,8%, repercutindo a variação de 7,6% no saldo dos financiamentos para investimentos com recursos do BNDES, que foi condicionada principalmente pela execução de cronogramas de desembolsos anteriormente contratados, além do efeito da depreciação cambial nos contratos indexados em moeda estrangeira.

Nesse sentido, os desembolsos do BNDES ao setor produtivo, excluindo as operações da BNDES-PAR, somaram R\$124,5 bilhões em 2015, com redução de 26,3% em relação a 2014.

Dados divulgados pelo BNDES indicam que o número de aprovações de novos financiamentos, no período de janeiro a dezembro, registrou declínio de 47% na comparação com o ano anterior.

O número de enquadramentos, que pode ser utilizado como um indicador de demanda por esses financiamentos, também apresentou redução (declínio de 49%, considerando-se os mesmos períodos).

Ainda no âmbito dos recursos direcionados, o saldo de crédito rural destinado a famílias e empresas também evidenciou desaceleração, com

crescimento de 4,9% no ano (ante 16,5% em 2014), situando-se em R\$230,5 bilhões em dezembro.

A evolução anual traduziu elevações de 6,8% para finalidade de custeio (14,2% em 2014) e de 6,9% para investimentos (25,2% no ano anterior).

No que se refere à classificação das operações de crédito conforme o setor de atividade do tomador, o saldo das operações contratadas pela indústria somou R\$778 bilhões (+5,4% no ano), com destaque para serviços industriais de utilidade pública (eletricidade e gás) e indústria de transformação (notadamente petróleo).

Por outro lado, a carteira destinada ao ramo de construção registrou declínio anual de 3,5%.

Os créditos ao setor de serviços totalizaram R\$863 bilhões (+6,5%), sobressaindo-se as contratações com administração pública e com a atividade de transportes (principalmente, aquaviário, aéreo e dutoviário).

Em sentido inverso, no segmento do comércio, saldo de R\$307 bilhões, ocorreu retração anual de 0,1%, refletindo reduções nos ramos de

varejo (exceto supermercados e lojas de departamentos) e de veículos automotores.

Os financiamentos ao setor público totalizaram R\$ 261 bilhões ao final de dezembro, com aumento anual de 26,2%, ante crescimento de 5,2% no âmbito do setor privado, explicado em parte pelo cumprimento do cronograma de desembolsos em contratos de financiamentos de obras públicas, e também pela variação cambial do período, tendo em vista que parcela do *funding* desses financiamentos é captada no exterior.

A esfera do Governo Federal expandiu sua dívida bancária em 31,9% (39,8% em 2014), enquanto para tomadores de Estados e Municípios, a dívida cresceu 21,5% (37% em 2014).

A taxa média de juros das operações de crédito do sistema financeiro, computadas as operações com recursos livres e direcionados, registrou crescimento de 6,1 p.p. no ano (1,3 p.p. em 2014), atingindo 29,8% a.a. em dezembro, refletindo a elevação da taxa básica de juros ocorrida ao longo do ano.

No âmbito dos recursos livres, a taxa média situou-se em 47,3% a.a., ao avançar 10 p.p., enquanto no crédito direcionado, o custo médio cresceu 2,1 p.p., para 9,9% a.a.

Nas operações para pessoas físicas, a taxa média de juros alcançou 37,9% a.a. em dezembro, após crescimento de 7,2 p.p. em relação a dezembro de 2014. Nas contratações com recursos livres, o custo médio aumentou 14,1 p.p., ao atingir 63,7% a.a., refletindo, principalmente, as elevações em cartão de crédito rotativo (+99,8 p.p.), cheque especial (+86 p.p.) e em crédito pessoal não consignado (+15,7 p.p.).

No segmento com recursos direcionados, a taxa média das operações com famílias apresentou variação de 1,8 p.p., ao alcançar 9,7% a.a., destacando-se o aumento em crédito rural (+3 p.p.).

Nos empréstimos às empresas, os encargos financeiros cresceram 4,4 p.p. no ano, situando-se em 20,9% a.a.

Nas operações com recursos livres, esse custo atingiu 30% a.a., ao avançar 5,8 p.p., com destaque para as elevações em cheque especial (+85 p.p.), capital de giro (+5,2 p.p.) e conta garantida (+8 p.p.).

Nas concessões com recursos direcionados, a taxa média alcançou 10,1% a.a. (+2,5 p.p. no ano), observando-se maior crescimento nos financiamentos para investimentos do BNDES (+2,7 p.p.).

O *spread* bancário das operações de crédito do sistema financeiro situou-se em 18,7 p.p. em dezembro de 2015, crescimento de 3,8 p.p. na comparação anual. Os indicadores relativos aos segmentos de pessoas físicas e jurídicas aumentaram, respectivamente, 5,1 p.p. e 1,9 p.p., fechando o ano em 26,6 p.p. e 9,9 p.p.

A inadimplência do sistema financeiro, referente a operações com atrasos superiores a noventa dias, cresceu 0,7 p.p., alcançando 3,4% em dezembro. O indicador refletiu os aumentos respectivos de 0,5 p.p. e 0,7 p.p. no nível de atrasos de pessoas físicas e jurídicas, que atingiram, nessa ordem, 4,2% e 2,6% em dezembro.

Segmentando-se a inadimplência em recursos livres e direcionados, as taxas situaram-se em 5,3% e 1,4%, respectivamente.

Ao longo do ano, o prazo médio das concessões de crédito apresentou elevação de 7,4 meses, sendo 8,1 meses nas contratações com famílias e 7 meses nas operações com empresas. No segmento das famílias, o aumento do prazo reflete a maior participação da carteira imobiliária, enquanto nas operações com empresas, destacaram-se as modalidades referenciadas em moeda estrangeira.

### 1.2.5. Sistema Financeiro Nacional

Ao longo de 2015, a Autoridade Monetária divulgou medidas regulatórias e prudenciais com o intuito de fortalecer a estabilidade e solidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que se mantém sustentável mesmo diante de cenário de maior instabilidade do mercado financeiro e de perda de dinamismo do setor real da economia.

Nesse sentido, a atuação da autoridade supervisora e o aperfeiçoamento dos processos auto-reguladores do SFN favorecem a manutenção de adequados níveis de alavancagem e qualidade dos ativos, assim como da diversificação de suas fontes de financiamento.

Na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) realizada em fevereiro de 2015, foram editadas medidas para regulamentar os níveis de liquidez e a apuração da Razão de Alavancagem (RA).

O principal objetivo do indicador de liquidez é propiciar acumulação e manutenção de uma reserva mínima de ativos líquidos em condições normais de mercado, que possa ser utilizada em períodos de maior escassez de liquidez, sem acarretar prejuízo à continuidade dos negócios da instituição e à estabilidade do sistema financeiro.

A Resolução nº 4.401 definiu os limites mínimos do indicador de liquidez de curto prazo (LCR) e estabeleceu as condições para sua observância. Em complemento, a Circular 3.749, publicada em março, estabeleceu a metodologia de cálculo da LCR e a divulgação desse indicador juntamente com as demonstrações contábeis.

Alinhado com as recomendações de Basileia III, o Banco Central do Brasil (BCB) editou a Circular 3.748 para regulamentar a apuração da Razão de Alavancagem (RA). A RA busca evidenciar o grau de alavancagem das instituições financeiras que não é capturada adequadamente nas metodologias de requerimento de capital baseadas em risco. O indicador tem como objetivo o acompanhamento do risco sistêmico.

Adicionalmente, a Resolução nº 4.443, de outubro de 2015, estabeleceu três parcelas para o Adicional de Capital Principal (ACP), conferindo maior transparência e facilitando o entendimento e a apuração do ACP por parte das instituições financeiras.

O ACP passou a ser composto da soma de: Adicional de Conservação de Capital Principal, Adicional Contracíclico de Capital Principal e Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal. Seguindo as recomendações de Basileia III, a parcela Adicional de Importância Sistêmica visa reduzir a probabilidade de insolvência de uma instituição sistematicamente importante em nível doméstico e deve ser utilizada por bancos múltiplos, comerciais, de investimento e caixas econômicas, com implementação gradativa até 2019.

Ainda em relação ao Pilar I de Basileia, que trata dos requerimentos de capital, o BCB emitiu em março a Circular 3.751, dispondo sobre a apuração de informações para avaliação da importância sistêmica global (IAISG) de instituições financeiras.

As regras para apuração e divulgação das referidas informações se inserem no esforço para identificar e mitigar os efeitos resultantes da presença dos bancos sistematicamente importantes em âmbito global. Referem-se a bancos múltiplos, comerciais, de investimento e caixas econômicas controladas por residentes no Brasil e que possuam exposição total superior a R\$500 bilhões, as quais estão sujeitas a requerimentos prudenciais adicionais recomendados pelo Comitê de Basileia.

Conforme divulgado no Relatório de Estabilidade Financeira, publicado em outubro, nenhuma instituição financeira nacional se enquadra nos parâmetros previstos pelas IAISG.

Em relação ao mercado de crédito, foram adotadas medidas com o intuito de aprimorar a operacionalização de fontes de financiamento de longo prazo.

Nesse sentido, a Resolução nº 4.407, publicada em abril, autorizou a aplicação, em títulos públicos, de recursos dos organismos internacionais que forem captados no mercado brasileiro e creditados em suas contas em moeda nacional no País.

Antes da mudança, esses recursos só podiam ser direcionados à concessão de crédito ao setor privado ou à realização de investimento em títulos privados no País. Tal medida estimula a oferta, por parte dos organismos financeiros internacionais, de recursos de longo prazo, com possíveis benefícios a projetos de infraestrutura no Brasil.

No que se refere às normas sobre direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), o CMN editou a Resolução 4.410, de maio de 2015, permitindo que apenas os certificados de recebíveis imobiliários (CRI) com lastro em financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) possam ser utilizados para atendimento da exigibilidade de aplicação no âmbito do SFH.

Até então, era permitido o cômputo de CRI com lastro em financiamento imobiliário de qualquer natureza, inclusive comercial ou industrial.

Visando aprimorar a fiscalização das operações de crédito rural, aumentando a eficiência e reduzindo custos, a Resolução 4.427 tornou obrigatório que todo financiamento agrícola acima de R\$300 mil terá de ser acompanhado

por um mapeamento do terreno onde o empreendimento será implantado, por meio de coordenadas geodésicas obtidas com tecnologia GPS, como forma de trazer maior segurança quanto à correta localização da área financiada.

Ao longo de 2015, ocorreram alterações nas linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Inicialmente, a Resolução nº 4.431 aumentou os limites de contratações para atender o Plano Safra 2015/2016, mantendo-se, contudo, o valor global de financiamentos passíveis de subvenção econômica no ano em R\$49 bilhões. Entretanto, a Resolução 4.440, publicada em outubro, reduziu este limite de contratação total com recursos do BNDES para R\$18,5 bilhões, adequando-se à nova fase de ajuste fiscal e redução da demanda por financiamentos.

Ainda no âmbito do BNDES, a Resolução nº 4.430, de 25 de junho de 2015, dispôs sobre a apuração do limite de aplicação de recursos no ativo permanente e dos limites de exposição por cliente dessa instituição.

O normativo prevê o retorno à base de cálculo desses limites das ações provenientes dos setores petrolífero, elétrico e de mineração, adquiridas pelo BNDES, direta ou indiretamente, em decorrência de programas instituídos por lei federal, execução de garantias ou investimentos compatíveis com o objeto social da instituição.

No sentido de convergir as normas contábeis aplicáveis às instituições financeiras ao padrão internacional, o CMN aprovou a Resolução nº 4.455 que dispõe sobre o registro contábil de investimentos no exterior.

Nesse sentido, os ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão das demonstrações financeiras de dependências e de investimentos no exterior devem ser registrados no patrimônio líquido da instituição investidora, enquanto os lucros ou prejuízos decorrentes

das operações da investida no exterior são reconhecidos no resultado do período.

Em relação às operações cursadas no mercado de câmbio, o Sistema de Transferências Internacionais em Reais (TIR) dispõe sobre cadastramento e movimentação de contas de depósito em moeda nacional tituladas por residentes, domiciliados no País ou com sede no exterior.

Por meio da Circular 3.750, a modernização do sistema TIR torna o processo de envio de informações pelas instituições autorizadas mais eficiente e tempestivo, além de harmonizar os procedimentos com a sistemática atual de transmissão e processamento de informações do Sistema Câmbio atual, implementado em 2011.

Visando maior efetividade e transparência no atendimento prestado pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, o CMN aprovou, em julho, a Resolução nº 4.433, promovendo aperfeiçoamento nos processos de constituição e funcionamento de ouvidoria, com obrigatoriedade da gravação do atendimento telefônico e de divulgação de informações sobre o acesso à ouvidoria na página inicial do sítio eletrônico da instituição na internet, bem como o prazo de dez dias úteis para o encaminhamento de resposta conclusiva ao cliente.

No que se refere aos programas de racionalização e simplificação de processos relacionados ao SFN, a Circular 3.752, publicada em março, atualizou a regulação aplicada ao capital estrangeiro no País, uniformizando, simplificando procedimentos e conferindo maior clareza às aplicações de investidor não residente no Brasil. Adicionalmente, a Resolução 4.403 dispensou as instituições financeiras da elaboração e remessa do documento Consolidado Econômico-Financeiro (Conef), tendo em vista a sua substituição, a partir de janeiro, pelo documento contábil Conglomerado Prudencial.

### 1.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO

#### 1.3.1. Política de Comércio Exterior

Em 2015, a política de comércio exterior foi orientada para renovar e ampliar os acordos comerciais existentes, bem como incentivar a abertura de novos mercados para esses produtos.

O Plano Nacional de Exportações (PNE) 2015-2018 estabeleceu uma série de medidas para expandir as exportações brasileiras, sem fixação de meta de saldo comercial para o setor. O contexto de restrições fiscais deve ser considerado para análise do desempenho do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra).

Com relação aos acordos comerciais, destacaram-se a assinatura, em 16 de março, com o México, do Quinto Protocolo Adicional ao Apêndice II do Acordo de Complementação Econômica nº 55 no âmbito da Aladi.

Com a assinatura deste Protocolo, a entrada em vigência do acordo de livre comércio de automóveis e veículos leves entre os dois países, prevista para 19 de março de 2015, foi adiada por quatro anos.

Os déficits bilaterais acumulados pelo Brasil nesse setor; a redução da demanda doméstica por automóveis e no nível do emprego levaram à revisão do acordo anterior.

Pelo atual Protocolo, a cota recíproca para automóveis e veículos leves foi fixada em US\$1,56 bilhão até março de 2016, no nível vigente em 2013.

Com relação ao Acordo Automotivo Brasil-Argentina, em 25 de junho foi assinado o 41º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 14 (ACE 14) no âmbito da Aladi, que prorrogou, a partir de 1º de julho de 2015, o acordo por um ano, sem alteração de regras.

O sistema conhecido como “flex” continuou em vigor, ou seja, para cada dólar que a Argentina exporta ao Brasil em autopeças e veículos, sem incidência de impostos, pode importar 1,5 dólar em produtos brasileiros.

A decisão de manter as atuais regras foi tomada em comum acordo entre as partes e, no período de prorrogação, serão realizadas negociações em bases mais amplas para aprofundar a integração produtiva e preservar a corrente de comércio bilateral.

Em 9 de outubro, durante visita oficial à Colômbia, foram assinados o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) e Acordo Automotivo, bem como a negociação do acordo de serviços e compras governamentais.

O ACFI tem por objetivo apoiar a internacionalização das empresas brasileiras e contribuir para a melhoria no ambiente de investimentos. Foi a primeira vez que o Brasil concluiu este tipo de acordo com um país da América do Sul. O Brasil já havia firmado ACFIs com México, Angola, Moçambique e Maláui. Quanto ao Acordo Automotivo, foi adotado Protocolo Adicional no âmbito do Acordo de Complementação Econômica nº 59 na Aladi.

O acordo reduziu a zero as alíquotas do Imposto de Importação para automóveis de passageiros e comerciais leves de até 3,5 toneladas e fixou a concessão de 100% de preferência para os veículos dos dois países, com cotas anuais crescentes. No primeiro ano, a cota de exportações foi estipulada em 12 mil unidades; no segundo ano, 25 mil unidades; e a partir do terceiro ano, 50 mil unidades. O prazo de vigência inicial do Acordo é de oito anos, estando prevista também possível prorrogação.

Em 9 de dezembro, foi assinado o Acordo de Livre Comércio entre o Brasil e o Uruguai para produtos do setor automotivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016.

O acordo estabeleceu 100% de preferência tarifária para bens do setor automotivo, como automóveis de passageiros, ônibus, caminhões, máquinas agrícolas, autopeças, chassis e pneus. Seu objetivo é alcançar um comércio livre, fluido e com regras de origem que contemplem as peculiaridades e o estágio de desenvolvimento dos dois países nessa área, não se restringindo à fixação de cotas de exportação.

O Índice de Conteúdo Regional (ICR) exigido para o Brasil deve ser maior ou igual a 55% e para o Uruguai, 50%. Para os produtos que não cumprirem a regra de conteúdo regional, será estipulada uma cota: US\$ 650 milhões para o Uruguai e US\$ 325 milhões para o Brasil.

O acordo criou ainda um Programa de Integração Produtiva (PIP) para veículos e autopeças que iniciem a produção no país e que exijam tempo para desenvolvimento de fornecedores.

O Plano Nacional de Exportações (PNE) 2015-2018 definiu cinco áreas de atuação na política comercial: acesso a mercados; promoção comercial;

facilitação de comércio; financiamento e garantias; e aperfeiçoamento de instrumentos e regimes tributários.

Vale destacar avanços já em curso na facilitação de comércio, como a criação do Portal Único e o Operador Econômico Autorizado (OEA), bem como medidas de redução da burocracia e de maior eficiência nos trâmites aduaneiros, importantes para alinhar o Brasil às boas práticas internacionais de comércio exterior.

De fato, dentre as ações na área de facilitação de operações de comércio exterior, ressalte-se a simplificação de alguns procedimentos introduzidos pela Portaria Secex nº 61, de 31 de agosto, que também divulgou o cronograma para que todos os documentos referentes a processos de competência do Departamento de Comércio Exterior (Decex) do MDIC passem a ser encaminhados pelo módulo de Anexação de Documentos do Portal Único de Comércio Exterior.

A prioridade oficial conferida ao ajuste fiscal em 2015 levou à reversão parcial de algumas medidas de incentivo à exportação, como a redução da alíquota do Reintegra, programa criado em 2011 no âmbito do Plano Brasil Maior para compensar os exportadores por impostos indiretos incidentes no processo de produção de mercadorias para exportação e, assim, aumentar seu poder de competição no mercado internacional.

As empresas poderiam receber créditos equivalentes a até 3% da receita obtida com a venda ao exterior.

Conforme regulamentado pelo Decreto nº 8.415, de 27 de fevereiro de 2015, a alíquota foi reduzida para 1% entre março de 2015 e o final de 2016; aumentando para 2% em 2017; e retornando ao patamar de 3% em 2018.

Pela Medida Provisória nº 668, de 30 de janeiro de 2015, convertida na Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015, foram aumentadas, de 1,65% para 2,1%, as alíquotas do PIS/PASEP – Importação; e de 7,6% para 9,65%, as da Cofins – Importação, incidentes nas aquisições de produtos do exterior.

Algumas exceções foram estabelecidas pela Lei, como produtos do setor farmacêutico, produtos de higiene, de toucador ou de higiene pessoal, máquinas e veículos, pneus novos e câmaras de ar, autopeças e papel. Com o aumento desses impostos, as importações de mercadorias passaram a gozar do mesmo nível de tributação incidente sobre os produtos nacionais, alinhando a medida com a jurisprudência nacional.

Pela Resolução Camex nº 34, de 6 de maio de 2015, foi ampliado, de US\$ 1 milhão para US\$3 milhões, o limite de faturamento com exportações e de faturamento bruto anual de até R\$90 milhões, para concessão de seguro de crédito à exportação para as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), com garantia da União, ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

As garantias podem compreender as operações na fase pré-embarque seguidas por operações na fase pós-embarque, incluindo o Proex, bem como operações na fase pós-embarque.

Já pela Resolução nº 74, de 4 de agosto, a Camex estabeleceu diretrizes para a utilização do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), com garantia da União, ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), de modo que as operações cursadas no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da Aladi (CCR) sigam critérios previstos em Nota Técnica Atuarial que disciplinará seu enquadramento e precificação.

Essa medida aumentou o custo do seguro de crédito, pois as operações cursadas no âmbito do CCR estavam classificadas no menor nível de risco.

Foi dada continuidade à política de redução temporária do Imposto de Importação (II) de bens de capital, bens de informática e telecomunicações sem similar nacional. Os ex-tarifários têm por objetivo reduzir os custos de investimento e de produção no País.

As listas desses produtos publicadas ao longo do ano contemplaram a renovação de posições tarifárias com vigência vencida, bem como de novos itens, incluindo autopeças sem produção nacional, matéria esta que foi regulamentada, pela Resolução Camex nº 61, de 24 de junho, no âmbito do Regime de Autopeças Não Produzidas.

Importante lembrar que pela Decisão nº 25/2015, os sócios do Mercosul prorrogaram, de 31 de julho de 2015 para dezembro de 2021, a autorização para os países manterem os regimes nacionais de bens de capital (BK) e de informática e telecomunicações (BITs), entrando em vigor em 2022 um regime comum para esses bens.

Essa medida foi incorporada às normas brasileiras pela Resolução Camex nº 92, de 25 de setembro de 2015.

Com relação à defesa comercial, observou-se tendência de queda do número de investigações iniciadas pelo País em relação ao ano anterior, embora tenha ocorrido incremento na aplicação de medidas definitivas.

Pela Portaria Secex nº 38, de 19 de maio de 2015, foi reduzido de 180 para 150 dias o prazo para investigação de falsas declarações de origem para produtos sujeitos a medidas antidumping. Além disso, a norma aprimorou o mecanismo de investigação e simplificou os procedimentos.

Por outro lado, as políticas comerciais brasileiras foram contestadas no âmbito do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC.

Em 17 de março, foi instituído um panel a partir de demanda da União Europeia, que teve adesão de outros países como Argentina, Austrália, Canadá, China, Colômbia, Índia, Japão, Coreia do Sul, Rússia, África do Sul, Taipei, Turquia e EUA. O panel questiona a concessão de subsídios domésticos ao setor automobilístico, como o Programa Inovar-Auto; ao setor eletrônico e de tecnologia de Informação; políticas que beneficiam empresas localizadas na Zona Franca de Manaus e outras desonerações tributárias às exportações brasileiras.

No âmbito do Mercosul, foi prorrogada a lista de exceções da Tarifa Externa Comum (TEC), cujo término de vigência era previsto para 31 de dezembro de 2015.

Por ocasião da Cúpula do Mercosul realizada em Brasília em julho, foi prorrogado, pela Decisão nº 26/2015, para o final de 2021, o término das listas de exceções do Brasil e da Argentina, que possuem 100 produtos cada; do Paraguai, de dezembro de 2019 para o final de 2023, contemplando 649 produtos; do Uruguai, de 2017 para 2022, incluindo 225 produtos; e da Venezuela, que tem prazo até o final de 2022 para 225 produtos.

Essa última medida foi implementada pela Resolução Camex nº 92, de 25 de setembro de 2015.

Nessa mesma reunião, pela Decisão nº 27/2015, o Conselho do Mercosul também prorrogou, de 30 de junho de 2015 para dezembro de 2021, o mecanismo que autoriza alterações tarifárias para mais 100 posições tarifárias por um ano, prorrogável por mais um. Esse mecanismo foi instituído em 2010 em razão da crise financeira internacional.

Nessa Cúpula de Brasília foi assinado o protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul, que passará a ser o sexto sócio, tendo o País quatro anos, a partir da ratificação pelos demais sócios, para se alinhar às normas do bloco.

Com relação ao Acordo Mercosul - União Europeia, a expectativa do governo brasileiro é de que sejam iniciadas as trocas de ofertas em 2016, entrando em vigência no ano seguinte.

### 1.3.2. Política Cambial

Em 2015, o ambiente de redução de liquidez da economia internacional, derivado do início do processo de gradual normalização da política monetária dos Estados Unidos, provocou impactos sobre o valor do dólar americano, em especial em relação às moedas de países emergentes.

A desaceleração do crescimento econômico da China, principal parceiro comercial do Brasil, e a repercussão desfavorável nos preços das *commodities*, produtos que têm participação relevante na pauta exportadora brasileira, contribuíram para a queda nos termos de troca do País.

No âmbito doméstico, as agências *Standard & Poor's* e *Fitch* reduziram a nota de crédito soberano do Brasil, retirando o grau de investimento. Nesse contexto, o regime de câmbio flutuante atuou como primeira linha de proteção à economia brasileira.

A taxa de câmbio nominal passou de R\$2,6562/US\$ ao final de 2014, para R\$3,9048/US\$ ao final de 2015, desvalorização nominal de 47,0%. Diferentemente de outras ocasiões, a expressiva depreciação da moeda brasileira ocorrida em 2015 não produziu desequilíbrios ou instabilidade financeira, considerada a política cambial implementada.

Dentre os instrumentos utilizados pela autoridade monetária na condução da política cambial ao longo do ano, com o objetivo de reduzir a volatilidade das cotações, garantir a fluidez do mercado, e ofertar proteção cambial aos agentes econômicos, menciona-se a manutenção de leilões de *swap* cambial

e de venda de dólares com compromisso de recompra, não tendo sido realizada, a exemplo do ano anterior; nenhuma venda no mercado de câmbio à vista. Importante lembrar que o *swap* cambial é liquidado em moeda doméstica e, portanto, não afeta o estoque de reservas internacionais.

Em 25 de março 2015, o Banco Central do Brasil (BCB) anunciou que não seria renovado o programa de oferta diária de contratos de *swap* cambial, em vigor desde 22 de agosto de 2013.

Esse programa já havia sido renovado anteriormente por duas vezes, e estendido até 31 de março de 2015, quando compreendia a oferta diária de até US\$100 milhões.

Além disso, o BCB se comprometeu a rolar integralmente os *swaps* cambiais vencidos a partir de 1º de maio de 2015, levando em consideração a demanda pelo instrumento e as condições de mercado. A autoridade monetária ofertou linhas de venda de dólar com compromisso de recompra de acordo com as condições do mercado.

Essa estratégia conferiu maior flexibilidade à atuação da autoridade monetária no mercado de câmbio no contexto de normalização da política monetária dos Estados Unidos, onde a elevação da taxa básica em dezembro, em 0,25 p.p., encerrou período de sete anos sem elevações da taxa básica de juros.

O estoque nacional de *swap* cambial encerrou 2015 em US\$108,1 bilhões, patamar bastante próximo ao observado ao final do ano anterior, US\$109,6 bilhões.

O estoque de linhas de moeda estrangeira com compromisso de recompra atingiu US\$12,3 bilhões em dezembro de 2015, 16,9% acima daquele do ano anterior. Ao longo de 2015, a autoridade monetária recebeu de volta US\$15,8 bilhões decorrentes de linhas operações passadas, e concedeu US\$17,6 bilhões em novas linhas, provendo, liquidamente, US\$1,8 bilhão ao mercado.

Com relação às normas cambiais, pela Circular nº 3.750, de 11 de março, o BCB alterou a Circular nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013, que regulamentou o mercado de câmbio, para dispor sobre cadastramento e movimentação de contas de depósito em moeda nacional tituladas por residentes, domiciliados ou com sede no exterior, em virtude da

modernização do Sistema de Transferências Internacionais em Reais (TIR).

Além disso, pela Circular nº 3.752, de 30 de março de 2015, o BCB regulamentou a Resolução 4.373, de setembro de 2014, para uniformizar e simplificar regras sobre as aplicações de investidores não residentes nos mercados financeiro e de capitais do Brasil, além de dar mais clareza sobre tais operações.

A resolução especificou quais são as operações simultâneas de câmbio ou de transferências internacionais em reais em diversas modalidades, como a conversão de haveres no País de não residentes em capital estrangeiro registrável no BCB; transferência entre modalidades de capital estrangeiro registrado no BCB; e a renovação e repactuação de empréstimo externo direto ou por meio de emissão de títulos no exterior. A resolução também dispôs sobre as aplicações por meio de *depository receipts* (DR), regulamentando o registro e o credenciamento dessas operações.

O CMN, pela Resolução 4.407, de 23 de abril, alterou o § 2º do art. 1º da Resolução nº 4.319, de 27 de março de 2014, aprovando alteração na regulamentação sobre movimentações em contas de depósito em moeda nacional tituladas por organismos internacionais acreditados pelo Governo brasileiro para operações de captação e financiamento em reais.

Com a mudança, os recursos dos organismos internacionais poderão ser aplicados também em títulos públicos. Esses recursos são decorrentes de captações no mercado brasileiro de valores mobiliários e, anteriormente, só podiam ser direcionados à concessão de crédito ao setor privado ou à realização de investimento em títulos privados no País. Tal medida possibilita a oferta, por parte dos organismos financeiros internacionais, de produtos financeiros, em especial de longo prazo, com possíveis benefícios a projetos de infraestrutura no País.

### 1.3.3. Movimento de Câmbio

O mercado de câmbio contratado foi superavitário em US\$9,4 bilhões em 2015, em comparação a déficit de US\$9,3 bilhões no ano anterior. A balança comercial cambial contratada registrou superavit de US\$25,5 bilhões, ante US\$4,1 bilhões em 2014, resultado decorrente de recuos, na ordem, de 18,3% e 28,4% nas contratações de exportações e importações de bens.

**MOVIMENTO DE CÂMBIO CONTRATADO**  
(US\$ MILHÕES)

PERÍODO		COMERCIAL			FINANCEIRO			SALDO GLOBAL (C) = (A) + (B)
		EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO (A)	COMPRAS	VENDAS	SALDO (B)	
2011	Ano	251 185	207 236	43 950	393 997	372 669	21 329	65 279
2012	Ano	224 612	216 238	8 373	391 550	383 170	8 380	16 753
2013	Ano	232 920	221 785	11 136	451 740	475 136	- 23 396	- 12 261
2014	Jan	19 157	17 566	1 591	43 344	43 324	19	1 610
	Fev	15 665	17 794	- 2 129	34 165	33 892	272	- 1 856
	Mar	17 008	17 529	- 521	40 706	37 881	2 825	2 304
	Abr	23 080	19 282	3 798	45 867	46 882	- 1 015	2 783
	Mai	21 449	19 527	1 922	41 677	44 412	- 2 735	- 813
	Jun	17 047	18 819	- 1 772	42 543	40 652	1 890	118
	Jul	21 511	19 894	1 617	40 769	44 177	- 3 408	- 1 791
	Ago	15 736	17 776	- 2 040	44 605	45 620	- 1 016	- 3 056
	Set	19 474	18 453	1 021	45 931	44 909	1 022	2 044
	Out	19 871	18 356	1 515	53 072	47 661	5 412	6 927
	Nov	14 674	16 032	- 1 358	35 187	37 335	- 2 149	- 3 507
	Dez	17 599	17 107	492	45 329	59 871	- 14 542	- 14 050
	Ano	222 270	218 133	4 137	513 193	526 617	- 13 424	- 9 287
2015	Jan	15 389	15 604	- 215	51 459	47 341	4 118	3 903
	Fev	12 380	11 812	567	36 500	38 210	- 1 710	- 1 142
	Mar	14 611	14 682	- 71	62 219	60 145	2 074	2 003
	Abr	17 713	14 601	3 112	49 828	39 833	9 995	13 107
	Mai	17 051	13 568	3 483	37 867	43 427	- 5 560	- 2 077
	Jun	17 042	14 107	2 935	45 191	52 820	- 7 629	- 4 694
	Jul	17 689	13 248	4 441	36 258	44 634	- 8 376	- 3 935
	Ago	13 494	11 504	1 989	39 798	37 676	2 122	4 111
	Set	13 771	12 604	1 167	41 367	42 644	- 1 277	- 111
	Out	12 039	12 276	- 237	34 871	38 134	- 3 263	- 3 500
	Nov	11 751	10 560	1 190	37 871	35 166	2 705	3 895
	Dez	18 731	11 607	7 124	49 501	58 772	- 9 270	- 2 146
	Ano	181 660	156 174	25 486	522 731	538 802	- 16 071	9 414

Fonte: Banco Central do Brasil

O segmento financeiro apresentou déficit de US\$16,1 bilhões, ante US\$13,4 bilhões em 2014, refletindo aumentos respectivos de 1,9% e 2,3% nas compras e nas vendas de moeda estrangeira.

Durante 2015, as vendas líquidas da autoridade monetária somaram US\$1,8 bilhão em operações de linhas de venda de moeda estrangeira com compromisso de recompra, comparativamente às compras líquidas de US\$6,5 bilhões ocorridas em 2014.

A posição dos bancos, que reflete as operações com clientes no mercado primário, passou de vendida em US\$28,3 bilhões, ao encerrar 2014, para vendida em US\$20,1 bilhões, ao final de 2015.

#### 1.3.4. Balanço de Pagamentos

O BCB passou a publicar, em março de 2015, as estatísticas do setor externo da economia brasileira em conformidade com a sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento (BPM6), do Fundo Monetário Internacional (FMI). Desde 2001, essas estatísticas eram divulgadas pelo BCB de acordo com a quinta edição do Manual de Balanço de Pagamentos (BPM5).

Os padrões metodológicos internacionais oferecem recomendações para a compilação e apresentação das contas macroeconômicas. O objetivo é assegurar não apenas a consistência entre as várias estatísticas macroeconômicas, mas também permitir a comparabilidade entre os países.

Ao mesmo tempo, o BPM6 contempla desenvolvimentos econômicos e financeiros da economia mundial nos últimos quinze anos.

O BPM6 define Balanço de Pagamentos (BP) como a estatística macroeconômica que sumariza transações entre residentes e não residentes ao longo de um período. Compreende a conta de bens e serviços, conta de renda primária, conta de renda secundária (que compõem as transações correntes), conta de capital e conta financeira. Dentre as modificações, incluem-se o formato da apresentação do BP; a nomenclatura de algumas contas; as convenções de sinais e conceitos.

Os indicadores do setor externo seguem evidenciando os efeitos relevantes do processo de ajuste macroeconômico em curso. Nesse sentido, o déficit em transações correntes totalizou US\$58,9 bilhões em 2015, recuando 43,4% em relação a igual período de 2014, quando atingira US\$104,2 bilhões.

A necessidade de financiamento externo, definido como o somatório do resultado em transações correntes e dos fluxos líquidos de investimentos diretos no País (IDP), registrou excedentes de financiamento externo de US\$16,1 bilhões no ano, equivalentes a 0,9% do PIB, ante hiato de US\$7,3 bilhões, 0,3% do PIB, em 2014.

Em 2015, o déficit em conta corrente representou 3,32% do PIB, ante 4,31% do PIB no ano anterior, comportamento associado, fundamentalmente, ao superavit de US\$17,7 bilhões na balança comercial e às reduções nos déficits das contas de serviços, de US\$11,1 bilhões, e de renda primária de US\$9,8 bilhões, na comparação com 2014.

A receita líquida relativa à renda secundária manteve-se estável, situando-se em US\$2,7 bilhões. A conta financeira apresentou captações superiores às concessões em US\$56,7 bilhões em 2015. A conta de serviços apresentou despesas líquidas de US\$37 bilhões, em 2015, comparativamente a déficit de US\$48,1 bilhões em 2014. A redução das despesas líquidas é explicada, em ordem de importância, pelo forte recuo nos déficits das contas de viagens internacionais, transportes e aluguel de equipamentos.

**BALANÇO DE PAGAMENTOS**  
(US\$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Transações correntes	-49 406	-54 776	-104 181	-37 888	-21 054	-58 942
Balança comercial (bens)	-3 493	-3 137	-6 629	1 264	16 406	17 670
Exportações1/	110 036	114 062	224 098	93 876	96 216	190 092
Importações2/	113 529	117 198	230 727	92 612	79 810	172 422
Serviços	-22 545	-25 562	-48 107	-20 408	-16 570	-36 978
Renda primária	-24 526	-27 644	-52 170	-19 840	-22 517	-42 357
Renda secundária	1 158	1 567	2 725	1 096	1 628	2 724
Conta capital	101	131	231	128	312	440
Conta financeira3/	-45 556	-55 043	-100 599	-36 815	-19 877	-56 692
Investimento direto no exterior	17 113	8 927	26 040	11 274	2 225	13 498
Participação no capital4/	16 921	8 407	25 328	11 996	2 341	14 337
Operações intercompanhia	192	520	712	- 722	- 117	- 839
Investimento direto no País	45 938	50 957	96 895	30 932	44 143	75 075
Participação no capital5/	27 704	30 214	57 918	22 288	34 133	56 421
Operações intercompanhia	18 234	20 743	38 977	8 644	10 010	18 653
Investimento em carteira – ativos	2 603	217	2 820	- 761	-1 387	-2 148
Ações e cotas em fundos	1 190	955	2 144	70	- 168	- 98
Títulos de renda fixa	1 413	- 738	675	- 830	-1 220	-2 050
Investimento em carteira – passivos	32 809	8 718	41 527	27 270	-8 771	18 500
Ações e cotas em fundos	9 039	2 734	11 773	10 810	- 780	10 030
Títulos de renda fixa	23 770	5 984	29 754	16 460	-7 990	8 469
Derivativos – ativos e passivos	- 302	1 871	1 568	1 751	1 699	3 450
Outros investimentos – ativos6/	22 858	27 808	50 667	16 689	29 506	46 195
Outros investimentos – passivos6/	21 104	32 999	54 103	16 279	9 402	25 681
Ativos de reserva	12 024	-1 192	10 833	8 713	-7 144	1 569
Erros e omissões	3 749	- 398	3 351	944	865	1 810
Memo:						
Transações correntes / PIB (%)			-4,31			-3,32
Investimento direto no País / PIB (%)			4,01			4,23

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Exclui mercadorias deixando o território nacional sem mudança de proprietário. Inclui mercadorias entregues no território nacional (exportação ficta), encomendas postais, e outros ajustes.

2/ Exclui mercadorias ingressando no território nacional sem mudança de proprietário. Inclui mercadorias entregues fora do território nacional (importação ficta), importação de energia elétrica sem cobertura cambial, encomendas postais e outros ajustes.

3/ Para contas de ativo e de passivo, + = aumento de estoque e - = redução de estoque. Conta financeira = fluxos de investimentos ativos - fluxos de investimentos passivos.

4/ Inclui, entre outras, transações em que o cotista residente no Brasil possui 10% ou mais do patrimônio líquido do fundo de investimento no exterior.

5/ Inclui, entre outras, transações em que o cotista residente no exterior possui 10% ou mais do patrimônio líquido do fundo de investimento no Brasil.

6/ Inclui depósitos, empréstimos, créditos comerciais e outros.

Os valores apresentados pela conta de viagens internacionais, em 2015, sofreram significativa redução, após os recordes registrados em 2014, tanto para o saldo, como para receitas e despesas. Foram registradas saídas líquidas de US\$11,5 bilhões, com ênfase ao recuo de 32,1% nas despesas efetuadas por brasileiros no exterior, que atingiram US\$17,4 bilhões, ante US\$25,6 bilhões, em 2014.

Os dispêndios de estrangeiros no País, por sua vez, atingiram US\$5,8 bilhões em 2015, redução de 14,6%. A conta de transportes registrou saídas líquidas de US\$5,7 bilhões, 34,2% abaixo do resultado de 2014. A rubrica aluguel de equipamentos registrou remessas líquidas de US\$21,5 bilhões em 2015, ante US\$22,6 bilhões no ano anterior, invertendo a tendência de crescimento

dessa despesa, que se verificava há vários anos. As remessas refletem pagamentos contratuais, e estão associadas ao processo de utilização, no País, de bens de capital de propriedade de não-residentes.

Os pagamentos líquidos ao exterior de serviços de propriedade intelectual, rubrica que inclui os serviços de licenças para o uso de resultados de pesquisa e desenvolvimento e licenciamentos de franquias e marcas, entre outros, atingiram US\$4,7 bilhões em 2015, recuo de 15,8% frente ao registrado no ano anterior. As despesas líquidas com serviços de telecomunicação, computação e informação somaram US\$1,8 bilhão, redução de 20,5% na comparação com o resultado de 2014.

#### SERVIÇOS (US\$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Total	-22 545	-25 562	-48 107	-20 408	-16 570	-36 978
Receitas	19 787	20 179	39 965	17 149	16 629	33 778
Despesas	42 332	45 741	88 072	37 557	33 199	70 756
Transportes	-4 343	-4 354	-8 697	-3 421	-2 303	-5 723
Receitas	2 825	3 019	5 844	2 340	2 616	4 956
Despesas	7 168	7 373	14 541	5 761	4 918	10 679
Viagens	-8 859	-9 865	-18 724	-6 996	-4 517	-11 513
Receitas	3 584	3 259	6 843	2 944	2 900	5 844
Despesas	12 443	13 124	25 567	9 940	7 417	17 357
Seguros	- 416	- 367	- 783	- 208	- 126	- 333
Receitas	297	372	669	426	561	988
Despesas	712	739	1 451	634	687	1 321
Serviços financeiros	184	- 0	184	- 204	- 78	- 282
Receitas	721	455	1 176	372	370	742
Despesas	537	455	992	576	448	1 024
Serviços de propriedade intelectual	-2 914	-2 634	-5 548	-2 355	-2 314	-4 669
Receitas	207	168	375	373	208	581
Despesas	3 121	2 801	5 923	2 728	2 522	5 250
Telecomunicação, computação e informações	-1 149	-1 075	-2 224	- 911	- 857	-1 768
Receitas	590	857	1 446	781	790	1 571
Despesas	1 738	1 932	3 670	1 692	1 647	3 340
Aluguel de equipamentos	-10 244	-12 385	-22 629	-11 070	-10 462	-21 532
Receitas	66	104	170	95	96	191
Despesas	10 310	12 489	22 799	11 165	10 558	21 723
Outros serviços de negócio1/	6 212	6 439	12 651	5 626	4 621	10 247
Receitas	10 319	10 862	21 181	9 086	8 213	17 299
Despesas	4 107	4 423	8 530	3 460	3 592	7 052
Serviços culturais, pessoais e recreativos2/	- 698	- 843	-1 541	- 483	- 176	- 659
Receitas	397	283	681	147	166	314
Despesas	1 096	1 126	2 222	630	343	973
Serviços governamentais	- 560	- 678	-1 238	- 500	- 546	-1 046
Receitas	453	466	919	367	422	789
Despesas	1 012	1 144	2 157	867	968	1 834
Demais serviços3/	241	200	441	113	188	300
Receitas	328	334	662	217	286	502
Despesas	87	134	221	104	98	202

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui serviços de pesquisa e desenvolvimento, serviços jurídicos, serviços de publicidade, serviços de engenharia e arquitetura, serviços de limpeza e despoluição.

2/ Inclui serviços audiovisuais, serviços de educação e serviços de saúde.

3/ Inclui serviços de manufatura, serviços de manutenção e reparo e serviços de construção.

**VIAGENS INTERNACIONAIS  
(US\$ MILHÕES)**

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Total	-8 859	-9 865	-18 724	-6 996	-4 517	-11 513
Receitas	3 584	3 259	6 843	2 944	2 900	5 844
Despesas	12 443	13 124	25 567	9 940	7 417	17 357
Negócios	-1 759	-1 942	-3 701	-1 053	- 538	-1 591
Receitas	1 117	1 034	2 151	1 023	1 006	2 029
Despesas	2 875	2 977	5 852	2 076	1 544	3 620
Pessoais	-7 100	-7 923	-15 023	-5 943	-3 979	-9 922
Receitas	2 467	2 224	4 692	1 921	1 894	3 815
Despesas	9 568	10 147	19 715	7 864	5 873	13 737
Saúde	- 6	- 7	- 13	- 5	0	- 4
Receitas	14	15	29	15	18	32
Despesas	20	22	42	19	17	37
Educação	- 623	- 702	-1 325	- 490	- 376	- 866
Receitas	79	72	151	80	79	159
Despesas	702	773	1 476	570	455	1 025
Outras viagens pessoais, inclusive turismo	-6 471	-7 214	-13 685	-5 448	-3 604	-9 052
Receitas	2 374	2 137	4 511	1 826	1 798	3 624
Despesas	8 845	9 351	18 197	7 274	5 401	12 675
Dos quais: Com uso de cartões internacionais	-2 976	-3 503	-6 479	-2 378	-1 214	-3 592
Receitas	2 707	2 531	5 238	2 136	2 016	4 152
Despesas	5 683	6 034	11 717	4 514	3 230	7 744

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ A distribuição por motivo do viajante - Negócios, Saúde, educação, Outras viagens pessoais inclusive turismo - é construída a partir de dados da pesquisa do Ministério do Turismo.

O déficit da conta de renda primária, anteriormente denominada "rendas", apresentou redução de 18,8% no ano, atingindo US\$42,4 bilhões. Em 2015, as despesas líquidas de juros ultrapassaram as remessas líquidas com lucros e dividendos.

A conta de juros apresentou despesas líquidas de US\$21,9 bilhões, refletindo redução de 13,7% nas receitas e de 0,4% nas despesas. Em termos líquidos houve relativa estabilidade, com crescimento de 2,7% na comparação entre 2015 e 2014.

Em 2015, as remessas líquidas de lucros e dividendos, incluídos os lucros reinvestidos, somaram US\$20,8 bilhões, 33,3% abaixo do resultado de 2014.

A remessa líquida de renda primária para o exterior esteve fortemente influenciada pela trajetória das remessas líquidas de rendas de investimento direto, US\$21,3 bilhões, recuo 24,7% na comparação com 2014. Nesse item, as despesas líquidas de lucros e dividendos, incluídos os reinvestidos, somaram US\$16,7 bilhões, 32% inferiores, na mesma base de comparação. As remessas líquidas relativas a juros de empréstimos intercompanhias cresceram 23,1%, atingindo US\$4,6 bilhões.

**RENDA PRIMÁRIA**  
(US\$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Total	-24 526	-27 644	-52 170	-19 840	-22 517	-42 357
Receitas	6 373	6 476	12 849	5 797	6 134	11 931
Despesas	30 900	34 120	65 020	25 637	28 651	54 288
Salários e ordenados	180	177	357	187	162	349
Receitas	263	257	520	231	207	438
Despesas	83	81	163	44	44	88
Renda de investimentos	-24 707	-27 820	-52 527	-20 027	-22 680	-42 706
Renda de investimento direto	-12 879	-15 347	-28 226	-9 143	-12 111	-21 255
Lucros e dividendos	-11 181	-13 318	-24 499	-7 099	-9 566	-16 665
Lucros e dividendos, exceto reinvestidos	-9 192	-10 620	-19 811	-6 271	-7 754	-14 025
Receitas	633	691	1 324	1 221	1 446	2 667
Despesas	9 825	11 310	21 135	7 492	9 200	16 692
Lucros reinvestidos	-1 989	-2 699	-4 688	- 827	-1 812	-2 639
Receitas	3 034	2 976	6 010	2 192	2 314	4 506
Despesas	5 023	5 675	10 698	3 019	4 126	7 145
Juros de operações intercompanhia	-1 699	-2 028	-3 727	-2 044	-2 546	-4 590
Receitas	82	160	243	89	28	116
Despesas	1 781	2 189	3 970	2 133	2 573	4 706
Renda de investimento em carteira	-10 174	-10 893	-21 067	-9 098	-8 994	-18 092
Lucros e dividendos	-3 790	-2 898	-6 688	-2 383	-1 746	-4 128
Receitas	52	63	116	49	58	107
Despesas	3 842	2 961	6 804	2 431	1 804	4 235
Juros de títulos negociados no mercado externo	-3 065	-3 682	-6 747	-3 297	-3 776	-7 073
Receitas	125	228	353	164	190	354
Despesas	3 190	3 910	7 101	3 461	3 966	7 427
Juros de títulos neg. mercado doméstico – despesas	-3 318	-4 313	-7 631	-3 419	-3 473	-6 891
Renda de outros investimentos (inclui juros)	-3 178	-3 046	-6 224	-3 038	-2 895	-5 932
Receitas	659	635	1 294	600	570	1 170
Despesas	3 837	3 680	7 518	3 638	3 465	7 103
Renda de reservas – receitas	1 525	1 465	2 990	1 252	1 320	2 573
Demais rendas primárias1/	0	0	0	0	0	0
Memo:						
Juros	-9 735	-11 604	-21 340	-10 545	-11 368	-21 913
Receitas	2 392	2 489	4 880	2 105	2 109	4 213
Despesas	12 127	14 093	26 220	12 650	13 477	26 127
Lucros e dividendos	-14 971	-16 216	-31 187	-9 482	-11 311	-20 793
Receitas	3 719	3 730	7 449	3 461	3 818	7 280
Despesas	18 690	19 946	38 636	12 943	15 130	28 073

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui impostos sobre a produção e sobre as importações, subsídios e aluguel.

As remessas líquidas em renda de investimento em carteira totalizaram US\$18,1 bilhões, redução de 14,1% na comparação com 2014. Influenciou esse resultado o comportamento das remessas líquidas de dividendos de ações, que somaram US\$4,1 bilhões, 38,3% inferiores às remessas de 2014. As despesas líquidas de juros de títulos de renda fixa negociados no mercado externo e as referentes a títulos negociados no mercado doméstico alcançaram, respectivamente, US\$7,1 bilhões e US\$6,9 bilhões em 2015. A renda de outros investimentos, que inclui juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, totalizou remessas líquidas de US\$5,9 bilhões, 4,7% inferiores ao resultado do período comparativo, enquanto as receitas com as reservas internacionais somaram US\$2,6 bilhões, recuo de 14%, comparativamente àquelas de 2014.

A renda secundária, estável na comparação com o resultado do ano anterior, totalizou US\$2,7 bilhões. Parcela relevante desse fluxo refere-se à receita bruta de transferências pessoais, que atingiu US\$2,5 bilhões, 15,6% superior ao resultado de 2014.

**RENDA SECUNDARIA  
(US\$ MILHÕES)**

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Total	1 158	1 567	2 725	1 096	1 628	2 724
Receitas	2 202	2 728	4 930	2 163	2 549	4 712
Despesas	1 044	1 162	2 205	1 067	922	1 989
Governo	53	10	64	- 10	- 7	- 17
Receitas	143	161	304	152	127	279
Despesas	90	151	241	163	134	296
Demais setores	1 105	1 556	2 661	1 106	1 635	2 741
Transferências pessoais <sup>1/</sup>	439	313	752	437	772	1 209
Receitas	1 033	1 094	2 128	1 115	1 344	2 459
Despesas	594	781	1 375	678	573	1 251
Outras transferências	666	1 243	1 909	669	863	1 533
Receitas	1 025	1 473	2 498	896	1 078	1 974
Despesas	360	230	589	226	215	442

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Transferências entre pessoas físicas.

Os investimentos diretos no exterior (IDE) somaram remessas líquidas de US\$13,5 bilhões, 48,2% abaixo das aplicações líquidas ocorridas em 2014. Em 2015, US\$14,3 bilhões referiram-se a aumento de participação no capital, já incluídos os lucros reinvestidos. Os ingressos líquidos provenientes de empréstimos intercompanhias somaram US\$839 milhões.

Os fluxos líquidos de investimentos diretos no País (IDP) somaram US\$75,1 bilhões, comparados a US\$96,9 bilhões em 2014. Em 2015, a participação no capital de empresas no País somou US\$56,4 bilhões, já incluídos os lucros reinvestidos. Os empréstimos intercompanhias registraram ingressos líquidos de US\$18,7 bilhões, frente a US\$39 bilhões, em 2014.

**SALDO DE TRANSAÇÕES CORRENTES E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO EXTERNO 1/**  
(US\$ MILHÕES)

PERÍODO		SALDO DE TRANSAÇÕES CORRENTES			INVESTIMENTOS DIRETOS NO PAÍS			NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO EXTERNO		
		VALOR MENSAL	ÚLTIMOS 12 MESES	% PIB ÚLTIMOS 12 MESES	VALOR MENSAL	ÚLTIMOS 12 MESES	% PIB ÚLTIMOS 12 MESES	VALOR MENSAL	ÚLTIMOS 12 MESES	% PIB ÚLTIMOS 12 MESES
2010	Dez	- 6 562	- 75 760	-3,43	20 427	88 452	4,00	- 13 865	- 12 692	-0,57
2011	Dez	- 8 222	- 76 970	-2,95	8 894	101 158	3,87	- 672	- 24 187	-0,93
2012	Dez	- 9 170	- 74 059	-3,01	6 339	86 607	3,52	2 831	- 12 548	-0,51
2013	Dez	- 6 587	- 74 769	-3,04	3 649	69 181	2,81	2 938	5 588	0,23
2014	Jan	- 13 165	- 76 172	-3,09	9 028	75 352	3,06	4 137	819	0,03
	Fev	- 7 507	- 78 828	-3,19	5 464	78 634	3,19	2 043	194	0,01
	Mar	- 6 626	- 79 775	-3,23	6 732	79 191	3,21	- 106	584	0,02
	Abr	- 9 174	- 82 355	-3,35	8 503	81 230	3,30	671	1 125	0,05
	Mai	- 7 849	- 84 997	-3,46	9 643	79 512	3,23	- 1 795	5 485	0,22
	Jun	- 5 086	- 87 394	-3,56	6 568	76 237	3,11	- 1 482	11 158	0,45
	Jul	- 9 300	- 86 051	-3,52	9 485	81 258	3,32	- 185	4 792	0,20
	Ago	- 6 947	- 87 802	-3,60	10 009	88 363	3,62	- 3 062	- 561	-0,02
	Set	- 8 411	- 93 870	-3,86	7 867	91 881	3,77	544	1 989	0,08
	Out	- 9 316	- 95 875	-3,95	7 796	93 620	3,86	1 520	2 256	0,09
	Nov	- 9 148	- 99 114	-4,09	5 798	90 541	3,74	3 351	8 573	0,35
	Dez	- 11 654	- 104 181	-4,31	10 003	96 895	4,01	1 651	7 286	0,30
2015	Jan	- 12 165	- 103 182	-4,36	5 765	93 632	3,96	6 400	7 507	0,32
	Fev	- 7 175	- 102 850	-4,45	3 121	91 290	3,95	4 054	11 667	0,50
	Mar	- 5 759	- 101 984	-4,50	4 262	88 820	3,92	1 497	12 492	0,55
	Abr	- 6 842	- 99 651	-4,51	5 776	86 093	3,89	1 066	15 353	0,69
	Mai	- 3 384	- 95 186	-4,41	6 610	83 060	3,85	- 3 227	13 608	0,63
	Jun	- 2 563	- 92 663	-4,40	5 397	81 889	3,89	- 2 834	10 960	0,52
	Jul	- 5 684	- 89 048	-4,34	5 993	78 396	3,82	- 309	13 714	0,67
	Ago	- 2 592	- 84 693	-4,24	5 250	73 637	3,68	- 2 658	10 511	0,53
	Set	- 3 050	- 79 332	-4,09	6 037	71 808	3,70	- 2 987	6 004	0,31
	Out	- 4 299	- 74 315	-3,94	6 712	70 724	3,75	- 2 413	241	0,01
	Nov	- 2 968	- 68 136	-3,72	4 940	69 866	3,82	- 1 972	- 3 382	-0,18
	Dez	- 2 460	- 58 942	-3,32	15 211	75 075	4,23	- 12 751	- 16 133	-0,91

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Necessidade de financiamento externo = deficit de transações correntes - investimento direto no País.

No ano, o setor serviços foi o maior receptor dos fluxos brutos de IDP - Participação no capital, absorvendo US\$28,4 bilhões, ou 49,1% do total, com destaque para os setores de comércio, telecomunicações e eletricidade e gás. A indústria absorveu US\$21 bilhões, 36,2% dos fluxos de IDP - Participação no capital, tendo como segmentos mais representativos veículos, produtos químicos e alimentícios. O setor de agricultura, pecuária e extrativa mineral recebeu US\$8,3 bilhões, 14,4% do total anual dos ingressos na forma de participação do capital, com destaque para as atividades de extração de petróleo e gás natural.

Retronaram ao País US\$2,1 bilhões referentes a investimentos em carteira ativos, comparados a aplicações líquidas de US\$2,8 bilhões em 2014, ressaltando-se a redução de demanda de residentes por títulos estrangeiros: em 2015 houve US\$1,8 bilhão que regressaram ao Brasil, comparado a aplicações líquidas, no exterior, de US\$625 milhões em 2014. As aplicações em ações de empresas no exterior somaram US\$163 milhões, comparadas a US\$60 milhões aplicados no ano anterior.

**INVESTIMENTOS DIRETOS NO EXTERIOR**  
(US\$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Total	17 113	8 927	26 040	11 274	2 225	13 498
Participação no capital – total1/	16 921	8 407	25 328	11 996	2 341	14 337
Participação no capital, exceto lucros reinvestidos	13 887	5 432	19 318	9 804	27	9 832
Aplicação no exterior	15 206	8 685	23 891	13 613	6 815	20 428
Regressos ao Brasil	1 319	3 253	4 572	3 808	6 788	10 597
Participação no capital – lucros reinvestidos no exterior	3 034	2 976	6 010	2 192	2 314	4 506
Operações intercompanhia	192	520	712	- 722	- 117	- 839
Créditos concedidos ao exterior	1 129	2 131	3 260	696	476	1 172
Matriz no Brasil e filial no exterior	333	1 680	2 012	469	96	566
Filial no Brasil e matriz no exterior	265	205	470	124	209	333
Empresas irmãs	531	247	779	103	171	273
Amortizações recebidas do exterior	937	1 611	2 549	1 419	593	2 011
Matriz no Brasil e filial no exterior	54	808	862	625	191	816
Filial no Brasil e matriz no exterior	568	134	702	551	179	730
Empresas irmãs	315	669	984	243	222	465

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui, entre outras, transações em que o cotista residente no Brasil possui 10% ou mais do patrimônio líquido do fundo de investimento no exterior.

Os investimentos em carteira passivos totalizaram aplicações líquidas de US\$18,5 bilhões, ante US\$41,5 bilhões em 2014. Os investimentos estrangeiros em ações de empresas brasileiras proporcionaram captações líquidas de US\$6,5 bilhões, ante US\$10,9 bilhões ocorridos no ano anterior. Os títulos de renda fixa de médio e longo prazos negociados no Brasil registraram ingressos líquidos de US\$16,3 bilhões, comparados a US\$27,1 milhões no ano anterior. As amortizações líquidas de bônus soberanos somaram US\$3,4 bilhões em 2015, frente a ingressos líquidos de US\$2,5 bilhões em 2014.

**INVESTIMENTOS DIRETOS NO PAÍS**  
(US\$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Total	45 938	50 957	96 895	30 932	44 143	75 075
Participação no capital – total1/	27 704	30 214	57 918	22 288	34 133	56 421
Participação no capital, exceto lucros reinvestidos	22 681	24 539	47 220	19 269	30 007	49 276
Ingressos no País	27 924	28 175	56 099	24 317	33 590	57 907
Regressos ao exterior	5 243	3 636	8 879	5 049	3 582	8 631
Participação no capital – lucros reinvestidos no Brasil	5 023	5 675	10 698	3 019	4 126	7 145
Operações intercompanhia	18 234	20 743	38 977	8 644	10 010	18 653
Créditos recebidos do exterior	27 721	36 108	63 828	26 894	31 628	58 522
Matriz no exterior e filial no Brasil	8 701	10 209	18 910	11 323	10 906	22 229
Filial no exterior e matriz no Brasil	13 176	14 597	27 773	7 791	12 036	19 827
Empresas irmãs	5 844	11 302	17 146	7 781	8 687	16 467
Amortizações pagas ao exterior	9 487	15 365	24 852	18 251	21 618	39 869
Matriz no exterior e filial no Brasil	4 055	5 886	9 942	8 430	10 013	18 443
Filial no exterior e matriz no Brasil	1 316	2 208	3 524	4 407	4 438	8 846
Empresas irmãs	4 116	7 270	11 386	5 414	7 167	12 580

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui, entre outras, transações em que o cotista residente no exterior possui 10% ou mais do patrimônio líquido do fundo de investimento no Brasil.

**INGRESSOS EM INVESTIMENTOS DIRETOS NO PAÍS – PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL – POR PAÍS  
(US\$ MILHÕES)**

PAÍS	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
<b>TOTAL</b>	<b>27 924</b>	<b>28 175</b>	<b>56 099</b>	<b>24 317</b>	<b>33 590</b>	<b>57 907</b>
Países Baixos	4 486	4 305	8 791	3 184	8 389	11 573
Estados Unidos	4 369	4 212	8 580	3 080	3 567	6 647
Luxemburgo	2 181	4 478	6 659	2 853	3 745	6 599
Espanha	3 539	2 423	5 962	5 174	1 395	6 570
Alemanha	462	1 113	1 574	475	2 978	3 453
Japão	2 147	1 633	3 780	1 392	1 485	2 878
França	1 331	1 614	2 945	1 289	1 552	2 841
Noruega	355	200	554	753	1 692	2 445
Itália	373	495	868	492	1 227	1 720
Reino Unido	1 158	569	1 726	766	883	1 649
Suíça	890	1 083	1 973	550	576	1 126
Chile	928	344	1 273	440	583	1 024
Bélgica	114	234	347	136	853	989
Canadá	505	407	912	501	477	978
Ilhas Virgens Britânicas	85	687	772	286	478	764
México	51	73	125	81	492	573
Hong Kong	12	426	438	249	306	555
Ilhas Cayman	111	470	581	198	340	538
Suécia	227	447	674	81	340	422
Angola	3	6	9	390	26	415
Portugal	2 788	373	3 161	185	201	386
Irlanda	52	69	121	230	140	370
Dinamarca	105	181	286	218	111	329
Uruguai	56	128	183	227	91	318
Coreia do Sul	385	20	405	117	156	273
Cingapura	54	165	219	66	201	267
Panamá	138	97	235	90	174	264
Bermudas	24	68	92	76	160	237
China	83	757	840	19	213	232
Austrália	99	257	356	150	30	180
Bahamas	154	33	187	94	84	178
Finlândia	28	21	49	32	133	165
Peru	11	89	100	111	44	155
Colômbia	63	38	101	14	120	135
Liechtenstein	4	9	13	66	3	70
Áustria	209	88	297	11	50	61
Ilha da Madeira	8	81	88	59	1	60
Israel	9	12	21	21	23	44
Andorra	0	0	1	35	7	42
Demais	328	474	802	124	262	387

Fonte: Banco Central do Brasil

**INGRESSOS EM INVESTIMENTOS DIRETOS NO PAÍS – PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL – POR SETOR**  
(US\$ MILHÕES)

SETOR	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
<b>TOTAL</b>	<b>27 924</b>	<b>28 175</b>	<b>56 099</b>	<b>24 317</b>	<b>33 590</b>	<b>57 907</b>
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	2 346	3 274	5 621	3 863	4 447	8 310
Extração de petróleo e gás natural	1 008	1 150	2 158	2 025	2 570	4 595
Extração de minerais metálicos	788	1 361	2 149	1 004	513	1 516
Atividades de apoio à extração de minerais	375	396	771	267	1 147	1 414
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	126	219	345	362	137	499
Produção florestal	46	119	165	197	32	229
Demais	2	30	32	9	48	57
Indústria	6 899	10 023	16 922	5 445	15 522	20 967
Veículos automotores, reboques e carrocerias	1 258	1 656	2 914	1 118	3 399	4 518
Produtos químicos	922	1 254	2 176	546	1 871	2 417
Produtos alimentícios	744	803	1 547	584	1 737	2 321
Produtos do fumo	25	16	41	5	2 179	2 184
Equipamentos de informática, produtos eletrônico e ópticos	354	1 174	1 528	541	581	1 122
Máquinas e equipamentos	497	317	814	254	833	1 087
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	441	579	1 020	322	698	1 019
Produtos de borracha e de material plástico	299	379	678	406	477	883
Metalurgia	439	1 948	2 387	227	643	870
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	141	255	396	190	637	827
Celulose, papel e produtos de papel	283	238	520	424	274	697
Produtos minerais não-metálicos	33	179	212	136	524	660
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	546	316	862	200	401	601
Outras indústrias	916	910	1 826	493	1 267	1 760
Serviços	18 580	14 777	33 357	14 908	13 501	28 409
Comércio, exceto veículos	2 579	3 078	5 657	2 930	2 540	5 471
Telecomunicações	4 465	454	4 919	4 283	269	4 552
Eletricidade, gás e outras utilidades	1 606	946	2 552	542	3 388	3 930
Atividades imobiliárias	842	799	1 641	864	1 287	2 150
Serviços financeiros e atividades auxiliares	3 108	1 656	4 763	552	829	1 381
Saúde	15	2	16	1 017	321	1 338
Serviços de tecnologia da informação	640	548	1 188	369	636	1 005
Armazenamento e atividades auxiliares de transportes	204	226	430	365	458	823
Serviços financeiros - holdings não-financeiras	449	380	830	293	411	704
Obras de infra-estrutura	74	1 070	1 144	396	295	691
Construção de edifícios	372	454	825	333	330	663
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	280	1 760	2 040	248	386	634
Transporte	1 138	305	1 443	243	367	610
Comércio e reparação de veículos	157	243	399	266	303	570
Publicidade e pesquisa de mercado	89	35	124	401	169	569
Serviços de arquitetura e engenharia	129	335	464	292	191	483
Demais	2 434	2 487	4 922	1 514	1 321	2 836
Aquisição e venda de imóveis	99	100	199	101	120	221

Fonte: Banco Central do Brasil

**INVESTIMENTOS EM CARTEIRA - ATIVOS**  
(US\$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Total	2 603	217	2 820	- 761	-1 387	-2 148
Receitas	10 106	9 923	20 029	8 676	7 662	16 338
Despesas	7 503	9 706	17 209	9 436	9 049	18 486
Investimentos em ações	350	- 290	60	22	141	163
Aquisição	707	713	1 420	571	823	1 394
Venda	358	1 002	1 360	549	682	1 231
Fundos de investimento1/	840	1 244	2 084	48	- 309	- 261
Aquisição	6 519	8 011	14 530	6 829	6 628	13 457
Venda	5 679	6 766	12 445	6 781	6 937	13 718
Títulos de renda fixa	1 413	- 738	675	- 830	-1 220	-2 050
Aquisição	2 880	1 200	4 079	1 276	211	1 486
Venda	1 467	1 937	3 404	2 106	1 431	3 536
Curto prazo	75	- 25	50	- 24	- 237	- 260
Aquisição	77	72	150	18	39	56
Venda	2	97	99	41	276	317
Longo prazo	1 338	- 713	625	- 806	- 983	-1 789
Aquisição	2 802	1 127	3 930	1 258	172	1 430
Venda	1 465	1 840	3 305	2 064	1 155	3 220

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui transações em que o cotista residente no Brasil possui menos de 10% do patrimônio líquido do fundo de investimento no exterior.

**INVESTIMENTOS EM CARTEIRA - PASSIVOS**  
(US\$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Total	32 809	8 718	41 527	27 270	-8 771	18 500
Receitas	139 935	132 391	272 326	124 890	95 434	220 324
Despesas	107 126	123 673	230 799	97 620	104 204	201 824
Investimentos em ações	8 524	2 349	10 873	8 843	-2 314	6 528
Negociadas no mercado doméstico	7 487	2 409	9 897	8 451	-2 280	6 171
Ingressos	70 254	70 389	140 644	57 658	40 904	98 562
Saídas	62 767	67 980	130 747	49 206	43 184	92 390
Negociadas no mercado externo (DR's)	1 037	- 60	977	391	- 34	357
Ingressos	1 180	82	1 263	529	133	662
Saídas	144	143	286	138	167	305
Fundos de investimentos1/	515	385	900	1 968	1 534	3 502
Ingressos	1 691	1 845	3 536	3 430	2 852	6 282
Saídas	1 177	1 460	2 636	1 462	1 318	2 780
Títulos de renda fixa	23 770	5 984	29 754	16 460	-7 990	8 469
Negociados no mercado doméstico2/	20 895	6 174	27 068	21 000	-4 704	16 296
Ingressos	58 581	50 780	109 361	58 499	44 537	103 036
Saídas	37 686	44 606	82 292	37 499	49 241	86 740
Negociados no mercado externo	2 875	- 190	2 686	-4 541	-3 287	-7 827
Títulos soberanos	625	1 885	2 510	-1 841	-1 576	-3 418
Ingressos	1 376	4 600	5 976	0	61	61
Amortizações	751	2 715	3 466	1 841	1 637	3 479
Outros títulos	2 251	-2 075	176	-2 699	-1 710	-4 410
Títulos de curto prazo	31	425	457	485	- 174	311
Ingressos	31	452	483	734	509	1 243
Amortizações	0	27	27	249	683	933
Títulos de longo prazo	2 220	-2 500	- 280	-3 184	-1 536	-4 720
Ingressos	6 821	4 242	11 063	4 040	6 437	10 477
Amortizações	4 601	6 742	11 343	7 224	7 973	15 197

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui transações em que o cotista residente no exterior possui menos de 10% do patrimônio líquido do fundo de investimento no Brasil.

2/ Inclui juros reinvestidos.

As operações com títulos de renda fixa negociados no mercado externo apresentaram amortizações líquidas de US\$4,7 bilhões, ante US\$280 milhões em 2014. Os títulos de curto prazo apresentaram captações líquidas de US\$311 milhões, em 2015.

Outros investimentos ativos registraram aplicações líquidas de US\$46,2 bilhões em 2015, compreendendo a concessão líquida de créditos comerciais, US\$28,4 bilhões, a constituição de depósitos no exterior de bancos brasileiros, US\$4,6 bilhões, e de empresas não financeiras e pessoas físicas, US\$13,6 bilhões.

**OUTROS INVESTIMENTOS - ATIVOS**  
(US\$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Total	22 858	27 808	50 667	16 689	29 506	46 195
Outras participações em capital	89	6	95	125	46	172
Moeda e depósitos	9 175	5 897	15 072	5 943	12 206	18 149
Bancos	485	-2 504	-2 019	-1 111	5 691	4 579
Demais setores	8 690	8 401	17 091	7 054	6 515	13 570
Empréstimos	- 74	- 92	- 166	- 335	- 212	- 547
Curto prazo	85	88	173	- 161	- 38	- 199
Longo prazo	- 159	- 180	- 340	- 174	- 174	- 348
Créditos comerciais e adiantamentos	13 496	21 847	35 343	10 774	17 632	28 406
Outras contas a receber1/	173	151	323	182	- 166	16

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui seguros, fundos de pensão e garantias.

Os outros investimentos passivos apresentaram ingressos líquidos de US\$25,7 bilhões. O crédito comercial somou desembolsos líquidos de US\$23,5 bilhões, ante US\$13,9 bilhões em 2014, com predominância dos créditos de curto prazo. Os empréstimos de longo prazo totalizaram ingressos líquidos de US\$4,6 bilhões. Os empréstimos de curto prazo apresentaram amortizações líquidas de US\$2,3 milhões, comparativamente a ingressos líquidos de US\$24,4 bilhões, ocorridos em 2014.

**OUTROS INVESTIMENTOS - PASSIVOS**  
(US\$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Total	21 104	32 999	54 103	16 279	9 402	25 681
Outras participações em capital	0	0	0	0	0	0
Moeda e depósitos	- 480	-3 081	-3 562	440	- 562	- 121
Bancos	812	-1 664	- 852	1 135	- 349	786
Demais setores1/	-1 292	-1 417	-2 709	- 695	- 212	- 908
Empréstimos	20 783	23 012	43 795	3 384	-1 149	2 236
Curto prazo	9 251	15 189	24 440	1 275	-3 612	-2 336
Ingressos	9 472	15 701	25 173	12 323	12 090	24 413
Amortizações	221	512	734	11 048	15 702	26 749
Longo prazo	11 532	7 824	19 355	2 109	2 463	4 572
Ingressos	28 759	25 388	54 147	38 318	24 092	62 410
Amortizações	17 227	17 564	34 791	36 208	21 629	57 838
Créditos comerciais e adiantamentos	801	13 068	13 869	12 446	11 098	23 544
Curto prazo	305	12 287	12 592	12 111	10 640	22 750
Longo prazo	496	781	1 278	335	459	794
Outras contas a pagar2/	- 0	0	- 0	9	14	23

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui depósitos de organismos internacionais.

2/ Inclui seguros, fundos de pensão e garantias.

### I.3.5. Reservas internacionais

Ao final de 2015, as reservas internacionais somavam US\$356,5 bilhões no conceito caixa, redução de US\$7,1 bilhões em relação ao ano anterior. No conceito liquidez internacional, que inclui o estoque de linhas com recompra, o estoque atingiu US\$368,7 bilhões, decréscimo de US\$5,3 bilhões relativamente a 2014. No ano, os principais fatores de variação das reservas internacionais foram as receitas de remuneração da carteira, US\$2,6 bilhões, e as variações por paridades, que contribuíram para redução do estoque em US\$7,9 bilhões.

#### DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS (US\$ MILHÕES)

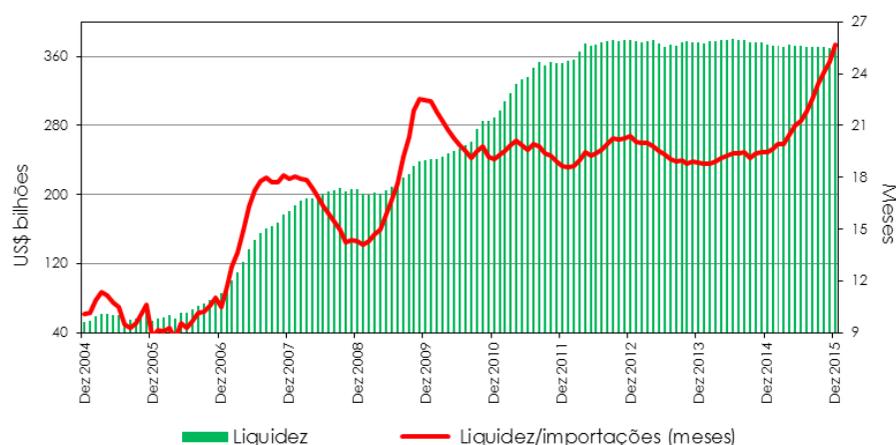
DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015
I - Posição das reservas (final do ano anterior)	373 147	358 808	363 551
1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervensões)	- 11 520	6 486	- 1 775
A termo	-	-	-
Pronto	-	-	-
Linhas com recompra	- 11 520	6 486	- 1 775
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	-
2. Operações externas do Banco Central	- 2 820	- 1 743	- 5 312
Desembolsos	903	386	221
Bônus	-	-	-
Organismos	903	386	221
Juros	3 397	2 990	2 573
Organismos	-	-	-
Remuneração das reservas	3 397	2 990	2 573
Outras variações	- 7 120	- 5 120	- 8 106
Variações por preço	- 4 321	1 724	- 773
Variações por paridades	- 4 092	- 7 814	- 7 883
Demais1/	1 293	970	550
II - Total das operações do Banco Central (1+2)	- 14 340	4 743	- 7 087
III - Posição das reservas - conceito caixa	358 808	363 551	356 464
IV - Saldo de linhas com recompra	16 986	10 500	12 275
V - Operações de empréstimo em moeda estrangeira	-	-	-
VI - Posição das reservas - conceito liquidez2/	375 794	374 051	368 739

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Compreende pagamentos/recebimentos do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR), recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, reclassificações, liberação de colaterais, alocações de DES e variação de derivativos financeiros.

2/ Inclui o saldo de linhas com recompra e operações de empréstimo em moedas estrangeiras.

#### RESERVAS INTERNACIONAIS



### I.3.6. Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional

Em 2015, o Tesouro Nacional manteve a política, iniciada em 2003, de contratar divisas no mercado de câmbio para fazer frente ao serviço da dívida externa (principal e juros) relativo a bônus emitidos pela República. Ao longo do ano, as liquidações de serviço de dívida externa em mercado somaram US\$5,9 bilhões, dos quais US\$3,4 bilhões referentes a principal, e US\$2,5 bilhões, a juros. Destacaram-se as amortizações do Global15, US\$1 bilhão, e o exercício de cláusula de pagamento antecipado, por parte do Tesouro Nacional, do Global40, US\$1,2 bilhão.

#### TESOURO NACIONAL - SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA<sup>1/</sup> (US\$ MILHÕES)

PERÍODO	PERFIL DE VENCIMENTOS			LIQUIDAÇÃO DE VENCIMENTOS		
	PRINCIPAL	JUROS	TOTAL	MERCADO	RESERVAS	TOTAL
2015						
Jan	103	901	1 003	1 003	-	1 003
Fev	576	146	722	722	-	722
Mar	1 039	67	1 106	1 106	-	1 106
Abr	20	121	141	141	-	141
Mai	35	70	105	105	-	105
Jun	16	39	54	54	-	54
Jul	72	858	930	930	-	930
Ago	1 180	105	1 284	1 284	-	1 284
Set	25	27	51	51	-	51
Out	124	90	214	214	-	214
Nov	86	71	157	157	-	157
Dez	131	3	134	134	-	134
Ano	3 405	2 496	5 901	5 901	-	5 901

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Inclui vencimentos de principal e juros relativos a bônus.

Ainda em 2015, no âmbito do programa de recompra de títulos da dívida externa brasileira, cuja principal diretriz é promover a melhora do perfil da curva de juros, foram liquidados antecipadamente US\$531 milhões, dos quais US\$456 milhões em amortizações pelo valor de face, US\$8 milhões em juros decorridos, e US\$67 milhões em despesas líquidas de ágio.

#### OPERAÇÕES DE RECOMPRA DE TÍTULOS SOBERANOS DA DÍVIDA EXTERNA (US\$ MILHÕES)

PERÍODO	PRINCIPAL	JUROS	ÁGIO / DESÁGIO	TOTAL
2015				
Jan	43	0	16	59
Fev	13	0	2	15
Mar	39	0	11	50
Abr	20	0	6	26
Mai	35	1	12	48
Jun	16	1	6	22
Jul	14	0	2	16
Ago	23	0	5	28
Set	25	0	3	28
Out	13	0	3	16
Nov	86	2	4	91
Dez	131	3	- 3	131
Ano	456	8	67	531

Fonte: Banco Central do Brasil.

### I.3.7. Dívida Externa

Em setembro de 2015, a dívida externa bruta alcançou US\$344,9 bilhões, recuo de US\$7,8 bilhões em relação a dezembro de 2014. Neste período, a dívida externa de longo prazo diminuiu US\$8,5 bilhões, somando US\$286,5 bilhões; e a dívida de curto prazo subiu US\$751 milhões, para US\$58,4 bilhões. Por fim, o estoque de endividamento externo intercompanhia reduziu US\$4 bilhões, atingindo US\$203,8 bilhões.

Do estoque da dívida externa de longo prazo apurado em setembro de 2015, 63,3% referiam-se a empréstimos, 34,8% a títulos, 0,5% a crédito comercial, e 1,4% a alocações de Direitos Especiais de Saque (DES) do Fundo Monetário

Internacional (FMI). No período em análise, a variação na dívida externa de longo prazo resultou, principalmente, das reduções dos estoques de títulos devidos pelo governo, US\$10,6 bilhões, setor financeiro, US\$1,6 bilhão, e demais setores, US\$2 bilhões.

Por outro lado, o estoque de empréstimos externos devidos por setores financeiro e não financeiro aumentaram, na ordem, US\$1,4 bilhão e US\$3,7 bilhão.

Cabe ressaltar a adoção da cotação de mercado como critério de valoração para os títulos, em conformidade com a metodologia internacional do BPM6. Até o momento, esse critério de valoração foi implementado apenas para os papéis de emissão da República, em função da disponibilidade de informações.

#### DÍVIDA EXTERNA BRUTA (US\$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2012	2013	2014	2015-SET
A. Dívida externa bruta (B+C)1/	327 590	312 517	352 684	344 914
B. Dívida de longo prazo	295 008	279 913	295 038	286 517
Governo geral		77 923	67 795	75 476
Títulos de dívida 2/	52 388	39 560	42 049	31 447
Empréstimos		25 507	28 183	33 363
Crédito comercial	29	52	64	48
Banco Central		4 437	4 446	4 183
Empréstimos		-	-	-
Alocações DES	4 437	4 446	4 183	4 053
Bancos		107 304	97 376	101 856
Títulos de dívida	47 480	42 875	40 940	39 318
Empréstimos		59 825	54 501	60 916
Outros setores		105 343	110 296	113 524
Títulos de dívida	32 078	31 936	30 979	28 977
Empréstimos		71 429	76 741	81 096
Crédito comercial	1 836	1 620	1 448	1 344
C. Dívida de curto prazo	32 583	32 604	57 646	58 396
Bancos		32 431	32 599	54 884
Títulos de dívida	-	-	370	348
Empréstimos		31 596	31 827	53 709
Moeda e depósitos	835	772	805	536
Outros setores		152	5	2 762
Títulos de dívida	-	-	84	420
Empréstimos		152	5	2 678
Crédito comercial	-	-	-	-
D. Operações intercompanhia	127 705	174 146	207 756	203 783
E. Dívida externa bruta, inclusive operações intercompanhia (A+D)	455 295	486 663	560 440	548 697
F. Títulos de renda fixa negociados no mercado doméstico e detidos por não residentes - denominados e liquidados em reais	115 457	134 643	152 078	119 371
G. Dívida externa bruta, inclusive operações intercompanhia e títulos de renda fixa negociados no mercado doméstico e detidos por não residentes G=(E+F)	570 752	621 307	712 518	668 068

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Exclui operações intercompanhia.

2/ Títulos de dívida cotados a valor de mercado.

**DÍVIDA EXTERNA BRUTA – POR SETOR DO DEVEDOR E DO CREDOR  
(US\$ MILHÕES) - POSIÇÃO 30/09/2015**

DEVEDOR	CREDOR		
	ORGANISMOS1/	AGÊNCIAS	BANCOS
A. Dívida de longo prazo	39 677	16 595	118 908
Setor público	35 280	10 619	27 878
Não bancário	30 970	8 882	4 810
Tesouro Nacional	1 283	87	1 073
Banco Central	4 053	-	-
Empresas públicas	1 705	7 731	11
Estados e Municípios	23 929	1 064	3 726
Bancário	4 311	1 737	23 068
Setor privado	4 396	5 976	91 030
Não bancário	2 529	5 514	64 534
Bancário	1 867	462	26 496
B. Dívida de curto prazo	50	10	56 373
Setor público	-	-	7 153
Não bancário	-	-	-
Bancário	-	-	7 153
Setor privado	50	10	49 219
Não bancário	-	10	4 026
Bancário	50	-	45 194
C. Dívida externa bruta3/	39 727	16 605	175 281
D. Operações intercompanhia	-	-	-
E. Dívida externa bruta, inclusive op. intercompanhia (C+D)	39 727	16 605	175 281

DEVEDOR	CREDOR		
	DETENTORES DE TÍTULOS DE DÍVIDA1/	OUTROS CREDORES2/	TOTAL
A. Longo prazo	99 738	11 600	286 517
Setor público	49 480	3 045	126 302
Não bancário	34 987	3 039	82 687
Tesouro Nacional	31 447	7	33 897
Banco Central	-	-	4 053
Empresas públicas	3 540	-	12 987
Estados e Municípios	-	3 032	31 751
Bancário	14 493	6	43 615
Setor privado	50 258	8 555	160 215
Não bancário	25 433	4 150	102 161
Bancário	24 825	4 405	58 055
B. Curto prazo	768	1 196	58 396
Setor público	-	-	7 153
Não bancário	-	-	-
Bancário	-	-	7 153
Setor privado	768	1 196	51 243
Não bancário	420	28	4 484
Bancário	348	1 168	46 759
C. Dívida externa bruta3/	100 506	12 796	344 914
D. Operações intercompanhia	9 079	194 704	203 783
E. Dívida externa bruta, inclusive op. intercompanhia (C+D)	109 585	207 500	548 697

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Credor final indeterminado.

2/ Empresas financeiras não bancárias, empresas não financeiras, famílias e instituições sem fins lucrativos.

3/ Exclui operações intercompanhia.

Em setembro de 2015, considerado o estoque de dívida externa bruta, o setor privado figurava como maior devedor, responsável por 61,3% do total, acumulando US\$160,2 bilhões em recursos de longo prazo e US\$51,2 bilhões em recursos de curto prazo. A dívida externa do setor público, 38,7% da dívida externa bruta, era composta quase na totalidade por recursos de longo prazo.

Ainda em setembro de 2015, a dívida externa de longo prazo do setor público não-financeiro totalizou US\$82,7 bilhões. Deste total, 41% se referiam ao Tesouro Nacional, concentrados na modalidade bônus, enquanto 38,4% eram de responsabilidade de governos estaduais e municipais, com destaque em créditos de organismos internacionais. A dívida de estatais, por sua vez, somava 15,7% do total, majoritariamente composta de créditos de agências governamentais. Por último, a dívida do BCB, que correspondia a 4,9% do setor público não-financeiro, era composta, exclusivamente, pelas alocações de DES do FMI.

**DÍVIDA EXTERNA BRUTA PÚBLICA  
(US\$ MILHÕES)**

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015-SET
Governo federal (contratada diretamente)	51 888	42 789	42 856	38 454	40 279	35 442
Estados e Municípios	13 239	15 048	20 375	25 449	31 002	31 751
Direta	3	2	0	66	2 643	2 991
Com aval	13 235	15 047	20 375	25 383	28 360	28 760
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	38 813	44 603	50 331	54 847	63 576	67 807
Direta	26 528	32 359	38 544	43 390	52 707	57 363
Com aval	12 285	12 244	11 787	11 457	10 869	10 445
Setor privado (com aval do setor público)	1 578	1 828	1 961	1 712	2 014	10 445
Total	105 518	104 268	115 523	120 461	136 871	145 445
Direta	78 420	75 150	81 400	81 910	95 628	95 796
Com aval	27 099	29 118	34 122	38 551	41 243	40 845
Pelo governo federal	25 684	27 409	32 197	36 780	39 157	39 250
Pelos Estados e Municípios	0	-	-	66	80	69
Pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	1 414	1 709	1 925	1 705	2 006	1 526

Fonte: Banco Central do Brasil.

A dívida contratada com aval do setor público atingiu, em setembro de 2015, US\$40,9 bilhões, dos quais apenas US\$1,5 bilhão constituía dívida do setor privado.

**DÍVIDA EXTERNA BRUTA - POR SETOR DO DEVEDOR  
(US\$ MILHÕES) - POSIÇÃO 30/09/2015**

DISCRIMINAÇÃO	ESTOQUE	2015 (OUT-DEZ)	2016	2017	2018	2019
A. Dívida de longo prazo	286 517	13 893	60 277	36 787	27 227	24 569
Setor público	126 302	2 540	9 075	11 090	8 248	13 374
Não bancário	82 687	1 225	4 493	6 292	3 980	7 777
Tesouro Nacional	33 897	107	1 136	2 914	516	3 020
Banco Central	4 053	-	-	-	-	-
Empresas públicas	12 987	804	1 978	1 854	1 713	2 680
Estados e Municípios	31 751	314	1 379	1 524	1 751	2 076
Bancário	43 615	1 314	4 582	4 799	4 269	5 597
Setor privado	160 215	11 353	51 202	25 697	18 979	11 195
Não bancário	102 161	6 270	24 793	18 314	15 118	7 740
Bancário	58 055	5 084	26 409	7 382	3 862	3 455
B. Dívida de curto prazo	58 396	16 029	42 368	-	-	-
Setor público	7 153	2 030	5 124	-	-	-
Bancário	7 153	2 030	5 124	-	-	-
Setor privado	51 243	13 999	37 244	-	-	-
Não bancário	4 484	1 919	2 565	-	-	-
Bancário	46 759	12 080	34 679	-	-	-
C. Dívida externa bruta (A+B)1/	344 914	29 922	102 645	36 787	27 227	24 569
D. Operações intercompanhias	203 783	12 104	26 636	22 466	44 857	27 448
E. Dívida total + op.intercompanhias (C+D)	548 697	42 026	129 281	59 253	72 084	52 017
Fonte: Banco Central do Brasil.						(continua)
1/ Exclui operações intercompanhia.						

**DÍVIDA EXTERNA BRUTA - POR SETOR DO DEVEDOR (CONTINUAÇÃO)**  
(US\$ MILHÕES) - POSIÇÃO 30/09/2015

DISCRIMINAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	POSTERIORES E VENCIDOS
A. Dívida de longo prazo	20 609	13 963	11 845	13 192	10 871	53 284
Setor público	6 784	9 462	5 183	9 612	7 407	43 526
Não bancário	3 178	8 405	3 123	4 470	4 060	35 685
Tesouro Nacional	409	4 265	697	2 196	2 039	16 597
Banco Central	-	-	-	-	-	4 053
Empresas públicas	649	1 975	197	197	169	773
Estados e Municípios	2 121	2 166	2 230	2 076	1 852	14 262
Bancário	3 606	1 057	2 060	5 142	3 347	7 842
Setor privado	13 824	4 502	6 661	3 580	3 464	9 757
Não bancário	8 300	4 124	4 313	2 910	2 274	8 005
Bancário	5 524	378	2 348	670	1 190	1 752
B. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Setor público	-	-	-	-	-	-
Bancário	-	-	-	-	-	-
Setor privado	-	-	-	-	-	-
Não bancário	-	-	-	-	-	-
Bancário	-	-	-	-	-	-
C. Dívida externa bruta (A+B)1/	20 609	13 963	11 845	13 192	10 871	53 284
D. Operações intercompanhias	14 103	5 355	18 571	7 440	8 819	15 983
E. Dívida total + op. Intercompanhias (C+D)	34 712	19 318	30 416	20 632	19 690	69 267

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Exclui operações intercompanhia.

O esquema de amortização da dívida externa bruta de longo prazo, de acordo com a posição de setembro de 2015, revelava concentração de 48,2% de seus vencimentos no período de outubro de 2014 a dezembro de 2018. Neste período, 77,6% das amortizações previstas concentravam-se no setor privado, enquanto a dívida do setor público não-financeiro somava outros 22,4%.

**DÍVIDA EXTERNA BRUTA – POR SETOR DO CREDOR**  
(US\$ MILHÕES) - POSIÇÃO 30/09/2015

DISCRIMINAÇÃO	ESTOQUE	2015 (OUT-DEZ)	2016	2017	2018	2019
A. Dívida de longo prazo	286 517	13 893	60 277	36 787	27 227	24 569
Organismos internacionais	39 677	709	3 039	2 643	2 561	2 386
Agências governamentais	16 595	725	2 634	2 754	2 652	2 903
Bancos	118 908	8 405	41 444	19 724	14 227	6 820
Detentores de títulos de dívida1/	99 738	3 342	10 914	9 714	6 554	11 713
Outros credores2/	11 600	711	2 246	1 952	1 233	746
B. Dívida de curto prazo	58 396	16 029	42 368	-	-	-
Organismos internacionais	50	50	-	-	-	-
Agências governamentais	10	-	10	-	-	-
Bancos	56 373	15 640	40 733	-	-	-
Detentores de títulos de dívida1/	768	301	467	-	-	-
Outros credores2/	1 196	38	1 158	-	-	-
C. Dívida total (A+B)	344 914	29 922	102 645	36 787	27 227	24 569
D. Operações intercompanhias	203 783	12 104	26 636	22 466	44 857	27 448
E. Dívida total + op. intercompanhias (C+D)	548 697	42 026	129 281	59 253	72 084	52 017

(continua)

DISCRIMINAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	POSTERIORES E VENCIDOS
A. Dívida de longo prazo	20 609	13 963	11 845	13 192	10 871	53 284
Organismos internacionais	2 508	2 019	1 877	1 772	1 652	18 510
Agências governamentais	971	919	685	448	393	1 510
Bancos	7 512	2 431	2 785	3 672	2 957	8 932
Detentores de títulos de dívida1/	8 840	7 761	5 591	6 529	5 375	23 404
Outros credores2/	778	834	907	771	494	928
B. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Organismos internacionais	-	-	-	-	-	-
Agências governamentais	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-
Detentores de títulos de dívida1/	-	-	-	-	-	-
Outros credores2/	-	-	-	-	-	-
C. Dívida total (A+B)	20 609	13 963	11 845	13 192	10 871	53 284
D. Operações intercompanhias	14 103	5 355	18 571	7 440	8 819	15 983
E. Dívida total + op. intercompanhias (C+D)	34 712	19 318	30 416	20 632	19 690	69 267

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Credor final indeterminado.

2/ Empresas financeiras não bancárias, empresas não financeiras, famílias e instituições sem fins lucrativos.

Analisando-se o esquema de amortização da dívida externa bruta por credor, verifica-se que, dos pagamentos de longo prazo previstos para o período de outubro de 2015 a dezembro de 2018, 60,6% concentravam-se em bancos, enquanto detentores de títulos de dívida e organismos internacionais somavam 22,1% e 6,5%, respectivamente.

#### PRAZO MÉDIO DE ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO (US\$ MILHÕES)

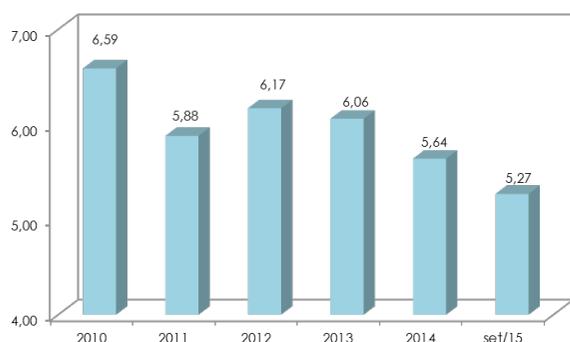
DISCRIMINAÇÃO	2015-SET	PRAZO MÉDIO (ANOS)
A. Dívida externa bruta	344 914	5,27
Organismos internacionais	39 727	9,16
Agências governamentais	16 605	4,45
Bancos	175 281	2,80
Detentores de títulos de dívida2/	100 506	8,38
Outros credores3/	12 796	4,30
B. Operações intercompanhia	203 783	4,95
C. Dívida externa bruta + op. intercompanhia (A+B)	548 697	5,15

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Exclui operações intercompanhia.

2/ Credor final indeterminado.3/ Empresas financeiras não bancárias, empresas não financeiras, famílias e instituições sem fins lucrativos.

#### PRAZO MÉDIO DE ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO (ANOS)



O prazo médio da dívida externa bruta reduziu-se de 5,8 para 5,2 anos, entre as posições de dezembro de 2014 e setembro de 2015. O setor bancário detinha o menor prazo médio, 2,8 anos, enquanto créditos concedidos por organismos internacionais apresentaram o prazo médio mais dilatado, 9,2 anos. Na composição por moedas da dívida externa bruta, a participação das operações denominadas em dólares norte-americanos elevou-se de 83,1% para 83,4% entre dezembro de 2014 e setembro de 2015.

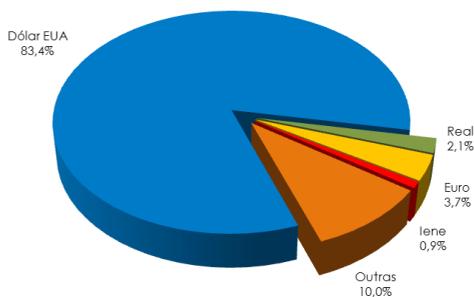
Neste período, a parcela da dívida externa bruta em euro elevou-se para 3,7%, sendo a segunda principal moeda de denominação da dívida externa bruta. No mesmo período, as parcelas em reais caíram de 3,3% para 2,1% e as em iene mantiveram-se estáveis em 0,9%.

Quanto à composição por modalidade de taxas de juros, a proporção da dívida remunerada por taxas flutuantes caiu de 48,9% do total, em dezembro de 2014, para 48,2%, em setembro de 2015.

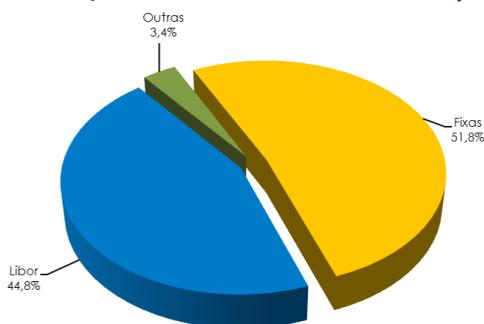
Consequentemente, a proporção de dívida remunerada a taxas fixas subiu de 51,1% para 51,8%. Considerando-se apenas a dívida contratada sob taxas flutuantes, a Libor permaneceu como principal indexador, com participação de 92,9%.

## COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRUTA SETEMBRO DE 2015

### DISTRIBUIÇÃO POR MOEDA



### DISTRIBUIÇÃO POR MODALIDADE DE TAXAS DE JUROS



O estoque de títulos de renda fixa negociados no mercado doméstico, denominados e liquidados em reais, e detidos por investidores não residentes atingiu o equivalente a US\$119,4 bilhões, ante US\$152 bilhões em dezembro de 2014.

Cabe ressaltar a influência da trajetória da taxa de câmbio sobre esse passivo externo denominado em moeda doméstica, e o fato de que o estoque de títulos em circulação no mercado doméstico, detido por não residentes, supera o montante de títulos da dívida externa privada brasileira negociados no mercado internacional.

A incorporação de estoques de dívida externa de menor nível de risco - operações intercompanhia e títulos denominados e liquidados em reais, no mercado doméstico - à dívida externa bruta, resultou em estoque total de US\$668,1 bilhões em setembro de 2014, ante US\$712,5 bilhões em dezembro de 2014.

### 1.3.8. Indicadores de Endividamento

Na comparação entre as posições de setembro de 2015 e dezembro de 2014 houve piora nos indicadores de endividamento relacionados à dívida externa bruta, à dívida externa líquida e ao serviço da dívida.

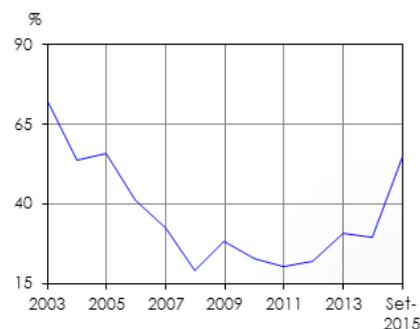
A dívida externa bruta em relação ao PIB aumentou de 14,6% para 17,8% devido à diminuição de 2,2% da dívida externa bruta, e de 19,6% do PIB medido em dólares. Já o serviço da dívida aumentou 61,3%, e o valor da receita de exportações dos últimos doze meses diminuiu 13%, aumentando a participação do serviço da dívida nas exportações, de 29,8% para 55,2%.

A relação entre o serviço da dívida e o PIB aumentou de 2,8 para 5,5 no período.

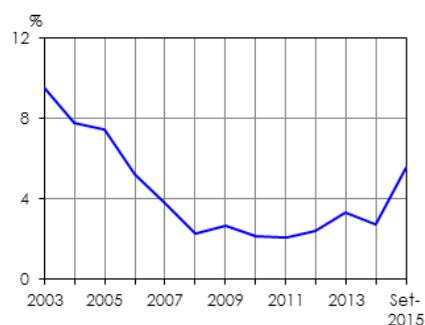
O indicador da dívida externa bruta em relação às exportações aumentou de 157,4% para 176,9%. Já a dívida externa líquida de ativos, que em dezembro de 2014 era superavitária em US\$45,9 bilhões e representava -20,5% do valor das exportações, aumentou a participação superavitária para -24,8% em setembro de 2015, enquanto, em percentagem do PIB, também aumentou sua participação superavitária de -1,9% para -2,5%, no período analisado.

## INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

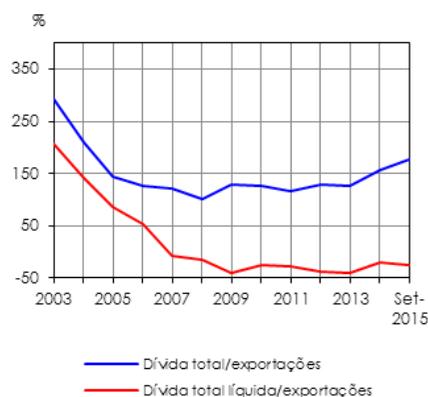
### SERVIÇO DA DÍVIDA / EXPORTAÇÕES



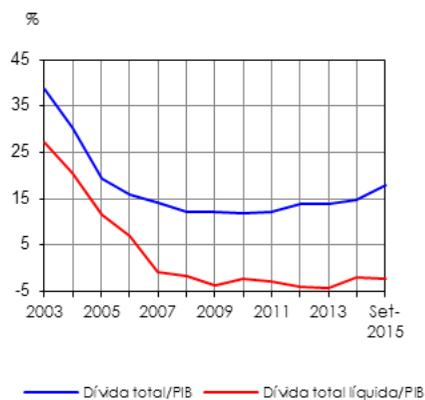
### SERVIÇO DA DÍVIDA / PIB



### DÍVIDA / EXPORTAÇÕES



### DÍVIDA / PIB



**INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO<sup>1/</sup>**  
(US\$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015-SET
Serviço da dívida <sup>2/</sup>	66 150	87 503	65 114	85 122	66 693	107 567
Amortizações	54 250	74 161	50 963	70 890	52 075	93 198
Juros brutos	11 899	13 342	14 151	14 232	14 618	14 369
Dívida externa de longo prazo (A)	199 497	269 438	295 008	279 913	295 038	286 517
Dívida externa de curto prazo (B)	57 307	40 149	32 583	32 604	57 646	58 396
Dívida externa bruta (C)=(A+B)	256 804	309 587	327 590	312 517	352 684	344 914
Reservas internacionais - conceito liquidez (D)	288 575	352 012	378 613	375 794	374 051	370 600
Reservas internacionais - conceito caixa	288 575	352 012	373 147	358 808	363 551	361 370
Créditos brasileiros no exterior (E)	2 227	2 194	2 069	1 892	1 629	1 549
Haveres de bancos comerciais (F)	16 630	16 866	21 876	25 376	22 889	21 069
Dívida externa líquida (G)=(C-D-E-F)	-50 628	-61 486	-74 969	-90 544	-45 884	-48 305
Exportações <sup>2/</sup>	201 915	256 040	242 123	241 507	224 098	194 939
PIB <sup>2/</sup>	2209 751	2612 855	2459 022	2461 436	2415 916	1941 542
Indicadores (em percentagem)						
Serviço da dívida / exportações	32,8	34,2	26,9	35,2	29,8	55,2
Serviço da dívida / PIB	3,0	3,3	2,6	3,5	2,8	5,5
Dívida externa / exportações	127,2	120,9	135,3	129,4	157,4	176,9
Dívida externa bruta / PIB	11,6	11,8	13,3	12,7	14,6	17,8
Dívida externa líquida / exportações	- 25,1	- 24,0	- 31,0	- 37,5	- 20,5	- 24,8
Dívida externa líquida / PIB	- 2,3	- 2,4	- 3,0	- 3,7	- 1,9	- 2,5

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a empréstimos intercompanhia.

2/ Para setembro de 2015, acumulado em 12 meses.

### I.3.9. Captações Externas

Não houve emissões de títulos de dívida da República Federativa do Brasil em 2015.

### I.3.10. Posição de Investimento Internacional (PII)

Entre dezembro de 2014 e setembro de 2015, o passivo líquido mensurado pela PII diminuiu 58,9%, de US\$792,6 bilhões para US\$467 bilhões. O resultado decorreu da diminuição de US\$316,1 bilhões do estoque de passivos, influenciado pelo efeito da depreciação cambial sobre instrumentos denominados em moeda doméstica, e elevação de US\$9,5 bilhões do estoque de ativos.

#### POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL (US\$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015-SET
Posição de investimento internacional (A-B)	- 747 687	- 792 630	- 466 994
Ativo (A)	758 984	765 471	774 975
Investimento direto no exterior	300 791	299 748	308 920
Participação no capital	278 331	275 532	284 968
Operações intercompanhia	22 461	24 216	23 952
Investimentos em carteira2/	25 437	28 241	25 505
Ações	16 930	18 622	18 220
Bancos, exceto Banco Central	4 757	5 038	5 045
Demais setores	12 173	13 584	13 175
Títulos de dívida	8 507	9 618	7 285
Bancos, exceto Banco Central	6 985	7 196	5 266
Curto prazo	3 273	4 573	3 451
Longo prazo	3 712	2 623	1 815
Demais setores	1 522	2 423	2 019
Curto prazo	950	1 778	1 359
Longo prazo	572	645	661
Derivativos financeiros (exceto reservas)	647	609	756
Outros investimentos	73 301	73 322	78 423
Moeda e depósitos	35 998	37 300	39 508
Bancos, exceto Banco Central	19 960	18 056	17 286
Demais setores	16 038	19 244	22 223
Empréstimos	22 826	22 296	21 844
Bancos, exceto Banco Central	12 741	12 903	12 605
Governo geral	1 726	1 470	1 409
Demais setores	8 359	7 923	7 830
Crédito comercial e adiantamentos	8 420	7 513	7 349
Curto prazo	7 792	6 597	6 499
Longo prazo	628	916	850
Outros ativos	4 344	4 411	7 747
Ativos de reservas	358 808	363 551	361 370

(continua)

**POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL  
(US\$ MILHÕES)**

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015-SET
Passivo (B)	1 506 670	1 558 101	1 241 969
Investimento direto no País	747 891	755 409	603 783
Participação no capital	573 745	547 653	400 000
Operações intercompanhia	174 146	207 756	203 783
Investimentos em carteira	554 249	526 356	377 187
Ações	305 235	259 856	157 306
No País	203 425	181 438	110 903
No exterior	101 810	78 417	46 403
Títulos de dívida	249 014	266 500	219 881
No País	134 643	152 078	119 371
No exterior	114 371	114 423	100 510
Derivativos financeiros (exceto reservas)	6 296	37 984	16 496
Outros investimentos	198 235	238 352	244 503
Moeda e depósitos	860	896	635
Banco Central	88	91	99
Bancos	772	805	536
Empréstimos	191 257	231 761	238 424
Bancos, exceto Banco Central	86 328	114 624	115 380
Curto prazo	31 827	53 709	53 029
Longo prazo	54 501	60 916	62 352
Governo geral	28 183	33 363	34 153
Curto prazo	-	-	-
Longo prazo	28 183	33 363	34 153
Demais setores	76 746	83 774	88 890
Curto prazo	5	2 678	4 064
Longo prazo	76 741	81 096	84 827
Crédito comercial e adiantamentos	1 672	1 512	1 392
Outros passivos	-	-	-
Direitos Especias de Saque	4 446	4 183	4 053

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Inclui lucros reinvestidos.

2/ Contempla títulos de emissão de residentes.

Mereceram destaque as reduções nos estoques de passivos sob a forma de investimento direto no País, US\$151,6 bilhões, ações, US\$102,6 bilhões, e títulos de renda fixa, US\$46,6 bilhões. Já o incremento dos ativos externos decorreu, principalmente, dos aumentos de US\$9,2 bilhões e de US\$5,1 bilhões em investimento direto no exterior e em outros investimentos, respectivamente.

## I.4. GESTÃO DE HAVERES JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS

Os haveres (créditos) financeiros da União perante Estados e Municípios, cujo controle e acompanhamento são da competência da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi/STN), decorrem de programas de financiamento e refinanciamento de dívidas, implementados conforme com legislações específicas e formalizados mediante a celebração de contratos entre as partes.

### Descrição dos Créditos da União perante Estados e Municípios

#### I.4.1. Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas

- Lei nº 8.727/93 – Refinanciamento, pela União, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios com a União e sua administração indireta. O prazo inicial de 240 meses já se encerrou em 2014, remanescendo os pagamentos dos devedores que apresentavam ainda resíduo de limite de comprometimento, o qual deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos. Os recursos recebidos dessa parcela de dívida remanescente são transferidos pela União aos credores originais, exceto aqueles de sua titularidade, que são destinados ao pagamento da dívida pública mobiliária interna da União. Adicionalmente, remanescem ainda vigentes os contratos das denominadas dívidas vincendas, cujos pagamentos são repassados integralmente para a Caixa Econômica Federal (Caixa), com prazos de pagamento variados que vão até junho de 2027;
- Lei nº 9.496/97 - Consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal, a ser pago no prazo de 30 anos. Integram-se a este refinanciamento os empréstimos concedidos pela União aos Estados que aderiram ao Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado nas Atividades Financeiras (Proes), amparado pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 24/08/2001, e suas edições anteriores. Programa com encerramento de contratos previsto para o período de maio/2027 a outubro/2029, com exceção dos mutuários que apresentarem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, cujo saldo deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos;
- MP nº 2.185/2001 - Consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito com instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios, a ser paga no prazo de 30 anos. A grande maioria das operações do Programa deverá se encerrar entre junho/2029 a maio/2030, com exceção dos mutuários que possuem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, cujo saldo deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos;
- MP nº 2.179/2001 - Crédito do Banco Central do Brasil (BCB) adquirido pela União em 29/07/2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (Banerj), cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16/07/1998. Programa com encerramento previsto para julho/2028.

#### I.4.2. Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

- DMLP – Dívida de Médio e Longo Prazos - Acordo que reestruturou a dívida de médio e longo prazos - parcelas de principal vencidas e vincendas e juros devidos e não pagos no período de 01/01/1991 a 15/04/1994 - do setor público brasileiro junto a credores privados estrangeiros, mediante a emissão, em 15/04/1994, de sete tipos de bônus pela União, sendo seis de principal (*Debt Conversion Bond*, *New Money Bond*, *Flirb*, *C-Bond*, *Discount Bond* e *Par Bond*) e um de juros (*El Bond*). Com exceção do Par e do Discount Bond, que possuem vencimento previsto para abril de 2024, todos os demais bônus já se encontram liquidados.

#### I.4.3. Retorno de Repasses de Recursos Externos

- Acordo Brasil-França - Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União perante a República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços. Os Acordos Brasil-França I e Brasil-França II têm finalização prevista para dezembro/2016, ao passo que o Acordo Brasil-França III se encerra em dezembro/2021;
- Pnafe - Empréstimo concedido à União pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiar o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (Pnafe), com repasse dos recursos mediante a celebração de contratos de subempréstimos com os Estados e o Distrito Federal, visando o financiamento dos projetos integrantes do Programa. Seu encerramento é previsto para março/2017.

#### I.4.4. Saneamento de Instituições Financeiras Federais

- Carteira de Saneamento - Créditos adquiridos pela União no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, conforme disposto na MP nº 2.196, de 2001, originários de contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Companhias Estaduais e Municipais de Saneamento. O programa apresenta grande número de contratos vigentes (169 contratos, conforme posição de 31/12/2015), porém com a maior parte dos vencimentos previstos até o final de 2016. Por outro lado, o último vencimento de contrato da Carteira de Saneamento está previsto para agosto/2034.

#### I.4.5. Aquisição de Créditos Relativos a Participações Governamentais

- Participações Governamentais - Créditos originários de participações governamentais devidas ao Estado do Rio de Janeiro (originárias da exploração de petróleo e gás natural), e aos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul (decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica). Os créditos foram adquiridos pela União mediante autorização concedida pelo art. 16 da Medida Provisória nº 2.181, de 2001, alterada pela Lei nº 10.712, de 12/08/2003. No caso dos royalties e participações especiais devidos pelo Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos estão previstos até fevereiro/2021. Por sua vez, no caso dos royalties e compensações financeiras decorrentes de exploração de recursos hídricos, os Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná possuem pagamentos previstos até dezembro/2020.

#### I.4.6. Outros Créditos

- BNDES - Crédito contratual da União junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), decorrente de desmembramento de dívida originária de contrato de cessão de créditos. Conforme disposto no instrumento contratual, o saldo foi liquidado integralmente em 15/12/2015.

## I.5. OUTROS HAVERES DO TESOURO NACIONAL

### I.5.1. Haveres da União não relacionados a Estados e Municípios

Os Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios, encontram-se classificados em cinco grupos, conforme quadro a seguir, que apresenta também o saldo devedor desses créditos, com posição de 31/12/2015.

#### HAVERES FINANCEIROS - SALDOS DEVEDORES EM 31/12/2015

GRUPO DE HAVERES	SALDO (R\$)		
	DEZ/14	DEZ/15	VARIAÇÃO (%)
Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.825.770.690,71	5.896.134.242,76	1,21%
Haveres Originários de Operações Estruturadas	72.318.646.740,62	80.919.803.395,29	11,89%
Haveres Originários de Privatizações	-	-	-
Haveres Originários de Legislação Específica	583.071.331.301,28	610.982.207.095,57	4,79%
Haveres Originários do Crédito Rural	15.497.681.077,19	17.274.475.974,91	11,46%
<b>TOTAL</b>	<b>676.713.429.809,80</b>	<b>715.072.620.708,53</b>	<b>5,67%</b>

Nota 1: durante o ano de 2014 os haveres do Grupo de Privatizações foram totalmente quitados;

Nota 2: para apurar-se o valor líquido de haveres financeiros da União, deve-se deduzir os valores intra-orçamentários relativos ao INSS nos valores de R\$ 28.114.411.869,79 em dez/14 e de R\$ 31.841.884.600,51 em dez/15, para os Haveres Originários de Operações Estruturadas; para os Haveres Originários de Legislação Específica, deve-se deduzir os valores de R\$ 33.870.633.974,00 em dez/14 e de R\$ 38.361.279.735,85 em dez/15.

Fonte: STN/Cofis/Gerat.

A variação percentual total no período foi de 5,67%, atualizando o saldo total dos haveres administrados pela Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais (Cofis), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para aproximadamente R\$ 715.072.620.708,53. Em 2015 não foram realizadas novas operações de crédito, não sendo incluídos novos haveres no controle desta carteira.

Em dezembro de 2015, com o intuito de se obter o equilíbrio nas contas públicas e retomar o crescimento da economia, o governo acordou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) uma liquidação antecipada de contratos de financiamento entre a União e o Banco.

Desse modo, o Banco liquidou o Contrato de Cessão de Crédito - CT 390/PGFN/CAF, indexado à Selic, com um pagamento antecipado de R\$ 1.698.225.524,19, em 24.12.2015, e amortizou antecipadamente R\$ 14.068.320.000,00 do Contrato de Renegociação de Dívida - CT 895/PGFN/CAF, indexado ao Dólar mais 4,47%, com quatro pagamentos entre 24.12.2015 e 31.12.2015, impactando o saldo dos Haveres Originários de Legislação Específica, que corresponde a 85,29% ou R\$ 610,98 bilhões do saldo total dos haveres.

Esse grupo é formado principalmente por contratos de financiamento com o BNDES, e Instrumento Elegíveis a Capital Principal com bancos públicos

(BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste do Brasil). Além das amortizações contratuais e antecipadas, estes saldos são indexados ao Dólar, IPCA ou TJLP.

A variação nos Haveres Originários de Operações Estruturadas, de 11,89%, se deu pela atualização prevista nos saldos, indexados à Selic, Dólar, IGP-DI ou IGP-M, e pagamentos contratuais.

Os Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas subiu 1,21%, devido à atualização dos saldos contratuais, indexados à Taxa Referencial - TR, IGP-DI ou IGP-M e pagamentos realizados.

Por último, os Haveres Originários do Crédito Rural, que são em sua maioria administrados pelo Banco do Brasil, valorizaram 11,46%, em sua maior parte devido à atualização pelo IGP-M.

#### Despesas da UG 170705 - COFIS

As despesas da UG 170705 estão compreendidas na Lei Orçamentária de 2015 na unidade 71000 - encargos financeiros da união, programa 0911 - Remuneração de Agentes Financeiros, ação 00M4.

A execução desses créditos foi realizada mediante a celebração de contratos com as instituições financeiras, conforme tabela abaixo:

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA UG 170705

TIPO DE DESPESA	CONTRATO	VALOR					
		SOLICITADO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSCRITO EM RP PROCESSADO	INSCRITO EM RP NÃO PROCESSADO
Remuneração MP nº 2.196/01	817/PGFN/CAF/2013	32.142.011,43	8.479.894,00	8.479.894,00	8.479.894,00	-	-
Equalização operações securitizadas BNDES	Diversos	13.439.779,00	13.439.779,00	-	-	-	13.439.779,00
EGF Especial	SN-PGFN/CAF/1198 e SN-PGFN/CAF/1199	103.707,89	90.571,00	57.539,75	57.539,75	-	-

Dentre as despesas orçamentárias realizadas pela Cofis/STN, destacam-se as equalizações das operações securitizadas com fontes originárias do BNDES - Lei 9.138/95, bem como os gastos com os agentes financeiros para a administração dos haveres financeiros da União.

No primeiro caso, não houve nenhuma liquidação no exercício de 2015, de modo que o valor empenhado foi totalmente inscrito em restos a pagar não processados.

Já no segundo caso, a totalidade dos desembolsos foi realizada com o Banco do Brasil por intermédio do contrato 817-PGFN/CAF/2013.

Tal instrumento tem por objetivo acompanhar, controlar e cobrar as operações de crédito rural alongadas com base na Lei nº 9.138/1995 e transferidas e/ou desoneradas de risco pela União, nos termos da Medida Provisória nº 2.196/2001.

Nesse sentido, haja vista a realização de pagamentos periódicos para esse contrato, foi previsto para a ação o montante de R\$ 32.142.011,43 na Lei orçamentária de 2015.

Contudo, devido à situação fiscal do País no último exercício financeiro, esse valor foi contingenciado em 73,62%, de modo que restou para o pagamento das obrigações apenas R\$ 8.479.894,00.

Cabe destacar neste ponto que o contrato 817-PGFN/CAF/2013 é de difícil interrupção, uma vez que o pagamento dos contratos administrados pelo Banco arrecadou para a União no último ano R\$ 347.392.829,34.

Além disso, a suspensão do serviço causaria grande transtorno para os milhares de mutuários incluídos nas operações de alongamento de

dívidas rurais que não saberiam mais a quem se dirigir e a quem enviar os pagamentos.

Assim, devido às limitações de empenho praticadas desde 2014 no âmbito federal, várias prestações desse contrato deixaram de ser quitadas pela União, o que gerou uma dívida com o Banco do Brasil no exercício de 2015 de R\$ 30.436.124,80, sem contar o mês de dezembro, ainda não faturado pelo Banco.

Importante salientar que o valor da dívida de 2015 com o Banco do Brasil foi devidamente registrado no Siafi 2015, em conta de passivo.

### 1.5.2. Recebimento de Créditos

No que tange à Gestão dos Haveres Financeiros da União, não relacionados a Estados e Municípios, foram cobradas e recebidas prestações mensais, trimestrais, semestrais e anuais. No total, foi recebido, até dezembro/2015, o valor de R\$ 29.827.638.494,21 para uma previsão inicial de R\$ 14.144.859.392,35 orçados para todo o exercício.

Tal diferença entre o fluxo de recursos previsto e realizado deve-se, fundamentalmente, à liquidação antecipada de contratos do BNDES com o Tesouro Nacional, no contexto do esforço fiscal realizado pelo Governo.

O Banco liquidou antecipadamente o Contrato de Cessão de Crédito - CT 390/PGFN/CAF, indexado à Selic, com um pagamento de R\$ 1.698.225.524,19, em 24/12/2015, e amortizou antecipadamente R\$ 14.068.320.000,00 do Contrato de Renegociação de Dívida - CT 895/PGFN/CAF, indexado ao Dólar mais 4,47%, com quatro pagamentos entre 24/12/2015 e 31/12/2015. Essa ação resultou numa receita de R\$ 15.766.545.524,19, não previstas no exercício anterior.

#### RECEBIMENTOS EM 2015, EM R\$

ORIGEM DO CRÉDITO	RECEBIMENTOS EM 2015
ALONGAMENTO LEI 9.138/95	20.318.812,38
ALONGAMENTO MP 2.196/2001	357.776.540,02
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	87.242.050,96
Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. - BNCC	1.606.462,41
BNDES - BNDESPAR	22.699.008.208,54
CAIXA - INSTRUMENTO ELEGÍVEL A CAPITAL PRINCIPAL	1.503.077.521,32
CIA. DOCAS - CESSÃO DE CRÉDITO	41.218.881,42
EGF ESPECIAL	231.913,39
ELETROBRÁS - ITAIPU - CT Nº 424 e 425.	3.888.434.734,64
ELETROBRÁS - ITAIPU - CT Nº 424 e 425. - Reajuste	692.792.495,97
REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A	348.535.461,00
VOTO CMN - ANDE - MUTUÁRIO ITAIPU/BINACIONAL	18.700.800,00
COMERCIALIZADORA BRASILEIRA DE ENERGIA EMERGENCIAL - CBEE	13.204.576,97
BB - INSTRUMENTO ELEGÍVEL A CAPITAL PRINCIPAL	152.363.562,79
BASA - INSTRUMENTO ELEGÍVEL A CAPITAL PRINCIPAL	3.126.472,40
<b>TOTAL</b>	<b>29.827.638.494,21</b>

### I.5.3. Haveres Mobiliários

Ao final do exercício de 2015, a União possuía participação societária majoritária em 47 empresas (20 sociedades de economia mista, 26 empresas públicas e uma empresa binacional) e minoritária em 59 empresas.

As participações relacionadas a seguir referem-se, apenas, às participações diretas do Tesouro Nacional, não incluindo a participação acionária de entidades da Administração Indireta. As empresas que respondem pela maior parcela do resultado obtido pela equivalência patrimonial – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES), Banco do Brasil S.A. (BB), Caixa Econômica Federal (Caixa), Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) – tiveram sua posição registrada de acordo com as informações contidas nos balanços de 30/09/2015.

#### PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (R\$) (1)

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO				% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES			INVESTIMENTO (R\$)	VOTO	TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL			
Banco da Amazônia S.A.	1.511.944.349	-	1.511.944.349	966.758.958	51,00%	51,00%
Banco do Brasil S.A.	1.453.487.115	-	1.453.487.115	42.514.778.200	50,73%	50,73%
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	44.049.447	-	44.049.447	1.376.962.277	51,00%	51,00%
Cia. de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - Casemg	37.380.952.566	1	37.380.952.567	24.926.553	97,73%	92,96%
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	18.645.502.652.415	-	18.645.502.652.415	681.078.372	100,00%	100,00%
Cia. Docas do Ceará - CDC	17.938.438.081	9.528.455.640	27.466.893.721	322.066.950	99,94%	99,93%
Cia. Docas do Pará - CDP	1.023.893.207	1.023.893.206	2.047.786.413	371.360.356	100,00%	100,00%
Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo - Ceagesp	34.294.143	-	34.294.143	136.605.296	99,68%	99,68%
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasa-MG	4.994.632	-	4.994.632	26.024.795	99,57%	99,57%
Cia. das Docas do Estado da Bahia - Codeba	20.928.104.595	19.840.640.741	40.768.745.336	305.979.052	98,36%	98,36%
Cia. Docas do Espírito Santo - Codesa	2.303.523.444	-	2.303.523.444	307.896.536	99,45%	99,45%
Cia. Docas do Estado de São Paulo - Codesp	136.827.367.007	136.852.828.264	273.680.195.271	1.439.215.471	99,96%	99,97%
Cia. Docas do Maranhão - Codomar	4.827.417.417	4.827.417.417	9.654.834.834	143.259.382	99,97%	99,97%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	554.395.652	1.544	554.397.196	21.416.638.995	51,00%	40,99%
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	3.740.470.811	-	3.740.470.811	82.994.341.179	50,26%	28,67%
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb	7.110.409.591	-	7.110.409.591	1.327.413.581	99,88%	99,88%

Fonte: Informações das empresas e Siafi

A tabela contempla apenas as participações societárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R\$100 mil. Desse modo, as empresas Cia. Docas do Rio Grande do Norte, Hospital Nossa Senhora Conceição (HNSC), Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) não estão retratadas na tabela.

#### PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM EMPRESA BINACIONAL (R\$)

EMPRESA	INVESTIMENTO 2015 R\$	INVESTIMENTO 2014 R\$	VARIAÇÃO %
ALCÂNTARA CYCLONE	396.116.639	389.754.835	1,63%

Fonte: Siafi

**PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM EMPRESAS PÚBLICAS (1)**

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO				% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES			INVESTIMENTO	VOTO	TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	(R\$)		
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias - ABGF	-	-	-	44.009.536	100,00%	100,00%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	6.273.711.452	-	6.273.711.452	33.793.587.000	100,00%	100,00%
Caixa Econômica Federal - Caixa	-	-	-	27.095.219.000	100,00%	100,00%
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec	42.000	-	42.000	47.249.730	100,00%	100,00%
Casa da Moeda do Brasil - CMB	-	-	-	2.103.936.511	100,00%	100,00%
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	1.859.907	-	1.859.907	374.699.810	100,00%	100,00%
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev	-	-	-	496.769.357	51,00%	51,00%
Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	200.000	-	200.000	1.023.819.734	100,00%	100,00%
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh	-	-	-	10.325.368	100,00%	100,00%
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	-	-	-	1.839.125.000	100,00%	100,00%
Empresa Brasileira De Pesquisa Agropecuária - Embrapa	-	-	-	66.766.455	100,00%	100,00%
Empresa Gestora de Ativos - Emgea	-	-	-	9.618.017.000	100,00%	100,00%
Empresa Gerencial de Projetos Navais - Engenpro	-	-	-	116.171.000	100,00%	100,00%
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	-	-	-	21.084.807	100,00%	100,00%
Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	50.000	-	50.000	55.181.717	100,00%	100,00%
Financiadora de Estudos e Projetos - Finep	300.000.000	-	300.000.000	1.908.055.000	100,00%	100,00%
Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA	-	-	-	413.879.713	100,00%	100,00%
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	-	-	-	409.957.584	100,00%	100,00%
Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel	-	-	-	322.030.555	100,00%	100,00%
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	12.825.493	-	12.825.493	389.494.636	100,00%	100,00%
Pré-Sal Petróleo - PPSA	-	-	-	15.831.731	100,00%	100,00%
Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro	-	-	-	1.061.004.829	100,00%	100,00%
Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - Valec	8.090.009	-	8.090.009	5.976.809.287	100,00%	100,00%

Fonte: Informações das empresas e Siafi.

A tabela contempla apenas as participações societárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R\$100 mil. Desse modo, as empresas Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais (CPRM) não estão retratadas na tabela.

**PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA MINORITÁRIA DA UNIÃO (1)**

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO - QUANTIDADE DE AÇÕES				% CAPITAL	
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	INVESTIMENTO (R\$)	VOTO (%)	TOTAL (%)
Águas e Esgotos do Piauí - Agespisa	595.964	1.193.342	1.789.306	8.430.490	0,3900	1,1750
Empresa Brasileira Agroindustrial Ltda – ME - Brasagro (2)	1.854.795	-	1.854.795	4.199.383	35,49	35,49
Cia. de Saneamento Ambiental do Maranhão - Caema	1.013.290	-	1.013.290	1.013.290	0,068	0,068
Cia. de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - Caern	882.479	155.062	1.037.541	1.037.541	0,1259	0,1500
Cia. de Água e Esgoto do Ceará – Cagece	-	17.970	17.970	184.401	-	0,0150
Cia. de Água e Esgotos da Paraíba - Cagepa	41.987.615	281.445.419	323.433.034	138.849	0,0043	0,0328
Cia. de Saneamento de Alagoas - Casal	694.302	42.056.682	42.750.984	105.356	0,0005	0,0323
Celulose e Papel de Pernambuco S.A. - Cepasa	-	1.608	1.608	110.646	-	0,0523
Cia. Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	-	193.837	193.837	29.032.056	-	0,3800
Cia Petroquímica do Nordeste S.A. - Copenor	-	58.045.040	58.045.040	984.523	-	0,8716
Cia. de Saneamento de Sergipe - Deso	-	24.312.654	24.312.654	2.110.338	-	0,3100
Deten Química S.A. - Deten	-	562.449.039	562.449.039	1.254.184	-	0,5700
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	1.804	-	1.804	108.865	0,0012	0,0012
Eletricidade de São Paulo S.A. -Eletropaulo	13.342.384	258	13.342.642	84.326.770	20,0322	7,9730
Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - Embasa	33.333	336.939	370.272	2.621.525	0,0970	0,0700
Energisa Paraíba - Energisapb	364	1.435	1.799	619.822	0,0587	0,1958
Indústria Carboquímica Catarinense S.A. - ICC (3)	-	490	490	245.003	-	0,1306
Instituto de Resseguros do Brasil - IRB	36.458.237	1	36.458.238	345.558.199	11,73	11,73
Metrobus Transporte Coletivo S.A. - Metrobus	158.851	49.147	207.998	207.998	0,6499	0,8492
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metro-RJ (3)	335.954.609	354.333.381	690.287.990	77.661.367	3,2655	6,4862
Companhia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap	219.400	-	219.400	11.158.122,96	43,8800	43,8800
Empresa Brasileira de Reparos Navais S.A. - Renave	31.286.746	-	31.286.746	254.772	0,7426	0,7426
Rima Industrial S.A. - Rima	71.259	-	4.282.745	4.659.963,85	1,6639	1,6639
Cia. de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - Riotrilhos	335.954.609	354.333.381	690.287.990	366.689.437	3,2655	6,4862
Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A. - SNBP	4.670.000	-	4.670.000	862.651	10,0000	10,0000
Têxtil Bezerra de Menezes S.A. - TBM	37.526	-	37.526	2.282.034	1,6855	1,4003
Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap	245.000.000	-	245.000.000	1.039.872.203	49,0000	49,0000
Prudential Financial Incorporation	33.186	-	33.186	7.213.053,43	0,0050	0,0050

Fonte: Informações das empresas e bancos custodiantes e Sifai.

Notas:

- (1) A tabela contempla apenas as participações societárias minoritárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R\$100 mil.
- (2) Foram utilizadas as informações do balanço de 31/12/12, informação mais recente disponível.
- (3) Em liquidação.

Além das participações societárias, a União detém quotas em fundos e organismos internacionais. Seus valores de investimento são apresentados conforme tabelas a seguir.

**PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS**

FUNDOS	INVESTIMENTO (R\$)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO (R\$)
Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	34.137.803.613,05	37.031.905.598,20
Fundo de Garantia para a Construção Naval - FGCN	4.659.765.960,25	4.770.851.099,81
Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC	2.477.561.597,19	2.477.561.597,19
Fundo de Investimento Garantidor Habitacional - FGHab	850.196.114,95	1.645.061.095,55
Fundo Garantidor para Investimento - FGI	519.395.096,10	642.924.666,49
Fundo Garantidor de Operações - FGO	145.901.620,83	680.037.102,39
Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP	20.519.000,00	20.519.000,00
Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam	6.528	494.804.073,14
Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor	242	302.820.253,27
Fundo Garantidor de Infraestrutura - FGIE	-5.086.346,80	-5.086.855,43

Fonte: Siafi e Balanços

Notas:

FAR – Fundo de Arrendamento Residencial – Posição de Junho de 2015

FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia - Posição Junho de 2014

FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste - Posição Junho de 2014

FGEDUC – Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - Posição Setembro de 2015

FGP- Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - Posição Agosto de 2015

FGHAB- Fundo de Investimento Garantidor Habitacional - Posição Junho de 2015

FGI- Fundo Garantidor para Investimento - Posição Agosto de 2015

FGO- Fundo Garantidor de Operações - Posição Setembro de 2015

FGCN- Fundo de Garantia para a Construção Naval - Posição Junho de 2015

FGIE – Fundo Garantidor de Infraestrutura – Posição Agosto 2015

FINAM e FINOR avaliados pelo método de custo, demais avaliados pelo método de equivalência patrimonial

**PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

EM R\$

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INSTITUIÇÃO	2014	2015	VARIAÇÃO (%)	PODER DE VOTO DO BRASIL (%)	POSIÇÃO
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Banco Africano de Desenvolvimento - BAD	38.257.771	38.257.771	0,00%	0,45	31/12/2014
	BAD-fundo	-	-	0,00%	-	31/12/2014
	BDC-Fundo	-	-	0,00%	-	31/12/2014
	Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	1.815.104.939	1.978.172.989	8,98%	-	31/12/2014
	-BID-CO	979.913.190	1.142.981.240	16,64%	11,19	31/12/2014
	-BID- Fundo de Operações Especiais - FOE	835.191.749	835.191.749	0,00%	11,19	31/12/2014
	BID- Cooperação Interamericana de Investimentos - CII	193.759.043	193.759.043	0,00%	11,52	31/12/2014
	Fundo Multilateral de Investimentos - Fumin	54.714.633	54.714.633	0,00%	1,7	31/12/2014
	Corporação Andina de Fomento - CAF	307.091.365	457.091.365	48,85%	7,66	31/12/2014
	Fundo Africano de Desenvolvimento - FAD	337.585.031	337.585.031	0,00%	0,3	31/12/2014
	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola -Fida	106.429.826	106.429.826	0,00%	0,95	31/12/2014
	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - Fonplata	174.620.244	174.620.244	0,00%	20	31/12/2014
Ministério da Fazenda	Banco Mundial - Bird	637.933.566	637.933.566	0,00%	1,90	31/12/2015
	Associação Internacional de Desenvolvimento - AID	1.701.390.826	1.701.390.826	0,00%	1,56	31/12/2015
	Corporação Financeira Internacional - CFI	126.371.853	126.371.853	0,00%	2,08	31/12/2015
	Agência Multilateral de Garantia a Investimentos - Miga	8.147.487	8.147.487	0,00%	1,30	31/12/2015

Fonte: MP/Secretaria de Assuntos Internacionais; MF/Secretaria de Assuntos Internacionais. Siafi

## Principais variações nas participações societárias da União em 2015

Aumento de capital de empresas por AFAC: Em 2015, foram efetuados aumentos de capital no montante de R\$ 1,06 bilhão, decorrentes dos créditos originados de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), conforme discriminado no quadro a seguir.

### AUMENTO DE CAPITAL EM 2015

EMPRESA	VALOR R\$ MIL
<b>SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA</b>	
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	207.602,75
Companhia Docas do Ceara - CDC	70.801,81
Companhia Docas do Para - CDP	869,31
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	8.085,37
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	10.051,38
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern	37.105,10
Cia. Docas do Espírito Santo - Codesa	24.316,22
Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp	67.005,68
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb	218.431,24
<b>PÚBLICAS</b>	
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	385.888,75
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	30.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.060.157,60</b>

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

## Capitalização de Fundos

Em 2015 foi realizada a integralização de R\$ 464,02 milhões em cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), mediante a transferência de 49.161.763 de ações ON do IRB Brasil Resseguros S.A., conforme autorização contida no Decreto n.º 8.495, de 27 de julho de 2015 e Portaria MF n.º 644/2015.

## Empresas em liquidação

Encontram-se ainda em processo de liquidação a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (Metrô-RJ), em virtude da criação da Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (Riotrilhos), nos termos do Decreto Estadual n.º 28.313, de 11 de maio de 2001; e a Indústria Carboquímica Catarinense S.A. (ICC), que entrou em liquidação após aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de março de 1994.

## Alienação de Haveres Mobiliários

A grande variação ocorrida nesta Conta foi fruto do resgate feito pela União de 202.645.640,15 cotas no Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), equivalentes a R\$ 400 milhões.

Por fim, para a consecução da operação de capitalização do FGEDUC, detalhada no item anterior, foram utilizadas ações ON do IRB Brasil Resseguros S.A., o que representou a baixa de tais ativos do patrimônio da União.

## Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) arrecadados pela União

A arrecadação de dividendos e JCP pelo Tesouro Nacional pelo critério de caixa em 2015 atingiu o montante de R\$ 12,04 bilhões, com destaque para os pagamentos realizados pelas instituições financeiras federais, que contribuíram com 97% do total arrecadado.

### ARRECAÇÃO DE DIVIDENDOS PELA UNIÃO – 2011 A 2015 R\$ MILHÕES

TIPO DE EMPRESA	2011	2012	2013	2014	2015
Sociedade de Economia Mista	6.892,12	5.939,73	5.111,30	4.907,21	3.424,31
Empresa Pública	12.710,08	21.608,22	11.745,43	13.857,85	8.534,27
Minoritária	143,38	67,60	52,5	140,47	85,78
FND	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>19.745,58</b>	<b>27.651,78</b>	<b>16.909,23</b>	<b>18.905,53</b>	<b>12.044,36</b>

Fonte: Siafi

## Recebimento de Prêmio de Debêntures

Em 2015, o Tesouro Nacional recebeu, a título de remuneração pela propriedade de 136.652.272 debêntures participativas da Vale (Vale S.A.), a importância total de R\$ 79,8 milhões.

### 1.5.4. Fundos que Receberam Aporte de Capital da União em 2015

#### Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC

A Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, autorizou a União a participar em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e em operações de crédito educativo no limite global de R\$ 4.000.000.000,00, para formação de seus patrimônios.

No exercício de 2015 foi consignado crédito orçamentário para o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), no valor de R\$ 1.000.000,00 sob a ação 00M2 – Integralização de cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, o qual não foi executado.

Ademais, foi editada a Medida Provisória nº 686, de 30 de julho de 2015, que abriu crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação - MEC, de R\$ 400.000.000,00 para integralização de cotas do FGEDUC. O MEC realizou a descentralização do crédito orçamentário e do recurso financeiro para a Secretaria do Tesouro Nacional.

O valor integral do crédito foi empenhado em dezembro de 2015 e inscrito em restos a pagar.

Por outro lado, a necessidade de capital do FGEDUC para 2015 foi suprida com integralização de cotas realizada por meio da transferência de ações de propriedade da União, conforme faculta a Lei 12.087/09, e cuja autorização foi prevista no Decreto nº 8.495, de 27 de julho de 2015.

Já a efetiva transferência de ações, no valor de R\$ 464.021.460,93, foi autorizada pela Portaria MF nº 644, de 17 de agosto de 2015.

#### Fundo Garantidor de Infraestrutura – FGIE

A Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, autorizou a União a participar, até o limite de R\$ 11.000.000.000,00, do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) que tem como finalidade oferecer, direta ou indiretamente, cobertura para riscos de operações relacionadas a projetos de infraestrutura de grande vulto constantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou de programas estratégicos definidos em ato do Poder Executivo, projetos de financiamento à construção naval, operações de crédito para o setor de

aviação civil, projetos resultantes de parcerias público-privadas, projetos de construção de eclusas ou de outros dispositivos de transposição de níveis, entre outros previstos no §7º do Art. 33 da Lei nº 12.712/2012.

No exercício de 2015 foi consignado crédito orçamentário no valor de R\$ 1.000.000,00 para a ação 00P3 – Integralização de Cotas do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. A integralização de cotas foi realizada por meio do empenho e execução desse crédito de R\$ 1.000.000,00, cuja autorização foi prevista no Decreto nº 8.329, de 3 de novembro de 2014, e autorizada pela Portaria MF nº 637, de 06 de agosto de 2015.

#### Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab

A Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, autorizou a União a participar, até o limite de R\$ 2.000.000.000,00, do Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHab) que tem como finalidade garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, bem como assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário em caso de morte e invalidez permanente e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel.

No exercício de 2015 foi consignado crédito orçamentário no valor de R\$ 80.000.000,00 para a ação 00CZ – Integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, o qual não foi executado, tendo em vista que o Fundo se encontrava em situação atuarial superavitária e não necessitava de capitalizações adicionais.

#### Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN

A Lei nº 11.786, de 25 de setembro de 2008, autorizou a União a participar no Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN), no limite global de R\$ 1.000.000.000,00 para a formação de seu patrimônio. Posteriormente, a Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, aumentou esse limite para R\$ 5.000.000.000,00.

No exercício de 2015 foi consignado crédito orçamentário no valor de R\$ 1.000.000,00 para a ação 00EC – Integralização de cotas do Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN), do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, o qual não foi executado, tendo em vista que o valor disponibilizado não era significativo para resolver a necessidade de capitalização do Fundo. Diante dessa limitação, a necessidade de ampliação dos limites de garantias do FGCN foi resolvida por meio de remanejamento no cronograma de construções de embarcações, de forma a não onerar o Fundo além de suas margens operacionais.

### HAVERES MOBILIÁRIOS – COTAS DA UNIÃO EM FUNDOS GARANTIDORES

FUNDOS	TOTAL			PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO		%
	QUANTIDADE DE COTAS	VALOR DA QUOTA	VALOR TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ 1,00)	QUANTIDADE	VALOR	
FGHab	895.955.678,19	1,97	1.768.800.179,65	435.430.162,07	1.245.606.515,93	70,42%
FGI	562.456.733,78	1,17	656.981.080,75	454.132.226,18	530.451.966,95	80,74%
FGCN	2.542.499.632	1,71	4.340.635.838,69	2.498.592.457	4.265.676.998,81	98,27%
FGO	17.130.471,01	30,58	523.773.415,86	3.675.334,04	112.375.325,91	21,45%
FGEDUC	875.873.429,73	2,95	2.587.891.359,42	875.873.429,73	2.587.891.359,42	100%

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional (Administradores dos Fundos - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF));

FGHAB - Fundo Garantidor da Habitação Popular (posição em 31/12/2015)

FGI - Fundo Garantidor para Investimento (posição em 30/11/2015)

FGCN - Fundo de Garantia para a Construção Naval (posição em 31/12/2015)

FGO - Fundo Garantidor de Operações (posição em 30/11/2015)

FGEduc - Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (posição em 30/11/2015)

## I.6. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

### I.6.1. Necessidades de Financiamento

A meta é suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do Governo Federal, ao menor custo no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco e, adicionalmente, buscando contribuir para o bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos.

Este é o ponto de partida para a definição da estratégia de emissões de títulos públicos pelo Tesouro Nacional a qual é consubstanciada e divulgada anualmente no Plano Anual de Financiamento (PAF<sup>1</sup>).

A necessidade bruta em 2015, composta pelos vencimentos de dívida interna e externa em mercado e dos encargos referentes aos títulos na carteira do Banco Central do Brasil (BCB), alcançou R\$ 779,8 bilhões<sup>2</sup>.

1 O Plano Anual de Financiamento (PAF) divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional está disponível no site do Tesouro Nacional (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/plano-anual-de-financiamento>).

2 A necessidade bruta de financiamento foi apurada com base nas informações do Siafi que consideram os ajustes metodológicos da contabilização dos encargos negativos (R\$ 1,7 bilhão), compensados pelo registro de receita de igual valor. O Relatório Anual da Dívida (RAD), por sua vez, não considera os efeitos desse ajuste metodológico.

Partindo desse montante, para se chegar à necessidade líquida de financiamento do Governo Federal, deduzem-se os recursos orçamentários direcionados para pagamento da Dívida Pública Federal (DPF), que totalizaram R\$ 162,2 bilhões, chegando à necessidade líquida de R\$ 617,6 bilhões no ano. Desse modo, esse foi o valor da dívida vincenda em 2015 coberto com emissões de títulos da DPF durante o exercício.

As emissões diretas, por outro lado, não têm o objetivo de financiamento do Tesouro, mas sim prover crédito a determinadas instituições executoras de políticas de interesse público.

Nessas operações, que precisam ser autorizadas em lei, o Tesouro Nacional atua no sentido de conciliar sua estratégia de financiamento aos objetivos das instituições beneficiadas.

Em 2015, as emissões diretas de títulos totalizaram R\$ 12,92 bilhões. Em termos de volume financeiro, as emissões mais significativas foram aquelas referentes às operações de concessão de crédito para o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies) e novação de dívida relativa ao Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), conforme ilustra tabela a seguir:

#### EMISSÕES DIRETAS EM 2015

PROGRAMA	INSTRUMENTO LEGAL	TÍTULOS EMITIDOS	TOTAL EMITIDO (MILHÕES DE R\$)
<b>1. Operações com Contrapartida Financeira</b>			
Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - Fies	Lei nº 10.260/01	CFT-E	4.393,79
Programa Nacional de Desestatização - PND	Lei nº 9.491/97 e Decreto nº 1.068/94	NTN-P	1,49
TOTAL			4.395,28
<b>2. Operações sem Contrapartida Financeira</b>			
Programa de Financiamento às Exportações - Proex	Lei nº 10.184/01	NTN-I	738,09
Reforma Agrária	Decreto nº 578/92 e MP nº 2.183/01	TDA	265,35
Permuta por CVS junto a Emgea	MP 2.196/01	LTN/NTN-B	244,40
Assunção de Dívidas do Estado de Roraima	ADCT de 05/10/1998	LTN/NTN-F/ NTN-B	1.495,37
Assunção de Dívidas do Estado de Roraima	Lei 9.626/98, Lei 8.029/90 e Decreto 1.647/95	NTN-F	24,93
Quitação de Dívidas relativas à equivalência produtos	Lei 9.138, de 29/5/1995	NTN-F/NTN-B	1.506,23
Novação de Dívidas	Lei 10.150/00	CVS	4.196,52
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - PROIES	Lei nº 12.688/12	CFT-B	53,60
TOTAL			8.524,49
TOTAL			12.919,77

Fonte: STN/Codiv/Gepre

## Estratégia - Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi)

Em 2015, o Tesouro Nacional (TN) seguiu as diretrizes básicas enunciadas em seu Plano Anual de Financiamento no que se refere ao alongamento do prazo médio da DPF e da manutenção dos vencimentos de curto prazo em níveis prudentes, o que pode ser constatado tanto pelo nível recorde que atingiu o prazo médio, 4,57 anos, quanto pelo volume vincendo em 12 meses, que reduziu de 24,0% em 2014 para 21,2% do estoque da DPF em 2015.

Além disso, a estratégia adotada pelo Tesouro Nacional buscou contribuir para que a composição da DPF não se distanciasse da trajetória em direção a sua estrutura ótima. Não obstante, esse esforço não evitou um desvio temporário da composição da dívida pública definida no PAF 2015, dadas as condições menos favoráveis do mercado vivenciadas ao longo do ano.

A estrutura de vencimentos para os títulos prefixados consistiu na oferta de quatro prazos de referência de Letras do Tesouro Nacional (LTN) 6, 12, 24 e 48 meses, representando os vértices prefixados de curto e médio prazo, e de dois pontos de referência de Notas do Tesouro Nacional, série F (NTN-F), indicando os *benchmarks* de longo prazo, entre 5 e 10 anos. Neste caso, foram mantidos os vencimentos utilizados no ano anterior, janeiro de 2021 e janeiro de 2025.

Em relação às emissões de Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), foi mantida a estratégia de oferta em dois grupos de *benchmarks*, sendo cada grupo composto de dois títulos. O primeiro grupo manteve os vértices utilizados no ano anterior, 15 de maio de 2019 e 15 de maio de 2023, e foram lançados dois novos vencimentos para o segundo grupo, 15 de maio de 2035 e 15 de maio de 2055.

Adicionalmente, o Tesouro Nacional realizou leilões trimestrais de resgate antecipado das NTN-B com prazos superiores a 20 anos, propiciando aos seus detentores uma possibilidade adicional de liquidez em relação ao mercado secundário. Apesar dessa possibilidade, a demanda pelos leilões de resgate antecipado não representou um volume significativo ao longo do ano. Além desses leilões, foram realizados leilões mensais de troca (no total de R\$ 15.325 milhões) que permitiram a permuta de títulos com prazos inferiores aos títulos ofertados, resultando no alongamento do perfil da dívida. As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) foram emitidas com prazo próximo a seis anos, superior ao prazo médio do estoque da DPF, e ofertadas em apenas um vencimento em cada leilão mensal.

Além das atuações regulares, o Tesouro Nacional realizou intervenções extraordinárias ao longo de setembro e início de outubro, momentos de alta volatilidade no mercado financeiro. A atuação do TN iniciou-se com o cancelamento dos leilões de venda de títulos prefixados e de troca de NTN-B. Em seguida, foram anunciados leilões pontuais simultâneos de compra e venda dos títulos prefixados e dos títulos ligados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Essas medidas visaram não acrescentar risco de mercado aos participantes, sobretudo aos detentores de títulos de longo prazo, em que a liquidez é tradicionalmente menor do que no segmento de curto prazo.

No dia 24/09/15, após dois leilões de NTN-F e outro de NTN-B, o TN anunciou um programa de leilões de compra e venda simultâneos durante o período de 25/09 até 02/10, especificamente para as NTN-F com vencimentos de 2017 a 2025, além de incluir um leilão extraordinário de venda de LFT. A sequência das ações adotadas foi possível graças a flexibilidade trazida pelo colchão de liquidez, que permite ao Tesouro ficar ausente do mercado por cerca de 3 a 6 meses e atuar no curto prazo, resgatando antecipadamente os títulos que se encontram mais pressionados.

Em 2015, ocorreu elevada emissão líquida de R\$ 149,9 bilhões, principalmente se comparada com os resultados de anos anteriores, sendo R\$ 856,4 bilhões referentes às emissões da DPMFi e R\$ 706,6 bilhões aos resgates da DPMFi. Neste período, houve reduzido volume de emissão direta sem contrapartida financeira, que representou cerca de R\$ 12,92 bilhões.

A adoção dessa estratégia permitiu a recomposição do caixa, atingindo nível mais adequado para a administração da dívida, além de acarretar impacto contracionista na liquidez do sistema monetário no montante de R\$ 137,7 bilhões<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> As colocações de títulos adicionais para essa finalidade não afetam a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) ou a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG). Isso ocorre porque, tudo o mais constante, as emissões líquidas da DPF têm como contrapartida a redução no volume de operações compromissadas de responsabilidade do Banco Central. Ou seja, tal política resulta em uma troca, entre duas instituições governamentais, de seus passivos junto ao público, sem que haja alteração nos estoques da DLSP e da DBGG. Além disso, vale destacar que tanto a LFT quanto as compromissadas da Autoridade Monetária são remuneradas por taxas de juros flutuantes, de maneira que, globalmente, essa política não contribui para retrocessos no perfil de risco da DLSP ou da DBGG.

O percentual de refinanciamento da DPMFi alcançou o maior patamar nos últimos oito anos, 119,9%, indicando que em 2015 houve maior esforço para evitar incrementos na liquidez decorrentes de operações da DPMFi.

No que tange aos indexadores da DPMFi, ocorreu emissão líquida de títulos prefixados de cerca de R\$ 37,4 bilhões, com emissão de R\$ 478,1 bilhões ante resgate de R\$ 440,7 bilhões. Isso representou um percentual de refinanciamento de 108,2%<sup>4</sup> desses títulos.

Os títulos prefixados foram responsáveis por 57,7% do volume total emitido em 2015, considerando apenas as colocações em ofertas públicas de venda, com destaque para as emissões de NTN-F, que atingiram R\$ 70,7 bilhões no ano, superando em quase 50,8% o volume colocado no ano anterior. Vale ressaltar que desse montante, R\$ 32,6 bilhões referem-se às emissões do título com prazo de 10 anos, com vencimento em janeiro de 2025.

Em relação aos títulos remunerados por índices de preço, as emissões totais foram de R\$ 99,5 bilhões, com resgate de R\$ 127,6 bilhões, levando ao resgate líquido de R\$ 28,1 bilhões. Isso representou um percentual de refinanciamento de 69,3%<sup>5</sup> desses títulos.

De fato, considerando que o primeiro semestre foi positivo na colocação desses títulos, verificou-se que fazia sentido reduzir a velocidade de emissões no segundo semestre, à luz do novo patamar de juros que os títulos remunerados por índice de preços, títulos mais longos, assumiram no período.

No que se refere aos títulos flutuantes, as emissões atingiram R\$ 278,1 bilhões, por sua vez, os resgates alcançaram R\$ 135,9 bilhões, resultando em emissão líquida de R\$ 142,2 bilhões, ou seja, um percentual de refinanciamento de 205,0%<sup>6</sup> desses títulos. Vale ressaltar o elevado montante captado com as LFT, o que contribuiu de forma significativa para a recomposição do colchão da dívida no período.

A execução da política monetária mais restritiva por parte do Banco Central, fez com que a estratégia da Dívida Pública se utilizasse fortemente de títulos flutuantes, com o objetivo de minimizar os custos do passivo, uma vez que esses títulos não embutem prêmio de risco, contrastando com os prefixados.

Soma-se a isso os esforços para não acrescentar liquidez no sistema bancário, que se encontrava pressionado por outros fatores relacionados à variação cambial<sup>7</sup> e ao resultado fiscal. Com isso, o Tesouro Nacional atuou para não aumentar o volume de operações compromissadas em mercado.

## Estratégia - Dívida Pública Federal Externa (DPFe)

Quanto à atuação no mercado externo, a estratégia do PAF 2015 se apoiou nas seguintes diretrizes:

Criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (*benchmarks*) na estrutura a termo de taxa de juros;  
Manutenção do programa de resgate antecipado (*Buyback*) para títulos denominados em dólares (USD), euros (EUR) e reais (BRL);  
Possibilidade de realização de operações de gerenciamento do passivo externo, com o objetivo de aumentar a eficiência da curva de juros externa;  
Monitoramento da Dívida Contratual Externa, em busca de alternativas de operações que apresentem ganhos financeiros para o Tesouro Nacional; e  
Aprimoramento e diversificação da base de investidores.

O ano de 2015 foi marcado pela ausência de emissões no mercado devido às condições menos favoráveis observadas, quando comparadas com o histórico recente, e ao pré-financiamento dos passivos em moeda estrangeira feita pelo Tesouro por meio da compra antecipada de dólares.

A política de aperfeiçoamento da curva de juros foi levada a cabo por meio de resgate antecipado de títulos que não são pontos de referência (*benchmarks*).

Uma estratégia utilizada pelo Tesouro Nacional para reduzir os riscos associados ao seu endividamento externo é a compra antecipada de dólares para pagamentos de dívida no curto e médio prazos.

<sup>4</sup> Ótica do Impacto na Liquidez, isto é, as operações que envolvem recursos financeiros sendo injetados ou retirados no sistema bancário, como consequência dos resgates ou emissões de títulos, respectivamente.  
<sup>5</sup> Ótica do Impacto na Liquidez.  
<sup>6</sup> Ótica do Impacto na Liquidez.  
<sup>7</sup> Inclusive os swaps cambiais mantidos pelo BCB.

Ao longo de 2015, o Tesouro Nacional adquiriu antecipadamente US\$ 1,5 bilhão, que somados às compras líquidas realizadas em anos anteriores e ainda não utilizadas, totalizam montante suficiente para pagar 35,9% de toda a dívida externa a vencer até 2017.

Os principais fatores desta variação são discriminados por tipo de operação a seguir:

### Estoque da Dívida Pública Federal (DPF) e Fatores de Variação

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF), em mercado, apresentou aumento nominal de 21,3%, passando de R\$ 2.322,0 bilhões, em dezembro de 2014, para R\$ 2.817,4 bilhões no encerramento do ano de 2015.

A composição do estoque da DPF, por sigla, e suas variações são discriminadas na tabela a seguir:

#### DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL, EM MERCADO, DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL (EM R\$ MILHÕES)

ESTOQUE DA DPF	DEZ-14	DEZ-15	VARIAÇÃO
DPF em Poder do Público	2.321.962	2.817.403	21,3%
DPMFi	2.208.626	2.673.901	21,1%
LFT	418.570	625.848	49,5%
LTN	685.547	763.672	11,4%
NTN-B	732.702	826.670	12,8%
NTN-C	73.163	80.121	9,5%
NTN-F	260.358	330.757	27,0%
Dívida Securitizada	7.054	7.693	9,1%
TDA	2.862	2.472	-13,6%
Demais	28.370	36.670	29,3%
DPFe	113.335	143.502	26,6%
Dívida Mobiliária	103.508	131.561	27,1%
Global USD	83.791	112.171	33,9%
Euro	6.062	5.735	-5,4%
Global BRL	13.655	13.655	0,0%
Dívida Contratual	9.827	11.941	21,5%
Organismos Multilaterais	3.525	4.987	41,5%
Credores Privados/Ag. Gov.	6.302	6.954	10,4%

Fonte: STN/Codiv/Geest

Obs.:

1) O estoque da DPF apresentado neste documento leva em conta a metodologia por apropriação. Trata-se da demonstração dos saldos de valores arrecadados (ou simplesmente reconhecidos) com os juros e deságios apropriados (método da apropriação) registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

Este enfoque se caracteriza por ser marcadamente contábil e atender às disposições da Lei 4.320/64, associadas às exigências complementares mais recentes dadas pelos Princípios Fundamentais de Contabilidade (Resolução nº 750/93). Por outro lado, o estoque demonstrado no Resultado do Tesouro Nacional, Relatório Mensal da DPF (RMD), Relatório Anual da Dívida (RAD) e Plano Anual de Financiamento (PAF) é apurado utilizando-se a taxa interna de retorno média das emissões como taxa de desconto para a determinação do valor presente dos títulos (Estoque pela Tir). Esta metodologia é também utilizada para cálculo de indicadores da dívida contidos naqueles relatórios. É importante ressaltar que as duas metodologias convergem e têm valores idênticos quando do pagamento/vencimentos dos títulos.

2) Para a Dívida Externa foram utilizados os câmbios de 1 US\$/R\$ 2,6562 (dez/2014) e 1 US\$/R\$ 3,9048 (dez/2015).

#### FATORES DE VARIAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL (DPF) DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL EM MERCADO (2015)

INDICADORES	R\$ MILHÕES	% DO ESTOQUE INICIAL
Estoque em 31/dez/14	2.321.962	
Estoque em 31/dez/15	2.817.403	
Variação Nominal (I + II)	495.442	21,34%
I - Gestão da Dívida - TN (I.1 + I.2)	495.442	21,34%
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	129.433	5,57%
I.1.1 - Emissões	841.269	36,23%
- Emissões Oferta Pública (DPMFi) <sup>1</sup>	828.191	35,67%
- Emissões Diretas (DPMFi) <sup>2</sup>	12.144	0,52%
- Trocas Líquidas (DPMFi) <sup>3</sup>	0	0,00%
- Emissões (DPFe) <sup>4</sup>	934	0,04%
I.1.2 - Resgates <sup>5</sup>	(711.836)	-30,66%
- Pagamentos Correntes (DPMFi) <sup>6</sup>	(690.474)	-29,74%
- Pagamentos Correntes (DPFe) <sup>7</sup>	(15.295)	-0,66%
- Resgates Antecipados (DPFe) <sup>8</sup>	(6.067)	-0,26%
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	366.009	15,76%
- Juros Nominais Apropriados da DPMFi <sup>9</sup>	315.414	13,58%
- Juros Nominais Apropriados da DPFe <sup>10</sup>	50.595	2,18%
II - Operação do Banco Central	-	0,00%
II.1 - Incorporação de Títulos de Instituições Financeiras <sup>11</sup>	-	0,00%

Fonte: STN/Codiv/Geest

Nota:

1 Emissões de títulos da DPMFi que ocorrem por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto. Não incluem as operações de troca/permuta de títulos. Os valores referentes aos cancelamentos ocorridos no quadrimestre já estão expurgados desse valor.

2 Referem-se às emissões para fins específicos autorizados em lei e às emissões sem contrapartida financeira, para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA), Proex, Fies e FCVS, descontados os cancelamentos ocorridos no período.

3 Diferença entre as emissões (preço de mercado) realizadas por troca e os títulos aceitos (preço da curva-estoque).

4 Referem-se às emissões dos bônus no mercado externo e aos ingressos de recursos relativos aos contratos com organismos multilaterais, bancos privados e agências de crédito.

5 Resgates apurados pelo valor financeiro diferente da metodologia de apuração de despesa do Siafi (registros contábeis). No Siafi não são descontados na apuração da despesa os valores dos encargos negativos, além de considerarem os estornos de pagamento de TDA ocorridos dentro do exercício. Também neste item não estão incluídas despesas realizadas para o pagamento de dívida contratual interna registradas no Siafi.

6 Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.

7 Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.

8 Incluem cancelamentos de títulos e pagamentos antecipados por meio do Programa de Recompra da DPFe.

9 Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.

10 Demonstra o efeito da apreciação/depreciação das moedas que compõem a DPFe em relação à moeda nacional, associado à apropriação de juros no período.

11 Referem-se aos títulos transferidos ao Banco Central em razão de liquidação extrajudicial de Instituições Financeiras.

Observações:

I - A DPF em mercado compreende as dívidas contratual e mobiliária, interna e externa, de responsabilidade do Tesouro Nacional em poder do público.

II - O estoque da DPMFi é apurado pelo critério de competência, considerando a atualização monetária do principal da dívida e a apropriação mensal de juros, deságios e acréscimos em relação ao indexador dos títulos.

III - O estoque da DPFe é apurado, segundo padrão internacional, com base no estoque (principal + juros apropriados por competência) na moeda de origem, convertido para o dólar e, em seguida, para o real.

Em 2015, as emissões da DPMFi somaram R\$ 828,2 bilhões, considerando as efetuadas via ofertas públicas (leilões tradicionais) e operações do Programa Tesouro Direto.

As emissões diretas líquidas de títulos da DPMFi totalizaram R\$ 12,1 bilhões e foram realizadas para fazer face a programas de Governo, tais como: Reforma Agrária (TDA), Financiamento às Exportações - Proex (NTN-I), Financiamento Estudantil - Fies (CFT-E), Reestruturação e Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior – Proies (CFT-B), além do Programa Nacional de Desestatização – PND (NTN-P); e permuta por CVS junto à Empresa Gestora de Ativos – Emgea (MP 2.196, de 24/08/2001), assunção de dívidas do Estado de Roraima (ADCT, de 05/10/1998) e quitação de dívidas relativas à equivalência produtos (Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995).

Os resgates, por sua vez, alcançaram R\$ 690,5 bilhões, resultando em resgate líquido (1.1+1.2) de R\$ 149,9 bilhões no período.

Em linha com as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2015, as emissões realizadas por meio de oferta pública no mercado doméstico envolveram os seguintes papéis:

- R\$ 269,7 bilhões de LFT (Selic), com vencimentos entre março e setembro de 2021;
- R\$ 398,7 bilhões de LTN (prefixados), com vencimentos entre outubro de 2015 e julho de 2019;
- R\$ 74,6 bilhões de NTN-B (índice de preços), com vencimentos entre maio de 2019 e maio de 2055; e
- R\$ 70,72 bilhões de NTN-F (prefixados com juros semestrais) com vencimentos entre janeiro de 2017 e janeiro de 2025.

## 1.6.2. Resultados Alcançados e Avanços na Administração da Dívida<sup>8</sup>

O objetivo primário da gestão da Dívida Pública Federal é o levantamento de recursos suficientes para o atendimento da necessidade de financiamento do Governo Federal, sendo este o ponto de partida para a definição da estratégia de emissões de títulos públicos pelo Tesouro Nacional.

### Evolução dos Indicadores da DPF

Em 2015, em face de instabilidades no mercado financeiro motivadas por fatores externos (desaceleração da China, fim do ciclo de *commodities*, início do processo de normalização das taxas de juros dos EUA, entre outros) e internos (necessidade de ajuste fiscal, inflação pressionada, aperto da política monetária, retração do crescimento, entre outros), alguns indicadores de composição da DPF não se enquadraram nos limites estabelecidos inicialmente no Plano Anual de Financiamento (PAF) do exercício.

Respondendo ao cenário não antecipado, o Tesouro Nacional optou por uma estratégia de colocação de títulos em mercado que não adicionasse riscos excessivos à carteira dos detentores.

Caso contrário, elevados prêmios de risco seriam exigidos em suas emissões. Soma-se a isso os esforços para não acrescentar liquidez no sistema bancário. Em decorrência disso, observou-se um aumento na participação de títulos flutuantes, em detrimento da participação tanto de títulos prefixados quanto de indexados a índices de preços.

<sup>8</sup> O Tesouro Nacional divulga anualmente o Relatório Anual da Dívida (RAD), com os resultados alcançados e avanços na administração da dívida pública que se encontra disponível no seguinte endereço: <http://www.Tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/relatorio-anual-da-divida>.

### RESULTADOS PARA A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL – DPF

INDICADORES	DEZ/14	DEZ/15	PAF-2015	
			MÍNIMO	MÁXIMO
Composição do Estoque da DPF				
Prefixado (%)	41,6	39,4	40,0	44,0
Índice de Preços (%)	34,9	32,5	33,0	37,0
Taxa Flutuante (%)	18,7	22,8	17,0	22,0
Câmbio (%)	4,9	5,3	4,0	6,0
Estrutura de Vencimentos				
Prazo Médio (anos)	4,4	4,6	4,4	4,6
% vincendo em 12 meses	23,0	21,6	21,0	25,0
Vida Média	6,6	6,6	-	-

Fonte: Tesouro Nacional

Em agosto, o Tesouro Nacional revisou os limites para o estoque da DPF de 2015. Essa revisão se deu devido à estratégia perseguida pelo Tesouro Nacional ao longo do primeiro semestre de 2015 de emitir volumes superiores à sua necessidade de financiamento, visando auxiliar na redução do excesso de liquidez do sistema financeiro, representado pelo estoque de operações compromissadas em mercado.

A maior demanda registrada nos leilões de títulos públicos ao longo do ano foi um fator que contribuiu para a ampliação do percentual de refinanciamento da dívida, favorecendo, assim, o ajuste na estratégia para o estoque da DPF. É importante lembrar que essa política não afeta a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) ou a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)<sup>9</sup>.

Derivado desse ajuste no limite do estoque, a realização de maiores volumes de emissões também resultou numa ampliação do colchão de recursos disponíveis para gestão da dívida pública.

Com mais recursos em caixa, o Tesouro reforçou seu espaço de atuação em contextos de maior volatilidade no mercado de títulos públicos durante o ano, ganhando graus de liberdade para ajustar sua oferta de títulos de acordo com as condições de mercado e, assim, reduzindo seu risco de refinanciamento.

Finalmente, embora temporariamente tenha havido um recuo quanto a composição ótima da dívida, as diretrizes gerais da administração da Dívida Pública Federal continuaram a nortear as ações do Tesouro Nacional. Nesse sentido, a instituição manteve sua estratégia de longo prazo de aumentar a participação das dívidas prefixada e remunerada por índices de preços, bem como de reduzir a parcela indexada à taxa Selic, observando sempre as condições de mercado em cada momento. Além disso, a gestão da dívida continuou a buscar o alongamento do prazo médio e a diminuição da parcela que vence em 12 meses, indicadores esses que apresentaram avanços em relação a 2014.

<sup>9</sup> Emissões líquidas de títulos pelo Tesouro Nacional (diferença entre emissões em leilões e resgates) têm como contrapartida a redução no volume de operações compromissadas de responsabilidade do Banco Central. Ou seja, tais operações se resumem à troca, entre duas instituições governamentais, de seus passivos junto ao público, não alterando os estoques da DLSP e da DBGG.

## Composição da DPF

A despeito de constar como uma das diretrizes do Tesouro Nacional para a gestão da DPF, não foi possível no exercício de 2015 dar continuidade ao processo de redução da participação de títulos com taxas flutuantes na composição da dívida.

Conforme expresso em todos os Planos Anuais de Financiamento até então, tal prática se dá em conformidade com as condições de mercado, respeitando o objetivo da gestão da DPF de se financiar a menores custos possíveis, uma vez assumido um patamar prudente de exposição ao risco.

Portanto, diante do explicado anteriormente, o Tesouro Nacional adotou uma estratégia que privilegiou a oferta de títulos com taxas flutuantes para recompor seu colchão de liquidez e não adicionar risco ao mercado em momentos de volatilidade.

Em comparação ao exercício passado, a participação de títulos remunerados a taxas flutuantes (em especial a LFT) evoluiu de 18,7% para 22,8%, ao passo que títulos remunerados a taxas prefixadas e indexados a índices de preços tiveram recuo na parcela da DPF (de 41,6% para 39,4%; e de 34,9% para 32,5%, respectivamente).

Quanto a dívida atrelada ao câmbio, a sua participação aumentou de 4,9% para 5,3%, sendo, assim, o único indicador de composição que se enquadrou nos limites estabelecidos no PAF 2015.

Ao término de 2015, a soma das parcelas correspondentes a taxas prefixadas e vinculadas a índices de preço apresentou recuo em relação ao término do exercício anterior; sem, contudo, anular os notáveis avanços da última década (representando hoje 72,0%, contra 10,3% no encerramento de 2002).

O restante da DPF é composto por títulos flutuantes (indexados à taxa Selic), bem como por aqueles expostos à variação cambial, que somados, representaram 28,0% da DPF ao fim de 2015.

Enquanto os prefixados trazem previsibilidade aos fluxos nominais da dívida, os instrumentos vinculados à inflação têm vantagens para a gestão de riscos, pois seu custo apresenta maior estabilidade em termos reais e tende a ser positivamente correlacionado com arrecadação tributária do Governo. Além disso, esses títulos auxiliam de maneira importante o alongamento do prazo médio da dívida.

## Estrutura de Vencimentos

A estrutura de maturação da dívida está relacionada com seu risco de refinanciamento. Assim, o alongamento do prazo médio e a redução da concentração de vencimentos no curto prazo são duas diretrizes que buscam a redução desse risco e que, de fato, tiveram evolução favorável em 2015.

O prazo médio da DPF alcançou o limite superior do PAF, registrando 4,6 anos ao final de 2015, partindo de 4,4 ao encerramento do ano anterior. Já o percentual vincendo em 12 meses reduziu de 24% para 21,6% da DPF, próximo ao limite inferior previsto no PAF 2015.

Paralelamente à redução da parcela que vence em prazo mais curto, houve um aumento do montante que vence em prazos acima de 3 anos, que alcançou o patamar de 51,1% da DPMFi em mercado. Isso decorre em parte da emissão de LFTs ao longo de 2015.

Os títulos colocados possuíam prazo médio em torno de 6 anos no momento de sua emissão, favorecendo o alongamento da DPMFi.

Diante do exposto, com aumento do percentual vincendo no longo prazo e a diminuição da proporção vincendo no curto prazo, observamos, ao longo de 2015, um aumento do prazo médio (*duration*<sup>10</sup>) da DPF, passando de 2,9 anos em 2004, para a máxima histórica da série em 2015, de 4,6 anos.

<sup>10</sup> O prazo médio divulgado para a DPF equivale ao conceito de *duration*, com uma diferença: para fins de cálculo do valor presente dos fluxos, utiliza-se a taxa de emissão dos títulos em estoque (em vez das taxas de desconto de mercado, como ocorre nas análises tradicionais de *duration*).

O mesmo movimento pode ser observado para a métrica de vida média (ATM<sup>11</sup>), indicador alternativo para avaliar a maturidade e de grande importância para comparações internacionais, tendo em vista que muitos países o empregam como referência<sup>12</sup>.

Em que pese as mudanças de composição da DPF explicitadas anteriormente, com a diminuição das parcelas prefixadas e indexadas a índices de preços, também se observou um aumento do prazo médio do estoque de cada um desses indicadores, atingindo ambos seus respectivos máximos históricos (1,9 e 7,6 anos, respectivamente). Desse modo, ainda que a emissão líquida de LFT tenha de fato auxiliado no alongamento do prazo médio da DPF, não foi o único determinante para a evolução desse indicador ao longo do exercício de 2015.

## Custo da Dívida Pública

Os riscos da DPF devem ser avaliados em conjunto com seu custo de financiamento. Em geral, alternativas de menor custo podem aumentar a exposição a perdas da carteira de dívida em contexto de choques nas variáveis econômicas. Por sua vez, opções mais seguras tendem a cobrar um prêmio de risco. É o caso, por exemplo, da estratégia de substituição de dívida flutuante por títulos prefixados ou vinculados a índices de preços.

O mesmo ocorre com respeito à redução da proporção da dívida que vence no curto prazo, pois os títulos de maior prazo demandam prêmios por seu carregamento. Portanto, busca-se uma composição de indexadores e prazos para o endividamento que proporcione balanço adequado diante do *trade-off* entre custo e risco decorrente das opções disponíveis.

A estatística de custo médio do estoque da dívida é uma agregação dos custos de financiamento encontrados pelo Tesouro Nacional em distintos momentos em que foi a mercado captar recursos.

Para monitorar as condições recentes de acesso ao mercado é necessário ainda uma métrica que forneça informações sobre a parcela recém-emitada do estoque. Assim, o Tesouro divulga a estatística do custo médio de emissão para o exercício financeiro. À medida que ocorre o refinanciamento da dívida, parte de seu custo é renovada de acordo com as condições vigentes nos mercados financeiros.

Efetivamente, o custo médio da DPF e da DPMFi mudaram de 11,84% a.a. e 11,51% a.a. para 16,07% a.a. e 14,24% a.a., respectivamente, enquanto que a Taxa Selic média saltou de 10,91% a.a. para 13,29% a.a. entre 2014 e 2015.

Cabe dizer que a estatística da DPF é fortemente afetada pela parcela cambial e pela desvalorização do real frente ao dólar. No entanto, o processo de aperto monetário doméstico iniciado ainda ao final de 2014 tem se traduzido em aumento do custo médio tanto do estoque quanto o de emissão. Um dos fatores que explicam esse movimento é a elevada parcela da dívida refinanciada no curto prazo e a presença relevante de títulos remunerados por juros flutuantes na DPF.

## Base de Investidores da DPMFi

O Tesouro Nacional busca sempre a diversificação da base de detentores da dívida pública a fim de garantir demanda por títulos por parte de investidores com diferentes perfis de risco e horizontes de investimento. A maior distribuição da dívida entre seus diferentes detentores contribui para minimizar os efeitos do comportamento de determinado grupo sobre os preços e taxas dos títulos públicos, ampliando a profundidade e evitando excessiva volatilidade no mercado.

A exemplo do que tem ocorrido nos últimos anos, os grupos “Instituições Financeiras” e “Fundos”, que eram os maiores detentores em 2014, perderam participação na DPMFi em 2015, ao passo que os “Não-Residentes”, os “Fundos de Previdência” e as “Seguradoras” apresentaram crescimento relativo.

Registra-se que os “Não-residentes” apresentaram crescimento de participação mesmo em um contexto de perda do grau de investimento do Brasil, passando de uma participação de 18,6% em 2014 para 18,8% em 2015, o que sugere que o evento não levou a uma fuga de capitais do País.

<sup>11</sup> Do inglês “average time to maturity”.

<sup>12</sup> Esse indicador apresenta valores significativamente superiores ao prazo médio por não considerar os pagamentos de cupons intermediários de juros e pelo fato de que os fluxos de principal não são trazidos a valor presente. Por esse motivo, não o consideramos como o indicador mais adequado para as estatísticas da DPF. Apesar dessas limitações, a maior parte dos países adota indicador semelhante à vida média em suas estatísticas de estrutura de vencimentos. Portanto, para fins de comparações diretas com as estatísticas dos demais países, divulgamos também a vida média. Cabe observar, no entanto, que não o utilizamos como parâmetro para o estabelecimento de metas da gestão da DPF.

Vale dizer que os grupos que ganharam participação relativa na dívida doméstica em 2015 têm perfil em linha com a estratégia de financiamento da dívida pública. Destacam-se os “Fundos de Previdência”, que têm preferência por títulos atrelados a índices de preços, com orientação de longo prazo, uma vez que seus passivos são também corrigidos pela inflação.

### 1.6.3. Tesouro Direto

O Tesouro Direto (TD) é um Programa criado pelo Tesouro Nacional em 2002, em parceria com a BM&F Bovespa, para permitir às pessoas físicas comprarem títulos públicos diretamente pela internet. Dentre seus objetivos, inclui-se democratizar o acesso a títulos públicos, oferecer opções de investimento rentáveis e seguras, além de incentivar a formação de poupança de longo prazo do País.

O ano de 2015 foi marcante para o Tesouro Direto. Foram registrados uma série de recordes em vários indicadores: volume de vendas brutas e líquidas, quantidade de novos investidores com posição e cadastrados e número de operações de vendas.

Esse sucesso foi resultado de um conjunto de novidades introduzidas no Programa em março de 2015. Foram elas:

- novos nomes dos títulos públicos;
- Orientador Financeiro – espécie de gerente virtual;
- novo ambiente de transações;
- introdução do Tesouro Prefixado de longo prazo no rol das opções de investimento;
- reformulação do site do TD, com uma linguagem mais amigável ao investidor;
- implantação da liquidez diária;

- reformulação do Programa de Incentivos da BM&F Bovespa junto às instituições financeiras; e
- atualização da identidade visual do TD.

Essas melhorias derivaram de uma ampla pesquisa, iniciada em 2013 e amadurecida ao longo de 2014 e início de 2015, em que foram mapeadas as principais lacunas, receios e expectativas do público junto ao Tesouro Direto, e definidas ações para atacar esses pontos, de forma a tornar o Programa ainda mais acessível e conveniente ao público.

Após o lançamento dessa primeira onda de melhorias, o Programa registrou marcas importantes em diversos indicadores em 2015. O número de investidores cadastrados alcançou a marca de 624.358, montante 37,4% superior ao total acumulado no final de 2014 (454.126). O estoque investido passou de R\$ 15,3 bilhões, no final de 2014, para R\$ 25,6 bilhões, no final de 2015 (representando um crescimento de 67,4%).

O montante de vendas líquidas<sup>13</sup> em 2015 somou R\$ 7,7 bilhões frente ao valor de R\$ 2,5 bilhões no ano anterior (incremento de 208%). Em dezembro, o Programa alcançou a marca inédita de R\$ 1,2 bilhão em vendas líquidas num único mês.

O montante de vendas brutas atingiu o valor de R\$ 14,5 bilhões em 2015 frente ao valor de R\$ 4,9 bilhões em 2014. Já o número de operações de venda alcançou a marca de 1 milhão, no acumulado de 2015, frente ao valor de 387 mil, no final do ano anterior.

A tabela a seguir resume o desempenho dos indicadores analisados ao comparar os seis meses após o lançamento das melhorias (março a setembro de 2015) com os seis meses anteriores (setembro de 2014 a fevereiro de 2015), evidenciando a mudança de patamar ocorrida após as novidades.

13 Dadas pela diferença entre as vendas brutas e os vencimentos e resgates antecipados.

#### PRINCIPAIS RECORDES DO TESOURO DIRETO EM 2015

INDICADORES QUE BATERAM RECORDE	MELHOR MARCA	MÉDIA DOS 6 MESES POSTERIORES A MARÇO 2015 (INCLUSIVE)	MÉDIA DOS 6 MESES ANTERIORES A MARÇO 2015 (EXCLUSIVE)	CRESCIMENTO (%)
		(A)	(B)	(A/B)
Vendas Brutas (Milhões)	R\$ 2.411,0 (maio)	R\$ 1.331,4	R\$ 464,0	186,9%
Vendas Líquidas (Milhões)	R\$ 1.246,5 (dezembro)	R\$ 585,2	R\$ 183,7	218,6%
Número de Operações de Venda	136.631 (dezembro)	83.702	40.290	107,7%
Acréscimo de Investidores Cadastrados no mês	20.056 (dezembro)	13.410	8.778	52,8%
Acréscimo de Investidores Com Posição no mês	13.263 (dezembro)	8.650	3.184	171,7%

Em termos da preferência do investidor, a tendência dos últimos anos foi mantida em 2015, os títulos remunerados por índices de preços tiveram maior participação nas vendas (59,5%), seguidos pelos prefixados (20,9%), e pelos indexados à taxa Selic (19,6%).

O título com maior participação individual foi o Tesouro IPCA+ (43,1%), um título criado especialmente para investidores do Tesouro Direto.

Em relação ao prazo, os títulos com vencimento em até 1 ano representam 2,5% do estoque, enquanto que aqueles que ocupam a faixa de 1 até 5 anos, ficaram com 53,2% do total. Os títulos com prazo entre 5 e 10 anos, por sua vez, fecharam o ano com 28,3% de participação, enquanto que os acima de 10 anos chegaram a 16,0%.

Em termos de faixas de aplicação, aproximadamente 35,8% das vendas do Tesouro Direto em 2015 foram de até R\$ 1.000,00, enquanto as vendas até R\$ 5.000,00 corresponderam a 65,2% do total.

Esses números demonstram que o Programa tem sido bem sucedido no seu objetivo de democratizar o acesso a títulos públicos, ampliando a participação do pequeno investidor.

A execução de ações relacionadas à melhoria do Programa continuará ao longo dos próximos anos. Para 2016 e 2017 já estão previstos os lançamentos da segunda e terceira onda de melhorias, respectivamente, que objetivam tornar o TD ainda mais acessível e atraente aos investidores.

### 1.6.4. Avanços Institucionais

Em 2015, o Tesouro Nacional aprimorou a gestão da DPF por meio de ações destinadas ao desenvolvimento do mercado local de títulos públicos, bem como ao aperfeiçoamento de seus mecanismos operacionais e do seu relacionamento institucional com participantes dos mercados financeiros doméstico e internacional, organismos multilaterais, jornalistas e demais representantes da sociedade.

Além disso, o Tesouro Nacional ampliou as iniciativas relacionadas à pesquisa sobre temas de relevância para a gestão da DPF, com o objetivo de sempre aprimorar a estratégia de gestão diante da conjuntura econômica atual.

A promoção do desenvolvimento do mercado veio com o trabalho relativo ao aprimoramento do sistema de Dealers do Tesouro Nacional, que por sua vez, ampliou a parcela do mercado secundário que opera com sistema eletrônico de negociação e estabelece maior pontuação a instituições distribuidoras de títulos públicos.

Em relação aos mecanismos operacionais, merecem destaque as transferências de contratos de Dívida Externa de outros órgãos para a Secretaria do Tesouro Nacional, aumentando a eficiência do monitoramento e administração dos passivos contratuais.

No âmbito das pesquisas, destacamos o trabalho sobre os impactos da normalização da política monetária americana na curva de juros brasileira<sup>14</sup>.

No tocante ao relacionamento com o público externo, vale mencionar as frequentes reuniões no Tesouro Nacional com investidores de diversas partes do mundo.

O Tesouro Nacional, em 2015, também avançou com iniciativas para o aprimoramento da governança, da transparência e do planejamento

<sup>14</sup> Este trabalho foi agraciado com o 1º Lugar no XX Prêmio Tesouro Nacional – 2015, na categoria Política Fiscal.

estratégico fiscal do Governo Federal. Com esse objetivo, durante o ano, foram criados o Comitê de Programação Financeira (CPF), o Comitê de Política Fiscal (Copof), o Comitê de Gerenciamento da Dívida Pública Federal (Coged) e o Comitê de Política de Garantias.

Outra ação importante para a melhoria da transparência foi a criação do Portal Tesouro Transparente, que torna disponível à sociedade brasileira – de forma simples, direta e reutilizável - os dados e informações que o Tesouro produz e consolida.

## I.7. AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS: RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS

### I.7.1. Verificação de Limites e Condições para Realização de Operações de Créditos dos Entes da Federação

#### Análise de Requisitos - Descrição e Objetivos

No âmbito da análise fiscal de Estados, Distrito Federal e Municípios, a Lei Complementar nº 101/2000 e as Resoluções do Senado Federal nos 40 e 43, ambas de 2001, atribuíram ao Ministério da Fazenda (MF) funções inerentes à verificação do cumprimento das condições relativas à realização de operações de crédito de interesse dos entes federativos, bem como do cumprimento dos limites de endividamento desses entes, inclusive de suas empresas controladas, direta ou indiretamente. Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a execução dessas atribuições, mais especificamente à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem/STN), cujos procedimentos são regulamentados pela Portaria STN nº 396/2009, alterada pela Portaria STN nº 138/2010.

Ademais, o Decreto 7.482, de 16 de maio de 2011, inseriu nas atribuições da Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais (Surin/STN), a análise da concessão de garantias da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, nos termos da RSF nº 48, de 21 de dezembro de 2007.

#### Beneficiários

Entre janeiro e dezembro de 2015, a STN finalizou a análise de 622 processos relativos a pleitos estaduais e municipais para a contratação de operações de crédito. Desse total, 107 pleitos foram arquivados, 17 operações contratadas sem prévia autorização desta Secretaria foram regularizadas, e em 498 deles concluiu-se pelo cumprimento dos limites legais para a contratação de operações de crédito, sendo que destas, 10 foram encaminhadas para a análise da concessão de garantia da União.

O valor das operações de crédito interno e externo sem a concessão de garantia da União para as quais o ente cumpriu os limites fixados pelo Senado Federal totalizou R\$ 3.711.774.355,89.

Para cada pleito, emitiu-se Parecer da Coordenação-Geral com vistas a evidenciar a existência ou não de capacidade de endividamento do ente público pleiteante e sua adequação aos limites e condições estabelecidos nos diplomas legais.

Cumprido ressaltar que os dados apresentados foram extraídos do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (Sadipem), em consulta realizada no dia 15/01/2016.

As informações relativas a essas análises foram encaminhadas mensalmente ao Senado Federal, no mês subsequente à análise. Registre-se a atuação da STN junto aos diversos agentes financeiros envolvidos na contratação de operações de crédito dos entes, com vistas a promover treinamento qualificado para a instrução correta dos pleitos submetidos à análise da STN.

A edição da Portaria da STN nº 199, de 13 de abril de 2015, estabeleceu que o envio de pedidos de verificação de limites e condições relativos à contratação de operação de crédito e de concessão de garantias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios deve ser efetuado por meio do Sadipem, conforme orientações contidas no Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível no endereço eletrônico <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mip-manual-para-instrucao-de-pleitos>.

A STN mantém, em sistema informatizado, banco de dados com informações detalhadas de todas as operações de crédito analisadas por esta Secretaria, não só para acompanhamento da situação e localização de cada processo, mas também para manutenção do histórico estatístico do volume e das condições financeiras das operações de crédito aprovadas.

No sítio da STN, há uma área específica para divulgação de informações sobre o endividamento de Estados e Municípios referentes às operações de crédito analisadas e em tramitação (sadipem.tesouro.gov.br, na opção “Consultar Operações de Crédito”).

A STN, por meio da Copem, trabalhou na manutenção e no aperfeiçoamento do sistema próprio que auxilia a análise dos pleitos de operação de crédito de Estados e Municípios.

#### RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS (EM R\$)

OPERAÇÃO DE CRÉDITO	INTERESSADO	QUANT.	MONTANTE AUTORIZADO <sup>1</sup>
Operações de crédito INTERNO analisadas e autorizadas a receber a garantia da União	Pleitos de interesse de Estados	6	2.031.154.248,72
	Pleitos de interesse de Municípios	1	482.540.014,92
	Pleitos de interesse de Empresas	0	
Operações de crédito EXTERNO analisadas e autorizadas a receber a garantia da União	Pleitos de interesse de Estados	2	1.659.285.000,00
	Pleitos de interesse de Municípios	1	325.024.650,00
	Pleitos de interesse de Empresas	0	
TOTAIS		10	4.498.003.913,64

Fonte: Sadipem.

Observações: <sup>1</sup>As operações de crédito externo analisadas foram ou serão contratadas em moeda estrangeira. Os valores apresentados são resultantes da conversão dos montantes autorizados em moeda estrangeira para reais, pela cotação do dia 31/12/2015.

## Beneficiários

### 1.7.2. Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal

Na segunda metade da década de 90, ficou evidenciada a necessidade de equacionar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos Estados, em razão das mudanças econômicas ocorridas nos últimos anos. Após diagnóstico efetuado da situação fiscal, em que se verificou a vulnerabilidade das finanças estaduais, foram definidas as condições para o refinanciamento, por parte da União, das dívidas existentes, mediante a assinatura de contrato, em que estariam estabelecidas as premissas para um ajuste fiscal duradouro, como contrapartida aos benefícios auferidos pelo refinanciamento.

Neste contexto, foi editada a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, que estabeleceu os critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especificou, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal. Foram assinados contratos de renegociação de dívidas no âmbito da Lei nº 9.496/97 com 24 Estados e o Distrito Federal (DF), apenas Tocantins e Amapá não tiveram dívidas refinanciadas.

A contrapartida dos Estados pelo refinanciamento, nos termos dos contratos assinados, foi a implementação de Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal trienais, passíveis de revisão anual. Os Estados comprometeram-se a programar, durante o prazo de refinanciamento (até 360 meses,

com possibilidade de ser estendido por até 120 meses para aqueles que apresentassem resíduos ao final deste prazo), iniciativas fiscais visando ao incremento de receitas, o controle de despesas, particularmente as de pessoal e de investimentos, a realização de reformas patrimoniais, etc., traduzidas em metas quanto à relação dívida financeira / receita líquida real – RLR, resultado primário, despesas com o funcionalismo público, arrecadação própria de receitas, a reforma do Estado e despesas com investimentos.

Os Estados mais endividados beneficiaram-se da condição contratual de pagamento do serviço da dívida refinanciada dentro do limite máximo de comprometimento mensal de 11,5% a 15% da RLR.

A gestão dos programas de ajuste fiscal ficou a cargo da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que anualmente avalia o cumprimento das metas compromissadas e negocia a sua revisão.

Neste sentido, a STN, no exercício das suas atribuições legais de monitorar os programas assinados com os Estados, desenvolveu em 2015 uma série de atividades que envolveram a realização de missões técnicas aos Estados e ao DF, visando examinar o comportamento das suas finanças e coletar informações, a negociação da revisão dos programas para o próximo triênio e, finalmente, a avaliação das metas programadas para 2014.

Os Estados do Piauí e do Rio Grande do Norte liquidaram as obrigações contraídas no âmbito do refinanciamento instituído pela Lei nº 9.496/97, desobrigando-se de manter metas e compromissos referentes ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

#### PRINCIPAIS ATIVIDADES RELACIONADAS COM A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS

UF	PERÍODO DA MISSÃO	DATA DA REVISÃO DO PROGRAMA	DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
AC	**	07 de dezembro de 2015	Nota nº 202/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 18 de novembro de 2015.
AL	16 e 17 de abril de 2015	Não revisou em 2015	Nota nº 164/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 5 de outubro de 2015
AM	08 a 10 de junho de 2015	Não revisou em 2015	Nota nº 145/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 17 de agosto de 2015 e Nota nº 161/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 15 de setembro de 2015.
BA	**	31 de dezembro de 2015	Nota nº 217/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 14 de dezembro de 2015
CE	22 e 23 de abril de 2015	29 de dezembro de 2015	Nota nº 139/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 31 de julho de 2015; e Nota nº 143/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 10 de agosto de 2015.
DF	**	Não revisou em 2015	Nota nº 173/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 09 de outubro de 2015 Nota nº 184/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 28 de outubro de 2015
ES	**	Não revisou em 2015	Nota nº 181/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 27 de outubro de 2015 e Nota nº 206/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 07 de dezembro de 2015
GO	14 e 15 de maio de 2015	22 de dezembro de 2015	Nota nº 200/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 17 de novembro de 2015
MA	07 e 08 de maio de 2015	Não revisou em 2015	Nota nº 203/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 19 de novembro de 2015
MG	20 a 22 de maio de 2015	29 de dezembro de 2015	Nota nº 219/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 16 de dezembro de 2015.
MS	27 e 28 de maio de 2015	22 de dezembro de 2015	Nota 195/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 9 de novembro de 2015
MT	**	Não revisou em 2015	Nota nº 218/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 16 de dezembro de 2015
PA	23 e 24 de abril de 2015	29 de dezembro de 2015	Nota nº 151/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 21 de agosto de 2015.
PB	28 e 29 de abril de 2015	29 de dezembro de 2015	Nota nº 172/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 16 de outubro de 2015
PE	19 e 20 de maio de 2015	30 de dezembro de 2015	Nota nº 123/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 10 de julho de 2015; e Nota nº 124/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 10 de julho de 2015.
PI*			
PR	10 e 11 de junho de 2015	Não revisou em 2015	Nota nº 186/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 03 de novembro de 2015
RJ	06 e 07 de abril de 2015	30 de dezembro de 2015	Nota nº 212/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 10 de dezembro de 2015; e Nota nº 215/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 11 de dezembro de 2015.
RN*			
RO	**	29 de dezembro de 2015	Nota nº 191/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 4 de novembro de 2015.
RR	04 a 06 de maio de 2015	Não revisou em 2015	Nota nº 201/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 17 de novembro de 2015.
RS	25 a 27 de maio de 2015	30 de dezembro de 2015	Nota nº 197/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 12 de novembro de 2015
SC	08 a 10 de abril de 2015	30 de dezembro de 2015	Nota nº 189/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 03 de novembro de 2015
SE	**	22 de dezembro de 2015	Nota nº 152/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 21 de agosto de 2015
SP	28 e 29 de abril de 2015	Não revisou em 2015	Nota nº 167/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 13 de outubro de 2015

Fonte: STN/Corem

\* Os Estados do Piauí e do Rio Grande do Norte liquidaram as obrigações contraídas no âmbito do refinanciamento instituído pela Lei nº 9.496/97, desobrigando-se de manter metas e compromissos no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal.

\*\* Devido às restrições orçamentárias da STN em 2015, não foi realizada missão técnica ao Estado

### **1.7.3. Verificação dos Indicadores Fiscais dos Municípios Cujas Dívidas Foram Refinanciadas (MP nº 2.185-35/2001)**

No caso dos Municípios, em 25 de fevereiro de 1999, foi editada a Medida Provisória nº 1.811, atual MP 2.185/01, que autorizou a assunção e o refinanciamento, pela União, das seguintes dívidas de responsabilidade dos Municípios:

- mobiliária interna e externa;
- operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO);
- fundada junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras; e
- da administração indireta municipal previamente assumida pelo Município.

Da mesma forma que para os Estados, também foi estabelecido um limite de dispêndio mensal apurado sobre a RLR dos Municípios que, neste caso, é de 13%.

Ante a impossibilidade de se estabelecer um programa de ajuste fiscal para cada um dos Municípios que aderiram ao refinanciamento de dívidas, os contratos de refinanciamento estabeleceram condições mínimas de ajuste fiscal, como a exigência de adequação das despesas de pessoal à legislação em vigor e implantação de contribuição previdenciária dos servidores ativos e inativos com alíquota média de no mínimo 11% da remuneração total e limite das despesas com aposentados e pensionistas ao máximo estabelecido na legislação em vigor.

Foram firmados contratos com 180 Municípios pertencentes a 17 Estados, aí incluídas nove capitais. A STN realiza o acompanhamento dos indicadores desses Municípios para efeito de aplicação da legislação pertinente.

A partir de 2010, em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, regulamentado pela Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, o acompanhamento dos indicadores se restringiu aos Municípios que utilizam do limite de pagamento previsto no inciso V do artigo 2º da Medida Provisória nº 2.185-35/2001 ou que tenham acumulado resíduo nos termos desse mesmo artigo, bem como aqueles que apresentaram pendências financeiras decorrentes de ação judicial que tenha como litígio o refinanciamento de dívidas realizado ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35/2001.

Diante disso, o acompanhamento abrangeu apenas 12 Municípios em 2015, conforme avaliação registrada na Nota nº 221/2015/COREM/STN, de 18 de dezembro de 2015.

### **1.7.4. Cálculo da Receita Líquida Real – RLR**

Foi realizada a apuração mensal da Receita Líquida Real dos Estados e dos Municípios que renegociaram suas dívidas com a União, para efeito de aplicação dos limites de comprometimento do pagamento do serviço da dívida, considerando-se o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496/1997, no art. 5º da Lei nº 10.195/2001, com redação dada pela Lei nº 11.533/2007, no art. 83 da Lei nº 12.249/2010, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35/2001, nos arts. 1º e 3º da Portaria nº 447/2002 e no Parecer PGFN/CAF nº 1.331/2004.

Em 2014, a apuração da RLR dos Municípios também contemplou o disposto no art. 6º da Medida Provisória nº 618, de 5 de junho de 2013, convertida na Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013. Desta forma, foram publicadas as portarias divulgando os valores. Essas portarias também estão disponíveis na Internet no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional.

### **1.7.5. Verificação do Adimplemento com a União para efeito do disposto no inciso IV do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001**

A Portaria MF nº 106, de 28 de março de 2012, regulamentou os procedimentos e as competências, no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, para fins de comprovação e divulgação, quanto ao adimplemento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios com a União, relativamente a financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos, bem como quanto às garantias a operações de crédito que tenham sido, eventualmente, honradas, previstos no inciso VI do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional divulga, em seu sítio na Internet, as informações relativas a comprovação quanto ao adimplemento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos, bem como quanto às garantias a operações de crédito, que tenham sido, eventualmente, honradas, para efeito de atendimento ao disposto no inciso VI do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

A comprovação de adimplemento constante desta página abrange o cumprimento de todas as obrigações, financeiras e acessórias, estabelecidas nos contratos de financiamento e refinanciamento concedidos pela União a Estados, Distrito Federal e Municípios, cujo controle e acompanhamento sejam da competência da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as obrigações de ressarcimento decorrentes da honra de aval pela União na condição de garantidora daqueles mesmos entes.

Esta comprovação integra informações de responsabilidade da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi) e da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem), da Secretaria do Tesouro Nacional, e é atualizada diariamente, tendo validade somente para a data em que for realizada a consulta.

### **1.7.6. Cálculo da Capacidade de Pagamento**

A Nota nº 386/2012/COREM/STN, de 18 de maio de 2012, propôs nova metodologia de análise da Capacidade de Pagamento em substituição àquela prevista na Portaria MF nº 89, de 24 de abril de 1997. Assim, a partir 10 de setembro de 2012, as análises passaram a observar a metodologia estabelecida por intermédio da Portaria nº 306/2012, que revogou a Portaria MF nº 89/1997.

Além disso, as análises realizadas passaram a observar os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 543, de 18 de setembro de 2012.

### **Análises Efetuadas para Capacidade de Pagamento**

As análises de capacidade de pagamento realizadas no período em questão estão discriminadas nos Quadros a seguir:

**ESTADOS – NOTAS ELABORADAS EM 2015**

UF	NOTA Nº	CLASSIFICAÇÃO	ALÇADA / ENQUADRAMENTO
AC	Nota nº 229/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 31 de dezembro de 2015	C+	MF
BA	Nota nº 40/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 05 de março de 2015	B	COREM
BA	Nota nº 106/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 03 de julho de 2015	B	COREM
ES	Nota nº 108/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 06 de julho de 2015	B	COREM
GO	Nota nº 92/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 24 de junho de 2015	D	MF
MT	Nota nº 101/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 01 de julho de 2015	C*2	STN
PA	Nota nº 89/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 23 de junho de 2015	A-	COREM
PB	Nota nº 150/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 21 de agosto de 2015	B-	COREM
PB	Nota nº 111/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 07 de julho de 2015	B-	COREM
PI	Nota nº 50/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 29 de abril de 2015	C+	MF
PI	Nota nº 133/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 16 de julho de 2015	C*3	STN
PR	Nota nº 125/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 10 de julho de 2015	C+	MF
SE	Nota nº 102/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 01 de julho de 2015	C	MF
SE	Nota nº 137/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 19 de agosto de 2014	C	MF
SP	Nota nº 155/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 02 de setembro de 2015	C-	MF

Fonte: STN/Corem

**MUNICÍPIOS – NOTAS ELABORADAS EM 2015**

UF	NOTA Nº	CLASSIFICAÇÃO	ALÇADA / ENQUADRAMENTO
Santo André/SP	Nota nº 2/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 13 de janeiro de 2015	B	COREM
Laranjal Paulista/SP	Nota nº 41/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 06 de março de 2015	B	COREM
Sorocaba/SP	Nota nº 42/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 13 de março de 2015	A-	COREM
São Bernardo do Campo/SP	Nota nº 81/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 08 de junho de 2015	B+	COREM
Laranjal Paulista/SP	Nota nº 82/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 09 de junho de 2015	B-	COREM
Corumbá/MS	Nota nº 85/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 15 de junho de 2015	B+	COREM
Petrópolis/RJ	Nota nº 103/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 03 de julho de 2015	B	COREM
São Luís/MA	Nota nº 130/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 15 de julho de 2015	B-	COREM
Joinville/SC	Nota nº 138/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 31 de julho de 2015	A-	COREM
Lins/SP	Nota nº 142/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 10 de agosto de 2015	B	COREM
Governador Valadares/MG	Nota nº 149/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 20 de agosto de 2015	B	COREM
Ribeirão das Neves/MG	Nota nº 168/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 14 de outubro de 2015	B-	COREM
Santo André/SP	Nota nº 182/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 28 de outubro de 2015	B	COREM
Niterói/RJ	Nota nº 190/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 03 de novembro de 2015	A-	COREM
Manaus/AM	Nota nº 199/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 17 de novembro de 2015	B+	COREM
Fortaleza/CE	Nota nº 205/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 26 de novembro de 2015	B	COREM
Porto Alegre/RS	Nota nº 213/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 11 de dezembro de 2015	B	COREM
Belém/PA	Nota nº 223/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 21 de dezembro de 2015	B	COREM
Alagoinhas/BA	Nota nº 224/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 23 de dezembro de 2015	B	COREM
Teresina/PI	Nota nº 225/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 23 de dezembro de 2015	B	COREM

Fonte: STN/Corem

## I.8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

### I.8.1. Aspectos Gerais

Conceituam-se como Operações Oficiais de Crédito (OOC) aquelas operações destinadas ao financiamento de ações que, por serem de interesse público, contam com a participação de recursos do Tesouro Nacional, tendo como característica peculiar o fato de se adotar encargos financeiros diferenciados daqueles praticados pelo mercado.

Estas operações podem ser apresentadas na forma de financiamentos, subvenções econômicas, indenizações, aquisições e remissões de operações de crédito rural.

No exercício de 2015, estes recursos sob responsabilidade da Coordenação-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional (Copec) foram contempladas pela Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 (Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015), com o montante de R\$ 20,124 bilhões, dos quais R\$ 2,16 bilhões destinados à concessão de empréstimos, R\$ 17,105 às subvenções econômicas e R\$ 859 milhões às demais atividades (indenizações).

Ao longo do exercício, essas dotações registraram suplementações e cancelamentos, que elevaram os valores das rubricas para um total de R\$ 39,985 bilhões.

A execução da despesa, no conjunto dessas operações, alcançou o montante de R\$ 30.512.186 mil em 2015, sendo R\$ 29.894.516,5 mil em subvenções econômicas e outros encargos e R\$ 617.669,5 mil em operações de financiamento.

Houve também a execução de R\$ 21.438.244 mil de Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Ao final de 2015, foram inscritos R\$ 5.564.708 mil em Restos a Pagar, englobando saldos remanescentes de exercícios anteriores.

Adicionalmente, houve descentralização de recursos para a UG 170600, no valor de R\$ 894.183,5 mil, destinada à emissão de NTN-I vinculada às operações de equalização do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e para a UG 135100, no valor total de R\$ 501.979 mil, para repasse de recursos de programas sob responsabilidade da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Durante 2015, as Operações Oficiais de Crédito registraram R\$ 2.454.815 mil de receitas referentes à amortização e juros das diversas operações de financiamento e da alienação de estoques públicos.

### I.8.2. Financiamento

#### Financiamento para Agricultura Familiar (Pronaf) - Lei nº 10.186/2001

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. A ação busca conceder crédito aos beneficiários do Pronaf que dificilmente teriam acesso a outras fontes de recursos do crédito rural junto às instituições financeiras.

Em 2015, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R\$ 160 milhões, dos quais R\$ 100,13 milhões foram executados ao longo do exercício.

Houve a inscrição de R\$ 20,1 milhões em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo de 2016. A execução desta ação orçamentária seguiu a demanda por crédito por parte dos produtores rurais enquadrados no Pronaf junto aos bancos oficiais federais contratados pela União para a prestação de serviço.

#### Financiamento para Promoção das Exportações (Proex) - Lei nº 10.184/2001

O Programa de Financiamento às Exportações (Proex) tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas

suas vendas ao mercado externo, através da assistência financeira na fase de comercialização (pós-embarque) em duas modalidades: Financiamento e Equalização de Taxas de Juros. Na modalidade Financiamento, o Tesouro Nacional repassa recursos aos exportadores (*supplier's credit*) ou aos importadores (*buyer's credit*) por meio do Banco do Brasil S.A., agente financeiro do Proex, de modo a viabilizar a concessão de crédito destinado a amparar a exportação de bens e serviços nacionais, a taxas equivalentes às praticadas no mercado internacional.

Para o exercício de 2015, foi consignada a dotação orçamentária de R\$ 2,0 bilhões. Houve execução durante o exercício de R\$ 517,54 milhões, além de R\$ 554,18 milhões relativos a Restos a Pagar do exercício anterior.

Ao final do exercício, foram cancelados R\$ 2.394,52 milhões em Restos a Pagar referentes a exercícios anteriores, adequando o modelo de contabilização do programa às orientações das normas internacionais (*International Public Sector Accounting Standards – Ipsas*), em particular o IPSAS 19 (*Provisions, Contingent Liabilities na Contingent Liabilities Assets*). Foram inscritos R\$ 1,4 bilhão em Restos a Pagar/2015.

### I.8.3. Subvenções Econômicas

#### Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros

##### Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário - Lei nº 8.427/1992

As operações de Custeio Agropecuário se constituem em financiamentos para prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por meio de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de custear as despesas normais: do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa; de exploração pecuária; e de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários.

Esta ação contou com dotação orçamentária final de R\$ 2,46 bilhões. Durante o exercício foram executados R\$ 2,18 bilhões. Houve a inscrição de R\$ 122 mil em Restos a Pagar 2015, com previsão de execução ao longo do exercício de 2016.

##### Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários - Lei nº 8.427/1992

As operações de comercialização possuem a finalidade de prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de comercialização rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por intermédio de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de proporcionar recursos financeiros aos beneficiários, de modo a permitir o armazenamento e a conservação de seus produtos constantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), para venda futura em melhores condições de mercado.

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 161,9 milhões, dos quais foram executados R\$ 101,46 milhões. Não houve a inscrição em Restos a Pagar/2015.

##### Subvenção Econômica para Agricultura Familiar Pronaf - Lei nº 8.427/1992

Esta ação visa prestar apoio financeiro aos agricultores e produtores rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), bem como às suas associações e cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio e de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por meio de subvenção econômica na forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, de concessão de rebates, de bônus de adimplência, garantia de preços de produtos agropecuários e outros benefícios e de remuneração às instituições financeiras federais que

prestam serviço de contratar operações de crédito com recursos da ação orçamentária “Financiamento para Agricultura Familiar”.

Em 2015, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R\$ 160 milhões, dos quais R\$ 100,13 milhões foram executados ao longo do exercício. Houve a inscrição de R\$ 20,1 milhões em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo de 2016.

#### **Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial - Lei nº 8.427/1992**

As operações de crédito de Investimento Rural e Agroindustrial tem a finalidade de prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por meio de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de aplicar em bens ou serviços relacionados com a atividade agropecuária cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção, ainda que o orçamento consigne recursos para custeio.

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 1.392 milhões, montante que foi suplementado em R\$ 660.000 milhões.

Do total de R\$ 2 bilhões ao final do exercício, foram executados R\$ 1,419 bilhões. Foram inscritos R\$ 435 milhões em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo do exercício de 2016

#### **Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural - Lei nº 9.866/1999**

Esta ação destina-se ao ressarcimento às instituições financeiras dos benefícios concedidos aos produtores rurais com dívidas alongadas com base na Resolução CMN nº 2.471/1998, desde que as parcelas de juros sejam pagas até o vencimento.

Assim, quando aqueles produtores recolhem suas parcelas dentro do vencimento, obtêm automaticamente o desconto – de até 5 pontos percentuais, conforme o caso – junto ao agente financeiro e este, por sua vez, solicita o ressarcimento dos valores ao Tesouro Nacional, conforme disposto nas Leis nos. 9.866/1999 e 10.437/2002.

No exercício de 2015, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 410 milhões, dos quais foram executados R\$ 62 milhões. Foram inscritos R\$ 278,6 milhões em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo do exercício de 2016.

#### **Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana - Leis nº 9.126/1995 e nº 10.186/2001**

O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, instituído a partir da Resolução CMN nº 2.165/95, de 19 de junho de 1995, envolve a concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e bônus de adimplência, em financiamentos destinados ao controle da doença “vassoura-de-bruxa”, detectada na lavoura cacaueira baiana em 1989.

O programa tem passado por sucessivas reestruturações em razão do elevado nível de endividamento enfrentado pelos produtores. Nesse conjunto, destacam-se medidas que autorizaram o refinanciamento e a contratação de novas operações com taxas de juros pré-fixadas e bônus de adimplência, em substituição aos encargos financeiros anteriores, tendo como primeiro normativo a Resolução CMN nº 2.960, de 25 de abril de 2002, que, além de prefixar encargos, concedeu prazo de até 10 anos para operações renegociadas e novas operações.

Além disso, a Resolução CMN nº 3.345, de 03 de fevereiro de 2006, e alterações posteriores, permitiram a renegociação de dívidas de cacauicultores que não foram beneficiados pelas condições previstas na Resolução CMN nº 2.960/02. A Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, alterada pelas Leis nº 11.922, de 13 de abril de 2009 e nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, autorizou nova renegociação de dívidas de operações contratadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e que não foram renegociadas com base no do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995.

No orçamento de 2015, foram previstos R\$ 7,1 milhões para atender a equalizações de juros do Programa. Contudo, esse valor não foi executado e nem inscrito em Restos a Pagar.

#### **Subvenção Econômica para Promoção das Exportações (Proex) – Lei nº 10.184/2001**

O Programa de Financiamento às Exportações (Proex) tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, através da assistência financeira na fase de comercialização em duas modalidades: Financiamento e Equalização. Na modalidade Equalização, a subvenção econômica acontece na forma de equalização de taxas de juros nos financiamentos às exportações.

O crédito ao exportador é concedido diretamente por instituições financeiras nacionais ou estrangeiras e o Proex arca com parte dos encargos financeiros, de forma que o exportador brasileiro obtenha as mesmas condições de financiamento, em termos de encargos financeiros, de seus concorrentes no mercado internacional.

O *spread* de equalização do Proex é limitado a até 2,5% a.a. e definido em função do prazo de financiamento. A equalização é paga ao financiador por meio da Nota do Tesouro Nacional da série I (NTN-I), emitida em função do *spread* de equalização definido para a operação e indexada à variação cambial.

No exercício de 2015, foram consignadas dotações orçamentárias de R\$ 1,5 bilhão para Equalização e R\$ 94,7 milhões para o pagamento de despesas operacionais do Programa, totalizando R\$ 1,59 bilhão. Foram executados R\$ 300,24 milhões para emissão de NTN-I (descentralizado para UG 170600), sendo R\$ 21,35 milhões referentes a Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Já para o pagamento de despesas operacionais foram executados R\$ 37,15 milhões.

Em relação aos Restos a Pagar do exercício anterior, foram executados R\$ 436,91 milhões para emissão de NTN-I e R\$ 4,05 milhões para despesas operacionais. Ao final do exercício, foram cancelados R\$ 822,18 milhões em Restos a Pagar referentes a exercícios anteriores, adequando o modelo de contabilização do programa às orientações das normas internacionais (*International Public Sector Accounting Standards – Ipsas*), em particular o IPSAS 19 (*Provisions, Contingent Liabilities na Contingent Liabilities Assets*). Quanto aos Restos a Pagar/2015, foram inscritos R\$ 1.072,24 milhões, sendo R\$ 1.065,05 para emissão de NTN-I e R\$ 7,18 milhões para despesas operacionais.

#### **Subvenção Econômica nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações - Lei nº 11.529/2007**

A Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, autorizou a União a conceder subvenção, sob as modalidades de equalização de taxas de juros e de concessão de bônus de adimplência sobre os juros, em operações de financiamento, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinadas às empresas especificadas nos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 11.529/2007. A subvenção de equalização de juros corresponde ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e do *spread* do agente financeiro.

No exercício de 2015, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 10 milhões, dos quais foi executado R\$ 1,1 milhão. A inscrição em Restos a Pagar/2015 foi de R\$ 8,88 milhões, com previsão de pagamento ao longo de 2016.

#### **Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento para a Estocagem de Alcool Etílico Combustível e para Renovação e Implantação de Canaviais - Lei nº 12.666/2012**

Esta ação tem como objetivo o pagamento de subvenção econômica, na modalidade equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à estocagem de álcool etílico combustível e à renovação e implantação de canaviais, com os objetivos de reduzir a volatilidade de preço e de contribuir para a estabilidade da oferta de álcool. A subvenção de equalização de taxas de juros corresponde ao diferencial entre o encargo do mutuário e o custo da fonte, acrescido da remuneração dos agentes financeiros.

No exercício de 2015, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 43,77 milhões, dos quais foram executados R\$ 35,61 milhões. Não houve inscrição em Restos a Pagar/2015.

#### **Encargos Financeiros da União – Subvenção Econômica em Operações de Financiamento de que tratam as Leis nº 12.096/2009 e nº 12.409/2011**

O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), sob a forma de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à aquisição, produção

e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, e o capital de giro associado; à produção de bens de consumo para exportação; ao setor de energia elétrica, a estruturas para exportação de grãos líquidos; a projetos de engenharia; à inovação tecnológica; a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia; a projetos e equipamentos de reciclagem e tratamento ambientalmente adequados de resíduos; e a investimentos no setor de armazenagem nacional de grãos e açúcar, nos termos da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009.

Além disso, a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, autorizou a concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a beneficiários localizados em Municípios atingidos por desastres naturais que tiveram a situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal.

A regulamentação dessas medidas de apoio às regiões atingidas foi definida no contexto das normas relativas às operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e demais itens.

Em 2015, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 21,95 bilhões, já incluídos R\$ 19,7 bilhões referentes às suplementações orçamentárias oriundas da Lei nº 13.181/2015, no valor de R\$ 4,6 bilhões, e da Medida Provisória nº 702, de 17 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 15,1 bilhões de reais. Da dotação final de R\$ 21,92 bilhões foram executados ao longo do exercício. Não houve inscrição em Restos a Pagar/2015.

Ao final de 2013, o programa contava com um limite de recursos passíveis de subvenção de R\$ 372 bilhões, com prazo de contratação das operações até dezembro de 2014. Quando da conversão da MP nº 633/2013 na Lei nº 13.000, de 18 de junho de 2014, foi ampliado o volume total de recursos disponíveis em R\$ 30 bilhões, passando de R\$ 372 bilhões para R\$ 402 bilhões.

Além disso, em novembro de 2014 foi incluído o setor de armazenamento nacional de açúcar entre os itens financiáveis. Finalmente, com a proximidade do término do prazo de contratação das operações, a Medida Provisória nº 663, de 19 de dezembro de 2014, convertida na Lei nº 13.132, de 09 de junho de 2015, elevou o limite total de financiamentos passíveis de subvenção de R\$ 402 bilhões para R\$ 452 bilhões e prorrogou o prazo de contratação das operações para até 31 de dezembro de 2015.

#### **Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva, destinados a Pessoas com Deficiência - Lei nº 12.613/2012**

Esta ação orçamentária é destinada a conceder subvenção econômica em operações de financiamento para aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros.

Tais financiamentos têm como objetivo incluir socialmente e facilitar a equiparação de oportunidades às pessoas com deficiência por meio do acesso a produtos e serviços assistivos, expandir o mercado consumidor e impulsionar a inovação tecnológica por meio da produção doméstica de produtos e serviços assistivos.

Para o exercício de 2015, foi consignada no orçamento a dotação de R\$ 15 milhões. As despesas pagas corresponderam a R\$ 3,197 milhões referentes ao orçamento de 2015. Foram inscritos R\$ 500 mil em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo do exercício de 2016.

#### **Equalização de Preços e Outros Encargos**

#### **Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos (AGF) - Lei nº 8.427/1992**

Esta ação representa a concessão de subvenção econômica, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sob a forma de equalização de preços, equivalente à parcela do custo de aquisição do produto, que exceder o valor obtido na sua venda, observada a legislação aplicável à formação e alienação de estoques públicos, e à cobertura das despesas vinculadas aos produtos em estoque.

A ação visa evidenciar o subsídio econômico decorrente das operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da PGPM efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) por meio do instrumento de Aquisição do Governo Federal (AGF).

A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal – AGF contou com dotação orçamentária final de R\$ 640 milhões. Foram executados R\$ 157 milhões. Não houve inscrição em Restos a Pagar/2015.

#### **Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos (AGF- AF) - Lei nº 8.427/1992**

Esta ação visa resguardar as operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) por meio do instrumento de Aquisição do Governo Federal (AGF), cuja produção seja feita por agricultores familiares, por intermédio da concessão de subsídio para pagamento da parcela do custo de aquisição de produto que exceder o valor obtido na sua venda, acrescida da despesa vinculada ao carregamento dos produtos em estoque.

A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar (AGF-AF) contou com dotação orçamentária de R\$ 50 milhões. Não houve execução ao longo do exercício e nem inscrição em restos a pagar.

#### **Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários - Lei nº 8.427/1992**

Esta subvenção econômica é concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela PGPM, sob a forma de equalização de preços, equivalente: à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado; no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação; ou ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado.

Desta forma, a ação orçamentária visa garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), por meio de instrumentos de equalização de preços (Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas, Prêmio para o Escoamento de Produtos (PEP), Prêmio de Equalização pago ao Produtor (Pepro), Prêmio de Opção de Venda Privada de Produtos Agrícolas (Prop) e Recompra e Repasse de Contrato de Opção de Venda), no intuito de exonerar o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

Em 2015, a ação registrou a dotação orçamentária inicial de R\$ 2.650 milhões, dos quais R\$ 960 milhões foram cancelados.

A partir do exercício de 2014 passou a haver a descentralização de crédito (Termo de Execução Descentralizada nº 1, de 21/01/2015) e o respectivo repasse de recursos dessa ação para a UG 135100 – Conab, que é a responsável pela operacionalização do programa, de modo que houve a descentralização de R\$ 497 milhões durante o período.

A dotação orçamentária sinaliza ao mercado que o Governo Federal poderá intervir para garantir ao produtor rural um preço mínimo na venda de seus produtos, desde que estejam abrangidos pela PGPM, sem a necessidade da aquisição do mesmo pela Conab. Desta forma, os valores disponíveis foram suficientes para cumprir esse papel.

#### **Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar - Lei nº 8.427/1992**

Subvenção econômica concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela PGPM, sob a forma de equalização de preços, equivalente:

- à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado;
- no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação;
- ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado;
- ou, no máximo, à diferença entre o preço mínimo e o valor de

venda de produtos extrativos produzidos por agricultores familiares enquadrados nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326/2006, ou por suas cooperativas e associações.

Desta forma, esta ação orçamentária visa garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) produzidos por agricultores familiares, por meio de instrumentos de equalização de preços (Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas, Prêmio para o Escoamento de Produtos (PEP), Prêmio de Equalização pago ao Produtor (Pepro), Prêmio de Opção de Venda Privada de Produtos Agrícolas (Prop) e Recompra e Repasse de Contrato de Opção de Venda), no intuito de exonerar o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

A ação contou com dotação orçamentária de R\$ 150 milhões em 2015. Destaque-se que, a partir desse exercício, passou a haver a descentralização e repasse de recursos dessa ação orçamentária para a UG 135100 – Conab (Termo de Execução Descentralizada nº 2, de 21/01/2015).

O desempenho da ação depende, exclusivamente, da utilização dos instrumentos de Garantia e Sustentação de Preços especificamente para agricultores familiares, cuja execução está a cargo da Conab.

Desse modo, foram descentralizados R\$ 4,95 milhões. Além disso, foi repassado à Conab de financeiro o valor de R\$ 4.598 milhões no exercício 2016.

#### **Subvenção Econômica nas Operações de Crédito Rural para empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) - Lei nº 12.844/2013**

Esta ação orçamentária objetiva conceder Subvenção Econômica, sob a forma de rebate, para liquidação de operações de crédito rural contratadas com recursos de fontes públicas, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), cujo ônus seja de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme previsto pelo art. 8º da Lei nº 12.844/2013.

No exercício de 2015, foram alocados inicial de R\$ 135,6 milhões para esta ação orçamentária. Entretanto, não houve execução durante o período. Foram inscritos R\$ 44 milhões em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo de 2016.

#### **Subvenção Econômica em Operações de Financiamento de Capital de Giro para Agroindústrias, Indústrias de Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Cooperativas Agropecuárias - Lei nº 11.922/2009**

Esta ação destina-se ao pagamento de subvenção econômica, na modalidade equalização de taxas de juros, em operações de financiamento de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias.

A equalização de juros corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e dos seus agentes financeiros credenciados.

No orçamento de 2016, foram previstos R\$ 145 milhões para atender a equalizações de juros do Programa. Esta ação foi aberta por meio de crédito especial por meio da Lei nº 13.223, de 23 de dezembro de 2015, publicada no DOU no dia 24/12/2015.

Como não houve tempo hábil para realizar o processo de execução de despesa pública, optou-se por reabrir este crédito no exercício de 2016 com previsão de execução ao longo desse exercício.

#### **Outras subvenções Econômicas**

##### **Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado - Lei nº 11.110/2005, e MP nº 543/2011**

Esta ação orçamentária foi criada para o pagamento de subvenção sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado.

A subvenção corresponde a montante fixo por operação contratada e tem como objetivo fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito, por meio do apoio às instituições financeiras do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo.

Para o exercício de 2015, não foi publicada Portaria que estabelece as condições para pagamento de equalização do Programa Crescer no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) para o exercício de 2015. Assim, não houve execução orçamentária para este exercício.

##### **Encargos Financeiros da União - Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional - Lei nº 12.712/2012**

Por meio desta ação orçamentária será realizada a concessão de subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais para atuarem como agentes operadores em operações de investimento no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento Regional da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO). A subvenção econômica corresponde ao diferencial entre os encargos cobrados do tomador final do crédito e o custo da fonte de recursos acrescido da remuneração a que fazem jus os agentes financeiros.

Em 2015, a ação contou com dotação orçamentária de inicial de R\$ 200 milhões, dos quais R\$ 145 milhões foram cancelados para compensar a suplementação de outra ação orçamentária.

Da dotação final de R\$ 55 milhões, R\$ 11,01 milhões foram executados ao longo do exercício. A inscrição em Restos a Pagar/2015 foi de R\$ 26 milhões, com previsão de execução ao longo do exercício de 2016.

#### **1.8.4. Outras Atividades Desenvolvidas**

##### **Encargos Financeiros da União (EFU) - Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) - Lei nº 8.171/1991.**

O Programa foi instituído pela Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, com o objetivo de garantir, parcial ou integralmente, o financiamento contratado por agricultores atingidos por fenômenos climáticos naturais, pragas e doenças (Lei nº 8.171, de 14 de janeiro de 1991) e/ou queda em sua produção, além de prover cobertura de parte da receita esperada de agricultores familiares, a partir da Resolução CMN 3.237, de 29 de setembro de 2004.

Para a efetivação das indenizações e restituições devidas aos produtores rurais e suas cooperativas, a União complementa a receita proveniente do prêmio cobrado junto aos produtores por meio da alocação de recursos adicionais no orçamento, conforme disposto na MP nº 2.162-72, de 23 de agosto de 2001, a partir de solicitação do Banco Central do Brasil (BCB), na condição de gestor do Programa. Em 2015, foram alocados R\$ 859 milhões para esta ação orçamentária, dos quais R\$ 131 milhões foram cancelados para compensar a suplementação de outra ação orçamentária. Não houve execução durante o período. No entanto, foram inscritos R\$ 490 milhões em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo de 2016.

## I.9. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

### I.9.1. Contratação Direta - Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens

A União contratou, durante o exercício de 2015, operações de crédito externo no valor total de US\$ 245,3 milhões e SEK 39,9 bilhões (Coroa Sueca), firmado com o *Swedish Export Credit Corporation – AB SEK (AB SVENSK EXPORTKREDIT)*.

#### FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS - 2015

CREDOR		DATA DE ASSINATURA	PROJETOS / PROGRAMAS	VALOR CORRESPONDENTE EM (US\$)
Swedish Export Credit Corporation	AB SEK (AB SVENSK EXPORTKREDIT)	25/08/2015	Programa Aeronave de Combate F-X2	4.722.766.460,71
Swedish Export Credit Corporation	AB USD (AB SVENSK EXPORTKREDIT)	25/08/2015	Programa Aeronave de Combate F-X2	245.325.000,00
TOTAL				4.968.091.460,71

Fonte: Relação de Contratos da PGFN /COF em 31/12/2015

A seguir as informações de Doações recebidas no ano de 2015.

#### DOAÇÕES - 2015

CREDOR	DATA DE ASSINATURA	PROJETOS / PROGRAMAS	VALOR (US\$)
BID	17/09/2015	Convênio de Cooperação Técnica não-reembolsável nº ATN/SX-14218-BR – Implantar o Inventário Florestal Nacional no Bioma Cerrado	16.450.000,00
TOTAL			16.450.000,00

Na tabela a seguir, a evolução das contratações de operações de crédito externo firmadas pela União de 2004 até 2015, separadas entre Financiamento de Projetos e Doações.

#### OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO - 2004 A 2015 (US\$ MILHÕES)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Financiamento de Projetos	1.189,58	2.347,00	1.298,82	732,00	5,00	3.125,08	1.315,00	415,40	93,10	18,00	32,05	4.968,10
Doações	1,39	8,76	11,56	0,44	3,44	0,38	0,00	1,27	0,45	0,00	0,00	16,45
TOTAL	1.190,97	2.355,76	1.310,38	732,44	8,44	3.125,46	1.315,00	416,67	93,55	18,00	32,05	4.984,55

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2015

### I.9.2. Concessão de Garantias Externas

No ano de 2015 foram concedidas garantias externas no montante de US\$ 225,00 milhões, destinados aos Estados, Municípios e Entidades Controladas, junto a Organismos Multilaterais e instituições financeiras.

#### CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2004 A 2015 US\$ MILHÕES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004 A 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
GARANTIAS CONCEDIDAS	12.496,23	7.401,63	2.188,93	11.266,72	6.297,71	4.432,59	225,00
- GARANTIAS A ENTIDADES FEDERAIS	3.078,47	1.060,00	673,66	-	-	-	-
- GARANTIAS A ESTADOS, MUNICÍPIOS E ENTIDADES CONTROLADAS	9.417,76	6.341,63	1.515,27	11.266,72	6.297,71	4.432,59	225,00

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2015

A seguir a discriminação individualizada de todos os contratos de garantias externas formalizados pela União no ano de 2015, com os respectivos mutuários, incluindo o Valor Contratado e a Descrição de cada Projeto.

**CONTRATOS DE DÍVIDA EXTERNA ASSINADOS EM 2015 COM GARANTIA DA UNIÃO**

**US\$ MILHÕES**

CONTRATO	MUTUÁRIO	DATA DE ASSINATURA	MOEDA DE ORIGEM	VALOR CONTRATADO	DESCRIÇÃO
BIRD 8353-BR	Governo do Estado do ES	28/09/2015	USD	225.000.000,00	Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem do Espírito Santo

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2015

**I.9.3. Concessão de Garantias Internas**

Quanto aos Grupos de garantias e contra garantias internas, foram concedidas (formalizadas) no ano de 2015 o montante de R\$ 6.850,33 milhões, sendo que, desse valor, 8,3% foram destinados a Estados, 7,0% a Municípios e 84,7% a Entidades Controladas.

**CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2014 E 2015**

**R\$ MILHÕES**

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO	2015
GARANTIAS CONCEDIDAS	6.850,33
- GARANTIAS A ESTADOS	567,79
- GARANTIAS A MUNICÍPIOS	482,54
- GARANTIAS A ENTIDADES CONTROLADAS	5.800,00

Fonte: STN/ Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv)

**CONTRATOS DE DÍVIDA INTERNA ASSINADOS EM 2015**

**COM GARANTIA DA UNIÃO**

CONTRATO DE GARANTIA	MUTUÁRIO / EXECUTOR	DATA DE ASSINATURA	CREADOR	VALOR (R\$)	DESCRIÇÃO
001 PGFN-CAF	Governo do Distrito Federal - DF	30/01/2015	BB	500.000.000,00	Contrato de Financiamento - Lei Distrital nº 5.391/2014
003 PGFN-CAF	Governo do Distrito Federal - DF	30/01/2015	BB	67.786.728,82	Contrato de Financiamento - Lei Distrital nº 5.001/2012 e 5.282/2013
005 PGFN-CAF	Município de Mauá - SP	30/01/2015	CAIXA	482.540.014,92	Contrato de Confissão e Reneg. de Dívida - Lei Municipal nº 4.880/2013
010 PGFN-CAF	Eletronuclear S/A	17/07/2015	CAIXA	3.800.000.000,00	Aquisição de equipamentos importados e pagamento de serviços internacionais para a Usina Termonuclear Angra 3
016 PGFN-CAF	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	29/12/2015	BNDES	2.000.000.000,00	Financiamento de Projetos de Inovação Tecnológica - Resolução CMN 4300/2013; Lei 12.096/2009
<b>TOTAL</b>				<b>6.850.326.743,74</b>	

Fonte: STN/Codiv. Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31/12/2015

**CONCESSÃO DE CONTRA GARANTIAS INTERNAS – 2015**

CONTRATO DE CONTRA GARANTIA	MUTUÁRIO / EXECUTOR	DATA DE ASSINATURA	CREADOR	VALOR (R\$)	DESCRIÇÃO
002 PGFN-CAF	Governo do Distrito Federal - DF	30/01/2015	BB e BRB	500.000.000,00	Contrato de Vinculação de Receitas e Cessão de Crédito em Contra garantia
004 PGFN-CAF	Governo do Distrito Federal - DF	30/01/2015	BB e BRB	67.786.728,82	Contrato de Vinculação de Receitas e Cessão de Crédito em Contra garantia
006 PGFN-CAF	Município de Mauá - SP	30/01/2015	BB	482.540.014,92	Contrato de Vinculação de Receitas e Cessão de Crédito em Contra garantia
009 PGFN-CAF	Eletronuclear S/A	13/07/2015	CAIXA	3.800.000.000,00	Contrato de Penhor em Contra garantia
<b>TOTAL</b>				<b>4.850.326.743,74</b>	

Fonte: STN/ Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv). Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31/12/2015

**I.9.4. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contra garantias**

Os quadros a seguir apresentam o saldo devedor das garantias concedidas pelo Tesouro Nacional no ano de 2015, e as respectivas contra garantias vinculadas, assim agrupadas: 1) Operações Externas e 2) Operações Internas, que por sua vez, dividem-se em a) Fiança ou aval em operações de crédito e b) Outras Garantias nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

São registradas garantias concedidas por fundos ou outras entidades, em nome da União, com destaque também para o Fundo de Garantia à Exportação (FGE), o Seguro de Crédito à Exportação - IRB, o Fundo de Aval para Promoção da Competitividade (FGPC), o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) e o Excedente Único de Riscos Extraordinários (EURE/IRB). Os saldos das Garantias e das Contra garantias a seguir relacionadas se encontram na forma do Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente. Para maiores informações e esclarecimentos a respeito do seu conteúdo sugerimos a consulta ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2015.

SALDO DEVEDOR DAS GARANTIAS CONCEDIDAS

R\$ 1,00

31/12/2015

Externa	110.609.454.703,35
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	110.609.454.703,35
Agências Governamentais	6.988.611.923,83
Banco Federal	456.062.481,11
Empresas Privatizadas	2.048.224,36
Estados e Municípios e Entidades Controladas	6.120.740.608,57
Estatais Federais	409.760.609,79
Bancos Privados	7.839.082.826,24
Banco Federal	357.010.285,60
Estados e Municípios e Entidades Controladas	7.443.024.540,64
Estatais Federais	39.048.000,00
Organismos Multilaterais	95.781.759.953,28
Banco Federal	15.729.851.857,40
Estados e Municípios e Entidades Controladas	78.671.696.035,79
Estatais Federais	1.380.212.060,09
Interna	194.878.972.142,84
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	120.622.062.707,75
Banco Federal	111.360.409.614,21
Banco Federal	7.467.368.877,20
Estados e Municípios e Entidades Controladas	86.121.306.262,65
Estatais Federais	17.771.734.474,36
Bancos Privados	1.201.639.525,30
Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.201.639.525,30
Fundos Credores	8.060.013.568,24
Banco Federal	8.060.013.568,24
Outras Garantias nos Termos da LRF	74.256.909.435,09
Exportadores	46.466.238.210,11
Estatais Federais	1.142.135.334,94
Fundos Devedores	45.324.102.875,17
Fundos Credores	23.550.327.080,18
Estatais Federais	4.424.990.407,91
Fundos Devedores	56.532.316,08
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90	18.274.232.615,00
Seguros Garantias	794.571.741,19
Outros Países	4.240.344.144,80
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond)	4.240.344.144,80
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>305.488.426.846,19</b>

Fonte: STN/ Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv)

**SALDO DAS CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS**  
R\$ 1,00

31/12/2015	
Externa	98.748.873.213,23
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	98.748.873.213,23
Agências Governamentais	6.602.451.683,61
Banco Federal	69.902.240,89
Empresas Privatizadas	2.048.224,36
Estados e Municípios e Entidades Controladas	6.120.740.608,57
Estatais Federais	409.760.609,79
Bancos Privados	7.638.264.540,64
Banco Federal	156.192.000,00
Estados e Municípios e Entidades Controladas	7.443.024.540,64
Estatais Federais	39.048.000,00
Organismos Multilaterais	84.508.156.988,98
Banco Federal	4.456.248.893,10
Estados e Municípios e Entidades Controladas	78.671.696.035,79
Estatais Federais	1.380.212.060,09
Interna	135.892.430.882,35
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	112.562.049.139,51
Banco Federal	111.360.409.614,21
Banco Federal	7.467.368.877,20
Estados e Municípios e Entidades Controladas	86.121.306.262,65
Estatais Federais	17.771.734.474,36
Bancos Privados	1.201.639.525,30
Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.201.639.525,30
Fundos Credores	23.330.381.742,84
Banco Federal	19.090.037.598,04
Outras Garantias nos Termos da LRF	21.233.241,85
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90	18.274.232.615,00
Seguros Garantias	794.571.741,19
Outros Países	4.240.344.144,80
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond)	4.240.344.144,80
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>234.641.304.095,58</b>

Fonte: STN/ Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv)

### 1.9.5. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Em 2015, não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta, tendo em vista o controle e acompanhamento das operações, intervenções junto aos devedores pela Secretaria do Tesouro Nacional, monitorando os eventuais atrasos, estabelecendo prazos para regularização das pendências e alertando para as sanções, penalidades e consequências previstas nos contratos e na legislação pertinente.

#### EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO - 2004 A 2015

US\$ MILHÕES

MUTUÁRIO	GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO	EVOLUÇÃO (%)	
		2004	2005 A 2015
Administração Estadual	11,86	-	-
- Adm Est. Direta	2,25	-	-
- Adm Est. Indireta	9,61	-	-
Administração Municipal	-	-	-
Administração Federal Indireta	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>11,86</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: STN/ Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv)

#### Securitização de Dívidas

Uma parcela importante dos chamados passivos contingentes da União vem sendo regularizada por meio do instrumento da securitização, ou seja, pagamento, aos credores, mediante a emissão de títulos Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), após o devido reconhecimento das obrigações, na forma da lei e regulamentos.

As estimativas quanto ao montante das obrigações da União a serem regularizadas por meio da securitização são formadas a partir da situação dos processos que as representam, no que diz respeito à documentação e legislação aplicável. A efetiva conclusão desses processos, com a emissão dos créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, leva em conta, também, as metas definidas pelo Governo Federal para o ajuste fiscal do País. As chamadas dívidas em processo de reconhecimento, de acordo com sua origem, podem ser classificadas em três categorias predominantes, como mostra a Tabela a seguir, que contém as estimativas do estoque dessas obrigações, posicionadas em 31/12/2014 e 30/11/2015:

#### DÍVIDAS EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO NO TESOURO NACIONAL (EM R\$ BILHÕES)

ORIGEM	POSIÇÃO EM 31/12/2014		POSIÇÃO EM 30/11/2015	
	R\$ BILHÕES	%	R\$ BILHÕES	%
Liquidação/Extinção	6,8	5,8	8,4	7,0
Dívida Direta	7,0	6,0	8,0	6,7
Diversos	3,8	3,3	4,4	3,7
VAF3	1,3	1,1	1,4	1,2
Criação Estados	1,9	1,6	2,2	1,8
Subsídios Concedidos	102,8	88,2	103,8	86,4
Novação FCVS	97,1	83,3	97,8	81,4
VAF4	5,7	4,9	6,0	5,0
<b>Total</b>	<b>116,6</b>	<b>100,00</b>	<b>120,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Gerob/Cofis/STN/MF

Notas: (i) os Valores de Avaliação de Financiamento (VAF 3 e VAF 4) decorrem dos resíduos assumidos pela União nos termos do art. 15 da Lei nº 10.150, de 21/12/2000, e do art. 44 da MP nº 2.181-45, de 24/8/2001; e (ii) os valores indicados como "Novação FCVS", assim como os relativos ao VAF3 e ao VAF4, foram fornecidos pela Caixa Econômica Federal (Caixa).

Em 31/1/2015, a estimativa do estoque de passivos contingentes em processo de reconhecimento no TN era de R\$ 117,2 bilhões, conforme detalhado na tabela acima<sup>15</sup>.

Os valores da tabela correspondem a previsões que não indicam, necessariamente, os valores exatos das securitizações a serem concluídas. A metodologia de cálculo empregada para a atualização monetária desses valores é descrita a seguir:

- Os valores em moeda nacional são atualizados por índices de preços, acrescidos de juros;
- Os valores em moeda estrangeira são atualizados pelas respectivas taxas de câmbio (taxa de venda), obtidas no Sisbacen;
- Os saldos da dívida do FCVS assim como os relativos aos VAF3 e VAF4 são fornecidos pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de Administradora do FCVS.

Contribuem para a alteração do estoque desses passivos entre dois períodos, a atualização dos saldos, conforme sistemática descrita acima, os registros de novas dívidas e as baixas provocadas pelos contratos celebrados ou que foram considerados não passíveis de securitização.

O reconhecimento de uma dívida, propriamente dito, ocorre em fase anterior ao ingresso dos autos no Ministério da Fazenda (MF).

Dá-se, por exemplo, durante o processo de liquidação dos órgãos/entidades extintos por força de lei, ou é formalizado pela Administradora do FCVS, em se tratando das dívidas desse Fundo com agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

O processo assim constituído tramita, então, no MF (STN e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN), onde ocorrem as fases de análise documental, avaliação da conveniência e oportunidade, renegociação financeira e análise jurídica.

Caso as manifestações sejam favoráveis, sucedem a autorização ministerial, a celebração do contrato de novação e, finalmente, a emissão dos ativos securitizados em favor do credor.

No exercício 2015, seis processos cumpriram esse rito, e foram concluídos: um referente a criação do Estado de Roraima – RR, outro decorrente da liquidação do Banco de Roraima S.A. (Banroraima) e quatro de novação de dívidas do FCVS, principal passivo contingente da União. Seguem detalhes desses processos.

- Regularização de obrigações de responsabilidade da União, com a Caixa Econômica Federal, decorrentes da transformação, em Estado, do antigo Território Federal de Roraima, no valor de R\$ 168,1 milhões, posição em 8/1/1998, correspondentes a R\$ 1,45 bilhão, posição em 31/10/2015, mediante a emissão da seguinte cesta de títulos da DPMFi:
  - 25,44% em Letras do Tesouro Nacional (LTN), com vencimento em 1º/11/2018;
  - 20,35% em LTN, com vencimento em 1º/11/2019;
  - 20,35% em Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B com vencimento em 15/8/2024;
  - 15,26% em NTN-B com vencimento em 15/8/2030; (v) 5,09% em NTN-B com vencimento em 15/5/2045;
  - 10,18% em NTN-B com vencimento em 15/8/2050; e
  - 3,34% em NTN-F com vencimento em 1º/11/2023;
- Regularização de obrigações do extinto Banco de Roraima S.A. (Banroraima), sucedido pela União, com a Caixa, no valor de R\$ 5,9, posição em 8/1/1998, correspondente a R\$ 23,97 milhões, posição em 31/8/2015, mediante a emissão de NTN-F, com vencimento em 1º/11/2023.
- Nas quatro novações do FCVS de 2015, foram emitidos 788.282 ativos CVSA, 56.497 ativos CVSB, 9.465 ativos CVCC e 1.064 ativos CVSD, no valor total de R\$ 3,7 bilhões.

<sup>15</sup> O valor total das dívidas em processos de reconhecimento no âmbito da STN será revisado para 2016, tendo em visto trabalho de depuração da base de processos administrativos.

## I.10. AGÊNCIAS OFICIAIS DE FOMENTO

### I.10.1. Banco da Amazônia S.A.

#### Atuação Estratégica

Com 73 anos de existência, o Banco da Amazônia é uma instituição financeira pública federal de caráter regional que se destaca como o principal agente do Governo Federal na execução das políticas, planos e programas governamentais voltados para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, além de realizar todas as atividades bancárias tradicionais.

O Banco da Amazônia atua alinhado às orientações estratégicas do Governo Federal contidas:

- no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, conhecido como “Plano Mais Brasil”;
- na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- no Plano Amazônia Sustentável (PAS);
- no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
- na Política Nacional de Agricultura Familiar;
- na Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais;
- na Política Nacional de Turismo (PNT);
- no Plano Brasil Maior;
- no Plano Brasil Sem Miséria;
- no Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC);
- no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA);
- no Programa Mais Cultura;
- na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; e
- nas políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura, além das políticas e prioridades dos Estados da Região Norte.

O Banco da Amazônia apoia, prioritariamente, iniciativas empreendedoras

que visem à utilização racional das matérias-primas locais que venham contribuir para o aumento do valor agregado e, ao mesmo tempo, considerem o enorme valor intrínseco do ativo ecológico existente na Amazônia, de forma que os recursos naturais da Região sejam aproveitados com sustentabilidade.

Além disso, busca a incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente; o incentivo às atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais; a disponibilização de recursos para a modernização e competitividade, sobretudo, para o segmento da agricultura de base familiar; o apoio financeiro ao desenvolvimento científico regional, por meio de projetos de pesquisa de diversas Instituições de ensino e pesquisas estabelecidas na Região; e ações de fomento balizadas em políticas integradas com os Governos Federal e estaduais e outras Instituições visando o fortalecimento e a ampliação das alianças institucionais.

#### Missão e Visão

Tendo como missão “promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio da execução de políticas públicas e oferta de produtos e serviços financeiros”, o Banco da Amazônia tem desempenhado um papel preponderante na redução das desigualdades sociais no contexto amazônico, contribuindo, por meio de seus financiamentos, para a geração de emprego e renda na Região, a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida das populações locais, a diminuição do êxodo rural e a erradicação da pobreza extrema.

A visão estratégica do Banco da Amazônia para os próximos anos é de “ser reconhecido como Banco de resultados sólidos, parceiro no desenvolvimento sustentável da Amazônia, que oferece produtos e serviços de qualidade, com processos eficientes e colaboradores capacitados e motivados”. Para tanto, o Banco da Amazônia tem como valores: a Ética e a Transparência; o Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável; a Proatividade; o Respeito à Diversidade; o de ser Agente de Mudança; a Gestão Compartilhada; o Desenvolvimento de Competências e Meritocracia; o Relacionamento e Comunicação; e as Decisões Colegiadas.

#### Fomento, Empréstimos e Financiamentos Concedidos com Recursos Oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

A tabela abaixo apresenta as aplicações, referentes ao exercício 2015, por fonte de recurso, por região (Estado) e setor de atividade (rural/não rural).

OPERAÇÕES CONTRATADAS - EXERCÍCIO 2015  
R\$ 1,00

ESTADO	FNO				OGU		DEMAIS FONTES*				TOTAL GERAL	
	RURAL		NÃO RURAL		RURAL		RURAL		NÃO RURAL		QTD	VALOR
	QTD	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR		
Acre	1.868	116.273.323	356	55.730.304	0	0	43	1.569.025	0	0	2.267	173.572.651
Amazonas	1.539	48.169.232	720	253.797.962	0	0	0	0	0	0	2.259	301.967.194
Amapá	462	9.361.803	211	46.799.091	0	0	0	0	0	0	673	56.160.894
Maranhão	0	0	0	0	598	1.494.434	300	126.036.034	20	15.724.207	918	143.254.675
Mato Grosso	0	0	0	0	25	62.500	165	315.063.567	11	4.249.379	201	319.375.446
Pará	10.565	646.483.651	1.763	339.698.212	0	0	0	0	0	0	12.328	986.181.863
Rondônia	3.757	591.221.056	727	213.260.174	0	0	1	1.322.526	0	0	4.485	805.803.755
Roraima	177	13.738.919	181	14.789.960	0	0	0	0	0	0	358	28.528.880
Tocantins	2.413	658.673.508	765	139.417.554	0	0	0	0	0	0	3.178	798.091.062
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>20.781</b>	<b>2.083.921.492</b>	<b>4.723</b>	<b>1.063.493.256</b>	<b>623</b>	<b>1.556.934</b>	<b>509</b>	<b>443.991.151</b>	<b>31</b>	<b>19.973.586</b>	<b>26.667</b>	<b>3.612.936.420</b>

\* Demais Fontes contemplam as fontes de recursos: BNDES, FDA, FMM, Poupança Rural e Recursos Próprios.

Fonte: Banco da Amazônia (Base nov/2015)

## Avaliação Circunstanciada do Impacto Fiscal das Atividades do BASA

No exercício de 2015, representaram ingressos nas contas do Tesouro Nacional os recolhimentos efetuados pelo Banco da Amazônia S.A. relativos a Imposto de Renda (IRPJ), contribuições sobre receitas (PIS/PASEP e Cofins) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

No exercício de 2015, o Banco da Amazônia recolheu ao Tesouro Nacional, na forma de tributos e juros sobre capital próprio, o montante de R\$354.702 mil, conforme demonstrado na tabela abaixo:

### RECOLHIMENTOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2015

PRINCIPAIS RECOLHIMENTOS	VALOR (R\$) MIL
IRPJ	133.195
COFINS	81.481
PIS/PASEP	13.278
CSLL	82.304
JUROS S/ CAPITAL PRÓPRIO	44.444
<b>TOTAL DE RECOLHIMENTOS</b>	<b>354.702</b>

Fonte: Banco da Amazônia

Os valores apresentados foram obtidos de documentos que comprovam os recolhimentos efetuados e sintetizam as principais transações de natureza fiscal realizadas pelo Banco durante o exercício. Com relação ao FNO, as informações a seguir referem-se à evolução patrimonial do Fundo.

### EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO FNO R\$ MILHÕES

SALDO EM 2014	ENTRADAS	SAIDAS	SALDO EM 2015
18.830,08	16.056,02	14.061,25	20.824,85

Fonte: Banco da Amazônia

Quanto aos demais fundos federais com os quais o Banco da Amazônia mantém relações financeiras, apresenta-se a seguir o quadro com informações sobre os saldos e movimentação relacionados a cada fonte.

### MOVIMENTAÇÃO COM FUNDOS FEDERAIS, EXCETO FNO R\$ MIL

FUNDOS	SALDO EM 2014	INGRESSOS JUROS E CORREÇÃO	PAGAMENTOS	SALDO EM 2015
FAT	28.795	3.410	8.495	23.710
FMM	151.225	117.494	9.312	259.407
STN	44.589	1.827	8.562	37.854
STN RECOOP	18	-	8	10

Fonte: Banco da Amazônia

## Avaliação Sobre as Políticas de Aplicação de Recursos à Luz das Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2015

### Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Operacionalizado pelo Banco da Amazônia, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) representa o principal instrumento econômico-financeiro para o desenvolvimento sustentável da Região Norte. Criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n.º 7.827/89, o Fundo destina-se ao financiamento das atividades econômicas desenvolvidas em bases sustentáveis na Região, sendo seus recursos oriundos de 0,6% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados.

As diretrizes estratégicas do FNO estão voltadas para:

- a concessão de financiamentos aos setores produtivos da Região Norte, inclusive comércio e prestação de serviços;
- o tratamento preferencial aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro e pequenos produtores rurais e empreendedores), com ênfase para a agricultura de base familiar;

- a valorização do associativismo e cooperativismo de produção, bem como das populações tradicionais da Região (ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, entre outros povos) e dos agricultores sem-terra, nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária;
- o apoio aos Municípios com comprovada carência socioeconômica;
- o incentivo aos empreendimentos que utilizam matérias-primas e mão-de-obra locais e aos que produzam alimentos básicos para o consumo da população; e
- o estímulo a projetos com sustentabilidade socioambiental.

Em 2015, o Fundo foi operacionalizado através de cinco programas de financiamento: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-Pronaf), Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável), Programa de Financiamento da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade), Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo Carbono (FNO-ABC), Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais (FNO-MPEI).

### Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Apoio ao Programa Estruturante de Desenvolvimento do País do Governo Federal, financiando projetos que contemplam setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia. O Banco da Amazônia já financiou 44 projetos no âmbito do PAC, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo do Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O volume financiado ultrapassou a casa dos R\$ 7,2 bilhões.

### Apoio ao Desenvolvimento do Agronegócio Regional

O Banco da Amazônia segue apoiando o Agronegócio Regional, em bases sustentáveis, estimulando o processo produtivo e as atividades integradas à cadeia produtiva do agronegócio na região. As linhas e programas oferecidos pelo Banco da Amazônia apoiam diversas etapas produtivas e comerciais dos setores de apicultura, aquicultura, avicultura, floricultura, ovinocaprinocultura, pecuária leiteira, sericultura, suinocultura e etc. visando incrementar a produtividade, a produção e a melhoria dos padrões de qualidade dos produtos oriundos dessas atividades e o consequente aumento de suas vendas nos mercados interno e externo, com reflexos nos níveis de emprego e renda nas regiões assistidas.

### Ampliação da base de clientes e apoio aos empreendimentos de menor porte

O Banco da Amazônia mantém a preocupação em ampliar sua base de clientes, estendendo seus créditos para novos empreendedores regionais. Ao mesmo tempo, segue apoiando e priorizando os empreendimentos de menor porte (agricultores familiares, mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e suas cooperativas e associações, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e pequeno-médio porte), com ênfase para a valorização da pequena produção de base familiar.

### Apoio ao Turismo Regional Sustentável e à Cultura Amazônica

O Banco da Amazônia apoia o Turismo Regional, em bases sustentáveis, na Região Norte, sendo este segmento estratégico no contexto da economia regional considerando sua imensa potencialidade para a geração de emprego e elevado efeito multiplicador de renda.

O apoio do Banco da Amazônia ao segmento turístico obedece às estratégias definidas no Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, o qual é elaborado anualmente pela Instituição, em consonância com a Política Nacional de Turismo e com as políticas estaduais voltadas para o segmento. A cultura amazônica é apoiada pelo Banco da Amazônia através do Programa "Amazônia Mais Cultura", o qual se encontra devidamente alinhado à agenda social do Governo Federal e às estratégias de atuação da Instituição.

### Apoio às populações Tradicionais da Amazônia

A Garantia do território da população tradicional da Amazônia é de fundamental importância para a manutenção da sua biodiversidade. Nesse contexto, o Banco da Amazônia principal agente de indução ao Desenvolvimento Regional, vem apoiar os ribeirinhos, extrativistas,

quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, ditos como “Povos Tradicionais”, que historicamente, sempre foram excluídos das políticas governamentais. nos níveis de emprego e renda nas regiões assistidas.

### Apoio à implantação de projetos estruturantes na Região

O Banco da Amazônia tem contribuído para a implantação de importantes projetos estruturantes na Região Amazônica, estimulando, assim, a construção da plataforma necessária para a expansão do desenvolvimento regional em bases sustentáveis. Atuando em alinhamento com o PAC do Governo Federal, o Banco da Amazônia apoia os projetos estruturantes na Região, contemplando setores estratégicos da economia regional.

### Iniciativas do Banco da Amazônia como Agente das Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para a Região Amazônica

Na condição de agente financeiro do Governo Federal na Região Amazônica, o Banco da Amazônia atua em consonância com as políticas, planos e programas governamentais voltados ao desenvolvimento regional sustentável. Entre as ações desenvolvidas pela Instituição em apoio às iniciativas do Governo Federal para a Amazônia destacam-se:

- apoio à Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA) financiando atividades produtivas desenvolvidas em áreas de colonização;
- participação no Plano Safra do Governo Federal financiando a produção dos agricultores familiares da Região;
- incentivo às micro e pequenas empresas desenvolvendo ações voltadas à ampliação do atendimento aos empreendedores do segmento e à melhoria do acesso ao crédito;
- apoio aos empreendedores individuais através da concessão de financiamentos para potencializar suas atividades econômicas desenvolvidas em áreas urbanas, propiciando bem-estar às suas famílias e empregados;
- adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, através da operacionalização do Programa “Amazônia Florescer”, possibilitando o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica;
- estímulo ao desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis mediante a criação do Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, em consonância com a Política Nacional de Turismo;
- incentivo à cultura amazônica por meio do Programa “Amazônia Mais Cultura”;
- contribuição com a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais participando como membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL) e apoiando a formação e o desenvolvimento de arranjos produtivos locais em todos os Estados da Amazônia Legal;
- apoio ao Programa de Aceleração do crescimento (PAC) do Governo Federal mediante o financiamento de projetos que contemplam setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia;
- contribuição com o Plano “Brasil Maior” do Governo Federal apoiando a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior voltada para a Amazônia visando à alavancagem da competitividade da indústria nos mercados interno e externo;
- contribuição com o Plano “Brasil Sem Miséria” do Governo Federal por meio do apoio financeiro aos setores produtivos, suporte à produção e concessão de patrocínio;
- estímulo ao desenvolvimento de atividades integradas à cadeia produtiva do agronegócio regional, da produção de biodiesel e da pesca e aquicultura;
- incentivo ao incremento da produção pesqueira regional financiando a aquisição de barcos, motores e apetrechos de pesca aos pescadores artesanais e a construção de tanques e aquisição de alevinos aos empreendedores de aquicultura;
- apoio ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas na Amazônia destinando recursos para instituições regionais de ensino e pesquisa, com o objetivo de convergir conhecimento científico e/ou buscar alternativas e avanços tecnológicos que contribuam para o desenvolvimento regional sustentável; e
- apoio às populações tradicionais da Amazônia como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, que historicamente sempre foram excluídas das políticas governamentais.

### Formação de alianças institucionais e Ação Integrada com os Governos Estaduais e Municipais

O Banco da Amazônia tem procurado consolidar um amplo e sólido sistema de alianças com os atores representativos da esfera pública, privada e da sociedade civil organizada visando à construção de arranjos institucionais fortes e capazes de mobilizar sinergias, que possibilitem a superação dos desafios existentes e, em decorrência, a transformação das potencialidades regionais em reais oportunidades de negócios sustentáveis.

Entre o conjunto de ações visando o fortalecimento das alianças institucionais destaca-se o planejamento participativo adotado pelo Banco da Amazônia referente à aplicação das fontes de recursos financeiros sob sua gestão, especialmente o FNO.

Anualmente, o Banco da Amazônia realiza, em todos os Estados da Amazônia, encontros com seus parceiros institucionais com a finalidade de discutir o planejamento da aplicação dos recursos financeiros para os exercícios subsequentes, bem como, a busca da eficiência, eficácia e efetividade na alocação dos recursos, com vistas a maximizar os benefícios da natureza econômica, social e ambiental decorrentes das suas ações creditícias.

O Banco da Amazônia planeja e realiza a aplicação dos recursos financeiros sob sua gestão em consonância com as prioridades econômicas definidas nos programas de governo dos Estados da Região, sendo que referidas prioridades constam nos planos de aplicação dos recursos financeiros dos Estados, os quais são elaborados anualmente pelo Banco da Amazônia.

Para tornar as ações planejadas em iniciativas com maior força político-institucional, baseadas nos princípios da gestão compartilhada e da corresponsabilidade, o Banco da Amazônia, através de sua Alta Gestão, tem firmado Protocolos de Intenções com os governos dos Estados e as prefeituras municipais visando a implementação de ações voltadas para a expansão dos financiamentos, sobretudo do FNO, e em decorrência o fortalecimento do desenvolvimento sustentável dessas localidades.

#### 1.10.2. Banco do Brasil S.A

Constituído sob natureza de pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista, o Banco do Brasil S.A. (BB) tem como acionista controlador a União. Além da atuação competitiva e lucrativa no mercado financeiro, o BB agrega a função de agente de desenvolvimento econômico e social. Assim, como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, atua na concessão de crédito de forma responsável a pessoas físicas e jurídicas em diferentes setores da economia.

O BB atua como agente financeiro de Fundos e Programas governamentais que têm como principal finalidade a destinação de recursos de fontes diversas, a taxas favorecidas, para operações de crédito a vários setores da economia. Foram considerados os seguintes Fundos e Programas:

- Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO);
- Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé);
- Fundo da Marinha Mercante<sup>16</sup> (FMM);
- Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE);
- Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA);
- Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO);
- Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA); e
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Tesouro Nacional (Pronaf/TN).

Na elaboração dos demonstrativos a seguir, foram utilizados os seguintes conceitos:

- Saldo anterior: saldo a receber em 31/12/2014 por Fundos e Programas. Considera o estoque de operações (capital + encargos efetivos + rendas a apropriar já capitalizadas + encargos a capitalizar);
- Saldo atual: saldo a receber em 31/12/2015 por Fundos e Programas. Considera o estoque de operações (capital + encargos efetivos + rendas a apropriar já capitalizadas + encargos a capitalizar);
- Valores concedidos: valores disponibilizados para o BB pela União em 2015;
- Valores aplicados: Valores de capital efetivamente liberados pelo BB aos tomadores de recursos em 2015;

<sup>16</sup> Inclui Profrota Pesqueira.

- Encargos apropriados: valores de encargos efetivos + rendas a apropriar devidos pelos tomadores de recursos em 2015;
- Valores devidos: valores de capital devidos pelos tomadores de recursos até 2015, subtraindo-se o pagamento de capital de anos anteriores e o que foi pago antecipadamente de 2015 em anos anteriores;
- Valores recebidos: valores recebidos pelo BB dos tomadores de

recursos em 2015 (capital + encargos financeiros + correção monetária + multa + acessórios); e

- Inadimplência: valores não recebidos pelo BB em 31/12/2015. Em caso de atrasos no pagamento iguais ou superiores a 90 dias, toda a operação é considerada vencida antecipadamente.

#### Demonstrativos especificando os empréstimos e financiamentos concedidos

##### SALDO ANTERIOR POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2014

R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	21.561,97	21.561,97
FUNCAFÉ	9,59	69,54	64,26	1.181,17	4,55	1.329,11
FMM	282,95	1.031,10	1.525,81	3.041,16	-	5.881,02
FDNE	-	-	1.535,75	-	-	1.535,75
FDA	89,17	-	-	-	-	89,17
FDCO	-	-	-	-	255,36	255,36
FTRA	153,83	1.508,32	42,22	451,36	740,75	2.896,48
PRONAF – TN	306,75	645,00	374,89	573,53	272,24	2.172,41
<b>TOTAL</b>	<b>842,29</b>	<b>3.253,96</b>	<b>3.542,93</b>	<b>5.247,22</b>	<b>22.834,87</b>	<b>35.721,27</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais – jan/2016

##### SALDO ANTERIOR POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2014

R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	13.573,78	4.365,13	3.623,06	-	21.561,97
FUNCAFÉ	1.329,11	-	-	-	1.329,11
FMM	-	1.620,69	4.256,10	4,23	5.881,02
FDNE	-	1.535,75	-	-	1.535,75
FDA	-	89,17	-	-	89,17
FDCO	-	255,36	-	-	255,36
FTRA	2.896,48	-	-	-	2.896,48
PRONAF – TN	2.172,41	-	-	-	2.172,41
<b>TOTAL</b>	<b>19.971,78</b>	<b>7.866,10</b>	<b>7.879,16</b>	<b>4,23</b>	<b>35.721,27</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais – jan/2016

##### SALDO ATUAL POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2015

R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	22.585,33	22.585,33
FUNCAFÉ	4,83	55,66	44,34	912,56	2,61	1.020,00
FMM	478,81	1.418,71	2.181,69	4.884,31	-	8.963,52
FDNE	-	-	2.012,54	-	-	2.012,54
FDA	94,48	-	-	-	-	94,48
FDCO	-	-	-	-	284,91	284,91
FTRA	164,11	1.420,38	42,44	472,69	756,11	2.855,73
PRONAF – TN	308,18	620,99	346,88	610,29	253,24	2.139,58
<b>TOTAL</b>	<b>1.050,41</b>	<b>3.515,74</b>	<b>4.627,89</b>	<b>6.879,85</b>	<b>23.882,20</b>	<b>39.956,09</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais / Diretoria de Governo – jan/2016

**SALDO ATUAL POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2015**

**R\$ MILHÕES**

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	13.423,93	4.390,50	4.404,34	366,56	22.585,33
FUNCAFÉ	1.020,00	-	-	-	1.020,00
FMM	-	2.190,12	6.769,79	3,61	8.963,52
FDNE	-	1.982,16	30,38	-	2.012,54
FDA	-	94,48	-	-	94,48
FDCO	-	284,91	-	-	284,91
FTRA	2.855,73	-	-	-	2.855,73
PRONAF – TN	2.139,58	-	-	-	2.139,58
<b>TOTAL</b>	<b>19.439,24</b>	<b>8.942,17</b>	<b>11.204,51</b>	<b>370,17</b>	<b>39.956,09</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais / Diretoria de Governo – jan/2016

**VALORES CONCEDIDOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2015**

**R\$ MILHÕES**

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	BRASIL	TOTAL
FCO	-	-	-	-	2.131,59	-	2.131,59
FUNCAFÉ	-	-	-	-	-	538,01	538,01
FMM	-	-	-	-	-	1.690,36	1.690,36
FDNE	-	-	564,34	-	-	-	564,34
FDA	-	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	43,93	-	43,93
FTRA	-	-	-	-	-	80,00	80,00
PRONAF – TN	-	-	-	-	-	110,00	110,00
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>564,34</b>	<b>-</b>	<b>2.175,52</b>	<b>2.418,37</b>	<b>5.158,23</b>

Fonte: BB – Diretoria de Governo – jan/2016

Obs: Somente os recursos concedidos para os Fundos FCO (Centro-Oeste), FDNE (Nordeste), FDA (Amazônia) e FDCO (Centro-Oeste) possuem destinação por região

**VALORES CONCEDIDOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2015**

**R\$ MILHÕES**

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	-	-	-	2.131,59	2.131,59
FUNCAFÉ	370,50	167,51	-	-	538,01
FMM	-	-	-	1.690,36	1.690,36
FDNE	-	564,34	-	-	564,34
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	43,93	-	-	43,93
FTRA	80,00	-	-	-	80,00
PRONAF – TN	110,00	-	-	-	110,00
<b>TOTAL</b>	<b>560,50</b>	<b>775,78</b>	<b>-</b>	<b>3.821,95</b>	<b>5.158,23</b>

Fonte: BB – Diretoria de Governo – jan/2016

VALORES APLICADOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2015

R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	5.208,07	5.208,07
FUNCAFÉ	2,00	10,68	3,45	176,74	1,60	194,47
FMM	55,01	18,59	346,69	721,93	-	1.142,22
FDNE	-	-	520,04	-	-	520,04
FDA	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	43,07	43,07
FTRA	5,47	38,72	0,90	10,10	9,84	65,03
PRONAF – TN	0,87	27,87	4,89	64,49	0,04	98,16
<b>TOTAL</b>	<b>63,35</b>	<b>95,86</b>	<b>875,97</b>	<b>973,26</b>	<b>5.262,62</b>	<b>7.271,06</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Governo – jan/2016

Obs: Os valores aplicados estão limitados à disponibilidade de recursos no Fundo (valores concedidos no exercício acrescidos dos valores não aplicados nos exercícios anteriores, além dos valores recebidos)

VALORES APLICADOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2015

R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	2.791,28	815,27	1.587,37	14,15	5.208,07
FUNCAFÉ	194,47	-	-	-	194,47
FMM	-	244,48	897,74	-	1.142,22
FDNE	-	490,04	30,00	-	520,04
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	43,07	-	-	43,07
FTRA	65,03	-	-	-	65,03
PRONAF – TN	98,16	-	-	-	98,16
<b>TOTAL</b>	<b>3.148,94</b>	<b>1.592,86</b>	<b>2.515,11</b>	<b>14,15</b>	<b>7.271,06</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Governo – jan/2016

ENCARGOS APROPRIADOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2015

R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	1.305,09	1.305,09
FUNCAFÉ	0,63	6,35	5,27	109,19	0,26	121,70
FMM	231,59	589,13	503,12	1.963,85	-	3.287,69
FDNE	-	-	44,43	-	-	44,43
FDA	4,90	-	-	-	-	4,90
FDCO	-	-	-	-	14,57	14,57
FTRA	6,70	43,40	1,48	29,03	35,78	116,39
PRONAF – TN	46,36	62,38	44,88	44,36	45,93	243,91
<b>TOTAL</b>	<b>290,18</b>	<b>701,26</b>	<b>599,18</b>	<b>2.146,43</b>	<b>1.401,63</b>	<b>5.138,68</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais – jan/2016

**ENCARGOS APROPRIADOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2015**

**R\$ MILHÕES**

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	682,32	345,87	276,90	-	1.305,09
FUNCAFÉ	121,70	-	-	-	121,70
FMM	-	534,59	2.752,78	0,32	3.287,69
FDNE	-	44,24	0,19	-	44,43
FDA	-	4,90	-	-	4,90
FDCO	-	14,57	-	-	14,57
FTRA	116,39	-	-	-	116,39
PRONAF – TN	243,91	-	-	-	243,91
<b>TOTAL</b>	<b>1.164,32</b>	<b>944,17</b>	<b>3.029,87</b>	<b>0,32</b>	<b>5.138,68</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais – jan/2016

**VALORES DEVIDOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2015**

**R\$ MILHÕES**

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	3.628,62	3.628,62
FUNCAFÉ	6,91	34,32	31,04	602,40	3,68	678,35
FMM	2,17	9,35	72,13	36,71	-	120,36
FDNE	-	-	94,02	-	-	94,02
FDA	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	21,99	21,99
FTRA	42,97	182,04	14,52	100,74	155,95	496,22
PRONAF – TN	148,49	233,39	126,22	142,20	94,38	744,68
<b>TOTAL</b>	<b>200,54</b>	<b>459,10</b>	<b>337,93</b>	<b>882,05</b>	<b>3.904,62</b>	<b>5.784,24</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais – jan/2016

**VALORES DEVIDOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2015**

**R\$ MILHÕES**

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	2.076,89	757,45	794,28	-	3.628,62
FUNCAFÉ	678,35	-	-	-	678,35
FMM	-	74,43	45,40	0,53	120,36
FDNE	-	94,02	-	-	94,02
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	21,99	-	-	21,99
FTRA	496,22	-	-	-	496,22
PRONAF – TN	744,68	-	-	-	744,68
<b>TOTAL</b>	<b>3.996,14</b>	<b>947,89</b>	<b>839,68</b>	<b>0,53</b>	<b>5.784,24</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais – jan/2016

VALORES RECEBIDOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2015

R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	4.557,40	4.557,40
FUNCAFÉ	6,27	29,23	23,86	501,92	3,85	565,13
FMM	21,26	90,42	114,34	302,12	-	528,14
FDNE	-	-	99,94	-	-	99,94
FDA	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	29,54	29,54
FTRA	1,51	118,02	1,94	9,55	16,82	147,84
PRONAF – TN	35,05	100,28	20,39	64,29	41,08	261,09
<b>TOTAL</b>	<b>64,09</b>	<b>337,95</b>	<b>260,47</b>	<b>877,88</b>	<b>4.648,69</b>	<b>6.189,08</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais / Diretoria de Governo – jan/2016

VALORES RECEBIDOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2015

R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	2.447,33	1.059,09	1.050,11	0,87	4.557,40
FUNCAFÉ	565,13	-	-	-	565,13
FMM	-	121,44	405,80	0,90	528,14
FDNE	-	99,94	-	-	99,94
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	29,54	-	-	29,54
FTRA	147,84	-	-	-	147,84
PRONAF – TN	261,09	-	-	-	261,09
<b>TOTAL</b>	<b>3.421,39</b>	<b>1.310,01</b>	<b>1.455,91</b>	<b>1,77</b>	<b>6.189,08</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais / Diretoria de Governo – jan/2016

INADIMPLÊNCIA POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2015

R\$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	302,99	302,99
FUNCAFÉ	0,73	28,25	30,42	453,00	0,30	512,70
FMM	-	-	-	-	-	-
FDNE	-	-	-	-	-	-
FDA	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	-	-
FTRA	143,38	476,28	29,73	349,76	533,47	1.532,62
PRONAF – TN	277,16	390,04	280,72	267,79	249,79	1.465,50
<b>TOTAL</b>	<b>421,27</b>	<b>894,57</b>	<b>340,87</b>	<b>1.070,55</b>	<b>1.086,55</b>	<b>3.813,81</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado – jan/2016

**INADIMPLÊNCIA POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2015**

**R\$ MILHÕES**

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	130,27	75,61	97,11	-	302,99
FUNCAFÉ	512,70	-	-	-	512,70
FMM	-	-	-	-	-
FDNE	-	-	-	-	-
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	-
FTRA	1.532,62	-	-	-	1.532,62
PRONAF – TN	1.465,50	-	-	-	1.465,50
<b>TOTAL</b>	<b>3.641,09</b>	<b>75,61</b>	<b>97,11</b>	<b>-</b>	<b>3.813,81</b>

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado – jan/2016

**Avaliação Circunstanciada do Impacto Fiscal das Atividades do BB – Inadimplência e Risco**

Em uma avaliação circunstanciada do impacto fiscal das atividades executadas pelo BB durante o exercício de 2015, em especial o risco para o Tesouro Nacional de tais operações, observa-se, em relação ao saldo atual, a seguinte relação de inadimplência e risco:

**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**

**Crédito com Instituições Operadoras de Repasse**

Os riscos são tratados nas cláusulas contratuais entre o BB, que é o Banco Administrador do Fundo, e Instituições Operadoras do Repasse do FCO. O Risco das operações de Repasse do FCO, no comparativo BB e Instituição Operadora, é 100,00% do Banco Administrador, e entre os tomadores finais, Instituição Operadora e Mutuário, o risco é de 100,00% da Instituição Operadora.

Até 31/12/2015, o saldo das operações de crédito firmadas entre o Banco Administrador e as Instituições Operadoras de Repasse é de R\$ 366,56 milhões, e não há nenhuma inadimplência por parte dos Bancos Operadores (Banco de Brasília S.A., Banco Cooperativo do Brasil S.A., Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A., Agência de Fomento de Goiás S.A., Sicredi Participações S.A. e Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul).

**Crédito no Agronegócio**

Com a edição da Medida Provisória (MP) 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional dos financiamentos contratados até 30/11/1998 foi assumido pelo FCO. Em decorrência disso, a comissão cobrada pela prestação da garantia das Instituições Financeiras ficou reduzido a zero. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de crédito em seu nome próprio e com risco exclusivo, com comissão limitada a 6% ao ano. Em decorrência do disposto na MP 2.196-3/2001, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar quatro grupamentos de risco operacional:

- Operações contratadas até 30/11/1998 – risco 100% FCO;
- Operações contratadas entre 01/12/1998 e 30/06/2001 – risco compartilhado (50% FCO e 50% BB);
- Operações contratadas a partir de 01/07/2001 – risco 100% BB; e
- Operações contratadas no Programa de Apoio à Política da Reforma Agrária (Papra) – risco 100% do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera).

Observa-se a redução do índice de inadimplência do FCO Rural que passou de 6,71%, em 2014, para 0,97%, em 2015. Tal redução decorre principalmente da baixa em perdas de operações contratadas com risco integral do Fundo. Tais operações estavam inadimplidas há mais de 360 dias e não possuíam nenhum registro de recebimento, fato que motivou a transferência das operações para a situação “em perdas”.

**ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA**

FUNDOS E PROGRAMAS	INADIMPLÊNCIA/SALDO ATUAL	
	2014	2015
FCO RURAL	6,71%	0,97%

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2016

**SALDO ATUAL POR RISCO  
R\$ MILHÕES**

RISCO FCO RURAL	VENCIDO	VINCENDO	TOTAL	% INAD. POR RISCO
COMPARTILHADO – BB/FCO	-	3,46	3,46	0,00%
PRÓPRIO – BB	110,60	13.072,50	13.183,10	0,84%
TERCEIROS – FCO	19,67	217,69	237,36	8,29%
TERCEIROS – INCRA/PROCERA	-	0,01	0,01	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>130,27</b>	<b>13.293,66</b>	<b>13.423,93</b>	<b>0,97%</b>

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2016

**Crédito no Atacado**

Observa-se a redução do índice de inadimplência do FCO Empresarial, que passou de 5,84%, em 2014, para 1,96%, em 2015. Tal redução decorre principalmente da baixa em perdas de operações contratadas com risco integral do Fundo. Tais operações estavam inadimplidas há mais de 360 dias e não possuíam nenhum registro de recebimento, fato que motivou a transferência das operações para a situação “em perdas”.

**ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA**

FUNDOS E PROGRAMAS	INADIMPLÊNCIA/SALDO ATUAL	
	2014	2015
FCO EMPRESARIAL	5,84%	1,96%

Fonte: BB - Diretoria Soluções de Atacado – jan/2016

**SALDO ATUAL POR RISCO  
R\$ MILHÕES**

RISCO FCO EMPRESARIAL	VENCIDO	VINCENDO	TOTAL	% INAD. POR RISCO
COMPARTILHADO – BB/FCO	-	0,93	0,93	0,00%
PRÓPRIO – BB	170,38	8.616,18	8.786,56	1,94%
TERCEIROS – FCO	2,33	5,02	7,35	31,70%
<b>TOTAL</b>	<b>172,71</b>	<b>8.622,13</b>	<b>8.794,84</b>	<b>1,96%</b>

Fonte: BB - Diretoria Soluções de Atacado – jan/2016

## Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)

O Funcafé destina-se ao financiamento do segmento cafeeiro, destacando-se itens relacionados à produção de grãos (formação de lavouras e tratos culturais), à aquisição de grãos, à torrefação e moagem, à fabricação de solúveis e ao beneficiamento de cereais. Em 2015, o valor aplicado com recursos do Funcafé foi 63,02% menor que o aplicado em 2014. O saldo registrou decréscimo de 23,26%. A inadimplência contempla os saldos vencidos em operações com risco BB e risco União (Programa Funcafé Dação em Pagamento). Excluindo-se as operações contratadas no Programa Funcafé Dação que foram cedidas à União, com amparo da MP 2.196-3/2001, (art. 3º)<sup>17</sup>, a inadimplência verificada para o Funcafé é de 2,33%, tendo R\$ 8,34 milhões vencidos sobre um saldo de R\$ 358,39 milhões. O risco da operação é compartilhado, conforme quadro a seguir:

### SALDO ATUAL POR RISCO R\$ MILHÕES

RISCO FUNCAFÉ	VENCIDO	VINCENDO	TOTAL	% INAD. POR RISCO
RISCO BB	8,34	350,05	358,39	2,33%
RISCO TESOURO NACIONAL	504,36	157,25	661,61	76,23%
TOTAL	512,70	507,30	1.020,00	50,26%

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios - jan/2016

## Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O FMM é um Fundo de natureza contábil criado pela Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, com o objetivo de promover recursos para a renovação, ampliação e recuperação da frota mercante nacional e também para a o desenvolvimento da indústria de construção naval no País. Administrado pelo Ministério dos Transportes (MT), por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), seus recursos são formados principalmente pelo Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). O risco da operação é integralmente do BB, não imputando ao Tesouro Nacional nenhum risco nos financiamentos concedidos nesta linha de crédito. Destacamos que o Fundo não possui operações inadimplentes. Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

O FDNE foi criado pela MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, com a finalidade de promover o desenvolvimento regional por meio da realização de investimentos em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos na região Nordeste e em alguns Municípios dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. É administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), porém o risco da operação é integralmente do BB, não imputando ao Tesouro Nacional nenhum risco nos financiamentos concedidos nesta linha de crédito. As operações contratadas e desembolsadas de FDNE tiveram suas primeiras parcelas de amortização iniciadas em 2015. Dessa forma, tal Fundo não apresenta inadimplência.

## Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O FDA foi criado pela MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e regulamentado pelo Decreto nº 4.254, de 31 de maio de 2002, alterado posteriormente pelo Decreto nº 7.839, de 9 de novembro de 2012, com a finalidade de assegurar recursos para a realização de investimentos voltados para as áreas de infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos de grande capacidade de geração de emprego e renda na região da Amazônia, de acordo com as diretrizes e prioridades editadas pelo Ministério da Integração Nacional (MI). É administrado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e o risco da operação, assim como nos casos do FDNE e do FDCO, é integralmente do BB, não imputando ao Tesouro Nacional nenhum risco nos financiamentos concedidos nesta linha de crédito. As operações de FDA ainda não tiveram suas primeiras parcelas de amortização iniciadas e não apresentam inadimplência.

## Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)

O FDCO foi criado através da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, e regulamentado pelo Decreto nº 8.067, de 14 de agosto de 2013, com a finalidade de assegurar recursos para a realização de investimentos voltados para as áreas de infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos de grande capacidade de geração de emprego e renda na região Centro-Oeste. É administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), e o risco da operação, assim como no FDNE, é

integralmente do BB, não imputando ao Tesouro Nacional nenhum risco nos financiamentos concedidos nesta linha de crédito. As operações contratadas e desembolsadas de FDCO tiveram suas primeiras parcelas de amortização iniciadas em 2015. Tal Fundo, assim, não apresenta inadimplência.

## Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA)

O principal objetivo dos financiamentos com recursos desse Fundo é a aquisição de imóveis rurais diretamente pelos trabalhadores, associações ou cooperativas. Podem ser incluídos também recursos para as despesas acessórias relativas à aquisição do imóvel rural e para investimentos iniciais na estruturação da unidade produtiva. Houve redução de 1,41% do saldo em 2015 em relação a 2014. O índice de inadimplência foi de 53,67% em 2015 e de 51,90% em 2014, sendo que o risco de crédito é em sua totalidade do Tesouro Nacional. Foram publicadas, por meio de Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), medidas de saneamento às dívidas originadas de operações contratadas com recursos do FTRA, conforme Resolução CMN nº 4.178, de 07 de janeiro de 2013. A Resolução CMN nº 4.323, de 25 de abril de 2014, permitiu a conclusão das renegociações até 31/01/2015. Por fim, a Resolução CMN nº 4.450, de 17 de dezembro de 2015, estendeu este prazo até 31/12/2016.

## Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Tesouro Nacional (Pronaf/TN)

O Pronaf/TN tem por objetivo fortalecer atividades do agricultor familiar, integrá-lo à cadeia do agronegócio e aumentar sua renda. Houve redução de 1,51% do saldo em 2015 em relação a 2014. O índice de inadimplência foi de 68,49% em 2015 e de 66,61% em 2014, sendo que o risco de crédito é quase em sua totalidade do Tesouro Nacional. Foram publicadas, por meio de MP e Resoluções do CMN, medidas de saneamento às dívidas dos agricultores familiares. Trata-se da MP nº 636/2013, de 26 de dezembro de 2013, dos Decretos nº 8.177, 8.178 e 8.179, de 27 de dezembro de 2013, das Resoluções CMN nº 4.298 e 4.299, de 30 de dezembro de 2013, Resolução CMN nº 4.323, de 25 de abril de 2014, Resolução CMN nº 4.347, de 30 de junho de 2014, Resolução CMN nº 4.436, de 24 de setembro de 2015, e Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014.

### PARTICIPAÇÃO NO RISCO DE CRÉDITO

FUNDOS E PROGRAMAS	RISCO BANCO DO BRASIL	RISCO TESOURO NACIONAL
PRONAF AGRICULTURA FAMILIAR (RECURSOS TN)	2,40%	97,60%
PRONAF REFORMA AGRÁRIA	0,00%	100,00%
PRONAF REFORMA AGRÁRIA PLANTA BRASIL	0,00%	100,00%

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios - jan/2016

## Avaliação Sobre as Políticas de Aplicação de Recursos à Luz das Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2015

### Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

#### Prioridades, Metas e Resultados

Desde a sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento de execução da política pública de redução das desigualdades intra e inter-regionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste. Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais mecanismos para a implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). As políticas de aplicação de recursos do FCO são definidas pelo Conselho Deliberativo (Condel) da Sudeco. No Exercício de 2015, foram considerados prioritários os seguintes projetos:

- Projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da política de reforma agrária, aos mini, pequenos e pequenos médios produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro, pequenas e pequenas médias empresas, suas cooperativas e associações;
- Projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária e/ou que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais;
- Projetos voltados para a preservação e a recuperação do meio

17 A MP 2155 foi revogada pela MP 2196-1, de 28/06/2001, que foi revogada pela MP 2196-2, de 26/07/2001, que foi revogada pela MP 2.196-3, de 24/08/2001.

ambiente, em especial para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas;

- Projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada;
- Projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em polos turísticos;
- Projetos da indústria de alimentos;
- Projetos dos setores comercial e de serviços: as atividades comerciais e de serviços voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia agroalimentar e dos polos agroindustriais; a distribuição de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial (corretivos, fertilizantes, máquinas, equipamentos agrícolas, rações etc.); a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos/hospitalares; a instalação, ampliação e modernização de estabelecimentos de ensino e de prática de esportes; e o atendimento a empreendimentos comerciais e de serviços deficientes tecnologicamente e que necessitem de modernização;
- Projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada;
- Projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a PND: Municípios da faixa de fronteira; Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas; Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), exceto os Municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e
- Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PND como de renda estagnada ou dinâmica, a exemplo dos Municípios do Nordeste Goiano.

Objetivando atender às diretrizes e prioridades previstas, a Sudeco, em parceria com os governos estaduais e com a participação do BB, promoveu um ciclo de encontros para a divulgação das linhas de financiamento que podem contribuir para o fomento de atividades produtivas e o desenvolvimento regional.

Com esse objetivo, em 2015, foram realizados três seminários sobre linhas de financiamento para empresas e produtores rurais da região Centro-Oeste realizados nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

O acompanhamento do desempenho operacional do FCO e a avaliação dos resultados obtidos são realizados com base no relatório sobre as atividades desenvolvidas com a aplicação dos recursos do Fundo que o BB apresenta semestralmente ao MI e à Sudeco, em cumprimento ao disposto no Art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, bem como por meio dos cadernos de informações gerenciais divulgados mensalmente.

As contratações realizadas com recursos do FCO, pelo BB e pelas instituições operadoras de repasse no exercício de 2015, atingiram R\$ 5.274,50 milhões, o que corresponde a 88,37% dos recursos distribuídos no período (R\$ 5.968,56 milhões).

A Tabela a seguir apresenta a distribuição das operações contratadas no período por UF e Programa:

#### CONTRATAÇÕES POR UF E PROGRAMA – POSIÇÃO 31/12/2015 R\$ MILHÕES

PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	TOTAL
FCO EMPRESARIAL	504,85	868,30	466,91	594,14	2.434,20
FCO RURAL	198,05	920,48	770,47	951,30	2.840,30
TOTAL	702,90	1.788,78	1.237,38	1.545,44	5.274,50

Fonte: BB - Diretoria de Governo – jan/2016

#### Crédito no Agronegócio

O BB atua como agente financeiro do Governo Federal em operações de crédito rural destinadas ao financiamento de ações de interesse público. Os empréstimos concedidos com recursos oriundos do orçamento fiscal, por meio de Fundos e Programas, visam contribuir para o desenvolvimento econômico-social do País ao atender à demanda da agricultura de pequeno porte, da pesca, das cooperativas e das micro, pequenas e médias empresas da cadeia do agronegócio, estimulando, assim, a permanência do homem no campo, bem como o crescimento da oferta de empregos neste setor.

A seguir, detalhamos as operações fomentadas por esses Fundos e Programas:

#### ESTOQUE DE OPERAÇÕES COM SALDO POR REGIÃO POSIÇÃO 31/12/2015 / UNIDADES

FUNDO E PROGRAMA	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
FCO RURAL	-	-	200.329	-	-	200.329

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2016

#### SALDO POR FINALIDADE POSIÇÃO 31/12/2015 / R\$ MILHÕES

FUNDO/PROG	COMERCIALIZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
FCO RURAL	-	326,60	13.097,33	13.423,93

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2016

#### SALDO DOS PRINCIPAIS ITENS FINANCIADOS POSIÇÃO 31/12/2015 / R\$ MILHÕES

FCO RURAL		
SEGMENTO	SALDO	%
BOVINOCULTURA - CARNE	5.102,93	38,01%
SOJA	2.595,60	19,34%
BOVINOCULTURA - LEITE	1.869,70	13,93%
AVICULTURA	928,14	6,91%
CANA DE AÇÚCAR	478,39	3,56%
EUCALIPTO	340,36	2,54%
SUÍNOS	281,92	2,10%
MILHO	239,29	1,78%
ALGODÃO	73,06	0,55%
BORRACHA - SERINGUEIRA	66,25	0,49%
DEMAIS	1.448,29	10,79%
TOTAL	13.423,93	100,00%

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2016

O saldo do FCO Rural apresentado em 31/12/2015, de R\$ 13.423,93 milhões, refere-se a mais de 200 mil operações ativas, sendo 97,57% dessas direcionadas para investimento. O agronegócio é a principal atividade econômica da região Centro-Oeste, que tem historicamente se destacado na pecuária e no cultivo da soja. Nesse contexto, verifica-se, dentre os principais itens financiados, a predominância da bovinocultura, tanto de carne quanto de leite, além de soja, avicultura, cana de açúcar, eucalipto, suínos, milho, algodão e borracha.

#### Crédito no Atacado

O FCO Empresarial possui em estoque 49.489 operações com saldo em 31/12/2015 na região Centro-Oeste, sendo destas: nove de risco do Fundo, três de risco compartilhado e o restante de risco do BB.

#### Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)

O Fundo tem contribuído para o desenvolvimento do segmento cafeeiro em sua cadeia produtiva. Verifica-se que a região Sudeste, por exemplo, destaca-se em contratações fomentadas com esse recurso, com 86,82% de todos os contratos, tendo em vista a concentração da produção de café nessa região. O saldo apresentado em 31/12/2015, de R\$ 1.020,00 milhões, refere-se a mais de 15 mil operações ativas, sendo 89,85% desse saldo direcionado à comercialização, conforme apresentado a seguir:

#### ESTOQUE DE OPERAÇÕES COM SALDO POR REGIÃO POSIÇÃO 31/12/2015 / UNIDADES

FUNDO E PROGRAMA	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
FUNCAFÉ	41	881	32	13.580	1.107	15.641

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2016

**SALDO POR FINALIDADE  
POSIÇÃO 31/12/2015 / R\$ MILHÕES**

FUNDO/PROG	COMERCIALIZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
FUNCAFÉ	916,43	103,42	0,15	1.020,00

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios - jan/2016

**SALDO DOS PRINCIPAIS ITENS FINANCIADOS  
POSIÇÃO 31/12/2015 / R\$ MILHÕES**

FUNCAFÉ		
SEGMENTO	SALDO	%
CAFÉ	1.020,00	100,00%

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios - jan/2016

**ATUAÇÃO DO FDNE  
R\$ MILHÕES**

ATIVIDADE BENEFICIADA	SALDO	%
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	1.613,85	80,19%
FABRICAÇÃO DE CIMENTO	278,20	13,82%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PETROQUÍMICOS	51,94	2,58%
SETOR DE SERVIÇOS EM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	30,38	1,51%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS	20,90	1,04%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	17,27	0,86%
<b>TOTAL</b>	<b>2.012,54</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: BB - Diretoria Soluções de Atacado - jan/2016

O FDNE possui 10 operações em estoque na região Nordeste, sendo que na atividade de Fabricação de Veículos Automotores, o Fundo possui dois contratos.

**Fundo da Marinha Mercante (FMM)**

O FMM, ao financiar projetos de investimento do setor naval, contribui para modernização e competitividade dos portos brasileiros. Incrementa de forma considerável a oferta de empregos na região portuária e traz benefícios multirregionais, uma vez que as embarcações podem atuar em toda costa brasileira e até de forma continental.

Listamos a seguir o saldo dos 10 maiores volumes contratados com amparo do FMM, por região beneficiada e sua representatividade sobre o saldo total do Fundo:

**ATUAÇÃO DO FMM  
R\$ MILHÕES**

REGIÃO BENEFICIADA (UF)	SALDO	%
SUDESTE (RJ)	698,10	7,79%
NORDESTE (BA)	562,15	6,27%
SUL (SC)	540,70	6,03%
SUDESTE (ES)	534,91	5,97%
SUDESTE (ES)	523,80	5,85%
SUDESTE (RJ)	423,25	4,72%
NORDESTE (PE)	401,30	4,48%
NORDESTE (PE)	333,32	3,72%
SUDESTE (RJ)	318,27	3,55%
SUDESTE (SP)	316,72	3,53%
SALDO DAS 10 MAIORES OPERAÇÕES (A)	4.652,52	51,91%
DEMAIS OPERAÇÕES (B)	4.311,00	48,09%
SALDO TOTAL DO FUNDO (A+B)	8.963,52	100,00%

Fonte: BB - Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas - jan/2016

O FMM possui em estoque 387 operações com saldo credor em 31/12/2015, distribuídas conforme a seguir:

**ESTOQUE DE OPERAÇÕES COM SALDO POR REGIÃO  
POSIÇÃO 31/12/2015 / UNIDADES**

FUNDO E PROGRAMA	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL1	TOTAL
FMM	148	34	-	169	36	387

Fonte: BB - Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas - jan/2016

**Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)**

O FDNE enfatiza o tratamento diferenciado e prioritário aos empreendimentos de infraestrutura, serviços públicos, bem como aos demais setores, quando localizados no semiárido e nas áreas definidas como prioritárias da PNDR. No ano de 2015, os recursos provenientes do Fundo foram aplicados em empresas atuantes nas seguintes atividades econômicas:

**Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)**

O FDA assegura recursos para a realização de investimentos privados na região da Amazônia, impulsionando o desenvolvimento com a criação de vagas de empregos nos canteiros de obras e também nos empreendimentos financiados. O FDA possui somente uma operação em estoque, na região Norte, beneficiando o setor de produção de óleos vegetais, com saldo de R\$ 94,48 milhões.

**Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)**

O FDCO constitui-se em um importante mecanismo propulsor da PNDR no âmbito da região Centro-Oeste, visando o fortalecimento da atividade produtiva regional e a geração de emprego e renda nos empreendimentos de infraestrutura ou considerados estruturadores da economia. No ano de 2015, os recursos provenientes do Fundo foram aplicados em empresas atuantes nas seguintes atividades econômicas:

**ATUAÇÃO DO FDCO  
R\$ MILHÕES**

ATIVIDADE BENEFICIADA	SALDO	%
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	251,98	88,44%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO SETOR ENERGÉTICO	32,93	11,56%
<b>TOTAL</b>	<b>284,91</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: BB - Diretoria Soluções de Atacado - jan/2016

O FDCO possui em estoque, na região Centro-Oeste, cinco operações com saldo credor em 31/12/2015.

**Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA)**

Em conformidade com o objetivo do FTRA, que é assegurar recursos para aquisição de imóveis rurais e para investimentos iniciais na unidade produtiva, o montante de recursos foi aplicado inteiramente em operações de investimento. Dentre as unidades produtivas adquiridas com recursos do FTRA, destacam-se como principais atividades e culturas empreendidas: milho, soja, café, abacaxi, mandioca e fumo, além da criação de bovinos para produção de leite. O FTRA é responsável por um saldo total de R\$ 2.855,73 milhões em mais de 98 mil contratos ativos no BB, sendo 58,46% desses destinados à região Sul do País.

**ESTOQUE DE OPERAÇÕES COM SALDO POR REGIÃO  
POSIÇÃO 31/12/2015 / UNIDADES**

FUNDO E PROGRMA	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
FTRA	2.631	1.343	30.278	6.834	57.824	98.910

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios - jan/2016

**SALDO POR FINALIDADE – POSIÇÃO 31/12/2015  
R\$ MILHÕES**

FUNDO/PROG	COMERCIALIZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
FTRA	-	-	2.855,73	2.855,73

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios - jan/2016

**SALDO DOS PRINCIPAIS ITENS FINANCIADOS – POSIÇÃO 31/12/2015  
R\$ MILHÕES**

FTRA		
SEGMENTO	SALDO	%
IMÓVEIS RURAIS	2.855,73	100,00%

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios - jan/2016

**Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Tesouro Nacional (Pronaf/TN)**

O Programa é direcionado à agricultura familiar. Em sua maioria (96,94%), os recursos do Tesouro Nacional ao amparo do Pronaf foram aplicados na finalidade de investimento, principalmente na bovinocultura de carne e leite e no cultivo de milho, soja, café, borracha – seringueira, eucalipto, cana de açúcar, mandioca e caprinos.

O saldo apresentado em 31/12/2015, de R\$ 2.139,58 milhões, refere-se a mais de 245 mil operações ativas, onde 35,57% do total de contratos encontra-se na região Sul do País, seguido pela região Nordeste, com 25,97% da destinação do Fundo.

**ESTOQUE DE OPERAÇÕES COM SALDO POR REGIÃO  
POSIÇÃO 31/12/2015 / UNIDADES**

FUNDO E PROGRMA	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
PRONAF – TN	26.526	63.796	13.891	54.046	87.386	245.645

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios - jan/2016

**SALDO POR FINALIDADE – POSIÇÃO 31/12/2015  
R\$ MILHÕES**

FUNDO/PROG	COMERCIALIZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
PRONAF – TN	-	65,47	2.074,11	2.139,58

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios - jan/2016

**SALDO DOS PRINCIPAIS ITENS FINANCIADOS – POSIÇÃO 31/12/2015  
R\$ MILHÕES**

PRONAF/TN		
SEGMENTO	SALDO	%
BOVINOCULTURA – LEITE	939,89	43,93%
BOVINOCULTURA – CARNE	258,3	12,07%
MILHO	197,56	9,23%
SOJA	101,4	4,74%
CAFÉ	87,94	4,11%
BORRACHA – SERINGUEIRA	65,34	3,06%
EUCALIPTO	57,85	2,70%
CANA DE AÇÚCAR	51,78	2,42%
MANDIOCA	51,38	2,40%
CAPRINOS	36,84	1,72%
DEMAIS	291,3	13,62%
<b>TOTAL</b>	<b>2.139,58</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios - jan/2016

**1.10.3. Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto. Da totalidade do seu capital, 51,00% está sob o controle da União Federal. Com sede na cidade de Fortaleza, Ceará, tem por missão: “Atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável, como Banco público competitivo rentável”. A área de atuação do Banco compreende toda a região Nordeste e mais o Norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no total de 1.990 Municípios e 296 agências em sua rede de atendimento.

**Demonstrativos dos Empréstimos e Financiamentos Concedidos**

O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação.

É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125, que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado - Crediamigo, que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços.

Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas, bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A seguir, apresentamos demonstrativos consolidados (BNB e FNE) de empréstimos e financiamentos dos exercícios.

**SALDOS (R\$ MIL)**

UF	FNE (1)		RECIN		OUTROS (2)	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Alagoas	2.040.574	2.087.953	356.099	362.012	233.426	268.123
Bahia	9.279.196	9.794.650	1.515.320	1.514.664	1.106.534	956.415
Ceará	7.335.030	7.810.350	1.579.455	1.820.982	817.549	967.605
Distrito Federal	-	-	6.825	4.219	-	-
Espírito Santo	458.049	571.474	53.063	91.305	73.075	42.579
Goiás	-	-	4.960	1.192	444	352
Maranhão	5.353.099	5.772.516	657.008	695.158	322.216	476.901
Mato Grosso	-	-	56.184	60.908	-	-
Mato Grosso do Sul	-	-	1.023	934	-	-
Minas Gerais	2.390.652	2.531.629	325.762	409.007	203.111	265.507
Pará	-	-	-	6.392	-	-
Paraíba	2.283.406	2.439.235	495.180	496.872	143.580	145.474
Paraná	-	-	225	1.621	-	-
Pernambuco	7.635.535	7.823.376	773.626	844.609	529.226	540.041
Piauí	3.413.793	3.712.717	631.595	667.246	343.753	364.961
Rio de Janeiro	-	-	14.257	8.494	244.191	239.947
Rio Grande do Norte	3.233.408	3.314.490	386.660	408.856	321.986	332.811
Rio Grande do Sul	-	-	267	130	5.215	7.617
Santa Catarina	-	-	1.922	1.654	-	-
São Paulo	-	-	160.444	149.187	660.277	643.877
Sergipe	1.773.421	2.003.609	421.500	342.944	74.598	79.075
Tocantins	-	-	11.894	6.885	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>45.196.162</b>	<b>47.861.999</b>	<b>7.453.268</b>	<b>7.895.271</b>	<b>5.079.182</b>	<b>5.331.285</b>

Fonte: Diretoria de Controle e Risco / Superintendência Controle Financeiro

(1) Inclusive financiamentos realizados com recursos de repasse de recursos da Lei 7.827 art 9º, nos valores de R\$ 611.713 mil em 2015 e R\$ 681.535 mil em 2014 / (2) Outros: FAT, FDNE, Fund Teotônio Vilela, Fundo de Terras/R.A., L.C.A., Poupança Rural, Sebrae, Codevasf, Incra-Fundiário, BCB, DER, Finep, FMM, BID, Fedap. FRT, Iphan/PAC-CH, Caixa, Fungetur, Banco do Brasil, reaplicação

**CONTRATAÇÕES EM 2015 (R\$ MIL)**

UF	FNE	RECIN	OUTROS
Alagoas	430.740	465.137	64.331
Bahia	3.211.568	1.490.837	389.109
Ceará	1.795.346	2.958.185	423.554
Distrito Federal	-	4.100	-
Espírito Santo	151.772	93.889	92.270
Goiás	-	1.744	-
Maranhão	1.218.330	1.155.886	344.563
Minas Gerais	796.851	494.602	68.821
Mato Grosso do Sul	-	4.700	-
Pará	-	10.042	-
Paraíba	631.454	750.190	123.426
Pernambuco	1.229.930	1.008.862	136.398
Piauí	1.061.452	1.073.744	135.637
Paraná	-	1.632	-
Rio de Janeiro	-	923	-
Rio Grande do Norte	595.658	710.542	47.633
Rio Grande do Sul	-	-	7.835
Santa Catarina	-	866	-
São Paulo	-	23.611	10.470
Sergipe	372.125	498.923	41.009
Tocantins	-	400	-
<b>TOTAL</b>	<b>11.495.227</b>	<b>10.748.816</b>	<b>1.885.056</b>

Fonte: Diretoria de Controle e Risco / Superintendência de Controle Financeiro  
 Diretoria de Negócios / Superintendência de Micro Finanças e Agricultura Familiar  
 Outros: FAT, FDNE, Fund Teotônio Vilela, Fundo de Terras/R.A., L.C.A., Poupança Rural, Sebrae, Codevasf, Inbra-Fundiário, BCB, DER, Finep, FMM, BID, Fedap. FRT, Iphan/PAC-CH, Caixa, Fungetur, Banco do Brasil, reaplicação

**Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é constituído por recursos públicos destinados ao financiamento de atividades produtivas, para promoção do desenvolvimento regional sustentável. Como instituição financeira administradora do FNE, o Banco do Nordeste conjuga sua atuação creditícia com o apoio às políticas públicas de grande impacto na região Nordeste, consolidando, assim, a sua estratégia de ação desenvolvimentista.

As aplicações do FNE são norteadas por programações anuais que espelham o marco regulatório dos fundos constitucionais e suas atualizações, as políticas públicas federais e estaduais, assim como as mudanças geradas pela dinâmica socioeconômica regional e nacional.

O Banco coordena o processo de elaboração da Programação Anual do FNE, com participação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Ministério da Integração Nacional (MI), entidades com as quais compartilha a gestão do FNE, formulando de maneira participativa documento composto pelo plano de aplicação de recursos, pelos programas de financiamento e condições gerais para cada exercício.

Baseado na Programação Anual do FNE, em 2015 o Banco do Nordeste apoiou produtores rurais, empreendedores individuais e empresas em todos os 1.990 Municípios da área financiável pelo Fundo Constitucional, abrangendo toda a região Nordeste e o norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Em 2015, os financiamentos com recursos do Fundo atingiram R\$ 11,5 bilhões, dos quais R\$ 6,8 bilhões, ou 59,2%, foram contratados por clientes dos menores portes, representando um aumento de 6,8% em relação ao ano anterior.

Apesar dos fatores restritivos que condicionaram o ambiente operacional em 2015, tais como a conjuntura econômica adversa, elevação das taxas de juros dos fundos constitucionais e o agravamento da seca na região Nordeste, o direcionamento de atendimento aos menores portes traduziu-se na participação majoritária desse público no valor total financiado, de 59,2%, superior à participação referencial programada de 51%, acompanhada de crescimento de 7,9% na quantidade de operações relativamente ao ano anterior, conforme tabela a seguir.

**FNE – CONTRATAÇÕES POR PORTE 2014/2015 (R\$ MILHÕES) (1)**

PORTE	2014			2015			VARIÇÃO VALOR 2015/2014
	QUANT.	VALOR	%	QUANT.	VALOR	%	
Mini, Micro, Pequeno e Pequeno-Médio	467.598	6.368,8	47,4	504.727	6.801,4	59,2	6,8%
Médio	1.049	1.820,2	13,5	1.172	1.738,5	15,1	-4,5%
Grande	264	5.264,7	39,1	218	2.955,3	25,7	-43,9%
<b>TOTAL</b>	<b>468.911</b>	<b>13.453,7</b>	<b>100,0</b>	<b>506.117</b>	<b>11.495,2</b>	<b>100,0</b>	<b>-14,6%</b>

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Sustentável / Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene

Contempla contratações no âmbito do Programa para a Recuperação da Capacidade de Investimento no Setor Rural (Procir), conforme Lei nº 12.844/2013, destinadas exclusivamente à liquidação de operações rurais anteriores, totalizando R\$ 69,2 milhões no ano de 2014 e R\$ 96,3 milhões em 2015.

Por outro lado, as médias e, notadamente, as grandes empresas apresentaram menor participação nas contratações, além de redução no total financiado, o que sugere maior aversão ao risco e postergação, em alguma medida, de investimentos face ao contexto econômico restritivo, em que pese se registrar volume expressivo de propostas de crédito em processo de negociação e tramitação, para possível concretização no próximo exercício.

Na perspectiva dos setores econômicos, os maiores crescimentos em relação a 2014 ocorreram no setor de infraestrutura, com aumento de 109,2%; e de comércio, com 10,8%.

A maior parte dos recursos contratados com a fonte FNE destinou-se ao setor rural (R\$ 5,6 bilhões que correspondem a 49,0% do volume contratado com esta fonte).

Para o setor industrial foram destinados R\$ 1,5 bilhão e para o setor serviços R\$ 1,7 bilhão. Os decréscimos nas contratações dos setores industrial e de serviços são justificados pela atual conjuntura econômica.

#### FNE – CONTRATAÇÕES POR SETOR ECONÔMICO R\$ MILHÕES

SETOR	2014		2015		VARIACÃO VALOR 2015/2014
	QTDE.	VALOR	QTDE.	VALOR	
Rural	441.885	5.148,3	477.921	5.635,5	9,5%
Industrial	3.955	3.761,6	3.747	1.549,8	-58,8%
Infraestrutura	4	233,6	6	488,6	109,2%
Comércio	19.037	1.901,5	20.545	2.106,8	10,8%
Serviços	4.030	2.408,7	3.898	1.714,5	-28,8%
Total	468.911	13.453,7	506.117	11.495,2	-14,6%

Fonte: Diretoria de Controle e Risco / Superintendência Controle Financeiro

Destaque no setor Rural, para o volume financiado com agricultores familiares do programa Pronaf (R\$ 2,3 bilhões) e para as contratações nas atividades ligadas à pecuária, que registraram aumento de 16,6% em relação ao valor contratado em 2014.

Em termos de desconcentração dos financiamentos do FNE em 2015 pelo Banco do Nordeste, destacam-se não apenas os resultados expressivos no apoio aos menores portes e o crédito em todos os Municípios da área de abrangência do Fundo, mas ainda a realização de 127% do volume

#### PROJEÇÃO DE FINANCIAMENTO POR ESTADO E SETOR DE ATIVIDADE EM 2016 (R\$ MILHÕES)

UF	AGRICULTURA	PECUÁRIA	INDÚSTRIA	AGRO-INDÚSTRIA	TURISMO	COM & SERV.	INFRA-ESTRUTURA	TOTAL	[%] ESTADO
AL	50,0	90,0	290,0	50,0	55,0	145,0	-	680,0	4,7
BA	1.025,0	530,0	535,0	45,0	115,0	920,0	110,00	3.280,0	22,6
CE	180,0	320,0	705,0	15,0	90,0	780,0	90,00	2.180,0	15,0
ES	60,0	30,0	190,0	10,0	6,0	64,0	-	360,0	2,5
MA	440,0	440,0	70,0	20,0	20,0	450,0	-	1.440,0	9,9
MG	225,0	255,0	75,0	5,0	4,0	221,0	-	785,0	5,4
PB	50,0	180,0	185,0	10,0	80,0	315,0	-	820,0	5,6
PE	250,0	225,0	465,0	25,0	180,0	520,0	400,00	2.065,0	14,2
PI	530,0	250,0	70,0	10,0	25,0	385,0	-	1.270,0	8,8
RN	40,0	160,0	265,0	10,0	110,0	380,0	-	965,0	6,8
SE	110,0	110,0	150,0	100,0	15,0	170,0	-	655,0	4,5
TOTAL	2.960,0	2.590,0	3.000,0	300,0	700,0	4.350,0	600,0	14.500,0	100,0
[%] SETOR	20,4	17,90	20,7	2,1	4,8	30,0	4,1	100,0	-

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Sustentável / Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene

programado de crédito a empreendimentos do Semiárido, que atingiu R\$ 4,0 bilhões.

Os resultados na ampliação do crédito aos empreendimentos produtivos regionais de menor porte tiveram contribuição das ações de promoção do acesso ao crédito, dentre as quais pode ser destacada em 2015, a quinta edição do FNE Itinerante, série de encontros de divulgação, promoção e atendimento negocial às micro e pequenas empresas (MPes) e aos microempreendedores individuais (MEIs).

Durante esses eventos, são apresentadas informações e simulações de financiamento, bem como são realizados atendimentos presenciais pelas agências do BNB, seus gerentes e agentes de desenvolvimento, o que inclui cadastramento bancário e agendamento de visitas gerenciais, além de articulações locais de fortalecimento da cooperação com parceiros públicos e privados locais.

Participam também desses encontros, o Ministério da Integração Nacional (MI) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), como parceiros institucionais, além do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), as Prefeituras e, conforme a realidade de cada localidade, outras entidades, tais como a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), dentre outras que também contribuem na mobilização e prestação de serviços ao público alvo dos encontros.

Desde a sua primeira edição, em 2010, o FNE Itinerante já realizou 533 eventos nos onze Estados financiáveis, atendendo a, aproximadamente, 40 mil participantes, marcadamente em Municípios menos dinâmicos e sem agência do BNB. Em 2015, a experiência do BNB nas edições anteriores, a quantidade de MPes e Micro Empreendedores Individuais (MEIs) da Região e as metas crescentes de financiamento FNE para o segmento, motivaram o aumento de eventos anuais, tendo sido realizados 189 eventos em Municípios selecionados com base em critérios que refletem a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

A aplicação de recursos do FNE gerou reembolsos, em 2015, da ordem de R\$ 9,48 bilhões, 21,45% superior ao volume de 2014, como mostra quadro a seguir:

#### FNE – REEMBOLSOS R\$ MILHÕES

2014	2015
R\$ 7.810,9	R\$ 9.486,8

Fonte: Diretoria de Controle e Risco / Superintendência Controle Financeiro

O Plano de Aplicações do FNE para 2016, aprovado pelo Condel/Sudene através da Resolução nº 086, de 29 de outubro de 2015, prevê recursos da ordem de R\$ 14,5 bilhões com a seguinte distribuição esperada:

## Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), criado pelas Medidas Provisórias nº 2.156-5 e nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, atualmente regulamentado pelos Decretos nº 7.838 e nº 7.839, ambos de 09 de novembro de 2012, tem a finalidade de assegurar recursos para a realização de investimentos na área de atuação da Sudene, gestora do Fundo.

Tendo como foco o suporte à infraestrutura e aos serviços públicos, tanto quanto aos empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de novos negócios e de novas atividades produtivas, o FDNE concede tratamento diferenciado àqueles projetos inseridos nas prioridades setoriais e espaciais, definidas anualmente, com base em portarias do Ministério da Integração Nacional e em Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene (Condel).

O BNB é um dos agentes operadores dos recursos do FDNE, tendo, no exercício de 2015, contratado na modalidade debêntures o montante no valor total de R\$ 53,6 milhões, referente a financiamento à infraestrutura energética da Região.

## Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

O Banco do Nordeste, no exercício de 2015, celebrou 17 (dezessete) novos convênios, o que corresponde a um total de R\$ 1,04 milhão, recursos esses provenientes dos seguintes fundos de apoio à pesquisa e difusão tecnológica administrados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene): Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci) e Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (Fase). Ao final desse exercício, a Diretoria Executiva aprovou a destinação de R\$ 8,0 milhões para publicação de novos Avisos de chamada pública de projetos, cujos temas destacam-se por apresentar caráter inovador, a saber:

- Etene/Fundeci 01/2015 – MEIO AMBIENTE - Pesquisa e Difusão de Novas Tecnologias de Convivência e Mitigação dos Impactos das Mudanças Climáticas na Região Nordeste;
- Etene/Fundeci 02/2015 – PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE - Inovações Tecnológicas e Organizacionais para Incremento da Produtividade e Competitividade nos Setores Produtivos;
- Etene/Fundeci 03/2015 – INOVAÇÃO BANCÁRIA - Inovações Metodológicas, de Gestão e Avaliação aplicadas ao Setor Bancário e Produtos Inovadores para Instituições Financeiras; e
- Etene/Fundeci 04/2015 – HABITAÇÃO INCLUSIVA - Pesquisa e Difusão de Tecnologias e Produtos Inovadores e de Baixo Custo para Construção e Manutenção de Habitações Sociais.

Esses editais foram disponibilizados para cadastramento e envio de projetos no primeiro semestre de 2016 e formalização de convênios para concessão de recursos às instituições convenientes em caráter não reembolsável.

## Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)

As Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) configuram-se como uma fonte alternativa de recursos para aplicação nas operações do crédito rural, nos financiamentos para custeio, comercialização, aquisição de bovinos para

recria e engorda e financiamento para comercialização de produtos de origem agropecuária.

No exercício de 2015, foi aplicado um montante de R\$ 123,5 milhões, com destaque para os Estados da Bahia (R\$ 62,7 milhões), Minas Gerais (R\$ 18,2), Paraíba (R\$ 14,0 milhões) e Piauí (R\$ 13,5 milhões). Observa-se que grande parte das aplicações de LCA se concentrou em Estados nordestinos com áreas do bioma Cerrado, notadamente Bahia e Piauí.

## Impacto Fiscal das Atividades do Banco do Nordeste

Os valores adiante apresentados, relacionados ao impacto fiscal do Banco do Nordeste nas contas do Tesouro Nacional, consubstanciam as informações sobre as principais transações de natureza fiscal realizadas entre o Banco do Nordeste e o Tesouro Nacional durante o exercício.

Em 2015, representaram ingressos nas contas do Tesouro, os recolhimentos realizados pelo Banco de seus tributos sobre o Lucro Líquido (IRPJ/CSLL), sobre o Faturamento (Pasep/Cofins), cota patronal de Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tributos federais retidos de terceiros e distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio. Considerando as receitas arrecadadas pelas administrações públicas no que se refere a tributos, dividendos e juros sobre capital próprio, os pagamentos realizados pelo Banco do Nordeste ao Tesouro Nacional totalizaram, aproximadamente, R\$ 1.300,9 milhões.

Deste total, o valor de R\$ 1.052,3 milhões representa receitas tributárias. O recolhimento de tributos sobre o Lucro Líquido e o Faturamento totalizou R\$ 479,8 milhões. O recolhimento de tributos federais retidos na fonte totalizou R\$ 350,1 milhões e a cota patronal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi de R\$ 222,3 milhões. A título de juros sobre capital próprio e dividendos, foi destinado ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 248,6 milhões.

### RECOLHIMENTOS REALIZADOS PARA O TESOURO NACIONAL NO EXERCÍCIO DE 2015 (R\$ MIL)

PRINCIPAIS RECOLHIMENTOS	VALOR (1)
I) Tributos Federais Próprios:	702.146
IRPJ - Imposto de Renda - Pessoas Jurídica	167.192
Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	189.527
Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	32.817
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	90.308
INSS - Cota Patronal	222.302
II) Tributos Federais Retidos de Terceiros	350.138
III) Juros sobre capital próprio e dividendos	248.606
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.300.890</b>

Fonte: Diretoria de Controle e Risco / Superintendência Controle Financeiro

Notas: Valores apresentados referem-se ao total de recolhimentos (tributos, dividendos, JCP e encargos) / Valores provisórios, não auditados.

Quanto aos demais fundos federais com os quais o Banco do Nordeste mantém relações financeiras, é apresentado a seguir quadro com informações sobre os saldos e movimentação relacionados a cada fonte.

### MOVIMENTAÇÕES DO BANCO DO NORDESTE, COM FUNDOS FEDERAIS (EXCETO FNE) / NO EXERCÍCIO DE 2015 (R\$ MIL)

FUNDOS/PROGRAMAS	SALDO DEZ/2014	INGRESSOS, JUROS E CORREÇÃO	PGTOS.(1)	SALDO DEZ/2015
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador	420.405	24.702	(112.743)	332.364
FDNE-Repases	662.128	146.223	(28.967)	779.384
FMM - Fundo da Marinha Mercante	107.070	26.911	(9.447)	124.534
STN Recoop (2)	659	78	(311)	426
STN - Inst. Híbrido de Capital e Dívida	1.356.540	231.878	(87.242)	1.501.176

Fonte: Diretoria Financeira e de Crédito / Superintendência de Operações Financeiras e Mercado de Capitais

Notas: (1) Envolve principal e juros. / (2) Recoop: Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária.

## **Responsabilidade Socioambiental**

Em julho de 2015, o Banco do Nordeste publicou sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e seu respectivo Plano de Ação, em cumprimento à Resolução BCB nº 4.327, de 25 de abril de 2014 e do Normativo Febraban SARB nº 14, de 28 de agosto de 2014. A publicação da Política de Responsabilidade Socioambiental tornou-se um marco para a instituição no esforço para promover o desenvolvimento sustentável da Região.

A PRSA é composta por 11 princípios e 68 diretrizes que orientam o Banco do Nordeste na aplicação do crédito e em seus processos internos de trabalho, abordando desde os aspectos mais gerais da responsabilidade socioambiental da Instituição, além de aspectos referentes ao crédito, à análise de risco socioambiental de produtos e serviços ofertados e de propostas de financiamento, à gestão empresarial e ação institucional, à estrutura de governança da PRSA, entre outros.

Entre suas ações de responsabilidade socioambiental, anualmente, o Banco do Nordeste publica editais visando à destinação de recursos de incentivos fiscais a projetos sociais no âmbito do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), da Lei de Incentivo ao Esporte e do Fundo dos Direitos do Idoso.

No ano de 2015, em favor do FIA, o Banco destinou R\$ 1,3 milhão para 18 projetos que beneficiarão 2.490 crianças e adolescentes. Para o Fundo dos Direitos do Idoso, foi destinado o valor de R\$ 967.249,08 para apoio a 13 projetos, com 1.485 beneficiados. Para projetos sociais apoiados pela Lei de Incentivo ao Esporte, o valor aplicado pelo Banco em 2015 alcançou o valor de R\$ 1,3 milhão.

Também em 2015, pela primeira vez, o Banco do Nordeste destinou recursos financeiros incentivados para o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e para o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD). Os valores doados a esses programas foram de R\$ 281 mil e R\$ 1.144.745,63, respectivamente.

Além da doação dos recursos institucionais, o Banco realiza campanhas com seus colaboradores, clientes e parceiros visando incentivar as doações de particulares para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e para o Fundo dos Direitos do Idoso.

Visando à transparência das ações do Banco e divulgação de informações à sociedade em geral, o Banco elabora anualmente o Relatório de Sustentabilidade. Esse relatório, alinhado às diretrizes da *Global Report Initiative* (GRI), apresenta a visão e a opinião de clientes, funcionários, fornecedores, sociedade, comunidade e outros stakeholders da instituição acerca das práticas de governança corporativa e de responsabilidade socioambiental do Banco do Nordeste.

O Relatório de Sustentabilidade do Banco do Nordeste 2014 é o primeiro da versão G4, nova classificação da *Global Report Initiative* (GRI) enquadrado nos critérios “de acordo” – Essencial, e passou por um processo de assecuração por meio da auditoria externa da empresa EY (antiga *Ernest & Young*), que confirmou a legitimidade, confiabilidade, exatidão e clareza do conteúdo do documento. Referido relatório realiza a prestação de contas à sociedade no tocante à ação socioambiental do Banco em 2014, por meio de seus anexos: Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (Dinsa).

## **Microcrédito Urbano - Crediamigo**

O Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste que facilita o acesso ao crédito a mais de dois milhões de empreendedores urbanos, a maioria do setor informal da economia. O crédito concedido pelo Crediamigo proporciona o desenvolvimento de atividades relacionadas à produção, comercialização de bens e prestação de serviços, movimentando a economia regional e melhorando a qualidade de vida de milhares de famílias.

O Banco do Nordeste emprestou, em 2015, por meio do Crediamigo, R\$ 8,1 bilhões, representando um crescimento de 14,2% em relação aos valores alcançados em 2014. A quantidade de empréstimos desembolsados cresceu 7,6%, sendo realizadas 4,2 milhões de operações em 2015. O Crediamigo possuía, ao final de 2015 mais de 2 milhões de clientes com empréstimos ativos.

A capacidade operacional do Crediamigo alcançou a média de 16,7 mil desembolsos realizados por dia em 2015, o que significa um crescimento de 8,9% em relação a 2014.

A inadimplência, que representa os empréstimos em atraso de 1 a 90 dias em relação à carteira ativa, ficou em 1,22%. Esse resultado demonstra a qualidade da carteira, com histórico de baixa inadimplência mesmo com o crescimento expressivo do volume de crédito.

Outra importante diretriz do Banco diz respeito à bancarização dos clientes do Crediamigo. Em relação às contas correntes, foram abertas 443.352 no decorrer do ano de 2015, sem cobrança de tarifa.

Além da inclusão creditícia e bancária, o Programa Crediamigo oferece a seus clientes orientação empresarial e ambiental para propiciar informação e melhorar o conhecimento do público atendido. A orientação contempla temas como planejamento, vendas, custos, controles, meio ambiente, uso consciente do crédito e associativismo.

## **Microcrédito Rural – Agroamigo**

O Agroamigo, programa de microcrédito rural do Banco do Nordeste, lançado em 2005, tem como premissa a concessão de crédito orientado e acompanhado aos agricultores familiares, com utilização de metodologia própria, cuja principal característica é a forte presença do Assessor de Microcrédito nas comunidades.

Consideradas a importância desse público e as suas peculiaridades, o Banco do Nordeste definiu modelo de negócio diferenciado, estabelecendo metodologia de microfinança para os agricultores familiares de menor renda, o Agroamigo, que se baseia nas diretrizes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Essa metodologia é própria para as condições do meio rural, com atendimento integral nas comunidades e incentivo ao desenvolvimento de atividades produtivas agropecuárias e não agropecuárias.

O Agroamigo atende aos agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf em operações de até R\$ 15 mil, exceto dos Grupos A e A/C.

No ano de 2015, o Banco do Nordeste financiou pelo Agroamigo, R\$ 1,84 bilhão, representando elevação no montante financiado de R\$ 306,7 milhões com crescimento de 20% em relação a 2014. O Programa conta com uma carteira ativa de R\$ 3,39 bilhões com 1.097.484 clientes.

As ações e projetos realizados em 2015 voltadas ao Agroamigo objetivaram a divulgação do Programa, melhorias no atendimento aos clientes, capacitação da equipe e a implantação de melhorias no processo operacional e qualificação do crédito.

## **Agricultura Familiar**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do Governo Federal destinado a apoiar o segmento econômico da agricultura familiar. De acordo com dados do Censo Agropecuario de 2006 (IBGE), no Nordeste, esse segmento abrange 2,2 milhões de estabelecimentos rurais que representam 89% do total, ocupando 37% da área da região. Ressalte-se, ainda, a importância da Agricultura Familiar na produção de alimentos básicos.

O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste, contando com uma carteira ativa no valor de R\$ 8 bilhões, o que corresponde a 1,6 milhão de operações na posição de dezembro de 2015.

No ano de 2015, o Banco contratou 468.310 financiamentos com o segmento da Agricultura Familiar, envolvendo o total de R\$ 2,3 bilhões de recursos. Do total dos recursos, 66,9% foram destinados a financiamentos na região semiárida. Esse segmento compreende a carteira de agricultores familiares atendidos pelo Pronaf, excetuando-se os clientes que compõem a carteira de Microfinança Rural (Agroamigo).

Destacam-se os resultados da linha de crédito Pronaf Mais Alimento com volume de contratação na ordem de R\$ 227,8 milhões e, ainda, o crescimento de dois importantes programas voltados para sustentabilidade e boa convivência com o meio ambiente, o Pronaf Eco e o Pronaf Floresta, que ampliaram o volume de contratação em 20% em comparação ao ano anterior.

O Pronaf Mulher, importante linha de crédito voltado para inclusão produtiva da mulher agricultora, contratou R\$ 4,4 milhões, em 187 operações, mantendo o bom volume de contratação.

As ações e projetos realizados em 2015 voltados à Agricultura Familiar objetivaram melhorias na concessão do crédito, na renegociação de dívidas e atendimento aos clientes.

### Crédito Fundiário

O Banco do Nordeste financia a aquisição de imóveis rurais para agricultores familiares não proprietários ou com acesso precário à terra por meio dos programas Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), ambos integrantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário, programa gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O programa Combate à Pobreza Rural é composto de dois subprojetos: Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT), que financia a aquisição de imóvel rural, e o Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC), que financia, de forma não reembolsável, os investimentos comunitários complementares à associação de agricultores contemplados com o SAT. Por sua vez, o programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) financia aquisição de imóvel rural com as benfeitorias existentes, assim como a realização de investimentos de infraestrutura básica e produtiva.

Em 2015, pelo programa Combate à Pobreza Rural foram contratadas 815 operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 48,3 milhões, sendo 728 operações no valor total de R\$ 25,6 milhões do SAT, e 87 operações no valor total de R\$ 22,7 milhões do SIC.

No mesmo período, por meio do programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), foram contratadas 14 operações, no valor total de R\$ 999 mil.

### Negócios com Pessoas Físicas

A estratégia de atuação do Banco para o segmento Pessoa Física visa ao atendimento prioritário a clientes sócios e funcionários de empresas públicas ou particulares, profissionais liberais, funcionários e aposentados das empresas coligadas e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A área comercial do Banco oferece uma ampla gama de produtos e serviços bancários para essa base diversificada de pessoas físicas. Os serviços oferecidos incluem, além dos produtos de crédito, os produtos de seguro e capitalização, cartões de crédito e produtos e soluções personalizadas criados especificamente para atender às demandas dos clientes. O Banco também disponibiliza para esse público uma variedade de opções para investimento, além da tradicional poupança.

O Segmento Pessoa Física encerrou o ano de 2015 com uma expansão na base de clientes de 18% e saldo médio de R\$ 309,98 milhões em operações de Crédito Comercial - Pessoa Física, equivalendo a um crescimento de 21,42% comparado a 2014. No tocante à variável Captação de Recursos, a carteira de Pessoa Física atingiu a marca de R\$ 2,3 bilhões em saldo médio.

Esse desempenho é reflexo das ações com foco no cliente, nos processos, na sustentabilidade dos negócios e na ampliação e melhoria dos produtos e serviços destinados ao segmento Pessoa Física.

### Agronegócios Pessoa Física e Micro e Pequeno Produtor Rural

Para cumprir sua missão, o Banco do Nordeste, por meio de financiamentos, formula e executa políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, tecnológicos, organizacionais e ambientais na região Nordeste, no norte de Minas Gerais e no norte do Espírito Santo. A atuação do Banco baseia-se, sobretudo, no atendimento da cadeia produtiva do agronegócio, no uso sustentável dos recursos naturais, na conservação do meio ambiente e no bem-estar social.

O Banco do Nordeste tem atuação destacada no apoio ao Agronegócio, contribuindo fortemente para o crescimento e consolidação do setor. As operações de investimento são fundamentais no processo de expansão das áreas, implantação de infraestrutura produtiva e melhoria tecnológica dos empreendimentos, proporcionando o aumento da produção e da produtividade e o dinamismo da economia na região. A modalidade de financiamento através do programa Planta Nordeste (custeio rotativo) é o grande diferencial em termos de ferramenta operacional, pois além de se

figurar como mitigador de risco proporciona agilidade na contratação das operações.

A materialização das ações ocorre sob a forma da realização de negócios, envolvendo a concessão de créditos e a disponibilização de um conjunto de produtos e serviços bancários comercializados pelo Banco do Nordeste, bem como a formalização de parcerias com instituições relacionadas ao segmento.

Em 2015, o desempenho das contratações de operações do BNB no agronegócio, com produtores pessoas físicas, atingiu o total de R\$ 1,26 bilhão em 498 operações, com recursos do FNE, superando a meta. Esse valor corresponde a um crescimento de 26,5% em relação ao ano de 2014. Em 2015, o Banco do Nordeste contratou 6.082 operações de crédito de longo prazo para o Segmento de Pequeno e Mini Produtor Rural, pessoa física. Os recursos aplicados, oriundos do FNE, correspondem a R\$ 1,01 bilhão, valor que superou a meta estabelecida para esse segmento. O incremento em relação ao ano de 2014 é de 18,2%.

### Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

O Banco do Nordeste vem atuando ao longo dos últimos anos com total aderência às diretrizes do Governo Federal, notadamente no apoio financeiro prestado aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo FIFA 2014.

Quanto ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), durante o exercício de 2015, não houve contratação de operações enquadradas no Programa. No entanto, até o final de 2015, o Banco acumulava 60 financiamentos contratados, envolvendo empreendimentos dos setores de energia (petróleo e gás natural, geração e distribuição de energia) e transportes (construção de ferrovia), enquadrados no PAC 1 e PAC 2, viabilizando investimentos na ordem de R\$ 45,8 bilhões. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, participaram no período em referência com R\$ 4,8 bilhões e R\$ 5,2 bilhões, respectivamente, somando R\$ 10 bilhões, correspondendo a 10% dos investimentos totais.

Em relação ao evento Copa do Mundo, durante o exercício de 2015, não foram contratadas novas operações. No entanto, até o final de 2015, o Banco acumulava 79 operações contratadas, sendo 47 com recursos do Programa FNE - Proatur no montante de R\$ 1,28 bilhão e 32 operações do FNE - MPE - Turismo no valor total de R\$ 63,5 milhões, totalizando R\$ 1,3 bilhão, conforme critérios de enquadramento estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional e Ministério do Turismo em consonância com os órgãos de controle externo, viabilizando investimentos totais de R\$ 2,6 bilhões.

### Negócios com Micro e Pequenas Empresas (MPes)

O segmento de Micro e Pequenas Empresas é composto por clientes que apresentam faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões. A iniciativa se alinha às diretrizes governamentais, notadamente às que regem o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que determinam às instituições financeiras oficiais o direcionamento de suas ações para apoio às micro e pequenas empresas.

O Banco do Nordeste vem trabalhando permanentemente no sentido de apoiar financeiramente às Micro e Pequenas Empresas da região Nordeste e norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O Banco do Nordeste financiou, no exercício de 2015, o montante de R\$ 2,8 bilhões referentes às contratações com micro e pequenas empresas, por meio de suas linhas de crédito de longo e curto prazo, sendo R\$ 2,1 bilhões com recursos do FNE, referente às operações de longo prazo e R\$ 647,3 milhões, em operações de crédito de curto prazo utilizando, neste caso, recursos internos.

Em 2015 foram atendidas 24.473 micro e pequenas empresas. O setor de comércio foi o principal beneficiado, sendo atendido com R\$ 1,5 bilhão em contratações, correspondendo a 54,3% do total de recursos aplicados pelo Banco do Nordeste neste segmento. Na região do Semiárido, que é um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foram contratadas, somente com recursos do FNE, 12.889 operações, o que representa 51% do total das operações efetivadas.

### Negócios Empresariais

O segmento Empresarial é composto por empresas de pequeno-médio, médio e grande portes, abrangendo as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$ 3,6 milhões até R\$ 200,0 milhões. Ao final de 2015,

o Banco alcançou o quantitativo de 6.913 clientes, apresentando um incremento de 18% em relação à quantidade de clientes existentes ao final de 2014. Em 2015 segmento apresentou os seguintes resultados: contratações de crédito de curto prazo e comércio exterior no valor de R\$ 2,2 bilhões, contratações de crédito Especializado, incluindo operações com recursos do FNE, no valor de R\$ 2,8 bilhões e saldo médio de captação de recursos no valor de R\$ 2,1 bilhões.

### Negócios Corporate

O segmento Corporate é composto por 622 clientes que apresentam faturamento anual superior a R\$ 200 milhões. Em 2015 foram contratadas operações de longo prazo no montante de R\$ 1,7 bilhão, sendo, com recursos oriundos do FNE, R\$ 1,6 bilhão; com o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), R\$ 53,6 milhões; e, L.C.A, R\$ 33,4 milhões. Já no âmbito do curto prazo (Recursos Internos e Externos) foi contratado em torno de R\$ 1,0 bilhão com os clientes deste segmento. O saldo médio das aplicações financeiras do segmento Corporate correspondeu a R\$ 3,3 bilhões no ano de 2015.

### Negócios com Governo

Os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indireta, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas pertencentes à Administração Pública Indireta, as ditas “não dependentes”, conforme legislação vigente.

O Banco do Nordeste, na qualidade de Agente do Governo Federal, atua como depositário de recursos de convênios e como Mandatário da União nos contratos de repasse provenientes de Transferências Voluntárias do Orçamento Geral da União - OGU para Estados, Municípios e entidades não governamentais.

O Banco também disponibiliza produtos e serviços voltados ao setor público, destacando-se os fundos de investimentos destinados exclusivamente a receber recursos dos regimes próprios da previdência social instituídos pelo Governo Federal, Governo dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Fazem parte também dessa linha de produtos voltados para este público os programas de crédito com recursos do BNDES, por meio das quais Estados e Municípios podem ter acesso a financiamentos voltados à melhoria da eficiência, qualidade e transparência da gestão pública, para a aquisição de máquinas e equipamentos destinados a intervenções em vias públicas, rodovias e estradas ou renovar e ampliar a frota de veículos de transporte escolar.

Até 2015, os negócios realizados pelo Banco com o Segmento Governo, por meio da contratação de operações de crédito e captação de recursos, alcançaram, respectivamente, o volume R\$ 1,6 bilhões de saldo devedor e R\$ 800 milhões de saldo de captações, com um total de 1.962 clientes.

### Negócios de Crédito Comercial

Importante registrar que os empréstimos de Crédito Comercial, de forma isolada ou complementar aos investimentos, compreendem os produtos Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Desconto de Títulos, Contas Garantidas e Cartões de Crédito.

Os recursos utilizados são provenientes de Recursos Próprios do Banco (fonte: Recin), os quais foram destinados para dar apoio aos agentes produtivos da Área de atuação do Banco, nos setores da indústria, comércio, turismo, agroindústria e serviços.

Em 2015, o Banco aplicou cerca de R\$ 3,2 bilhões relativos ao saldo médio das operações de crédito comercial. Fazendo-se uma comparação com a aplicação de recursos realizada no ano de 2014 (R\$ 2,8 bilhões), verifica-se um crescimento nas aplicações em 20,90%.

### Negócios de Comércio Exterior e Câmbio

A soma da movimentação de todos os negócios de câmbio realizados durante o ano de 2015 atingiu o montante de R\$ 5,9 bilhões entre operações de crédito, serviços de câmbio pronto, interbancário e arbitragens de moedas, representando crescimento de 96,67% em relação ao ano de 2014. Números bastantes representativos, mesmo quando consideramos a parcela que pode ser atribuída à valorização cambial, que foi de 47% no período.

Além do crédito, os clientes contam com o suporte necessário aos seus

negócios internacionais por meio da oferta de serviços como transferências financeiras, câmbio pronto de exportação e importação e cobrança de exportação e de importação. Por meio da realização de operações de câmbio e comércio exterior, o Banco do Nordeste mantém o suporte para que as empresas nordestinas acessem os mercados internacionais, desempenhando o seu papel desenvolvimentista.

### Cartão BNDES

O Banco do Nordeste iniciou a operacionalização do Cartão BNDES em junho de 2015.

Até o final de dezembro de 2015, foi concedido um limite total de R\$ 3,1 mil, tendo-se registrado um montante de R\$ 768 mil em compras já realizadas com o cartão.

Nesse mesmo período, foram solicitados no Portal do CARTÃO BNDES mais de 1.200 cartões, cujos pedidos ainda passarão por análise, aprovação e formalização de crédito antes da liberação final do cartão para aquisição de bens.

### Estudos, Pesquisas e Avaliações

O BNB também elabora, promove e difunde conhecimentos técnicos, científicos e estratégias, bem como planeja, formula, coordena e avalia políticas e programas, por meio do seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene). Dentre os estudos e ações efetivadas no âmbito do Etene em 2015, destacaram-se:

- Lançamento dos Perfis Socioeconômicos dos Estados do Nordeste – Edição 2015;
- Lançamento dos novos índices criados pelo Etene (metodologia própria): Inflação Nordeste (IPCA-NE) e Cesta Básica Regional;
- Elaboração e publicação de estudos e informes macroeconômicos e sobre o setor industrial e o de serviços. Informes rurais sobre setores, segmentos e atividades agrícolas e pecuárias do Nordeste;
- Elaboração do Mapa de Investimentos Previstos para a Região Nordeste;
- Elaboração do trabalho de identificação de setores estratégicos para o Nordeste em tempos de crise;
- Lançamento da Edição Especial da Revista Econômica do Nordeste (REN) – Agroamigo 10 Anos;
- Avaliação dos impactos econômicos gerados pelos desembolsos do Prodetur NE/II, no período de 2007 a 2012, utilizando a metodologia de controle sintético (*Synthetic Control*);
- Elaboração e publicação da Revista BNB Conjuntura Econômica (quatro edições em 2015);
- Elaboração de estudos estatísticos: A Indústria Extrativa e de Transformação na Região Nordeste 1996-2012; Comércio Exterior da Região Nordeste 2015, Pecuária no Nordeste: 2000 a 2014 e o Perfil dos Estados do Nordeste; e
- O conjunto de informações apresentada na forma de estudos, mapas temáticos e de dados estatísticos, relativas à área de atuação do BNB, abrange a Região Nordeste e o Norte dos Estados de Espírito Santo e Minas Gerais.

### 1.10.4. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é o principal financiador de projetos de investimentos de longo prazo na economia brasileira, constituindo assim o braço financeiro da política nacional de apoio ao desenvolvimento produtivo.

Em 2015, foram desembolsados R\$ 136 bilhões para projetos de investimento, o que representa um montante 28% inferior ao praticado no ano passado. O desempenho acompanha a desaceleração da demanda por novos investimentos no Brasil e foi também influenciado pelas condições de financiamento mais restritivas que vigoraram a partir de 2015, no contexto da política de ajuste fiscal implementada pelo governo federal.

O Banco apoia um amplo conjunto de segmentos produtivos e atende a todas as faixas de portes de empresas. Analisando os desembolsos, o setor de infraestrutura foi o grande destaque como destinatário de 40,4% do total financiado, seguido pela indústria (27,1%), comércio e serviços (22,4%) e agropecuária (10,1%).

Mesmo diante do cenário de retração, o Banco manteve níveis consistentes de apoio em áreas importantes. Destaque para os projetos de energia elétrica, que receberam R\$ 21,9 bilhões (alta de 15% em relação a 2014); e logística, que obteve R\$ 20 bilhões em financiamentos (crescimento de 8% face a 2014).

No apoio à inovação, o Banco conseguiu manter um nível relevante de apoio, com desembolsos de R\$ 6 bilhões em 2015, igualando o montante recorde observado no ano anterior. Alguns destaques foram projetos de apoio a

esforços de engenharia no setor aeronáutico, microeletrônica, e de suporte ao desenvolvimento da biotecnologia avançada na área de biofármacos, biocombustíveis e bioquímicos.

#### Resultados da Atuação do BNDES

As tabelas a seguir trazem as liberações, as contratações, os desembolsos e os saldos a liberar das operações do Banco em 2015.

#### LIBERAÇÕES, CONTRATAÇÕES E SALDO A LIBERAR DE OPERAÇÕES CONTRATADAS

	LIBERAÇÕES					
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
agricultura	0	115.839.660	193.493.794	136.062.392	30.126.440	475.522.286
indústria	480.432.219	4.114.455.014	10.870.996.689	5.161.648.811	453.652.763	21.081.185.495
comércio	11.409.604	63.457.452	1.138.458.609	201.109.276	52.924.068	1.467.359.008
outros serviços	5.271.709.606	11.776.852.919	22.074.478.551	4.223.851.606	4.190.605.778	47.537.498.460
indireto	6.080.822.656	6.443.987.776	25.437.466.639	19.240.491.537	8.177.711.572	65.380.480.179
<b>TOTAL</b>	<b>11.844.374.085</b>	<b>22.514.592.821</b>	<b>59.714.894.281</b>	<b>28.963.163.622</b>	<b>12.905.020.620</b>	<b>135.942.045.428</b>

Fonte: BNDES

	CONTRATAÇÕES						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	INTERESTADUAL	BRASIL
agricultura			50.944.494		31.299.000	89.477.000	171.720.494
indústria	158.505.038	3.115.947.623	9.568.341.971	591.307.086	290.329.000	1.399.223.184	15.123.653.902
comércio			71.277.991	123.451.835	4.999.000	161.907.000	361.635.825
outros serviços	1.242.106.398	10.466.288.341	20.818.765.951	2.241.547.676	878.327.700	1.007.007.870	36.654.043.936
indireto	3.063.891.388	5.629.164.510	23.593.093.180	16.883.350.135	6.850.659.402	380.382.584	56.400.541.200
<b>TOTAL</b>	<b>4.464.502.825</b>	<b>19.211.400.475</b>	<b>54.102.423.587</b>	<b>19.839.656.731</b>	<b>8.055.614.101</b>	<b>3.037.997.638</b>	<b>108.711.595.357</b>

Fonte: BNDES

	SALDO A LIBERAR DE OPERAÇÕES CONTRATADAS						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	INTERESTADUAL	BRASIL
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Interestadual	Brasil
agricultura	28.004.570	266.583.202	168.852.560	103.659.719	21.457.306	542.366.248	1.130.923.603
indústria	2.140.010.846	4.551.635.121	28.500.657.934	4.232.620.531	1.031.655.526	1.437.980.971	41.894.560.930
comércio		1.203.430	1.131.089.022	185.422.745	12.324.952	527.448.874	1.857.489.023
outros serviços	4.370.756.696	13.719.467.874	42.567.662.527	6.270.184.083	4.042.723.034	8.824.335.919	79.795.130.133
indireto	1.668.767.593	2.077.773.657	9.049.542.110	4.181.034.197	2.382.788.114	881.320.462	20.241.226.133
<b>TOTAL</b>	<b>8.207.539.705</b>	<b>20.616.663.284</b>	<b>81.417.804.153</b>	<b>14.972.921.275</b>	<b>7.490.948.932</b>	<b>12.213.452.473</b>	<b>144.919.329.822</b>

Fonte: BNDES

As tabelas a seguir trazem a variação do Saldo em Carteira das Operações de Financiamento (não constam operações com ações e operações estritamente financeiras, mas constam as operações de aplicações por meio de debêntures):

#### SALDO DA CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO

	SALDO DE CARTEIRA 2014						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
agricultura	5.277.931.722	488.678.837	1.930.616.669	110.895.582	533.216.971	1.306.417.043	9.647.756.824
indústria	4.489.791.908	30.718.166.464	79.972.929.324	12.537.548.779	12.253.648.487	13.326.868.530	153.298.953.491
comércio	247.282	256.923.298	1.878.002.865	193.769.542	38.651.684	2.028.493.099	4.396.087.771
outros serviços	36.137.565.383	40.022.936.487	97.255.787.628	17.582.146.225	23.035.257.183	44.427.483.357	258.461.176.263
indireto	28.047.096.153	30.309.022.933	124.541.934.939	87.919.280.167	36.365.712.979	2.825.471.693	310.008.518.864
<b>Total</b>	<b>73.952.632.449</b>	<b>101.795.728.019</b>	<b>305.579.271.424</b>	<b>118.343.640.295</b>	<b>72.226.487.304</b>	<b>63.914.733.722</b>	<b>735.812.493.213</b>

Fonte: BNDES

	SALDO DE CARTEIRA 2015						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
agricultura	318.490.637	390.508.750	536.357.016	99.691.874	96.671.359	1.628.979.773	3.070.699.410
indústria	5.272.847.797	33.756.364.553	73.313.114.155	15.216.474.525	11.744.503.257	13.245.550.690	152.548.854.978
comércio	0	209.756.585	2.285.808.871	307.935.098	22.719.618	1.736.375.575	4.562.595.747
outros serviços	36.261.823.926	52.917.055.556	111.151.426.048	19.637.219.992	24.357.429.993	49.591.847.008	293.916.802.523
indireto	30.375.313.566	23.461.232.470	110.769.450.468	80.768.241.806	38.054.528.785	2.953.177.478	286.381.944.574
Total	72.228.475.926	110.734.917.915	298.056.156.559	116.029.563.295	74.275.853.012	69.155.930.524	740.480.897.232

Fonte: BNDES

	VARIÇÃO DE CARTEIRA 2015-2014						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
agricultura	-4.959.441.085	-98.170.087	-1.394.259.653	-11.203.708	-436.545.612	322.562.730	-6.577.057.414
indústria	783.055.889	3.038.198.090	-6.659.815.169	2.678.925.747	-509.145.230	-81.317.840	-750.098.513
comércio	-247.282	-47.166.713	407.806.007	114.165.555	-15.932.066	-292.117.525	166.507.977
outros serviços	124.258.543	12.894.119.069	13.895.638.420	2.055.073.768	1.322.172.810	5.164.363.651	35.455.626.259
indireto	2.328.217.413	-6.847.790.463	-13.772.484.470	-7.151.038.361	1.688.815.807	127.705.785	-23.626.574.290
Total	-1.724.156.522	8.939.189.895	-7.523.114.865	-2.314.076.999	2.049.365.709	5.241.196.802	4.668.404.019

As tabelas a seguir trazem os fluxos financeiros da Carteira das Operações de Financiamento (não constam operações com ações e operações estritamente financeiras, mas constam as operações de aplicações por meio de debêntures):

#### FLUXOS FINANCEIROS DA CARTEIRA DAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO

	AMORTIZAÇÃO 2015						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
agricultura	0	739.585	39.662.385	4.880.300	18.632.191	57.951.032	121.865.493
indústria	792.456.935	5.048.751.861	10.767.848.282	2.132.468.679	1.639.069.753	2.387.246.749	22.767.842.260
comércio	0	11.748.555	223.215.284	17.693.333	642.247	764.529.720	1.017.829.139
outros serviços	1.745.139.043	6.213.399.797	18.372.741.435	1.644.755.980	1.325.466.276	5.124.768.922	34.426.271.452
indireto	4.303.805.698	9.164.887.344	40.408.342.307	26.124.150.565	8.886.068.424	252.656.631	89.139.910.969
Total	6.841.401.676	20.439.527.142	69.810.561.363	29.923.948.857	11.869.878.892	8.587.153.055	147.473.719.315

Fonte: BNDES

	JUROS 2015						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
agricultura	9.038.167	19.496.991	31.907.275	6.570.377	7.551.977	102.752.275	177.317.062
indústria	185.064.933	2.171.423.759	3.508.648.866	723.842.212	749.739.450	660.658.118	7.999.377.337
comércio	0	4.260.458	90.776.233	11.278.063	875.403	157.347.259	264.537.416
outros serviços	1.527.715.670	2.914.272.506	7.620.653.403	1.196.940.970	948.128.100	2.972.998.631	17.180.709.280
indireto	1.015.622.301	910.487.339	4.395.496.021	2.754.720.731	1.345.838.923	97.490.216	10.519.655.530
Total	2.737.441.071	6.019.941.053	15.646.233.467	4.693.352.353	3.052.133.853	3.991.246.499	36.141.596.626

Fonte: BNDES

	OUTROS EVENTOS 2015*						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
agricultura	117.912	449.343	200.087	56.497	56.399	1.499.593	2.379.831
indústria	1.127.776	3.339.709	72.009.684	6.490.023	13.115.646	4.373.519	100.456.357
comércio	0	0	57.551	66.047	28.077	418.648	570.323
outros serviços	2.277.224	7.818.339	100.620.806	10.006.054	593.235	6.832.789	128.148.447
indireto	2.662.689	1.865.565	5.236.439	5.346.127	5.943.001	48.265	21.102.085
Total	6.185.602	13.472.955	176.876.237	21.964.747	19.736.359	13.172.814	252.657.043

Fonte: BNDES / \* multas, juros de mora etc

## Impacto Fiscal das Atividades do BNDES

O ano de 2015 foi marcado por uma mudança significativa na relação entre BNDES e União. Diferentemente do período entre 2008 e 2014, nenhum contrato de financiamento, renegociação ou capitalização foi celebrado.

Adicionalmente, em dezembro de 2015, ocorreu a liquidação antecipada de dois contratos entre empresas do Sistema BNDES e a União no valor de R\$ 15,76 bi<sup>18</sup>.

A liquidação de contratos desse tipo reduz a dívida bruta da União sem gerar, entretanto, impacto sobre a dívida líquida, uma vez que o ativo da União contra o BNDES também é cancelado. A tabela abaixo apresenta o cronograma de liquidações dos mencionados contratos.

2015		
CONTRATO	DATA	VALOR
CT 390 (SELIC)	24/12/2015	R\$ 1.698.225.524,19
CT 895 (US\$)	24/12/2015	R\$ 3.963.200.000,00
CT 895 (US\$)	29/12/2015	R\$ 3.918.600.000,00
CT 895 (US\$)	30/12/2015	R\$ 4.234.120.000,00
CT 895 (US\$)	31/12/2015	R\$ 1.952.400.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 15.766.545.524,19</b>

Fonte: BNDES

Considerados os valores antecipados conforme tabela acima, o BNDES efetuou pagamento de principal em valor total de R\$ 18,71 bi.

A despesa com juros referentes aos contratos entre União e BNDES, em regime de caixa, foi de R\$ 5,96 bi. Já em regime de competência, a despesa total com juros foi de R\$ 31,30 bi.

Acrescentando uma variação cambial de R\$ 10,46 bi e uma correção monetária de R\$ 0,43 bi, a remuneração total dos créditos da União com o BNDES, por regime de competência, foi de R\$ 42,19 bi.

Ao longo do ano de 2015 o Tesouro Nacional realizou o pagamento R\$ 30,68 bi ao BNDES a título de equalização de taxa de juros.

Com isso, o BNDES terminou o ano com saldo de equalizações a receber referentes apenas à competência do segundo semestre de 2015, zerando pendências de vários anos. Já o BNDES pagou R\$ 0,23 bi em equalizações negativas à União.

Outras fontes de contribuição fiscal do BNDES ao longo de 2015 foram os pagamentos de proventos à União de R\$ 4,97 bi, sendo R\$ 1,63 bi a título de dividendos complementares referentes ao exercício 2014, R\$ 2,39 bi de juros sobre o capital próprio e R\$ 0,95 bi de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2015.

18 Referente aos contratos nº 390/PGFN/CAF e nº 895/PGFN/CAF. Mais informações podem ser obtidas na Nota à Imprensa emitida pelo Ministério da Fazenda em 27/01/2016, que pode ser encontrada em: <http://www.fazenda.gov.br/noticias/2016/janeiro/liquidacao-antecipada-de-contratos-do-bndes-junto-ao-tesouro-nacional>

Cabe destacar que a operação de liquidação antecipada foi interessante para o BNDES, uma vez que os contratos eram os mais onerosos para o BNDES, com custo elevado em comparação com a TJLP.

Já os pagamentos de tributos atingiram R\$ 5,26 bi ao longo do ano passado, conforme tabela a seguir:

### R\$ BILHÕES

TRIBUTO	VALOR PAGO EM 2015
IRPJ	2,58
CSLL	1,28
PIS/PASEP	0,16
COFINS	0,97
ISS	0,01
IOF	0,01
CIDE	0,00
INSS	0,25
<b>TOTAL</b>	<b>5,26</b>

Fonte: BNDES

Finalmente, destaca-se que o CMN elevou gradualmente a TJLP de 5% a.a., patamar em que se encontrava em 2014, até 7% a.a. ao final de 2015 e 7,5% a.a. no primeiro trimestre de 2016.

Esse aumento contribuiu para reduzir a dívida líquida da União, uma vez que os créditos da União junto ao BNDES são remunerados majoritariamente por esta taxa, ainda que o aumento também eleve (em menor magnitude) as despesas da União com Equalizações.

Os limites de recursos equalizáveis no âmbito do PSI também foram reduzidos em R\$ 30,5 bi, por meio da Resolução CMN 4.440/2015.

As taxas de operações do PSI contratadas em 2015 também foram elevadas, que assim como os outros eventos descritos acima trabalharam no sentido de reduzir o impacto fiscal da relação entre BNDES e União.<sup>19</sup>

## Avaliação Sobre as Respectivas Políticas de Aplicação de Recursos à Luz do Disposto no art. 106 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2015 - Lei 13.080/2015.

### I – Para o BNDES

#### Apoio à Micro, Pequenas e Médias Empresas - MPME

A recessão em 2015 teve significativo impacto sobre a utilização dos recursos de financiamento disponíveis para as micro, pequenas e médias empresas em 2015. Essa contração pôde ser percebida em maior magnitude na comercialização de equipamentos via BNDES-Finame, que são as operações mais ágeis e, conseqüentemente, mais rapidamente cortadas pelas empresas numa situação de retração de perspectivas de demanda.

19 Anualmente, o BNDES elabora estudo sobre o impacto fiscal das operações junto à União e o disponibiliza em uma seção do Relatório Gerencial Trimestral dos Recursos do Tesouro Nacional, enviado ao Congresso Nacional. O cálculo leva em consideração, além da diferença entre a remuneração dos contratos e o custo de captação da União, efeitos sob a ótica do custo econômico líquido para a sociedade, diferente da ótica da contabilidade pública. O cálculo referente ao ano de 2015 ainda não foi finalizado, mas o exemplo do cálculo pode ser encontrado em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/Relatorio\\_Recursos\\_Financeiros\\_1trimestre2015.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/Relatorio_Recursos_Financeiros_1trimestre2015.pdf)

	DESEMBOLSO (R\$ MILHÕES)				CRESCIMENTO (%)	
	2012	2013	2014	2015	MÉDIA 3 ANOS	ANO ANTERIOR
Finame	30.010	44.267	39.993	17.832	-53%	-55%
BNDES Automático	9.387	8.243	6.558	7.016	-13%	7%
Cartão BNDES	9.543	10.023	11.547	11.252	8%	-3%
Bndes Finem	610	439	693	693	19%	0%
Outros	571	572	583	560	-3%	-4%
<b>BNDES</b>	<b>50.122</b>	<b>63.543</b>	<b>59.374</b>	<b>37.353</b>	<b>-35%</b>	<b>-37%</b>

	DESEMBOLSO (R\$ MILHÕES)				CRESCIMENTO (%)	
	2012	2013	2014	2015	MÉDIA 3 ANOS	ANO ANTERIOR
Agricultura	9.217	15.026	13.745	11.759	-7%	-14%
Indústria	10.663	11.210	9.109	5.573	-46%	-39%
Comércio	10.093	11.990	11.497	7.618	-32%	-34%
Transportes	11.935	15.977	15.239	5.687	-60%	-63%
Outros	8.214	9.340	9.784	6.715	-26%	-31%
<b>BNDES</b>	<b>50.122</b>	<b>63.543</b>	<b>59.374</b>	<b>37.353</b>	<b>-35%</b>	<b>-37%</b>

### Programa BNDES Revitaliza

Os desembolsos do programa BNDES de Revitalização de Empresas (BNDES Revitaliza) alcançaram R\$ 111,0 milhões em 2015. Destes, R\$ 21,1 milhões foram utilizados por micro, pequenas e médias empresas.

Foram apoiadas empresas de 10 Estados, com destaque para a Região Sul (R\$ 54,9 milhões ao todo, sendo R\$ 41,4 milhões em Santa Catarina) e a Região Nordeste (R\$ 36,8 milhões ao todo, sendo R\$ 35,5 milhões em Pernambuco).

### Financiamento nas áreas de saúde, educação, meio ambiente

Em virtude da diversidade de segmentos contidos, o BNDES não tem como apurar uma informação consolidada desta complexidade através de seus sistemas corporativos. Cabe destacar o apoio do BNDES a projetos na esfera da mobilidade urbana, que contou com R\$ 8,5 bilhões em desembolsos em 2015 (alta de 30% em relação a 2014).

### Investimentos na área de geração e transmissão de energia elétrica

Os financiamentos do BNDES relacionados aos investimentos do setor de energia elétrica atingiram R\$ 21,9 bilhões em 2015. O salto mais relevante nos financiamentos à área de energia foi dado pelos projetos eólicos, que receberam desembolsos de R\$ 6,6 bilhões, o que significa expansão expressiva de 85% frente ao ano anterior.

### Economia Solidária

O desembolso do BNDES através do Departamento de Economia Solidária da Área de Agropecuária e Inclusão Social (Agris/Desol) alcançou R\$ 18,3 milhões em 2015. Estes valores excluem as operações de apoio ao microcrédito. São exemplos de ações apoiadas pelo AGRIS/DESOL nessa temática:

#### a) Programa TERRA FORTE

O Programa Terra Forte tem como finalidade promover a redução das desigualdades, a inclusão social e o desenvolvimento territorial, por meio do apoio a estruturação de empreendimentos produtivos coletivos vinculados a assentamentos da reforma agrária, criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em todo o território nacional. Foi elaborado no contexto do Plano Brasil Sem Miséria, instituído pelo Decreto nº 7.492, de 02/06/2011, que tem como um dos eixos prioritários a inclusão produtiva das populações em situação de pobreza. Um dos objetivos do referido Plano é ampliar a produção no campo, promovendo o acesso de populações em situação de risco social aos meios de produção e aos mercados, bem como ampliar e fortalecer a

segurança alimentar.

O Programa foi formalizado por meio de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre BNDES, Fundação Bando do Brasil, Banco do Brasil, MDS, CONAB e INCRA, com a interveniência da União, por meio do MDA e da SG/PR. Em relação à sua governança, conta com um Comitê Gestor (CG), estratégico, responsável pela definição das diretrizes gerais, e um Comitê de Investimentos (CI), operacional, responsável pela organização dos trabalhos, subsídios às decisões do CG e aprovação de projetos. Os comitês são formados por representantes dos parceiros do Programa.

O apoio se dá nas seguintes linhas de ação:

- produção ou produtividade agropecuária;
- implantação ou modernização de agroindústrias; e
- comercialização dos produtos agroindustrializados.

Pretende-se, ao agregar valor a produtos oriundos desses assentamentos, possibilitar a geração de novos postos de trabalho, o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida da população dos assentamentos e entornos.

Foram selecionados, até o momento, 32 projetos de cooperativas da agricultura familiar, cujas cadeias produtivas englobam os seguintes produtos: leite e derivados, café, arroz, grãos diversos, coco, caju, café, frutas, mandioca, cana de açúcar e erva mate. Os orçamentos originais totalizam cerca de R\$ 136 milhões, dos quais R\$ 94 milhões são em recursos não reembolsáveis. A distribuição regional dos projetos selecionados se deu da seguinte forma:

REGIÃO	Nº DE PROJETOS	NÃO REEMBOLSÁVEL (R\$)	TOTAL (R\$)
Norte	2	4.563.463,29	5.651.708,00
Nordeste	7	18.147.366,56	20.754.834,00
Centro-oeste	5	7.273.911,81	9.493.104,00
Sudeste	7	21.309.238,79	29.378.249,00
Sul	11	42.613.435,13	70.583.298,00
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>93.907.415,58</b>	<b>135.861.194,00</b>

Até o momento, o Comitê de Investimentos aprovou 10 projetos que somam um valor total de R\$ 59.311.454,15, sendo R\$ 36.186.908,28 recursos não reembolsáveis do BNDES Fundo Social.

Os investimentos apoiados pelo BNDES preveem itens como: máquinas e equipamentos; móveis, utensílios e material permanente; veículos e caminhões; construção, adequação e reparo em imóveis; equipamentos de informática, comunicação e software.

Além disso, também está previsto apoio concedido por outros parceiros do Programa (Incra, Conab, MDA, Banco do Brasil) para itens como:

- assistência técnica aos produtores de matéria-prima relacionada à agroindústria;
- assessorias especializadas em gestão, economia, tecnologia e meio-ambiente;
- capacitação nos campos da organização social, da educação ambiental, da gestão organizacional e na área técnico-operacional;
- assistência técnica e acompanhamento dos projetos apoiados;
- elaboração de estudos, diagnósticos, análises de mercado, projetos e planos de negócios, publicações, assessoramento em avaliação e monitoramento de projetos e material de divulgação;
- capital de giro associado ao investimento e despesas pré-operacionais;
- contratação de entidade(s) para a realização de avaliação dos impactos sociais dos projetos apoiados; e
- crédito para realização de despesas operacionais relacionadas à produção agropecuária dos cooperados/associados das entidades proponentes.

#### b) ECOFORTE – Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica

Foi instituído pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 13.2.1089.1, celebrado em 17/10/2013, pela União, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República – SG/PR; do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; do Ministério do Meio Ambiente – MMA; do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab; pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; pela Fundação Banco do Brasil – FBB e pelo Banco do Brasil S.A., bem como instituído um Comitê Gestor para o Programa, com representantes dessas instituições (Portaria Interministerial nº 56, de 09/12/2013).

O BNDES realizou, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, o lançamento de dois Editais de Seleção de Projetos no âmbito do Ecoforte, apoiados com recursos do BNDES Fundo Social e do Fundo Amazônia, relacionados a seguir:

1. Edital de Seleção Pública de Projetos de Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica – Ecoforte Redes: Lançado em 14/03/2014, o Edital previa a seleção de projetos territoriais com foco na estruturação de unidades de referência relacionados à produção sustentável, apresentados por redes de agroecologia, com valor máximo de R\$ 1,25 milhão por projeto. Foram apresentadas 161 propostas, das quais 33 propostas foram habilitadas no processo seletivo.

Os recursos disponíveis para o Edital - R\$ 32,6 milhões - permitiram atender 28 das 33 propostas habilitadas. Os projetos selecionados estão em fase de execução, tendo o BNDES realizado liberações de recursos no valor de R\$ 11,2 milhões, do BNDES Fundo Social e de R\$ 1,4 milhão do Fundo Amazônia.

2. Edital de Seleção Pública de Projetos de Estruturação de Empreendimentos Econômicos Coletivos em Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável – Ecoforte Extrativismo: o Edital, lançado em 19/09/2014, teve como objetivo a seleção de projetos voltados para a estruturação de empreendimentos coletivos, para qualificar e promover a comercialização da produção extrativista no Bioma Amazônia.

O Edital previa o aporte de R\$ 6 milhões, oriundos da Fundação Banco do Brasil e do Fundo Amazônia, em projetos com valor máximo de R\$ 450 mil. Foram selecionadas 10 propostas, dentre as 32 apresentadas, no valor total de R\$ 4 milhões.

#### c) Conab

O BNDES e a Conab firmaram, em 17/12/2012, o Acordo de Atuação Conjunta nº 12.2.1268.1, bem como um Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável, no valor de R\$ 23 milhões, para o apoio a empreendimentos coletivos rurais de base familiar visando

a sua inserção nos mercados institucional e privado de alimentos. Até o momento foram lançados dois editais de chamada de projetos, ambos com o objetivo de realizar pequenos investimentos voltados para a estruturação de circuitos de produção, beneficiamento, processamento, armazenamento e comercialização nos empreendimentos produtivos rurais de base familiar.

O primeiro Edital de chamada pública foi lançado em fevereiro de 2013, no valor de R\$ 5 milhões, tendo sido apoiadas 98 organizações produtivas de agricultores familiares em 19 Estados com investimentos de até R\$ 50 mil.

O segundo edital foi lançado em dezembro de 2013, no valor de R\$ 15 milhões, priorizando as organizações de mulheres, jovens, quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, bem como o sistema de produção orgânica ou de base agroecológica, tendo sido selecionados 291 projetos, que receberão investimentos de até R\$ 70 mil.

Os recursos dos editais devem ser aplicados para solucionar gargalos operacionais das organizações produtivas, permitindo expandir suas atividades, melhorar a qualidade dos alimentos, aprimorar as condições de trabalho no meio rural e proporcionar ampliação da renda dos produtores, além de favorecer, indiretamente, a população em situação de insegurança alimentar.”

#### Microcrédito

O desembolso do BNDES através de seus programas de apoio ao microcrédito alcançou R\$ 310,2 milhões em 2015 dos quais R\$ 162,7 milhões aplicados na Região Nordeste e R\$ 128,6 milhões aplicados na Região Sul.

O objetivo do Produto BNDES Microcrédito é promover a economia popular por meio da oferta de recursos para o microcrédito produtivo orientado a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, visando a incentivar a geração de trabalho e renda.

Consideram-se pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte aquelas que auferam, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Dessa forma, as operações realizadas no âmbito do BNDES Microcrédito não tem foco em grupos específicos e busca atender aos microempreendedores que estão excluídos do Sistema Financeiro Tradicional.

Como exemplo de operações realizadas no BNDES Microcrédito, podemos citar: BNB, Ceape-SE, Sicoob Saromcredi, Banco da Família, Cresol Baser dentre outras.

#### Desenvolvimento de projetos de produção e distribuição de gás nacional e biocombustíveis nacionais

Os desembolsos do Departamento de Biocombustíveis da Área Industrial (AI/DEBIO) atingiram R\$ 1.516,7 milhões em 2015. Os desembolsos em projetos de produção e distribuição de gás alcançaram R\$ 371,9 milhões.

REGIÃO	DESEMBOLSO (R\$ MIL)	
	DEBIO	GÁS
Nordeste	100	2.746
Sudeste	1.010.506	300.363
Sul	17.858	68.819
Centro-Oeste	488.272	-
Brasil	1.516.736	371.928

#### Financiamento para os setores têxtil, pesqueiro, moveleiro, fruticultor e coureiro-calçadista.

Em sintonia com a perda de dinamismo verificada na economia brasileira em 2015, a demanda por recursos desse conjunto de setores contraiu significativamente.

	DESEMBOLSO (R\$ MILHÕES)				CRESCIMENTO (%)	
	2012	2013	2014	2015	MÉDIA 3 ANOS	ANO ANTERIOR
Textil	1.235	989	608	416	-56%	-32%
Moveleiro	1.028	929	610	388	-55%	-36%
Coureiro-Calçadista	835	602	273	115	-80%	-58%
Pesca e Aquicultura	32	51	37	32	-19%	-12%
Fruticultura	363	438	324	260	-31%	-20%

Financiamento de projetos e empreendimentos voltados para a cadeia produtiva da reciclagem de resíduos sólidos com tecnologias sustentáveis.

Mesmo não havendo um programa específico para esta política, ela é atingida dentro de um conjunto de ações incluídas no financiamento ao saneamento ou em processos mais amplos de apoio a Estados e Municípios, por exemplo. Cabe destacar que os desembolsos do BNDES a projetos da denominada “Economia Verde” atingiram R\$ 31,3 bilhões em 2015 (aumento de 11% relação a 2014).

A Economia Verde engloba projetos de eficiência energética, energias renováveis, gestão de água, esgoto e resíduos sólidos, melhorias agrícolas, adaptação a mudanças climáticas, reflorestamento, transportes públicos, dentre outros.

#### Financiamento para o desenvolvimento tecnológico nacional de insumos e equipamentos voltados à área da saúde.

O desembolso do Departamento de Produtos Intermediários Químicos e Farmacêuticos, que apoia toda a cadeia de fabricação de remédios, atingiu R\$ 470,1 milhões em 2015.

O financiamento ao setor de equipamentos médicos por outros departamentos operacionais do BNDES atingiu R\$ 5,1 milhões no mesmo período.

#### II – Para a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e o BNDES

Neste âmbito foram desenvolvidas políticas voltadas para a promoção da infraestrutura e da indústria, da agricultura e da agroindústria, com ênfase no fomento à pesquisa, ao *software* público, ao *software* livre, à capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, à estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do Mercosul, à geração de empregos e à redução do impacto ambiental; e

As ações do BNDES de apoio à Inovação em 2015 totalizaram R\$ 6.020,2 milhões, dos quais R\$ 1.519,1 milhões através da Finep. Essas ações não se restringiram a linhas tradicionais de financiamento: o apoio através de operações não reembolsáveis foi de R\$ 153,2 milhões; e os investimentos através de participação de capital R\$ 472,9 milhões.

Em 2015, foram aprovados R\$ 650 milhões para projetos de inovação em saúde, com destaque para o apoio a projetos de desenvolvimento e produção de medicamentos biotecnológicos no País.

Do ponto de vista dos resultados, foi lançado equipamento inovador para diagnóstico e tratamento de câncer de pele por meio de tecnologia fotodinâmica, parceria entre a Universidade de São Paulo (USP) e a empresa *MM Optics*.

O produto foi desenvolvido com recursos do BNDES Funtec contratado em 2010, no valor de R\$ 4 milhões. Em seu primeiro ano foram vendidos 242 equipamentos, sendo 28 exportados, totalizando receitas de R\$ 3,4 milhões.

Ao todo, quase 3 mil pessoas já foram tratadas em 75 centros de terapia fotodinâmica distribuídos pelo Brasil. A tecnologia possui grande potencial de ser incorporada pelo Sistema Único de Saúde.

Na modalidade fundos de investimento, o BNDES concluiu o processo de seleção do Gestor para o Fundo Criatec III, terceiro fundo nacional voltado para investimentos em capital semente capitaneado pelo Banco.

O fundo terá prazo total de dez anos, patrimônio comprometido superior a R\$ 200 milhões e investirá em empresas inovadoras com faturamento de

até R\$ 12 milhões que atuem prioritariamente nos setores de tecnologias da informação e comunicação, biotecnologia, novos materiais, nanotecnologia e agnegócios.

Com relação ao apoio à inovação nas MPMEs o programa BNDES MPME Inovadora foi lançado em 2014, com o objetivo de aumentar a competitividade das micro, pequenas e médias (MPMEs) empresas brasileiras, financiando os investimentos necessários à introdução de inovações no mercado. Até o final de 2015 foram aprovadas 126 operações, no valor aproximado de R\$ 209 milhões.

#### 1.10.5. Caixa Econômica Federal

Aos 155 anos de existência, a Caixa mantém o seu compromisso de ser mais que um banco. É uma Instituição presente na vida de milhões de brasileiros, atuando na implantação de iniciativas do Governo Federal, em setores como infraestrutura, habitação, saneamento básico e benefícios sociais, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, incentivando inclusão social.

Nesse sentido, a Caixa trabalha para dar continuidade à sua atuação histórica, buscando elevar-se a novos patamares de desempenho, alinhada às políticas voltadas à redução das desigualdades sociais e regionais, à indução do investimento e do dinamismo da economia do País.

Até setembro de 2015, as atividades da Empresa foram responsáveis por injetar R\$ 546,4 bilhões na economia brasileira por meio de contratações de crédito, distribuição de benefícios sociais, investimentos em infraestrutura própria, remuneração de pessoal, destinação social das loterias, dentre outros.

Na concessão de crédito habitacional, no financiamento da produção e do consumo e para o desenvolvimento das ações de saneamento e infraestrutura, a Caixa reafirma sua vocação de acreditar na capacidade de superação do País, especialmente frente a cenários adversos, o que é percebido pelo aumento de 15,5% no saldo da carteira de crédito que totalizou R\$ 666,1 bilhões em setembro de 2015.

No âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, nos nove meses de 2015, foram contratados pela Caixa R\$ 29,3 bilhões, totalizando 263,7 mil unidades habitacionais, realizando o sonho da casa própria de muitas famílias brasileiras, ao tempo em que propiciou o aquecimento da economia por meio da construção civil.

Em relação à execução dos programas governamentais, até setembro de 2015, foram pagos R\$ 20,5 bilhões em benefícios sociais e R\$ 150,3 bilhões em benefícios aos trabalhadores.

O principal programa de transferência de renda, Bolsa Família, pagou R\$ 19,8 bilhões em benefícios no período, contribuindo para a redução da taxa de mortalidade infantil e da evasão escolar, devido às condicionalidades do Programa.

Na esfera negocial, a Caixa busca fortalecer constantemente o relacionamento com seus clientes, investindo na melhoria de seus produtos, serviços e canais, visando à excelência em seu atendimento.

Atualmente, a Caixa dispõe de 64,7 mil pontos de atendimento e uma base de clientes com 82,4 milhões de correntistas e poupadores. Em 12 meses, foram conquistados cerca de 5,3 milhões de clientes.

Em relação ao desempenho econômico financeiro, até setembro de 2015, a Instituição obteve lucro líquido de R\$ 6,5 bilhões, evolução de 23,3% em doze meses, e totalizou R\$ 1,2 trilhão de ativos próprios.

## Estratégia Empresarial

A Caixa visa tornar-se referência em práticas de governança corporativa, seja pelo Modelo de Gestão vigente, seja pela adoção de práticas de gestão alinhadas a princípios como transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade sócio empresarial, conformidade, gestão estratégica de riscos e sustentabilidade.

Princípios que se concretizam em instrumentos variados de gestão, como o código de ética e as políticas de atuação da Empresa.

Como parte do movimento de revisão do Plano Estratégico Caixa 2012/2022, foram construídas as aspirações para as unidades funcionais e de negócios da Empresa, que consistem em um conjunto de ações programáticas que refletem o escopo de atuação e a contribuição dessas unidades para a visão de futuro da Caixa.

Essas aspirações são referenciais para a construção do Plano de Negócios da Caixa e guiam a elaboração das estratégias de atuação das áreas, incluindo as ações táticas e metas de negócios para os próximos anos.

## Principais realizações

Em setembro de 2015, a carteira de crédito ampliada da Instituição somava R\$ 666,1 bilhões, evolução de 15,5% em relação ao ano anterior.

A Caixa foi responsável por 34,0% do crescimento do mercado de crédito no período que vai de setembro de 2014 a setembro de 2015, obtendo participação de 20,9%.

As operações comerciais com pessoas físicas e jurídicas totalizaram R\$ 197,8 bilhões, alta de 5,7% em 12 meses.

O segmento de pessoas físicas registrou R\$ 103,7 bilhões, alta de 13,1% quando comparado a setembro de 2014. O saldo das operações destinadas às pessoas jurídicas totalizou R\$ 94,0 bilhões.

O crédito habitacional, concedido a pessoas físicas e jurídicas, cresceu 17,2% em 12 meses, encerrando o período com saldo de R\$ 375,7 bilhões.

O saldo da carteira de saneamento e infraestrutura apresentou crescimento de 33,3%, somando R\$ 68,4 bilhões. As operações voltadas para o segmento de agronegócio apresentaram saldo de R\$ 7,6 bilhões, ante R\$ 4,2 bilhões alcançado em 2014.

As operações imobiliárias, incluídos os subsídios, contrataram R\$ 70,6 bilhões. Em 2015, foi aplicado em operações com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, o total de R\$ 32,7 bilhões, que foram destinados à aquisição/construção de 144 mil imóveis residenciais no SFH, contribuindo com o Governo para a geração de empregos e manutenção da oferta de crédito.

## CAIXA – RECURSOS SBPE EM R\$ MILHÕES

RECURSOS SBPE	VALOR	VALOR (%)	QUANTIDADE	QUANTIDADE (%)
SBPE – SFH (Imóvel residencial)	29.446.080	90,1	144.661	94,4
SBPE – Fora SFH (Imóvel residencial)	3.101.803	9,5	7.850	5,1
SBPE – Imóvel Comercial	145.235	0,4	805	0,5
<b>TOTAL</b>	<b>32.693.118</b>	<b>100</b>	<b>153.316</b>	<b>100</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal

Em 2015 foram aplicados R\$ 6,9 bilhões nos Programas Carta de Crédito FGTS – Aquisição e Construção Individual e Imóvel na Planta, com recursos do FGTS, totalizando 64,9 mil operações, beneficiando uma população estimada de 263,5 mil pessoas em todo o território nacional. Desse montante, R\$ 633,8 milhões foram concedidos na forma de subsídio, quando da contratação do financiamento, destinados às famílias com renda até seis salários mínimos. Do total de operações contratadas com recursos do FGTS, 38,6% dos titulares são mulheres e 0,1% pessoas com mais de 65 anos.

O quadro seguinte demonstra a aplicação de R\$ 6,3 bilhões, correspondendo a 90,8%, em forma de financiamento, sendo R\$ 5,2 bilhões, 82,5%, destinados às famílias com renda até seis salários mínimos e, ainda, se considerada a quantidade de operações, esse percentual será de 87,0%. Dessa forma, a Caixa tem contribuído, como o Governo Federal, para a redução do déficit habitacional de famílias de baixa renda, um dos objetivos estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## CAIXA – OPERAÇÕES DE CRÉDITO (SALDO) EM R\$ MILHÕES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SALDO		VAR. %
	SET/2014	SET/2015	
Comercial	187.031	197.758	5,7
PF	91.723	103.716	13,1
PJ	95.308	94.042	-1,3
Habitacional	320.628	375.668	17,2
Saneamento e Infraestrutura	51.321	68.402	33,3
Financiamento rural e agroindustrial	4.173	7.597	82,1
Operações de crédito vinculadas à cessão	5.544	5.514	-0,5
Outros créditos c/ características de concessão de crédito <sup>1</sup>	7.727	11.116	43,9
<b>TOTAL</b>	<b>576.424</b>	<b>666.056</b>	<b>15,5</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal / (1) Em 2015 foram incluídos nos cálculos da Carteira Ampla o saldo dos adiantamentos de crédito de câmbio e adiantamento de comércio exterior

As contratações de operações de crédito da Caixa, até setembro de 2015, totalizaram R\$ 349,6 bilhões. Desse total, R\$ 205,2 bilhões corresponderam às contratações comerciais, com destaque para as operações com pessoas físicas que somaram R\$ 115,9 bilhões.

## CAIXA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO (CONTRATAÇÃO) EM R\$ MILHÕES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	CONTRATAÇÃO		
	SET/2014	SET/2015	VAR. %
Comercial	189.866	205.227	8,1
PF	105.953	115.943	9,4
PJ	83.913	89.284	6,4
Habitacional	94.477	70.559	-25,3
Saneamento e Infraestrutura	20.522	5.358	-74,0
Crédito rural	3.358	5.761	71,6
Outros Créditos	56.972	62.678	10,0
<b>Total</b>	<b>365.195</b>	<b>349.583</b>	<b>(4,3)</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal

## CCFGTS – INDIVIDUAL E IMÓVEL NA PLANTA POR FAIXA DE RENDA EM R\$ MILHÕES

SALÁRIO MÍNIMO	QUANTIDADE	%	VALOR (MIL)	%
Até 03 SM	19.073	29,4%	1.368.867	21,8%
De 03 a 06 SM	37.413	57,6%	3.810.306	60,7%
De 06 a 10 SM	8.413	13,0%	1.093.717	17,4%
Acima de 10 SM	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>64.899</b>	<b>100%</b>	<b>6.272.890</b>	<b>100%</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal

A seguir informamos a aplicação dos recursos do FGTS em forma de subsídio direto, no valor total de R\$ 633,8 milhões, onde se verifica o atendimento prioritário às famílias com renda até três salários mínimos.

**CCFGTS – INDIVIDUAL E FINANCIAMENTO À PRODUÇÃO  
PF SUBSIDIO FAIXA DE RENDA  
EM R\$ MILHÕES**

SALÁRIO MÍNIMO	VALOR (MIL)	% VALOR
Até 03 SM	337.808	53,3%
De 03 A 06 SM	296.000	46,7%
De 06 A 10 SM	0	0
Acima DE 10 SM	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>633.808</b>	<b>100%</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal

Para o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, de janeiro a setembro de 2015, foram contratados pela Caixa R\$ 29,3 bilhões, totalizando 263,7 mil unidades habitacionais. Dessas, 5,8% foram destinadas à Faixa I do programa, que atende os beneficiários com renda de até R\$ 1,6 mil em

modalidades integralmente subsidiadas pelo programa. O Programa Minha Casa Melhor, criado pela Lei 12.868/2013, é uma linha de financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, cujas condições de financiamento são determinadas em regulamentação do Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução 4.273/2013.

**CAIXA – PROGRAMA MINHA CASA MELHOR  
EM R\$ MILHÕES**

POSIÇÃO	QUANTIDADE CONTRATOS	LIMITE CONTRATADO	VALOR UTILIZADO
2013	383.392	1.910.485.337	1.192.494.394
2014	298.694	1.491.323.112	1.502.994.873
2015	27.728	138.035.936	232.377.005
<b>TOTAL</b>	<b>709.814</b>	<b>3.539.844.386</b>	<b>2.927.866.273</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal

**CAIXA – PROGRAMA MINHA CASA MELHOR POR REGIÃO  
EM R\$ MILHÕES**

REGIÃO	QUANT. CONTRATOS	%	LIMITE DISPONIBILIZADO	VALOR UTILIZADO	LOJAS
Nordeste	255.461	36,0%	1.274.373.841	1.092.407.005	6.309
Sudeste	190.318	26,8%	948.623.267	751.645.559	10.700
Sul	114.174	16,1%	569.183.474	451.458.890	8.560
Centro Oeste	100.501	14,2%	501.360.537	414.372.584	2.515
Norte	49.360	7,0%	246.303.267	217.982.236	1.589
<b>TOTAL</b>	<b>709.814</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.539.844.386</b>	<b>2.927.866.274</b>	<b>29.673</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal

Além do Programa Minha Casa Melhor, há legislação própria de outra linha de concessão de crédito para aquisição de bens de consumo duráveis e de material de construção também para beneficiários do PMCMV operados na Caixa, referentes aos produtos “Móveiscard” e “Construcard”.

Em relação ao crédito rural, cujos recursos são destinados ao custeio agrícola e pecuário, às operações de investimentos em máquinas e equipamentos, à aquisição de animais e à projetos de infraestrutura rural, até setembro de 2015, foram contratados R\$ 5,8 bilhões, atingindo saldo de R\$ 7,6 bilhões.

No tocante à conquista de novos clientes, até setembro de 2015, a Instituição atingiu a quantidade de 26,1 milhões de contas correntes. As contas destinadas à pessoa jurídica totalizaram 2,3 milhões, e as voltadas para pessoas físicas, 23,8 milhões, incluindo a modalidade Conta Caixa Fácil.

Até setembro de 2015, a Caixa foi responsável pela inclusão de 413,4 mil brasileiros no sistema bancário, por meio da Conta Caixa Fácil, modalidade que possui uma base de 9,7 milhões de contas ativas. Com isso, a Caixa, ao final do período, apresentou saldo de R\$ 440,0 bilhões em depósitos, incremento de 9,25% e crescimento nominal de R\$ 37,3 bilhões, em 12 meses.

Foram abertas 7,2 milhões de contas poupança, até setembro de 2015, totalizando 62,2 milhões, evolução de 8,8% em relação ao mesmo período do ano anterior e participação de mercado de 36,4%.

Esse desempenho contribuiu para que a poupança alcançasse saldo de R\$ 234,5 bilhões até setembro de 2015, incremento de 2,5% em comparação ao mesmo período de 2014.

**CAIXA - SALDOS DE DEPÓSITOS  
(VALORES EM R\$ MILHÕES)**

DEPÓSITOS	SALDO		VARIÇÃO % 2015/2014
	SET/2014	SET/2015	
A vista	24.574	24.263	-1,26
Poupança	228.727	234.466	2,51
A prazo	137.037	166.189	21,27
CDB/RDB	86.920	109.027	25,74
Judiciais	50.117	57.162	14,06
Depósitos Especiais e de Fundos e Programas	7.680	12.414	61,64
Outros	4.738	2.693	-43,16
<b>TOTAL</b>	<b>402.756</b>	<b>440.026</b>	<b>9,25</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal

A Caixa disponibiliza em seu portfólio de produtos as contas Caixa Fácil e Poupança Caixa Fácil, modalidades de contas especiais de depósitos disciplinadas pela Resolução CMN nº 3.211, de 30 de junho de 2004.

As contas especiais possuem características peculiares, tais como procedimentos simplificados para a abertura e limite dos valores de movimentação, sendo o seu principal objetivo ampliar o acesso à população de baixa renda aos serviços bancários.

A dispensa de comprovantes de renda e endereço representam a simplificação do processo, na medida em que permite a abertura de contas para cidadãos que não disponham de renda formal ou de meios para a comprovação de residência, situação vivenciada por grande parcela da população brasileira.

No que concerne ao limite de movimentação, as contas Caixa Fácil observam o que determina o art. 1º, II, da Resolução CMN nº 3.211/04, ou seja, essas contas não podem ter saldo superior a R\$ 3.000,00 (três mil reais), nem somatório dos depósitos efetuados em cada mês superior a esse

mesmo valor, caso o limite seja ultrapassado, as contas são automaticamente bloqueadas para verificação.

As contas Caixa Fácil não admitem a cobrança de remuneração para sua abertura ou manutenção, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a IV do art. 7º da Resolução CMN 3.211/2004.

À exceção do crédito rotativo, não há impedimento à contratação de operações de crédito, desde que observados o perfil do cliente,

suas condições de pagamento e as regras de movimentação da conta, contribuindo assim para a inserção gradativa do público de baixa renda no sistema financeiro.

A Empresa administra fundos e programas, por delegação do Governo Federal, dos quais se destaca, com o maior patrimônio, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, criado em 13 de setembro de 1966, com o intuito de garantir uma poupança ao trabalhador demitido sem justa causa.

**CAIXA – FUNDOS DE GOVERNO (VALOR DOS ATIVOS)  
EM R\$ MILHÕES**

FUNDOS	SET/2014	SET/2015	VARIAÇÃO % 2015/2014
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	397.699	448.791	12,8
FAR - Fundo de Arrendamento Residencial	33.148	41.810	26,1
PIS - Programa de Integração Social	29.578	30.332	2,6
FCVS - Fundo de Compensações de Variações Salariais	10.679	11.790	10,4
FDS - Fundo de Desenvolvimento Social	1.719	2.070	20,4
FGS - Fundo Garantia Safrá	295	809	174,2
FAS - Fundo de Apoio Social	31	29	-4,8
<b>TOTAL</b>	<b>473.149</b>	<b>535.632</b>	<b>13,2</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal

A arrecadação total do FGTS, incluindo a dos demais bancos, até setembro de 2015 foi de R\$ 83,6 bilhões. Foram efetuados cerca de 28,3 milhões de saques, que totalizaram o valor de R\$ 71,8 bilhões.

**CAIXA – ADMINISTRAÇÃO DO FGTS  
VALORES EM R\$ MIL, QUANTIDADES EM MIL**

FGTS	SET/2014	SET/2015
Arrecadação	76.810.338	83.613.597
Saques efetuados	62.181.878	71.761.034
Saldo das contas ativas	296.311.372	329.624.060
Saldo das contas inativas	963.814	1.000.247
Contas ativas (quantidade)	130.790.074	138.061.141
Contas inativas (quantidade)	5.207.701	5.316.698

Fonte: Caixa Econômica Federal

Em relação aos demais programas voltados ao trabalhador, de janeiro a setembro, a Caixa foi responsável pelo pagamento de 81,4 milhões de benefícios, correspondente a R\$ 78,5 bilhões, a título de Previdência Social, Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS (quotas e rendimentos).

**CAIXA - BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR  
VALORES EM R\$ MILHÕES, QUANTIDADES EM MIL**

PROGRAMAS	SET/2014		SET/2015	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Previdência Social	49.505.924	48.895	48.902.638	50.560
Seguro-Desemprego	28.678.827	26.141	23.429.794	22.992
Abono Salarial	14.756.978	10.604	5.547.718	4.341
PIS Rendimentos	8.492.110	339	3.172.463	146
PIS Quotas	394.334	485	370.714	467
<b>TOTAL</b>	<b>101.828.173</b>	<b>86.464</b>	<b>81.423.327</b>	<b>78.507</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal

Os programas de transferência de renda destinados à melhoria das condições financeiras e à erradicação da pobreza da população em situação de vulnerabilidade social distribuíram R\$ 20,5 bilhões entre janeiro e setembro de 2015, no total de 121,3 milhões de benefícios pagos. Somente o Bolsa Família pagou 117,8 milhões de benefícios no período, totalizando R\$ 19,8 bilhões.

**CAIXA - PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA  
(VALORES EM R\$ MILHÕES, QUANTIDADES EM MIL)**

PROGRAMAS	SET/2014		SET/2015	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Bolsa Família	11.120.839	10.898.441	11.120.839	10.898.441
Programa Auxílio Emergencial Financeiro	4.485.507	4.664.132	4.485.507	4.664.132
Garantia Safra	2.608.283	2.790.388	2.608.283	2.790.388
Bolsa Carioca	1.218.120	1.205.982	1.218.120	1.205.982
Renda Cidadã	973.379	982.649	973.379	982.649
Bolsa Verde	20.406.128	20.541.592	20.406.128	20.541.592
Chapéu de Palha	11.120.839	10.898.441	11.120.839	10.898.441
Fomento às Atividades Rurais	4.485.507	4.664.132	4.485.507	4.664.132
PETI	2.608.283	2.790.388	2.608.283	2.790.388
De Volta para Casa	1.218.120	1.205.982	1.218.120	1.205.982
Bolsa Atleta	973.379	982.649	973.379	982.649
Projeto Primeiro Passo Salvador	20.406.128	20.541.592	20.406.128	20.541.592
Operação Reconstrução	11.120.839	10.898.441	11.120.839	10.898.441
Mulheres da Paz	4.485.507	4.664.132	4.485.507	4.664.132
Protejo	2.608.283	2.790.388	2.608.283	2.790.388
<b>TOTAL</b>	<b>1.218.120</b>	<b>1.205.982</b>	<b>1.218.120</b>	<b>1.205.982</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal

**CAIXA - PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA POR REGIÃO**

REGIÕES	SET/2014	SET/2015
Nordeste	11.120.839	10.898.441
Sudeste	4.485.507	4.664.132
Norte	2.608.283	2.790.388
Sul	1.218.120	1.205.982
Centro-Oeste	973.379	982.649
<b>TOTAL</b>	<b>20.406.128</b>	<b>20.541.592</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal (Valores em R\$ milhões)

**Avaliação Circunstanciada do Impacto Fiscal das atividades da Caixa no exercício de 2015.**

**RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS EM R\$**

ATÉ 3º TRIMESTRE 2015	TRIBUTOS		RECOLHIMENTO
CAIXA RESPONSÁVEL	1	IOF	2.163.493.583,67
	2	CPMF	
	3	IRRF	3.673.054.525,76
	4	CPMF-JUD	
	5	IRPJ - RET	675.796,54
	6	CSLL - RET	163.303,70
	7	COFINS RET	1.056.489,53
	8	PIS/PASEP	248.342,23
	9	TRIB - RET	858.777.633,74
<b>TOTAL CAIXA RESPONSÁVEL</b>			<b>6.697.469.675,17</b>
CAIXA CONTRIBUINTE	10	COFINS	1.441.362.996,70
	11	PIS/PASEP	243.780.403,13
	12	CSLL	188.760.115,77
	13	IRPJ	186.795.488,12
	14	CPMF CAIXA	
15	CIDE	37.967,63	
<b>TOTAL CAIXA CONTRIBUINTE</b>			<b>2.060.736.971,35</b>
<b>TOTAL CAIXA - ATÉ 3º TRIMESTRE 2015</b>			<b>8.758.206.646,52</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal

**1.10.6. Financiadora de Estudos e Projetos**

A Finep - Financiadora de Estudos e Projetos é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, não integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, e atua como agência de fomento à inovação junto a empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT's), com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), do qual é secretaria-executiva.

A missão da Finep é promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas

Sua atuação norteia-se pelas políticas do Governo Federal, expressas pelo Plano Plurianual – PPA, pelo Plano Brasil Maior - PBM e pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI. Mantém estreita articulação com Ministérios e Agências do Governo no apoio às instituições para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação. Como exemplo dessa articulação, destaca-se o Plano Inova Empresa lançado em 2013, que constitui a principal iniciativa para a promoção da inovação e pesquisa em setores estratégicos do País.

**Fomento, Empréstimos e Financiamentos Concedidos com Recursos Oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

A atuação da Finep é direcionada para o aporte financeiro a projetos destinados ao desenvolvimento científico, tecnológico e para a inovação, por meio de três modalidades:

- Apoio financeiro não reembolsável com recursos orçamentários do FNDCT, tanto para ICTs, quanto para empresas, neste último caso, por meio do programa de subvenção econômica;
- Financiamento reembolsável voltado para empresas, com recursos próprios ou captados por empréstimo; e
- Investimentos em Fundos ou diretos em empresas, tanto com recursos próprios ou captados por empréstimo quanto com recursos orçamentários do FNDCT.

Cada uma dessas modalidades encontra-se descrita no decorrer deste documento com a discriminação dos valores investidos nos últimos anos.

### Apoio financeiro não reembolsável

Como Secretaria-Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, a Finep administra recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para aplicação em projetos destinados a ICTs, operando também com recursos não reembolsáveis de outras fontes tais como Ministério da Saúde e Ministério da Agricultura, entre outros, descentralizados por esses órgãos para o FNDCT.

Também concede apoio financeiro não reembolsável com recursos do Funttel/MC, do qual é, por lei, agente financeiro. Para empresas, são concedidos recursos de subvenção econômica do FNDCT.

Os orçamentos do FNDCT e dos ministérios com os quais a Finep se relaciona, inclusive como agente financeiro, fazem parte do Orçamento Fiscal e estão incluídos na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Esses recursos não transitam pela Finep e são por ela operados em unidades gestoras específicas no Siafi.

### FNDCT EVOLUÇÃO DO COMPROMETIMENTO ORÇAMENTÁRIO 2012-2015 R\$ MILHÕES

ANO	COMPROMETIMENTO ORÇAMENTÁRIO (EM R\$ MILHÕES CORRENTES)
2012	2.058
2013	3.050
2014	2.751
2015	3.015

Fonte: Finep/Apla

### Financiamentos reembolsáveis

O apoio financeiro através de financiamento reembolsável tem por foco empresas e opera com recursos próprios e/ou provenientes de empréstimos captados de outras entidades, tais como BNDES, FNDCT, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Funttel. Os recursos recebidos dos empréstimos contratados para operações reembolsáveis atingiram R\$ 3,1 bilhões em 2015, sendo R\$ 1,0 bilhão proveniente do FNDCT; R\$ 1,5 bilhão oriundos do Tesouro, através do BNDES, para o Programa de Sustentação do Investimento – PSI; e R\$ 0,6 bilhão resultante de retorno líquido de amortizações, conforme exposto no quadro que se segue:

### ENTRADA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES REEMBOLSÁVEIS 2013 - 2015 R\$ MILHÕES

FONTES DE RECURSOS	2013	2014	2015
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	1.058,9	1.000,00	1.000,00
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel	200,00	176,31	0
BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – PSI)	1.943,17	1.970,66	1.490,56
BNDES (Agente Financeiro)	5,99	20,27	0
FINEP Recursos Próprios (retorno líquido de amortizações)	887,88	568,63	603,39
<b>TOTAL</b>	<b>4.095,98</b>	<b>3.736,27</b>	<b>3.276,08</b>

Fonte: Finep/AFC

A redução da atividade produtiva no País em 2015 trouxe impactos diretos para as operações finalísticas da Finep, seja pela queda da demanda das empresas por financiamentos para a inovação, como também pela necessária readequação de sua política de crédito da empresa ao ajuste fiscal praticado pelo governo.

### FINANCIAMENTOS REEMBOLSÁVEIS EVOLUÇÃO ANUAL DE NOVOS CONTRATOS – 2012-2015 EM R\$ MILHÕES

ANO	VALOR
2012	2.639
2013	6.287
2014	8.616
2015	1.567

Fonte: Finep/APLA

Ainda com relação aos financiamentos reembolsáveis, a Finep desembolsou em 2015 R\$ 2,6 bilhões para os contratos de sua carteira. As empresas situadas nas Regiões Sul e Sudeste receberam 89% deste total alinhado à distribuição regional da atividade econômica no País.

Alguns Estados do Nordeste, como Bahia e Pernambuco, começam a ter uma maior participação.

Diversas iniciativas implementadas pela Finep tem contribuído para o fomento nos Estados menos industrializados, entre as quais se destacam os programas de descentralização de recursos da subvenção econômica e do crédito, Tecnova e Inovacred respectivamente, desenvolvidos com parcerias locais, bem como o Prêmio Finep.

### DESEMBOLSO POR REGIÃO GEOGRÁFICA – 2014-2015 R\$ MILHÕES

REGIÃO	2014	2015
Sudeste	2.825,24	1.627,83
Sul	1.106,52	702,66
Norte	164,54	3,27
Nordeste	201,89	55,30
Centro-Oeste	165,64	213,77
<b>TOTAL</b>	<b>4.463,83</b>	<b>2.602,83</b>

Fonte: Finep/ACOT

No que diz respeito à alocação de recursos por setor de atividade econômica, a indústria e serviços foram os setores que receberam os maiores volumes de recursos no biênio 2014-2015.

### APLICAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA – 2014-2015 R\$ MILHÕES

SETOR	2014	2015
Indústria	3.251,73	1.823,01
Comércio	116,31	196,33
Habituação	9,18	0,94
Outros	285,23	47,55
Outros Serviços	795,68	520,19
Rural	5,71	14,81
<b>TOTAL</b>	<b>4.463,83</b>	<b>2.602,83</b>

Fonte: Finep/ACOT

## Perfil do Risco da Carteira de Operações de Crédito

A qualidade da carteira de operações da Finep, no que tange a classificação de risco, é um ponto que merece destaque. A piora do perfil de risco da carteira da Finep deveu-se à deterioração do cenário econômico nacional ocorrido ao longo do último ano.

Essa deterioração refletiu na situação financeira das empresas financiadas pela Finep conforme demonstrado no quadro abaixo. Porém, apesar dessa piora 86% dos créditos a receber ainda referem-se a operações classificadas como de médio ou baixo risco.

Além disso, a Finep tomou providências para se proteger desse risco fazendo a readequação de sua política de crédito e de suas regras e procedimentos para a aceitação de garantias.

### ATIVOS DE CRÉDITO POR NÍVEL DE RISCO – 2014-2015

NÍVEL DE RISCO	% 2014 (1)	% 2015 (1)
Baixo (AA, A e B)	69,3%	55,5%
Médio (C e D)	20,2%	30,4%
Elevado (E até H)	10,5%	14,1%
TOTAL	100,0%	100,0%

Fonte: Finep/ACRD

Referem-se às operações reembolsáveis que representam 98% do realizável total de dezembro de 2015. Os 2% restantes, não acompanhados, correspondem às operações dos Programas Juro Zero, Inovacred, Contratos de Risco, AMPEG, MINC e Prodecine.

## Retorno dos Financiamentos e Inadimplência

O retorno dos financiamentos tem apresentado um desempenho compatível com o perfil de risco da carteira de operações e tem acompanhado as condições da economia brasileira.

A taxa de cobrança em atraso na Finep corresponde a 7,1% das cobranças emitidas e a inadimplência total acumulada corresponde a 5,7% do ativo realizável de operações de crédito.

## Investimentos

A Finep investe em Fundos de Capital Semente, Venture Capital e *Private Equity*, que por sua vez investem em empresas inovadoras de qualquer porte e setor, com recursos financeiros e apoio gerencial. Para essa modalidade, a Finep utiliza recursos próprios ou provenientes do FNDCT.

A partir de 2000, início das atividades de investimento da Finep, 31 fundos já tiveram o investimento da Finep, dos quais 3 já foram encerrados, o primeiro em 2008, o segundo em 2012 e o terceiro em 2015.

Nesse mesmo ano (2015) um novo fundo de Capital Semente entrou em operação, mantendo-se estável o total de Fundos em operação.

Ainda em 2015 dois novos Fundos foram aprovados pela Diretoria Executiva e devem iniciar atividades no ano de 2016, não estando contabilizados no quadro abaixo que expõe a evolução dos aportes da Finep em Fundos de Investimentos:

### EVOLUÇÃO DO Nº DE FUNDOS E DO PATRIMÔNIO COMPROMETIDO TOTAL E DA FINEP – 2012-2015

ANO	QUANTIDADE DE FUNDOS INVESTIDOS EM OPERAÇÃO (1)	PATRIMÔNIO COMPROMETIDO TOTAL DO FUNDO (2) (EM R\$ MILHÕES)	PATRIMÔNIO COMPROMETIDO DA FINEP NO FUNDO (EM R\$ MILHÕES)
2012	23	3.585	387
2013	26	3.983	478
2014	28	4.477	553
2015	28	4.513	588

Fonte: Finep/AINV

Considera-se o dia 31 de dezembro do respectivo ano como data de corte para a definição do número de fundos investidos em operação. Dos fundos em operação até o dia 31 de dezembro do respectivo ano.

Com base no quadro, percebe-se ainda o gradual aumento do aporte da Finep em Fundos de Investimento, contando com uma participação média de 13% em relação ao total financeiro destes no ano de 2015.

## Impacto Fiscal das Atividades da Finep

A Finep é uma empresa pública não dependente e não integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e, portanto, suas operações de crédito não têm impacto fiscal direto. O impacto fiscal se refere apenas às operações do FNDCT do qual a Finep é secretaria-executiva, e do Funttel, do qual é agente financeiro.

No caso da Finep, existem atualmente dois dispositivos de subvenção econômica que permitem a oferta de crédito com taxas de juros reduzidas. Estes dispositivos mitigam a perda de recursos relacionados ao custo de captação e da intermediação financeira, ambos instituídos por Lei, quais sejam:

- a equalização da taxa de juros autorizada pela Lei nº 10.332/2001, posteriormente ampliada as suas fontes de recursos com a Lei nº 11.540/2007, que regulamentou o FNDCT; e
- a equalização criada para Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Lei nº 12.453 de 21 de julho de 2011.

O impacto fiscal se refere unicamente à equalização de taxas de juros concedida pelo FNDCT ou pelo Tesouro para as operações de crédito.

### RECURSOS RECEBIDOS PARA EQUALIZAÇÃO DE TAXA DE JUROS R\$ MILHÕES

ITEM	2013	2014	2015
FNDCT	179,78	228,47	257,26
PSI	41,26	37,9	246,72
TOTAL	221,04	266,37	503,98

Fonte: Finep/AFC

A equalização com recursos do FNDCT depende de disponibilidade orçamentária do Fundo (ação 2021.0741 da Lei Orçamentária Anual). A equalização da taxa de juros do PSI é realizada diretamente pelo Tesouro Nacional, conforme Resoluções do Banco Central/Conselho Monetário Nacional e Portarias do Ministro da Fazenda.

O salto observado em 2015 no recebimento da equalização do Tesouro se deveu à publicação da Portaria MF nº 950, de 24 de dezembro de 2015, a qual alterou a periodicidade de pagamento dessa subvenção, antecipando-o em 24 meses.

## Aplicação de Recursos à Luz do Disposto no art. 106 da LDO 2015

No que diz respeito à observância da Política de Aplicação dos Recursos das Agências Financeiras Oficiais de Fomento, previsto no art. 106 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, cabe observar que a Finep tem prezado por atender o estabelecido. A promoção do desenvolvimento da infraestrutura se deu, sobretudo, através dos desembolsos realizados no âmbito dos convênios firmados com recursos do Fundo Setorial CT-Infra.

Estes desembolsos somaram no ano de 2015 aproximadamente R\$ 157,2 milhões. No tocante à promoção da agricultura e agroindústria, a Finep desembolsou durante o ano de 2015 em torno de R\$ 587 milhões em contratos e convênios relacionados ao tema em questão.

Em 2015, a Finep promoveu a capacitação científica e tecnológica através de várias ações. Dentre elas cabe destacar as descentralizações realizadas ao CNPq, que somaram R\$ 1.023,8 milhões em 2015, sobretudo no Programa Ciência sem Fronteiras.

Cabe ressaltar que majoritariamente as ações da Finep contemplam, mesmo que de forma indireta, as demais prioridades mencionadas no art. 106 da LDO tais como geração de empregos e redução do impacto ambiental uma vez que tais fatores são levados em consideração quando da análise das propostas enviadas pelas empresas/convenientes.